

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**Enfrentando o Establishment: Partidos Desafiantes de  
Esquerda na América Latina**

**Leonardo da Silveira Ev**

**Belo Horizonte  
2020**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**Enfrentando o Establishment: Partidos Desafiantes de  
Esquerda na América Latina**

Leonardo da Silveira Ev

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política

Orientador: Dr. Carlos Ranulfo Félix de Melo  
Linha de Pesquisa: Instituições Políticas e Política internacional

**Belo Horizonte  
2020**

320  
E92q  
2020

Ev, Leonardo da Silveira.

Enfrentando o establishment [manuscrito] : partidos  
desafiantes de esquerda na América Latina / Leonardo da  
Silveira Ev. - 2020.

170 f.

Orientador: Carlos Ranulfo Félix de Melo.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.Ciência política – Teses. 2. Partidos políticos – Teses  
3.América Latina – Aspectos políticos - Teses. I.de Melo,  
Carlos Ranulfo Félix . II. Universidade Federal de Minas  
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

### FOLHA DE APROVAÇÃO

"Enfrentando o Establishment: Partidos Desafiadores de Esquerda na América Latina"

**LEONARDO DA SILVEIRA EV**

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em CIÊNCIA POLÍTICA, área de concentração INSTITUIÇÕES, COMPORTAMENTO POLÍTICO E POLÍTICAS PÚBLICAS, linha de pesquisa Governos, Legisl., e Part. Polític. em Perspectiva Comparada.

Aprovada em 28 de fevereiro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof. Carlos Ranulfo Felix de Melo - Orientador

DCP/UFMG

Prof. Bruno Pinheiro Wanderley Reis

DCP/UFMG

Profa. Natália Guimarães Duarte Sátyro

DCP/UFMG

Prof. Rafael Câmara de Melo

DCP/UFMG

Prof. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

UNICAMP

Prof. Asbel Bohigues

Universidade de Salamanca/Espanha

Belo Horizonte, 15 de julho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Telma Maria Gonçalves Menicucci, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 15/07/2021, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0839253** e o código CRC **AAC5DB53**.

## Agradecimentos

Dizem que o mais importante nas experiências que vivemos não é o destino final, mas a jornada que leva até ele. Neste momento de conclusão da tese e de encerramento de um ciclo esta frase revela todo o seu significado. Meu percurso até aqui não teria sido possível sem todas as pessoas que dele fizeram parte direta ou indiretamente. Todo o saber científico é uma produção inerentemente coletiva. Se ao pesquisador é dado conhecer algo é porque antes dele outros tantos o prepararam para isto. Tal preparo não se resume apenas aos conhecimentos transmitidos formalmente, mas também às vivências que construímos e aos afetos que compartilhamos. A gratidão expressa aqui é também o reconhecimento da participação de todas e todos neste processo.

Aos meus pais, Lisiane e Luiz Fernando por me criarem um ser curioso e me ensinarem a ser ávido por conhecimento. Como bons professores que são, vocês me mostraram que o aprendizado não é um mero acessório para vida e sim uma de suas principais razões. Muito antes de conhecer Descartes, vocês já haviam me ensinado que existir é pensar. Agradeço por estarem sempre ao meu lado compartilhando a minha jornada em todos os seus detalhes. Agradeço também ao meu irmão, Guilherme, com quem tanto aprendi nessas mais de duas décadas de fraternidade. Certamente a vida tem sido mais leve, lúdica e rica graças a todas as experiências juntos. Agradeço também à Ana Laura por todo apoio e carinho.

À Natália que veio do planalto central para entrar na minha vida e colori-la com muito carinho e afeto. Agradeço por todos os momentos e todas as trocas. Essa jornada não teria sido nada se você não estivesse nela.

Agradeço ao meu orientador Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo que foi o melhor mentor que eu poderia desejar durante toda a minha trajetória acadêmica. Pela confiança, paciência, compreensão e, sobretudo, pela sinergia de ideias e visões sou-lhe grato. Agradeço também ao professor Scott Mainwaring, meu supervisor durante meu período sanduíche na Harvard University. Parte importante deste trabalho foi possível graças aos horizontes acadêmicos que ele me abriu.

Há uma frase que diz que um amigo é uma alma que habita dois corpos. No meu caso são três. Por isso, agradeço ao Paulo Victor e ao Felipe Riccio pelo companheirismo e por todas as alegrias em mais de uma década juntos. Agradeço ao Lucas Cunha pela profunda camaradagem e por todo o apoio incondicional durante todos esses anos.

As amizades que acumulei na academia foram essenciais, não apenas porque aportaram conteúdos e ensinamentos, mas também porque foram companheiros de percurso. Agradeço em especial aos amigos do Centro de Estudos Legislativos (CEL) Beatriz Costa, Bruno Acas, Denisson Silva, Fernando Meireles, João Paulo, Felipe Lima, Filipe Corrêa e Thiago Silame pelo diálogo e pelo companheirismo nestes anos todos. Agradeço também aos professores do CEL, Magna Inácio, Manoel Santos, Bruno Reis e Felipe Nunes. Agradeço também ao Fernando Bizarro da Harvard University pela colaboração e o profícuo diálogo.

As coincidências da vida se encarregaram de me unir a amigos incríveis e que foram muito importantes nesses anos. Agradeço aos meus companheiros de doutorado sanduíche, Rodrigo Morato, Fernanda Dusse e Ana Paula Quixadá. Vocês ajudaram a tornar mais calorosa a vida na gélida Boston. À Mayra LaRossa, ao Jesse LaRossa e à Sarah Hudson minha eterna gratidão não apenas por todo suporte em

minha estadia nos EUA, mas principalmente pela sincera e calorosa amizade com que me presentaram. Thank you, so much for everything.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, seus professores e técnicos-administrativos. Em especial um agradecimento ao Alessandro Magno e à Thais Amorim sempre tão prestativos e atenciosos no atendimento aos alunos.

Agradeço por fim às agências de fomento à pesquisa por viabilizarem não somente este trabalho, como também a quase totalidade da produção científica nacional. Agradeço à CAPES pela bolsa de estudo neste doutorado e à Comissão Fulbright Brasil pela bolsa sanduíche nos Estados Unidos. Vivemos tempos sombrios de ameaças e de incertezas para a ciência e a pesquisa no Brasil, mais do que nunca é hora de defender e valorizar nossas agencias públicas de fomento e nossa produção científica. Somente o conhecimento e a ciência podem desenvolver o Brasil e transformar nossa sociedade, corrigindo injustiças e proporcionando vida digna e plena para nossos cidadãos.

## **Resumo**

Ao longo dos anos 2000 e 2010, a América Latina foi palco da emergência de vários partidos de esquerda que lograram chegar ao Executivo Nacional de seus países. A assim chamada “maré rosa” tem sido objeto de intenso estudo desde então com diversas explicações para o sucesso eleitoral das legendas de esquerda. Esta tese investiga uma dimensão ainda não explorada deste fenômeno, qual seja, a atuação da esquerda latino-americana, como desafiante do establishment partidário. O estudo analisa casos de sucesso e de fracasso, relacionando as distintas performances ao processo de institucionalização e de desenvolvimento de recursos partidários pelos partidos de esquerda desafiantes no continente.

**Palavras-chave:** Partidos políticos, recursos partidários, esquerda, América Latina.

## **Abstract**

Throughout the years 2000 and 2010, Latin America saw the emergence of several parties of the left that managed to reach the National Executive of their countries. The so-called "pink tide" has been the object of extensive study with various explanations for the success of leftist parties. This research explores a still unknown perspective, that is, framing the Latin American left as the challenger of the party establishment. The study analyzes cases of success and failure, relating the different performances to the institutionalization and the development of party resources by the selected challenger parties of in the continent.

Keywords: Challenger parties, party resources, left, Latin America.



## **Lista de Quadros**

**Quadro 1** Tipos de Recursos Partidários → 33

**Quadro 2** Recursos Partidários e suas Finalidades → 38

**Quadro 3** Casos → 54

**Quadro 4** Padrões de competição para o Executivo Nacional → 70

## **Lista de Gráficos**

**Gráfico 1** Votação Presidência da República → 86

**Gráfico 2** Número de Filiados do PT – 1981 – 2010 → 112

**Gráfico 3** Evolução da Nacionalização da Frente Ampla e do Desempenho em Eleições Presidenciais → 115

## **Lista de Figuras**

**Figura 1** Modelo de Análise → 43

## **Lista de Tabelas**

**Tabela 1** - Magnitudes média, máxima e mínima dos distritos eleitorais para a Câmara Baixa → 47

**Tabela 2** - Barreiras Efetivas dos Distritos - Percentual de votos + 1 → 49

**Tabela 3** - Fontes de Financiamento da Frente Ampla (2013-2017) (%) → 79

**Tabela 4**- Fontes de Financiamento do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores 1983-2012 (%) → 81

**Tabela 5** - Capilarização do PT por Estado - 1980 – 2009 → 110

## Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1 .....	19
1.1 Redemocratização na América Latina: incipiência e “maré rosa” .....	19
1.2 Esquerda latino-americana como desafiante ao establishment .....	23
1.3 – Partidos e a gestão de seus recursos.....	30
1.4 – Um modelo de análise .....	40
1.5 O papel das Instituições .....	45
Capítulo 2 .....	52
2.1 Critérios de sucesso e fracasso.....	52
2.2 Os casos .....	54
2.3 Desempenho eleitoral dos partidos desafiantes .....	65
Capítulo 3 .....	72
3.1 Recursos de Materiais.....	72
3.2 Recursos Materiais: os casos PT, FA e MAS .....	76
3.2.1 Recursos de Elite no PT, MAS e Frente Ampla .....	89
3.3 Recursos Organizacionais.....	103
3.3.1 Recursos Organizacionais na Frente Ampla, PT e MAS.....	106
3.4 Recursos ideacionais .....	119
3.4.1 Recursos ideacionais em PT, MAS e FA.....	122
Capítulo 4 .....	130
4.1 Casos de fracasso: a questão da incipiência e fatores conjunturais .....	130
4.2 A Alianza Democratica M-19. ....	133
4.3.O Movimiento de Unidad Plurinacional Pachacutik-Nuevo País .....	138
4.4 A FREPASO.....	140
4.5 O Movimiento Indígena Patchakutik .....	144
4.6 A Causa Radical.....	147
Conclusão.....	154
REFERÊNCIAS .....	160

## Introdução

Este trabalho investiga quais fatores influenciaram o sucesso e o fracasso de partidos de esquerda desafiantes no contexto da “maré rosa” na América Latina. A análise se centra no processo de institucionalização das legendas incluídas no estudo, dando ênfase ao uso de recursos partidários como forma de responder aos imperativos e dilemas que tais partidos enfrentaram em suas trajetórias.

A tese que se pretende sustentar pode ser resumida da seguinte forma: as legendas de esquerda que investiram na aquisição de recursos partidários se capacitaram para enfrentar os desafios de se inserirem e transformarem o *status quo* político e obtiveram sucesso, ao passo que aquelas que não desenvolveram tais recursos fracassaram. Dois pressupostos são centrais para a explicação proposta: *i)* as legendas de esquerda que atuaram no continente durante o período analisado podem ser caracterizadas como desafiantes do establishment político, o que engendra dilemas maiores de institucionalização e atuação; *ii)* para que essas legendas obtenham sucesso, requer-se, necessariamente, a alteração da dinâmica de disputa pelo “centro” do sistema político com a consequente introdução de um novo eixo de competição.

A retomada da democracia no continente trouxe diversos desafios advindos do necessário esforço de *regime building* que a nova institucionalidade demandou. Dentre estas tarefas, encontrava-se aquela referente à sistematização da representação política e do governo. No âmbito de tal esforço, a organização de partidos políticos como atores encarregados de estabelecer o elo necessário entre a sociedade e as instituições políticas é um elemento crucial. Entretanto, tal elemento tem sido frequentemente apontado como um dos menos desenvolvidos na maioria dos países da região, sendo um importante entrave para o aprofundamento e consolidação de seus regimes democráticos. Com muitos partidos considerados como incipientes e sistemas partidários classificados como não-institucionalizados, vários países da América Latina têm apresentado dificuldades no desenvolvimento desta dimensão democrática com partidos que, em geral, não conseguem cumprir satisfatoriamente as funções que lhes são próprias.

Dentre as exceções a este padrão encontram-se as várias legendas desafiantes de esquerda fundadas ou retomadas desde a transição democrática. Diferentemente de muitos dos partidos pertencentes ao *status quo* político, as legendas desafiantes de esquerda surgiram na “periferia” de seus sistemas partidários com ambição de, através da disputa política-eleitoral, alterar as bases da competição política. Tal ambição tinha como objetivo introduzir um novo eixo de competição a

partir do qual as bandeiras, as plataformas e as clivagens defendidas por essas legendas pudessem ser promovidas e vir a ocupar o centro do debate político. Esse objetivo pressupõe a ascensão da legenda ao executivo nacional ou sua consolidação como uma das principais opções a este cargo.

A identificação da origem de cada legenda é fundamental para classificá-las como desafiantes. Em muitos casos, os partidos desafiantes de esquerda têm sua origem a partir da confluência de sindicatos, movimentos sociais difusos e quadros políticos egressos de organizações e partidos de esquerda. Tal é o caso, por exemplo, da Frente Ampla no Uruguai e do Partido dos Trabalhadores no Brasil, que reúnem grupos diversos de esquerda, os quais, durante a ditadura, encontravam-se ou na ilegalidade ou acolhidos em organizações que lhes protegiam da perseguição política. Em outros casos, eles são oriundos de movimentos sociais e políticos cuja representação institucional sempre foi historicamente negligenciada ou reprimida, como é o caso dos movimentos indígenas que o MAS, na Bolívia, e o MUPP-NP, no Equador, buscaram representar. Outros exemplos deste tipo de origem são a ex-guerrilha AD-M19, na Colômbia, e a FLSN na Nicarágua. Há ainda os casos de partidos desafiantes criados para serem alternativas às legendas tradicionais dentro do campo da esquerda, como a LCR venezuelana ou a FREPASO argentina.

Oriunda da periferia de seus sistemas partidários, a esquerda desafiante latino-americana ingressou no jogo político em situação desfavorável se comparada a seus competidores já estabelecidos. Sendo, em sua maioria, organizações novas, estes partidos tiveram que lidar desde o início de sua trajetória com dois imperativos simultâneos: o de se desenvolverem como organização, empreendendo o processo de institucionalização, e o de se inserirem no sistema político como alternativas ao *status quo*. Esta combinação de fatores não é trivial, uma vez que os processos de institucionalização e de inserção política podem influenciar um ao outro, e podem condicionar o desempenho e o destino de um partido político. Sendo assim, a maneira como eles resolveram ou não esses dilemas tem implicações fundamentais para o entendimento de suas trajetórias.

A relação entre institucionalização e inserção no sistema pode ser entendida em termos do dilema *controle do meio x adaptação ao meio* proposto por Panebianco (2005), com o qual todo partido político tem que lidar ao longo de sua história. O processo de institucionalização de uma legenda compreende o desenvolvimento de mecanismos por parte desta com o objetivo de atuar em seu meio. Tais mecanismos acarretam transformações tanto na estrutura quanto nas dinâmicas internas do partido, podendo aumentar ou diminuir sua resiliência e seu poder de influência. Entretanto, o partido não possui controle total sobre seu processo de institucionalização, menos

ainda sobre as demandas impostas pela competição eleitoral (necessária para sua inserção no sistema político). Nesse sentido, ao se inserir no sistema político através da competição eleitoral, o partido tem de fazer concessões e adaptações que afetam a forma como ele se institucionaliza. De maneira análoga, o contrário também procede, isto é, as características que a legenda adquire ao se institucionalizar condicionam suas chances de se inserir com maior ou menor sucesso em seu sistema político.

A maneira pela qual os partidos políticos atuam no seu meio é através do uso de seus recursos partidários, que são diversos. Tais recursos compreendem as elites partidárias, os bens organizacionais (*staff*, militantes e diretórios), o patrimônio ideológico e imagético (marca partidária, ideologia e expertise) e os recursos materiais (dinheiro e patronagem). Essa diversidade de recursos se distingue pelas funções que permitem aos partidos desempenharem e pelos custos envolvidos em sua aquisição. Sua relevância é dada, em parte, pelas circunstâncias da competição política sob a qual as legendas, por mais institucionalizadas que sejam, não têm controle. A quantidade de recursos e a capacidade de uso dos mesmos é indicador da institucionalização de um partido, de modo que legendas que detêm maior quantidade e variedade de recursos tendem a ser mais institucionalizadas.

Os recursos partidários são o meio pelo qual as legendas desempenham as funções que lhes são próprias no âmbito de um sistema democrático, tais como recrutamento de elites, mobilização política, disputa por cargos eletivos, representação, governo e formulação de políticas, dentre outras. A capacidade de exercer tais funções é vital para que qualquer partido político se estabeleça em seu sistema e se consolide. Tal premissa se aplica também aos partidos desafiantes de esquerda que, no curso de sua trajetória, se viram compelidos a desempenhar suas funções tentando diferenciar-se dos demais no exercício delas.

O desenvolvimento ou aquisição de recursos partidários comporta custos com os quais o partido tem que arcar. Tais custos podem ser financeiros, organizacionais, simbólicos e, sobretudo, o tempo necessário para sua consolidação. Assim, a decisão de ampliar o leque de recursos é bastante complexa, uma vez que os retornos de tal investimento não são imediatos e nem sempre tão claros para os membros da legenda. Desta sorte, é fenômeno bastante comum nas democracias tanto tradicionais quanto de terceira onda a existência de partidos que se limitam aos recursos de baixo custo de aquisição. Legendas com esse perfil podem tanto ter seu processo de institucionalização incompleto, quanto consolidarem um perfil incipiente, porém capaz de atuar em seu sistema político. Em algumas democracias de terceira onda latino-americanas esse último tipo de partido é comum, podendo mesmo ser o tipo de legenda dominante.

Nesse sentido, a tese aqui proposta (de que os partidos desafiantes de esquerda que foram capazes de se institucionalizar lograram sucesso em seu desafio) poderia ser contrastada pelo exemplo dos partidos incipientes bem-sucedidos existentes nestes países. Com efeito, o fato de que muitos dos sistemas partidários dos países da região sejam pouco institucionalizados permite que legendas “fracas” sejam bem-sucedidas ao longo do tempo. Entretanto, no caso dos partidos em análise, o componente de desafio ao establishment demanda deles a capacidade de moldar a competição, e não apenas adaptar-se a ela. Neste sentido, a única forma de fazê-lo é através do uso de um conjunto amplo de recursos, o que implica a institucionalização da organização.

Partidos que pertencem ao *status quo* político, além de já estarem adaptados à dinâmica de competição vigente, têm, em geral, maior acesso a recursos externos que lhes garantem vantagens competitivas. Neste contexto, o leque de opções das legendas desafiantes é muito mais restrito. Tendo-se em vista que elas não se inserem na dinâmica vigente de competição política, isto é, que seus posicionamentos não são de conformação com o eixo de competição vigente, elas não se beneficiam de um alinhamento eleitoral imediato. Tampouco essas legendas dispõem originalmente dos recursos controlados por suas concorrentes do establishment. Assim, elas têm de escolher entre empreender o processo de institucionalização e tentar conquistar espaço e força para modificar o eixo de competição ou disputar o campo existente, adaptando-se à dinâmica vigente, porém competindo com concorrentes detentores de considerável vantagem relativa.

Nenhuma destas opções representa uma escolha simples e/ou segura para o partido. Como mencionado, a opção pela institucionalização engendra custos que muitas legendas não estão dispostas a ou preparadas para enfrentar, sendo o fator tempo de retorno o mais premente na decisão. Ademais, o próprio retorno obtido a partir do uso destes recursos é incerto, sobretudo na perspectiva das lideranças partidárias. A opção pela adaptação à dinâmica vigente, por sua vez, implica necessariamente o abandono da dimensão do desafio ao *status quo*. Ao disputar dentro da lógica do eixo de competição vigente e não contra ela, a legenda desafiante perde aquele é o principal elemento de seu desafio ao sistema. Como consequência disso, a ampliação da gama de recursos partidários deixa de ser uma necessidade, uma vez que, nos países latino-americanos, a simples disputa por cargos não demanda obrigatoriamente o investimento da legenda em recursos partidários.

O eixo da competição, conceito central a esta tese, é aqui definido como um conjunto de clivagens, bandeiras, *issues* e demandas políticas em torno do qual os partidos políticos competem pelo apoio dos eleitores e cidadãos e a partir do qual as

legendas formulam alternativas distintas de *policy* e as implementam quando eleitas. Trata-se de uma dimensão central em qualquer sistema democrático contemporâneo e sua identificação é um importante elemento na análise das dinâmicas da competição política e partidária. Desde o trabalho seminal de Lipset e Rokkan (1967) a Ciência Política tem procurado padrões e lógicas segundo os quais os partidos se posicionam na disputa por cargos políticos, buscando compreender também a maneira como tais padrões refletem divisões, preferências e conflitos presentes na sociedade. Na visão dos autores, a ideia de clivagem social é central para a compreensão de que tipos de partido dominam a disputa política nas democracias avançadas. Nessa perspectiva, as legendas seriam expressões dos conflitos entre grandes grupos sociais em torno de questões fundamentais para estes, como, por exemplo, a divisão capital-trabalho ou centro-periferia. Os sistemas partidários que emergem a partir da expressão destas clivagens nos sistemas políticos refletem essas dinâmicas com a presença de partidos que representam as distintas clivagens.

O conceito de eixo da competição aqui proposto se assemelha à definição de Lipset e Rokkan à medida em que pode se articular em termos de clivagens, situação que com frequência se confirma. Entretanto, não se trata da simples expressão das mesmas. Sua formação se dá também a partir da mobilização de conteúdos que não emanam diretamente de clivagens sociais e que não estão necessariamente distribuídos de acordo com elas. Trata-se, portanto, de uma dimensão construída também a partir de conteúdos difusos que são mobilizados e formatados pelos partidos políticos e que têm a capacidade de definir posições e temas de conflito político. Ademais, diferentemente da noção de clivagem social, que é resiliente dada a baixa velocidade das transformações sociais, o eixo de competição é dinâmico, podendo mudar no intervalo de eleições consecutivas em casos mais drásticos.

A principal característica do conceito de eixo de competição, contudo, é o fato de ser passível de modificação pela ação direta dos partidos e outros atores políticos através da mobilização de apoio junto à sociedade, do recrutamento de elites e militantes e da propagação de bandeiras, bem como da formulação de políticas e de sua implementação. A partir de tais atividades, as legendas promovem o embate de ideias, visões e interesses acerca da melhor forma de organizar a vida social e o governo. Como resultado, delimitam o campo de embate político e definem quais as opções possíveis para uma dada comunidade política. Assim o fazem conforme seu cálculo de utilidade, procurando maximizar as chances de encaminhar a disputa na direção que pretendem e que melhor lhes favorece.

Clivagens sociais, por outro lado, são fenômenos que emanam da sociedade a partir de longos processos históricos não dirigidos por nenhum agente social

específico. Dessa forma, elas constroem as legendas a fim de se consolidarem como representantes desses fenômenos na esfera política. Como consequência, a modificação do eixo de competição ganha centralidade para os partidos desafiantes. Diante de um *status quo* que não contempla as suas posições e bandeiras, os desafiantes têm que atuar para transformar tal estado de coisas, trazendo a disputa para um campo mais favorável, em que possam articular seus objetivos e bandeiras. Todavia, tal esforço não visa negar a institucionalidade democrática vigente e tampouco pretende sua subversão e eventual substituição. O objetivo é, em verdade, adaptar o sistema político para que contemple os objetivos do partido desafiante, encaminhando as decisões políticas no sentido pretendido por este.

O deslocamento do eixo de competição de um dado sistema político pode ser melhor compreendido em termos de mudanças na preferência do eleitorado no que se refere aos conteúdos considerados relevantes e que estruturam as preferências existentes. A forma como tais preferências se distribuem varia de acordo com a saliência que as posições sobre determinadas dimensões políticas ou *issues* adquirem e são elaboradas pelos partidos políticos. Tais posições podem ser identificadas e mapeadas, indicando os eixos de divisão do eleitorado, isto é, quais dimensões polarizam e dividem os votantes.

Ao formular seu modelo espacial, Anthony Downs (1957) argumenta que o eleitorado se distribui de acordo com suas preferências em um *continuum* ao longo da escala esquerda-direita do espectro ideológico. Disto decorre ser possível identificar o equilíbrio para o qual converge a maioria dos votantes, bem como o(s) tema(s) que delimitam posições divergentes e conflitantes neste universo. De acordo com o autor, partidos que se orientam pela maximização de votos tenderão a convergir em suas posturas na direção das posições com as quais o maior número de eleitores se identifica, mantendo um mínimo de distinção entre si e certa coerência programática e ideológica. O eixo de competição consiste neste ponto de aglutinação no qual se dá o debate entre visões diversas de uma determinada dimensão da política.

Em seu modelo, Downs pressupõe que a análise seja estática, isto é, que compreenda um momento único no tempo com uma dada distribuição de preferências às quais os partidos políticos se ajustam conforme seu cálculo de utilidade, sendo possível que ocorram eventuais transformações nesta distribuição. Entretanto, de acordo com o autor, tais transformações são resultantes da forma como a competição é estruturada (isto é, do tipo de sistema eleitoral vigente) e somente se manifestam num horizonte temporal mais alargado, com a entrada de novas gerações no sistema. Assim sendo, tal estrutura de preferências determina as escolhas ideológicas dos partidos, os quais, em sua racionalidade, apenas se adaptam a elas. Diferenciando-se



em parte desta visão, o que se propõe no âmbito desta tese é que a capacidade de agência dos partidos não se limita apenas a perseguir os eixos de competição, mas pode também alterá-los.

Nos termos utilizados por Downs, o que aqui se denomina de introdução de um novo eixo de competição equivaleria a um grande deslocamento de apoio eleitoral na escala ideológica. Isto é, uma transformação no formato da curva de distribuição dos eleitores no eixo esquerda-direita proposto pelo autor. Tal alteração seria induzida pela atuação de partidos com o objetivo de tornar não apenas a disputa eleitoral, mas o próprio campo de embate acerca de opções políticas viáveis, mais favorável a si. O novo eixo introduzido produziria alinhamentos contrários e favoráveis à uma nova dimensão política, reorganizando neste processo as posturas dos atores políticos. Em outras palavras, a substituição do eixo de competição se processa na forma de uma mudança na “demanda” eleitoral induzida pela ação deliberada da “oferta”. Tal processo não se configuraria necessariamente em termos de uma mudança total do perfil ideológico do eleitorado, embora isso possa ocorrer parcialmente no longo prazo. O impacto da introdução de um novo eixo de competição na demanda eleitoral se processa em termos do realinhamento de parcelas consideráveis de votantes que optam pela legenda desafiante em virtude da alteração dos termos do embate político-eleitoral.

O mecanismo pelo qual partidos políticos podem ter esse tipo de impacto na configuração do campo de disputa é a sua capacidade de politizar dimensões que são objeto de potencial conflito político. Tipicamente, esta atividade envolve a mobilização de novos conteúdos para os quais os partidos do *status quo* não possuem um posicionamento claro ou consolidado. A estes novos conteúdos, o partido desafiante também conjuga novas formas de organização e ação que não encontram equivalentes entre seus congêneres do establishment. Estas duas “novidades” introduzidas pelos desafiantes têm o potencial de romper a dinâmica de competição vigente, abrindo espaço para que uma nova ordem emergja.

Uma vez que os partidos incluídos neste estudo pertencem à matriz ideológica da esquerda, o elemento central de sua atuação foi a politização das desigualdades sociais em seus mais diversos matizes nas sociedades latino-americanas. Nesse sentido, essas legendas, ainda que inicialmente pudessem ser considerados coadjuvantes em muitos países, diferenciaram-se de partidos tradicionais que integravam os sistemas partidários da região, inclusive de legendas tradicionais da esquerda por apresentarem novas leituras acerca deste tema. O grau de sucesso das diversas tentativas feitas pelos desafiantes de politizar as desigualdades varia, entretanto, caso a caso.

No âmbito desta tese, conforme já mencionado, argumenta-se que o diferencial entre o sucesso e o fracasso destes partidos desafiantes foi a aquisição de recursos partidários. Estes, por sua vez, estão diretamente relacionados ao processo de institucionalização de partidos políticos, o que lhes permitiu tornarem-se mais capacitados para enfrentar os obstáculos, revezes e dilemas que o jogo democrático lhes impõe.

Desta forma, o primeiro capítulo deste trabalho aborda a relação entre institucionalização e capacidade de inserção e expansão de partidos “outsiders” em sistemas partidários. Relacionando o conceito de institucionalização à aquisição de recursos partidários, a argumentação propõe que tais recursos são necessários para desempenhar as funções típicas de um partido em uma democracia, bem como que eles fortalecem a legenda, aumentando sua capacidade de alterar dimensões da competição política e do sistema partidário. O capítulo também posiciona esta tese no debate acerca da incipiência dos partidos latino-americanos, tema recorrente na literatura especializada. Outro debate abordado pelo capítulo é o da assim chamada “maré rosa”, que consistiu na emergência de partidos e governos de esquerda no continente ao longo da primeira década deste século. Sugere-se que, mesmo em sistemas marcados por uma maioria de partidos incipientes (onde, em teoria, um partido não precisaria se institucionalizar para se tornar competitivo e relevante), a custosa estratégia da institucionalização pode ser um caminho exitoso. Ademais, postula-se que este seja o principal caminho, embora não o único, para que partidos desafiantes fossem bem sucedidos em tal contexto.

Em seguida, o segundo capítulo apresenta os casos a serem abordados, descrevendo sua história e suas trajetórias e os caracteriza como partidos desafiantes, dadas as suas origens (na periferia de seus sistemas partidários) e os novos eixos de competição que eles pretendiam introduzir. Uma vez descritos e caracterizados, suas trajetórias eleitorais são analisadas para definir quais legendas foram bem-sucedidas e quais não foram. No capítulo são apresentados dois critérios necessários de sucesso: um parâmetro de sobrevivência e um de desempenho. O primeiro requer que o partido ainda exista. Já o segundo critério estabelece que o partido deve se alçar e se consolidar como uma das duas principais forças que disputam a presidência de seu país durante o período analisado.

Um dos principais desafios desta tese diz respeito à obtenção de dados relativos aos vários tipos de recurso em análise para os casos selecionados. Informações sobre partidos políticos são bastante escassas, em parte porque muitos partidos produzem pouco ou nenhum material acerca de sua história, sua organização, suas lideranças e outros dados organizacionais. Em muitos países, os órgãos

responsáveis pela regulamentação de partidos políticos não possuem ou não disponibilizam informações pormenorizadas a respeito deles. Há alguns bancos de dados que cobrem parcialmente algumas das dimensões abordadas, mas não necessariamente incluindo os partidos aqui analisados. Dessa forma, optou-se, no âmbito deste estudo, por maximizar a disponibilidade dos poucos dados dos quais seja possível extrair informações que permitam demonstrar a tese da relevância dos recursos políticos, que, por sua vez, são um indicador de institucionalização, para o sucesso de partidos políticos.

O capítulo 3 aborda os três casos de partidos desafiantes bem sucedidos em adquirir recursos e se institucionalizar. O capítulo analisa como cada tipo de recurso foi incorporado ao longo do tempo por PT, Frente Ampla e MAS destacando a saliência diferente que os tipos de recurso têm para os distintos casos. Ademais, o capítulo explora as formas particulares que estes partidos desenvolveram para obter recursos em seus contextos específicos. É feita também a discussão do impacto que estes recursos tiveram nas trajetórias e no sucesso dessas legendas, apontando a sua centralidade no processo de institucionalização.

O capítulo 4 trata dos casos de fracasso com especial enfoque em fatores conjunturais que dificultaram, ou mesmo impediram que LCR, MUPP-NP, MIP, FREPASO e AD-M19 lograssem desafiar de maneira exitosa o status quo de seus países. Ademais, no capítulo são discutidas as implicações da baixa institucionalização destes partidos e como ela foi central não apenas para que estas fracassassem em seu desafio, mas também para que muitas delas não sobrevivessem ao longo do tempo.

Assim, esta tese procura explorar uma nova abordagem teórica, aplicando-a na explicação de um fenômeno que tem recebido extensa atenção por parte da literatura. Como é argumentado no primeiro capítulo, a chegada de partidos de esquerda ao poder em países da região tem sido explicada por diversos estudiosos utilizando uma gama variada de teorias e abordagens. Este estudo acrescenta mais uma dimensão para a compreensão deste fenômeno, mas não se limita a ele. A proposição de que a institucionalização partidária, compreendida aqui como incluindo, mas não se limitando, ao processo de desenvolvimento/aquisição de recursos partidários, é um elemento crucial para que partidos sejam bem sucedidos em seus objetivos políticos. Trata-se, portanto, de um horizonte teórico e normativo mais amplo que afirma a importância do desenvolvimento partidário e atesta sua viabilidade e eficácia mesmo em contextos, em tese, menos favoráveis a ela, como é o caso dos sistemas políticos da América Latina pós-redemocratização

## Capítulo 1

### 1.1 Redemocratização na América Latina: incipiência e “maré rosa”

Partidos políticos são entidades singulares dentre as instituições que tipicamente compõem as democracias representativas. Desempenhando simultaneamente as funções de artífices e de sujeitos da política, eles têm exercido papel central em praticamente todos os sistemas políticos ao longo dos séculos XX e XXI. Não há registro na história recente de nenhum outro tipo de organização que tenha sido capaz de acumular com o mesmo grau de eficácia as várias funções das quais eles se encarregam, tais como: recrutamento político, disputa por cargos eletivos, articulação de plataformas políticas, representação política, formulação e implementação de políticas públicas, dentre outros. Por essas e outras razões tornou-se lugar-comum na ciência política a afirmação de que a democracia contemporânea não pode prescindir de partidos políticos (SCHATTSCHNEIDER, 1942; ALDRICH, 1995).

A relevância atribuída pela teoria às legendas, entretanto, não implica que elas sejam sempre atores de fato importantes em todos os países. Com efeito, vários estudos sobre partidos políticos na América Latina no período pós-redemocratização têm apontado a incipiência e fragilidade destas organizações nos países do continente e produzido vaticínios negativos quanto às perspectivas de que eles venham a adquirir força e a ter a atuação estruturante e central que se espera deles (MAINWARING & SCULLY, 1995; ROBERTS & WIBBELS, 1999; VAN COTT, 2005; SANCHEZ, 2009; SEAWRIGHT, 2012; LUPU, 2014).

Um rápido exame da história recente dos países latino-americanos é capaz de revelar que a emergência de partidos estruturados e a existência de sistemas partidários institucionalizados tem sido a exceção e não a regra na região. Exemplos não faltam de colapso de legendas tradicionais e de sistemas partidários tidos como estáveis que se desestruturaram no decorrer da terceira onda.

Na Venezuela, os tradicionais partidos que sustentaram a democracia do país foram arrebatados no âmbito da grave crise econômica do início dos anos 90 e dos contrastes decorrentes da implementação das políticas neoliberais, o que levou à emergência de Hugo Chávez e à subsequente deterioração da democracia (COPPEDGE, 1994; MORGAN, 2018). No Peru, o sistema partidário que contava com 4 partidos consolidados nos anos 80 se decompôs no início da década seguinte (TANAKA, 1998) abrindo um vácuo na política peruana que, desde então, tem sido preenchido por lideranças carismáticas e legendas incipientes de curta duração

(LEVITSKY & ZAVALA, 2016; LEVITSKY, 2018). Na Argentina, Colômbia e na Costa Rica, siglas historicamente fortes colapsaram após crises institucionais, deixando os respectivos sistemas partidários mais frágeis e voláteis (LEHOUCQ, 2005; LUPU, 2013, 2014; LEVITSKY, LOXTON, VAN DYCK, 2016). No Chile, país apontado como exemplo de sistema institucionalizado, os partidos políticos perderam seu enraizamento social e se tornaram organizações com vínculos demasiadamente fracos com a sociedade e pouco capazes de mobilizar os cidadãos (LUNA & ALTMAN, 2011). Em outras democracias, como o Brasil e a Bolívia, antigos alinhamentos partidários herdados do fim dos períodos autoritários desvaneceram no espaço de poucos anos de democracia, dando lugar à sistemas pouco estruturados com muitos partidos que possuem escassa representatividade.

Os diagnósticos negativos, entretanto, ofuscam outro fenômeno ocorrido nas décadas pós-redemocratização, qual seja, a emergência de partidos de esquerda que adquiriram relevância nos países do continente (LEVITSKY & ROBERTS, 2011). A partir dos anos 2000, tem início o período marcado pela chegada de várias legendas de matriz ideológica de esquerda ao executivo nacional de alguns dos principais países latino-americanos. A “guinada à esquerda” (CAMERON & HERSHBERG, 2010) do continente tem motivado uma já ampla produção explorando os mais variados aspectos relacionados a ela. Conforme observam Levitsky e Roberts (op. cit.), no ano de 2009, cerca de dois terços dos latino-americanos eram governados por alguma força de esquerda e, em muitos desses casos, não se tratava do primeiro mandato do governante.

Longe de ser uma coincidência circunstancial, a ascensão da esquerda no continente esteve associada a uma série de fatores, muitos dos quais abordados na literatura que estudou os diversos casos. Em comum, as análises destacam fatores estruturais relativos às circunstâncias que possibilitaram o êxito destas legendas, tais como: o “boom” das commodities que diminuiu as restrições para a implementação de suas agendas desenvolvimentistas (MURILLO, OLIVEIROS e VAISHNEV, 2010; BLANCO & GRIER, 2011); os efeitos que a desigualdade social e os altos níveis de pobreza que marcam as sociedades latino-americanas têm sobre o voto na esquerda (DEBS & HELMKE, 2008); a reação às reformas neoliberais de mercado implementadas ao longo dos anos 80 e 90 em vários países (ROBERTS, 2014) e à globalização econômica (STOKES, 2009); fatores institucionais tais como crises de representação e ineficiências estatais (MAINWARING, 2006) e fragilidades que facilitam a captura das instituições democráticas por forças populistas (ROBERTS, 2007).

A ênfase que recai sobre dimensões estruturais é compreensível dada a sincronia temporal das conquistas de legendas de esquerda. Afinal, um fenômeno semelhante ocorrendo em países de uma mesma região que, além de conservarem entre si grandes similaridades, também estão expostos a conjunturas e dinâmicas comuns no que diz respeito à economia e à geopolítica, possivelmente está sendo causado por fatores comuns a todos estes países. Em tal enquadramento, os partidos são vistos muito mais como um efeito de dinâmicas externas a eles do que propriamente como sujeitos ativos. Dessa forma, o que explicaria a emergência de tantos atores de esquerda ao mesmo tempo seriam muito mais as alterações nas condições de competição, do que propriamente as ações empreendidas por eles.

Contrariamente a esta perspectiva, é possível conceber os partidos políticos como entes ativos que buscam atingir objetivos adotando estratégias e fazendo escolhas-chave quando se encontram diante de conjunturas específicas. Tal enquadramento parte do pressuposto de que as legendas não apenas reagem a situações, mas contribuem para moldá-las. Assim, a análise de suas ações seria capaz de explicar os fenômenos políticos aos quais eles estão associados.

No caso dos partidos de esquerda latino-americanos, tal abordagem tem enfatizado algumas dimensões que se encontram tipicamente dentro da esfera de controle das organizações partidárias, tais como: a capacidade que as legendas tiveram de manter certa congruência tanto em termos de seu perfil de alianças eleitorais como de sua atuação institucional (LOPEZ, 2005; LUPU, 2014, 2016); o estabelecimento de vínculos com a sociedade e a diversificação de apelos partidários (LUNA, 2016); a moderação ideológica e a adoção de plataformas mais plurais (HUNTER, 2007; CARRERAS, 2011); e a disponibilidade e o uso que os partidos fazem de seus recursos organizacionais (CYR, 2017).

Longe de significar uma inconsistência no campo de análises, a miríade de possíveis explicações para a “maré rosa” é reflexo da complexidade do fenômeno em si e dos diversos matizes que a ascensão de partidos de esquerda em países distintos comporta. No bojo dessa literatura, alguma atenção também foi dispensada aos países da região nos quais não se verificou a projeção de uma força de esquerda no mesmo período, como o Peru (CAMERON, 2011) onde a volta do APRA ao executivo nacional configurou-se como um caso de *policy switch* em que um partido originalmente de esquerda implementou uma agenda de direita, ou a Colômbia onde nenhum partido de esquerda chegou à Presidência. Em ambos os casos, algumas das condições estruturais associadas à emergência de partidos de esquerda no período estavam presentes e mesmo assim não houve nenhuma legenda desse tipo chegando

ao poder, o que indicaria que tais fatores não são necessariamente os preponderantes na explicação do fenômeno.

Para além da dicotomia entre estrutura e ação que permeia as análises comparadas da “maré rosa”, é possível também procurar explicações específicas no contexto de cada país. Nessa perspectiva, cada caso de partido de esquerda exitoso (e também daqueles que falharam) é visto como sendo produto de causas únicas inerentes a ele ou ao contexto em que se insere. Inúmeros estudos de caso têm abordado partidos de esquerda na região. Em particular eles destacam as trajetórias e as estratégias destas legendas no contexto político e institucional no qual operam. Sua vantagem é fornecer um nível de detalhamento e aprofundamento maior nas análises permitindo identificar relações de causalidade mais precisas e melhor embasadas. Tais estudos apresentam um alto nível de validade interna, mas apenas uma relativa capacidade de fornecer argumentos que “viajem” para outros casos, uma vez que nem sempre é possível extrair deles fatores explicativos e variáveis que encontrem análogos em outros contextos.

Não obstante, alguns estudos de caso têm apresentado possibilidades analíticas de alcance potencialmente maior, em especial aquelas cujo foco recai sobre elementos inerentes aos partidos políticos. Samuels (2004) aponta que um fator crucial para o sucesso do Partido dos Trabalhadores no Brasil foi a adoção de uma postura de “flexibilidade estratégica” por parte dos membros do partido que possibilitou a moderação da imagem da legenda e, conseqüentemente, a conquista do executivo nacional e a governabilidade no âmbito do presidencialismo de coalizão. Analogamente, o êxito da Frente Ampla no Uruguai também vem sendo interpretado à luz da sua capacidade de adaptação ao meio em que atua, especialmente no que tange a sua versatilidade para apelar a diferentes estratos do eleitorado (LUNA, 2007). Na Bolívia, o exemplo do Movimiento al Socialismo (MAS) que em sua trajetória soube conjugar sua plataforma originária, de caráter marcadamente étnico e sindicalista, com apelos mais amplos e inclusivos a outros setores da sociedade (MADRID, 2011) é também um exemplo de como a maleabilidade da organização partidária pode render frutos.

Outro ponto recorrente em estudos de caso que permite extrapolações é relativo à emergência de atores que surgem como movimentos armados e transitam para a formação de um partido que atua nos limites da democracia. A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) é um dos casos tidos como bem-sucedidos de uma guerrilha que aderiu ao jogo democrático após um período de intensa violência política e inclusive de governo autoritário sendo capaz de se estruturar e atuar como uma legenda dentro da institucionalidade de seu país e de alternar-se

democraticamente no governo com forças opositoras (PUIG, 2010). O caso da Aliança Democrática M-19 (AD/M-19), por outro lado, ilustra as dificuldades e limitações que ex-guerrilhas têm em se inserir em um jogo democrático já estabelecido e, sobretudo, de transitar de um modelo de movimento para o de uma organização partidária tendo que competir com atores historicamente consolidados.

Em uma perspectiva distinta, análises a respeito da guinada à esquerda têm enfatizado também a natureza das esquerdas que chegaram ao poder. Particularmente central nessa ótica é a divisão entre partidos de natureza mais radical que romperam com o *status quo* propondo reformas constitucionais e adotando políticas econômicas heterodoxas e outra, de natureza reformista que governou dentro da institucionalidade sob a qual chegou ao poder e que manteve em boa medida os parâmetros da economia que herdou de governos anteriores (CASTAÑEDA, 2006; LEVITSKY & ROBERTS, 2011). Tais categorias têm sido utilizadas sobretudo para entender os efeitos que os partidos de esquerda tiveram no comando dos executivos nacionais de seus países. Em geral, a literatura é categórica e relativamente consensual em apontar que o segundo tipo levou a melhores resultados no que diz respeito à estabilidade democrática e a governos capazes de implementar mudanças positivas na economia e na sociedade. Inversamente, o primeiro tipo resultou em rupturas democráticas ou má performance governamental.

## **1.2 Esquerda latino-americana como desafiante ao establishment**

Transitando entre estas diferentes possibilidades, as análises da “maré rosa” têm produzido uma miríade de explicações para o sucesso dos partidos de esquerda no continente no período compreendido entre o final dos anos 90 e a metade da década de 2010. Entretanto, um aspecto central da história desses atores é frequentemente relegado a um segundo plano, qual seja, a sua origem enquanto entidades não pertencentes ao *establishment* político de seus países. Trata-se de uma questão fundamental para o entendimento da trajetória tanto dos partidos de esquerda exitosos, quanto daqueles que fracassaram em se tornarem atores relevantes em seus sistemas.

Conforme afirma Santiago López (2005) as legendas que surgiram no continente desempenhando desde sua gênese a função de oposição aos partidos do *status quo* devem ser compreendidas à luz de sua atuação e sua posição em relação ao sistema partidário em que se inserem. Mais especificamente, deve ser levado conta o fato de que tais partidos atuaram com vistas a alterar os termos da competição



política, desafiando as legendas do *status quo*, configurando-se em alguns casos como “agentes de transformação dos sistemas partidários latino-americanos”<sup>1</sup> (LÓPEZ, op.cit.:39).

Diferentemente das várias tipologias tradicionais formuladas para a classificação de partidos políticos que se concentram em aspectos organizacionais, tais como a divisão “partido de quadro – partido de massas” (DUVERGER, 1951) ou que enfatizam a postura da legenda com o eleitorado ou o estado, como os modelos *catch-all* (KIRCHEIMER, 1966) e cartel (KATZ e MAIR, 2002) o conceito de desafiante é um rótulo relacional. O que faz um partido ser desafiante é a combinação de sua origem externa ao *establishment* político de seu sistema político e sua ambição de transformar este sistema através da introdução de um novo eixo de competição política.

Na condição de partidos desafiantes, as legendas de esquerda que surgiram no continente no âmbito da terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1991) diferem-se de suas congêneres por aceitarem o jogo democrático<sup>2</sup> e ao mesmo tempo almejem alterar as condições de competição introduzindo novas pautas e eixos. Isto é, buscam desafiar o *establishment* político sem negar a seus integrantes a condição de contendores legítimos do sistema, porém visam produzir uma nova dinâmica de competição politizando questões e problemas não contemplados pelos partidos tradicionais.

Assim sendo, os partidos de esquerda que se propuseram a desafiar o *status quo* político tiveram que se haver com dilemas e tarefas muito particulares que não são tipicamente enfrentadas por outros tipos de legenda, em especial aquelas já tradicionais em um sistema político. Para eles, a entrada em um sistema partidário já organizado demandou-lhes que estabelecessem uma oposição crível aos partidos do *status quo* e ao mesmo tempo que construíssem uma imagem como atores sistêmicos e, portanto, alternativas eleitoralmente viáveis. A maneira como eles responderam a estas contingências é, em boa medida, responsável por seu grau de sucesso ou fracasso em se tornarem atores centrais em seus sistemas políticos e uma dimensão importante para a compreensão dos motivos da “maré rosa”.

---

<sup>1</sup> No original: “agentes de transformación de los sistemas de partidos latino-americanos” (LOPEZ, 2005)

<sup>2</sup> De acordo com Levitsky e Roberts (2014), o perfil democrático da nova esquerda latino-americana é, em parte, resultado de um processo de aprendizado político das forças de esquerda no continente. Dada a experiência com a forte repressão sofrida durante os governos autoritários dos anos 60 e 70, os partidos e ativistas de esquerda abandonaram seus ideais revolucionários e fizeram da adesão aos princípios da democracia liberal um dos pilares de sua atuação quando do fim das ditaduras.

A primeira contingência diz respeito à capacidade de manutenção de certo grau de congruência programática relativo em um primeiro nível às mensagens que o partido emite para sociedade e, em um segundo nível, às decisões e ações tanto da organização quanto de seus membros. Partidos novos que emergem como críticos destacados de seus congêneres tradicionais têm de adotar um perfil de atuação que corrobore seu discurso. Isso é especialmente verdade no caso de sistemas multipartidários como os latino-americanos, em que o campo da oposição é disputado por mais de uma legenda. Nestes, as siglas desafiantes têm de se credenciar perante o eleitorado como sendo o polo legítimo de contestação do *establishment*, diferenciando-se das demais postulantes ao cargo.

A segunda é relativa à capacidade de o partido conquistar apoio junto ao eleitorado que se traduz em ganho de votos e na conquista de cargos eletivos. Um partido político é uma organização que se pauta pela disputa por votos visando conquistar cargos (DOWNS, 1957/1999) isso se aplica também aos partidos de esquerda desafiantes. A capacidade de contestação do *status quo* está diretamente ligada a influência que tais partidos conseguem exercer na esfera institucional e, para tanto, a obtenção de votos é crucial para o seu sucesso. Nesse sentido, a construção de uma máquina eleitoral eficiente e a adoção de estratégias de conexão eleitoral são imperativos que os desafiantes têm que cumprir.

É possível afirmar a existência de uma tensão entre os dois imperativos postos aos partidos de esquerda desafiantes. A manutenção de uma postura de forte e consistente oposição ao *status quo* exige que o partido assegure um considerável grau de disciplina e coesão de seus membros, bem como que conserve os aspectos centrais de sua ideologia e de sua causa original. Por outro lado, o imperativo da conquista de votos demanda que o partido haja com certa flexibilidade, adaptando suas posições e estratégias ao cálculo eleitoral o que, frequentemente, implica em fazer concessões programáticas e ampliar alianças. Conquanto seja um *tradeoff* enfrentado por toda organização partidária, o equilíbrio entre os dois imperativos é um obstáculo maior para os partidos de esquerda desafiantes. Sua oposição aos partidos do *status quo* é o aspecto central de sua existência que, entretanto, só pode se concretizar com um bom desempenho nas urnas. Assim, atingir um equilíbrio entre o desafio ao *establishment* e a ampliação do apoio eleitoral é crucial para determinar o êxito ou fracasso dos partidos desafiantes.

Para tanto, estas legendas devem lançar mão de estratégias e práticas muito específicas. Elas dizem respeito tanto à forma como o partido se relaciona com seu meio, quanto ao modo como o partido se desenvolve enquanto organização. Panebianco (2005) distingue duas formas de os partidos se relacionarem com seu

ambiente: domínio ou adaptação. No primeiro caso, os partidos tentam moldar a realidade conforme seus objetivos, agindo para influenciar outros atores e no exercício de prerrogativas institucionais através das quais produzem mudanças regulatórias e políticas. A segunda maneira ocorre quando os partidos procuram modular suas práticas frente aos incentivos e restrições impostos pelo ambiente, tendo como foco principal obter um melhor *payoff* possível mesmo que às custas de outros “objetivos organizacionais” (PANEBIANCO, op. cit.) da sigla.

Os dois desafios mencionados correspondem a essas duas formas de atuação. A contestação do *establishment* é uma tentativa de domínio do ambiente por parte da legenda desafiante. O objetivo é plasmar a disputa política conforme os desígnios e os objetivos do partido e torna-la mais favorável a este. O imperativo da conquista de votos frequentemente demanda do partido adaptação às conjunturas eleitorais nas quais este opera, implicando em concessões e mudanças de posicionamento para melhorar a eficiência eleitoral. Assim, quando um desafiante investe na difusão de suas bandeiras políticas e na criação de sua marca partidária crítica aos partidos do *status quo*, ele está optando pela estratégia de domínio do meio. Quando um desafiante se coliga eleitoralmente, realiza acordos políticos com outras siglas ou releva certos aspectos de sua própria identidade em prol de ganhos eleitorais, ele está lançando mão da estratégia de adaptação.

Todo partido político adota um perfil misto de estratégias ao longo de sua trajetória havendo prevalência de uma em detrimento da outra conforme as circunstâncias. De maneira geral, espera-se que a estratégia de domínio seja mais saliente nos primeiros anos de uma legenda em vista de sua necessária consolidação e expansão territorial. Com o passar do tempo, a estratégia de adaptação tende a ser mais frequente à medida que o partido intensifica sua interação com o ambiente institucional e social. Reconhecendo essa dinâmica, Panebianco (2005) relaciona essa tensão entre duas estratégias ao processo de institucionalização pelo qual todo partido deve passar para que sobreviva à sua fase genética. De acordo com o autor, a prevalência de uma ou de outra estratégia ao longo do tempo determina se a legenda se institucionalizará como uma organização forte ou fraca. A medida da força organizacional é dada por dois indicadores: autonomia (em relação ao ambiente) e sistemicidade (relativa às partes constituintes do partido).

A autonomia se refere ao grau de dependência que a organização partidária retém em suas trocas com o ambiente externo a ela. Quanto mais controle o partido tiver sobre estas, isto é, quanto menos elas dependerem de recursos dos quais o partido não dispõe, maior será sua capacidade de controle sobre as áreas externas e, portanto, maior sua autonomia. Inversamente, uma legenda que dependa, para suas

atividades e sua sobrevivência, de recursos controlados por entes externos a ela, e sobre os quais ela não tem o completo controle, será uma legenda pouco autônoma ou dependente. A autonomia, portanto, é uma dimensão que pode ser distribuída em um *continuum* cujos extremos funcionam como tipos ideais. De acordo com Panebianco (2005), um dos sinais do grau de autonomia de um partido é a maior ou menor indeterminação de seus limites organizacionais. Um partido com grande autonomia sempre tem claros e identificáveis seus contornos, isto é, onde ele começa e onde ele termina, distinguindo-se assim de outras organizações. Um partido com fraca autonomia tem inúmeras áreas cinzentas em que seus membros ou suas subunidades se confundem ou são perpassadas por entes externos, sendo impossível estabelecer uma delimitação clara.

O segundo indicador, a sistemicidade, se aplica à organização interna do partido e à forma como se estabelecem as relações entre suas subunidades. Quando estas possuem uma grande autonomia de controle e autogestão dos próprios recursos e pouca dependência do “centro” do partido para sua sobrevivência, há baixa sistemicidade. Quando, entretanto existe uma forte interdependência entre as subunidades e destas para como “centro”, o qual é capaz de controlar recursos vitais para a manutenção da organização, verifica-se um alto grau de sistemicidade. Quanto maior o nível de sistemicidade, maior o controle que a organização possui sobre as “zonas de incerteza organizativa” (PANEBIANCO, 2005) e, portanto, mais institucionalizado é o partido.

O processo de institucionalização de um partido envolve o desenvolvimento de ambos os indicadores, de forma que quanto mais autonomia e sistemicidade ele apresentar, mais institucionalizado ele será. Os benefícios de tal processo são bastante claros. Uma legenda que se desenvolva e se institucionalize tende a ter mais capacidade de enfrentar os desafios impostos pelo ambiente e a ser mais eficiente na obtenção de seus objetivos. Contudo, há alguns aspectos da institucionalização que podem ser negativos. Por um lado, a premissa de maior sistemicidade implica em maior rigidez organizacional de uma legenda, o que limita a margem de atuação de seus membros. Ademais, por ter subunidades completamente subordinadas, um partido institucionalizado é mais vulnerável a eventos que atinjam uma dada subunidade, posto que elas mais facilmente repercutem por toda a organização. Um partido pouco sistêmico, por outro lado, pode isolar com mais facilidade a subunidade afetada.

Para Huntington (1968), institucionalização é o “processo pelo qual organizações adquirem valor e estabilidade” e está diretamente relacionado com as ideias de adaptabilidade, complexidade, autonomia e coerência de uma dada

organização ou instituição<sup>3</sup>. Contudo, quando em excesso também podem provocar falhas e fragilizar a instituição perante os desafios do ambiente, como no caso de organizações muito flexíveis e adaptáveis que perdem coerência no ambiente em que atuam, ou um partido que adquira tamanha autonomia em relação ao meio que se torne anacrônico a este. Ademais, uma organização que seja capaz de ter simultaneamente o máximo de cada uma das quatro características é aparentemente impossível, como afirma Morlino (1998). Não obstante, a institucionalização seria um indicador crucial da força de um partido e aqueles que conseguem desenvolver tal processo atingindo níveis razoáveis encontram-se em melhor posição para se manter no jogo político e se tornarem relevantes.

A propósito dessa discussão, Randall e Svåsand (2002), apontam a necessidade de melhor conceituar a noção de institucionalização em face da relativa imprecisão dos termos utilizados pela literatura. Os autores propõem uma distinção entre aspectos internos e externos da institucionalização, isto é, entre os processos que se circunscrevem ao partido enquanto organização e àqueles que se referem à sua relação com a sociedade e entre elementos atitudinais ou estruturais. A combinação entre essas dimensões gera quatro aspectos da institucionalização: sistemicidade (interna e estrutural); infusão de valor (externa e atitudinal); autonomia decisória (externa e estrutural) e reificação (externa e atitudinal). O primeiro corresponde à mesma definição de Panebianco acerca do nível de interação sistêmica entre as subunidades partidárias. Infusão de valor se refere ao nível de identificação e comprometimento que os membros e os simpatizantes do partido demonstram em relação a ele. A autonomia decisória concerne a extensão e a intensidade das influências ou interferências externas ao partido nos seus processos decisórios internos. Por fim, reificação diz respeito à medida em que o partido é reconhecido e internalizado pela opinião pública que desenvolve expectativas e opiniões em relação a ele.

Embora seja esperada certa congruência do processo de institucionalização, os níveis dessas quatro dimensões não necessariamente evoluem *pari passu* à medida em que uma organização partidária se desenvolve. Há, dessa forma, uma considerável gama de variações nos modos e nos graus de institucionalização dos partidos políticos. Uma legenda pode desenvolver mais os aspectos internos do que aqueles externos, ou privilegiar mais os aspectos atitudinais do que os estruturais.

---

<sup>3</sup> No original "Institutionalization is the process by which organizations acquire value and stability. The level of institutionalization of any political system can be defined by the adaptability, complexity, autonomy, and coherence." (HUNTINGTON, 1968:12).

Estas variações engendram implicações importantes sobre os efeitos da institucionalização. Uma legenda que desenvolva apenas os elementos internos terá uma estrutura organizacional consolidada e interações entre centro e subunidades bem coordenadas e regulares (sistemicidade). Também terá forte adesão de seus membros, cujo compromisso para com a organização não seja apenas instrumental e auto-interessado (infusão de valor). Não obstante, será uma legenda pouco capaz de atuar em seu meio e de conquistar apoio, pois não investiu nas dimensões externas. Isso lhe confere baixa autonomia decisória e, portanto, maior propensão a ser constrangida por outros atores e instituições. Também a torna pouco reificada, isto é, pouco reconhecida por parte da opinião pública, o que dificulta sua aceitação. Tal parece ser a situação dos pequenos partidos de esquerda brasileiros, conforme aponta Ev (2015), que possuem uma estrutura bastante sistêmica, calcada no conceito leninista de centralismo burocrático, além de gozar de ampla adesão e reconhecimento de seus membros e militantes e, no entanto, são insignificantes na esfera pública e pouco influenciam o processo político.

As implicações que o processo de institucionalização tem para os partidos políticos são cruciais para o entendimento de sua trajetória e para a explicação dos fenômenos que os concernem. Particularmente importante é a passagem do momento fundacional para o desenvolvimento organizacional da legenda. Ainda que os traços do partido se modifiquem ao longo de sua trajetória, uma legenda que se institucionalize tenderá a conservar aspectos de seu momento originário que terão implicações em conjunturas futuras.

Ao analisar os processos de institucionalização de partidos europeus de esquerda nascidos na oposição, Panebianco (2005) observa que as legendas que foram capazes de manter-se independentes dos sindicatos durante sua evolução desenvolveram estruturas fortes e grande autonomia relativamente ao seu ambiente<sup>4</sup>, ao passo que os partidos que tiveram sua fundação vinculada à iniciativa de sindicatos se institucionalizaram como estruturas fracas e com menor grau de autonomia. O caso do Partido Trabalhista britânico é emblemático. Formado pela confluência de sindicatos e movimentos trabalhistas do Reino Unido, ele se desenvolveu como uma estrutura frágil, sujeita à forte influência destas organizações em seu processo decisório (PANEBIANCO, op. cit.). Em ambos os casos, os diferentes resultados da institucionalização engendraram vantagens e desvantagens para estes partidos, de acordo com as situações que se apresentaram ao longo de suas histórias.

---

<sup>4</sup> Tal é, segundo o autor, o caso do Partido Social Democrata Alemão (SDP); do Partido Comunista Francês (PCF) e do Partido Comunista Italiano (PCI). (PANEBIANCO, op.cit).

A forma como se dá o processo de institucionalização de um partido é, portanto, um elemento imprescindível para entender o destino dele como organização, bem como sua atuação em seu sistema político. Ao longo de suas trajetórias, os partidos políticos fazem escolhas diante das conjunturas com as quais se deparam e as consequências destas decisões têm efeitos sobre eles e sobre seu meio. O estudo das escolhas feitas por eles e de como elas impactaram seu desempenho é, portanto, crucial não apenas para o entendimento de sua história e de sua relevância como atores políticos, mas também da própria democracia a qual integram. Ao se institucionalizarem e atuarem em um sistema político, os partidos contribuem para determinar os rumos e as dinâmicas do mesmo.

### **1.3 – Partidos e a gestão de seus recursos**

As inúmeras contingências e conjunturas críticas com as quais se deparam os partidos políticos ao longo de suas trajetórias os obrigam a fazer escolhas e a adotar estratégias e posições que determinam seu destino. As condições sob as quais tais escolhas são realizadas dependem, em parte, da forma como se dá o seu processo de institucionalização, bem como dos recursos que eles têm à sua disposição. Algumas destas decisões são cruciais na determinação das chances de institucionalização e de crescimento de um partido político.

No caso de partidos que nascem na oposição, como os desafiantes, algumas dinâmicas são especificamente importantes para seu desenvolvimento e para determinar suas chances de sucesso em se inserirem no jogo político. O fato de não serem atores com grande presença inicial nas estruturas do Estado implica que eles não tenham acesso a recursos públicos disponíveis para partidos já estabelecidos, aumentando a necessidade de que eles extraiam tais recursos de outras fontes. Dessa forma, já em seu nascimento, há um forte incentivo para o desenvolvimento de relações com o ambiente que fortaleçam a organização e a dotem de capacidade de atuação.

Todos os partidos políticos podem dispor de recursos de grande importância para seu desenvolvimento e que são fundamentais para que eles se insiram no sistema político apresentando-se aos eleitores e aos demais atores institucionais. Cyr (2017) define cinco tipos de recursos relevantes para os partidos: “materiais”, “organizacionais”, “elites” e “ideacionais”<sup>5</sup>. Tais recursos têm uma natureza específica e se prestam a auxiliar os partidos a desenvolverem tarefas distintas.

---

<sup>5</sup> *Ideational resources*, no original (CYR, 2017)

Recursos materiais consistem no dinheiro e em patronagem. O primeiro compreende todas as somas que o partido arrecada de fontes tais como: recursos públicos, doações de filiados e outras organizações. Trata-se de um recurso vital para a manutenção e desenvolvimento da organização e tem um peso importante na determinação das chances eleitorais, embora tenha menos influência sobre outras atividades do partido, como governo ou recrutamento. A patronagem, por sua vez consiste na provisão de bens discricionários tais como empregos, licenças, políticas específicas, intervenções junto à burocracia, etc. que favorecem especificamente um indivíduo ou grupo muito restrito de indivíduos contemplados pelo partido. Recursos de patronagem são um importante capital para os partidos políticos, capaz de compensar a falta de outros tipos de recurso (CYR, 2017).

Recursos de tipo organizacional consistem em militantes, staff profissional e órgãos partidários. Membros são pessoas ligadas formal ou informalmente ao partido e participam de suas atividades, contribuem com a legenda financeiramente ou com seu tempo e trabalho e são votantes fiéis. Para além do voto, eles servem ao partido como agentes eleitorais, buscando angariar votos de outras pessoas, funcionam como fonte de ideias e contato direto com a sociedade e frequentemente proveem quadros para a legenda. Staff profissional são os funcionários que cuidam das atividades rotineiras e administrativas do partido em todos os seus níveis. A importância do staff profissional é muitas vezes negligenciada pela literatura, entretanto possuir um quadro de funcionários especializados possibilita que o partido desempenhe com mais eficiência várias de suas funções. Por fim, os órgãos partidários são os espaços físicos nos quais as atividades do partido são desempenhadas e onde seus militantes e membros podem se reunir. Sem eles, a legenda dificilmente consegue manter presença física em uma dada porção do território.

Os recursos de elite são formados pelas elites políticas que disputam eleições e conformam a face institucional do partido (*party in office*), por membros que ocupam posições na estrutura do governo (ministros, secretários, etc.) e por líderes, que são figuras-chave dentro do partido (como presidente ou porta-voz). Sua importância decorre tanto do fato de serem a “cara” da organização, isto é, as referências de e para os membros do partido quanto pelo fato de viabilizarem as trocas do partido com o meio através de sua atuação e suas relações pessoais e institucionais. São um recurso indispensável para qualquer legenda, pois sem elas a competição por cargos torna-se inviável. Ademais, as elites têm um papel central na condução da legenda, uma vez que frequentemente ocupam cargos de direção e controlam zonas de incerteza da organização. Isto faz deles figuras muito influentes no processo de institucionalização partidária.



Recursos ideacionais consistem na expertise, na ideologia e na marca partidária (*party brand*). A primeira se caracteriza pelo reconhecimento de um partido como sendo portador de conhecimento e experiência em determinadas áreas de *policy* que o cacifam como opção preferencial de eleitores que priorizam certas políticas públicas. Esse é o caso, por exemplo, dos partidos verdes que se projetam como referência para o eleitorado preocupado com temáticas ambientais e políticas de preservação. Ideologias, por outro lado são visões abrangentes que condensam uma série de posturas valorativas sobre o mundo e que servem como heurística para os indivíduos. Partidos com frequência mobilizam mensagens ideológicas com a finalidade de atrair eleitores e obter apoio e reconhecimento de determinados setores da sociedade (DOWNS, 1957/1999). Ademais, é uma ferramenta de orientação para os próprios partidos auxiliando-os na disputa por posições na arena política e no governo. A marca partidária é também um atalho cognitivo desenvolvido pelos partidos e refere-se à imagem consolidada que eles têm junto à opinião pública. Lupu (2015) afirma que a marca partidária funciona nos mesmos moldes da marca de um produto, consistindo em uma série de imagens e significados associados ao partido. De acordo com o autor, “As marcas partidárias dão ao eleitor uma ideia do tipo de cidadão que um partido específico representa”<sup>6</sup> (LUPU, 2015:19). Assim, os eleitores associam os partidos a um modelo prototípico de eleitor que eles representam e a partir desta associação optam pela legenda que melhor os define.

A gama de recursos que os partidos políticos tipicamente mobilizam em sua trajetória é utilizada por eles de maneira diversa, com múltiplos propósitos e com diferentes intensidades. A distribuição destes recursos também é desigual entre os partidos políticos e está diretamente relacionada ao desenvolvimento destes. Cyr (2017) distingue os recursos pelo seu custo de aquisição e pela origem eleitoral ou não dos mesmos. Dessa forma, recursos materiais que resultam do acesso ao estado via conquista de cargos eleitorais, como dinheiro e patronagem, são de custo relativamente baixo e requerem pouco investimento específico para serem obtidos, uma vez que derivam, em parte, da eleição de um ou mais membros. Ademais, em muitas democracias, partidos podem obter financiamentos de fontes não estatais, como doações de militantes, de empresas e organizações da sociedade civil. Conquanto a eleição de candidatos não seja necessariamente uma tarefa fácil em muitos sistemas políticos, ela demanda relativamente menos esforço e pode ocorrer em um período de tempo bem inferior ao de outros recursos. O recrutamento de elites também tem custo baixo, uma vez que estas são pela própria natureza dos interesses

---

<sup>6</sup> *Party brands give voters an idea of the type of citizen a particular party represents.*, no original (LUPU,2016:19)

de indivíduos que pertencem à elite política inclinadas a integrar partidos<sup>7</sup>. O partido é um veículo importante para que elas obtenham seus interesses eleitorais e políticos, portanto, o esforço das legendas em atrair elites é baixo.

Recursos de tipo organizacional e ideacional, por outro lado, são tipicamente de maior custo para os partidos. Em geral, sua aquisição não depende necessariamente de sucesso eleitoral e eles são, muitas vezes, condicionantes para que este ocorra. A contratação de staff profissional e a criação de órgãos e filiais partidárias é, em parte, condicionada pela obtenção de recursos materiais pelo partido, uma vez que dependem necessariamente de gastos em dinheiro. Ademais, também requerem certa capacidade do partido em atrair simpatizantes, tanto no caso de contratação de staff como, sobretudo, no caso de abertura de novos órgãos e filiais ou diretórios uma vez que estes dependem da existência de grupos dispostos a integrá-los e administrá-los.

O alto custo de obtenção é ainda mais evidente no caso de recursos ideacionais. Cultivar ideologias, desenvolver expertises e consolidar uma marca são tarefas que requerem necessariamente muito tempo e investimento por parte de uma legenda. Para lograr sucesso em obter este tipo de recurso, os partidos têm que formular bandeiras e programas que sejam coerentes com um conjunto de ideais e valores; seus líderes têm que garantir que os membros do partido adiram a estes valores e que os expressem em seus posicionamentos e ações sem gerar contradições; estes conteúdos devem ser difundidos ao público de maneira inteligível e convincente e a legenda deve manter-se congruente tanto em seus posicionamentos, quanto em suas ações por um período considerável para se consolidar.

<b>Quadro 1 - Tipos de Recursos Partidários</b>			
	Requer investimento significativo?	Depende de sucesso eleitoral?	Custo: Alto versus Baixo
Dinheiro	Não	Sim	Baixo
Patronagem	Não	Sim	Baixo
Elites	Não	Na maioria das vezes sim	Baixo
Staff profissional	Na maioria das vezes sim	Não	Alto
Militantes	Sim	Não	Alto
Órgãos	Na maioria das vezes sim	Não	Alto
Ideologia	Sim	Não	Alto
Expertise	Sim	Não	Alto
Marca Partidária	Sim	Não	Alto

Fonte: adaptado de Cyr (2017)

<sup>7</sup> Em muitos países onde os partidos detêm o monopólio da representação política, a adesão das elites políticas a eles é mais do que uma inclinação, é uma necessidade.

O uso dos diferentes tipos de recurso tem implicações para a atuação da legenda e efeitos sobre a forma como esta se insere no sistema político. Dada a relativa facilidade com a qual recursos materiais podem ser obtidos e o fato de que eles podem ser suficientes para manter algumas das funções essenciais, como a arregimentação de elites e a disputa por votos, há relativamente pouco incentivo para que legendas invistam na custosa tarefa de obter os demais tipos de recursos. Com efeito, em muitas democracias de terceira onda são relativamente poucos os partidos que se esforçam em diversificar seus recursos para além dos de tipo material e de elite.

Os partidos de quadros são um exemplo de organização que tipicamente dependem quase exclusivamente desse tipo de capital. Por se configurarem como federações de lideranças políticas (DUVERGER, 1951) eles têm poucos incentivos para desenvolver uma organização forte que limite sua liberdade decisória ou para investir na construção de uma marca partidária e na adoção de um perfil ideológico claro e distinto. De maneira análoga, os partidos de tipo *catch-all* e aqueles que sofrem o processo de cartelização apresentam grande dependência de recursos materiais sem os quais não seriam capazes de manter-se relevantes no jogo político. Otto Kirchheimer (1966) afirma que as doações de filiados tinham pouca importância para os partidos *catch-all* os quais seriam majoritariamente financiados por fundos públicos e por recursos advindos de grupos de interesse e organizações da sociedade civil. Os partidos-cartel, por sua vez encontram-se tão vinculados ao estado que não apenas o têm como seu maior financiador como muitas vezes têm suas próprias estruturas e funcionários indissociados do aparato estatal (KATZ e MAIR, 1995). Em todos estes casos, o acesso a recursos materiais, fruto da competição política, é suficiente para que eles atuem e se mantenham no jogo político.

Muitas legendas, entretanto, optam por expandir a gama de recursos que têm à sua disposição incluindo outras formas de inserção no sistema político. Ao desenvolverem capacidades e adquirirem recursos organizacionais e ideacionais, tais legendas empreendem caminhos diferentes de institucionalização e tendem a ter um perfil radicalmente distinto dos partidos que se limitam a recursos materiais e de elite. A aquisição dessas duas modalidades de recursos engendra necessariamente transformações estruturais na legenda e investimento em capital humano que os partidos de quadros, *catch-all* e cartel não realizam.

A aquisição de recursos organizacionais gera um estímulo para a institucionalização do partido e o torna mais robusto. A contratação de staff profissional, o recrutamento de militantes e a abertura de novos órgãos partidários (em especial os de âmbito local), tornam mais complexa estrutura organizacional e

umentam as trocas organizacionais dos partidos políticos. Consequentemente, o processo de institucionalização é impactado, pois o partido tem mais focos de distribuição de “incentivos organizativos” (PANEBIANCO, 2005) e, tendencialmente, mais espaço para diversidade de grupos e coalizões internas. Os elementos organizacionais desempenham uma gama variada de atividades que concernem a administração rotineira da organização, as atividades eleitorais, de governo e parlamentares. Alguns estudos de caso têm apontado para a forte correlação positiva entre o nível de robustez organizacional de um partido e seu desempenho eleitoral. Comparando a performance eleitoral de partidos de países da Europa do Leste, Tavits (2012) encontra evidências de que quanto mais forte for a organização partidária, medida em termos de filiação, presença em âmbito local e staff profissional, mais eleitoralmente bem sucedido tende a ser o partido. O estudo demonstra que força organizacional é importante tanto para o ganho de votos, quanto para mitigar as eventuais perdas em momentos de crise do partido e seu efeito se dá tanto em pleitos nacionais como locais. Os recursos de tipo organizacional tendem a ficar em maior evidência no momento eleitoral dos partidos. É durante a disputa por votos que ocorre uma mobilização mais intensa do staff, de militantes e uma maior utilização dos órgãos locais por parte dos partidos. Uma vez passadas as eleições e, especialmente quando a legenda obtém acesso a cargos, a dimensão organizacional tende a ceder espaço para as elites mais diretamente vinculadas ao exercício do mandato.

Um tipo de recurso que, quando enfatizado por um partido, tende a ser sempre relevante é o do tipo ideacional. Esta gama de ferramentas tende a assumir um papel central nos partidos que a adquire. Em parte, isso decorre da grande capacidade que eles conferem à legenda de exercer influência em várias dimensões de sua atuação (politização de *issues*, recrutamento de elites, mobilização eleitoral, formulação de políticas públicas, dentre outros). A expertise, a ideologia e a marca partidária cacifam o partido a se posicionar nas instituições e na sociedade apresentando-se como defensor de ideias, valores e políticas específicas das quais pode se tornar uma referência em seu sistema político. Ademais, os recursos ideacionais servem de orientação para o processo de institucionalização do partido ao estabelecer suas causas, sua *classe gardée* e seus objetivos de ação. Os três tipos de recurso ideacional são capazes de criar vínculos sólidos entre cidadãos e partidos políticos que se mantêm ao longo do tempo, ajudando a dar estabilidade à organização, bem como a distingui-la das demais ofertas partidárias.

Partidos de massa, tal como identificados por Duverger (1951), são aqueles que tipicamente dão maior centralidade a este tipo de recurso. Para eles, os recursos ideacionais ajudam a suprir a escassez de recursos materiais e organizacionais

especialmente em seus primeiros anos, dado que possuem, em geral, origem extraparlamentar. Além disso, partidos de massa também focam a mobilização de bases como uma estratégia de ação, tarefa para a qual os recursos ideacionais são um elemento catalizador ao agregarem preferências e motivarem militantes e simpatizantes em geral. Embora a ênfase em recursos ideacionais seja uma forma que muitos partidos de massa encontraram historicamente para superar a escassez de outros recursos em seus momentos originários, esta não é sua única função. Como observado, recursos ideacionais ajudam a prover conteúdo político aos partidos e são um elemento central para o surgimento de muitos deles. Assim, não necessariamente são um traço exclusivo de partidos de massa ou de partidos originados fora da esfera institucional. Os Partidos Verdes europeus são exemplos de legendas que possuem reconhecido nível de expertise na área de políticas ambientais e construíram a partir disso uma marca partidária (MEGUID, 2005). Outro caso típico é composto pelos partidos-movimento que têm sua origem a partir de grupos organizados em torno de bandeiras específicas com fortes posicionamentos ideológicos e que, ao se institucionalizarem carregam consigo tais recursos, os quais por sua vez influenciam o seu próprio desenvolvimento organizacional (KITSCHOLT, 2005).

Além de se distinguirem por seu custo de aquisição, os cinco tipos de recurso também possuem finalidades específicas. Os recursos materiais são úteis para a manutenção da legenda, para o financiamento de campanhas e da comunicação do partido, bem como de práticas clientelistas. Os recursos de patronagem auxiliam o partido tanto a conseguir votos, como a governar. As elites políticas concorrem por cargos políticos, participam do governo, representam eleitores e falam pelo partido. Militantes se envolvem ativamente na mobilização política e eleitoral ajudando a legenda a disputar votos e reverberando sua mensagem. A presença de um staff profissional qualificado dinamiza as atividades partidárias, em especial as relativas à organização de campanhas, formulação de políticas e a comunicação. Os órgãos partidários são importantes para facilitar as organizações de campanhas, além de proporcionarem espaço para a realização de atividades de mobilização política fora do período eleitoral. A expertise além de ser um importante recurso para a formulação de políticas públicas e para as tarefas de governo, também pode atrair apoio eleitoral e posicionar o partido na esfera pública. A ideologia também é um recurso multifuncional que permeia praticamente todas as funções dos partidos, desde a mobilização política ao ato de governar. Por fim, a marca partidária é de grande utilidade na busca por votos e na comunicação do partido, mas também afeta seu desempenho no governo e na representação política.

Conquanto não seja uma lista exaustiva, os recursos enumerados por Cyr (2017) condensam os principais meios pelos quais as legendas buscam promover seus objetivos nos mais diversos âmbitos de atuação partidária. Em seu estudo, a autora demonstra a importância desses recursos para a sobrevivência de partidos latino-americanos que sofreram crises eleitorais em nível nacional nas décadas pós-redemocratização. Legendas que investiram em aquisição e uso desses recursos foram capazes de sobreviver aos desafios impostos pelo revés eleitoral e se manterem no jogo político. O quadro 2 sintetiza as finalidades dos recursos partidários e em para quais funções eles podem ser empregados.

Os únicos tipos de recurso com impacto sobre todas as funções partidárias, tais como identificadas no quadro 2, são os de elite e os ideacionais. Os primeiros, constituem uma condição necessária não apenas para a disputa por votos, como para a própria existência de um partido político. Historicamente, as primeiras legendas surgiram dentro das instituições políticas, a partir da aglutinação de elites detentoras de mandato obtido individualmente, isto é, as elites precederam os partidos. Até o surgimento dos partidos de massa, o uso exclusivo de recursos materiais e de elite bastou para que as legendas se mantivessem como estruturantes da política e, mesmo após o advento de novas formas de organização e de novos recursos, as legendas que se apoiam essencialmente nestes dois tipos de recurso ainda são abundantes nas democracias contemporâneas. Os recursos ideacionais também cobrem toda a gama de funções partidárias e muitas das vezes podem compensar a falta de outros recursos. Sua aquisição, entretanto, envolve custos muito altos que uma quantidade relativamente menor de legendas se dispõe a investir.

Os demais tipos de recurso têm alcance comparativamente mais limitado. Os de tipo organizacional, conquanto sejam importantes para tornar a máquina partidária mais eficiente e robusta se limitam a auxiliar em algumas das funções apenas. A mesma lógica vale para os recursos materiais, que são essenciais para a existência da legenda, mas não afetam diretamente outros âmbitos da atuação dos partidos políticos. Outro ponto relevante é que de todas as funções partidárias, a única impactada por todos os recursos listados é a de competição eleitoral. Isso sugere que, embora os partidos tenham evoluído e se tornado entidades muito complexas, eles ainda são primordialmente “times” de pessoas buscando controlar o aparato de governo através da competição por cargos em eleições (DONWS, 1957).

**Quadro 2 - Recursos Partidários e suas Finalidades**

Tipo	Recurso	Finalidades	Função partidária			
			Competição/ Mobilização	Governo	Representação	Comunicação
Material	Dinheiro	Manutenção do partido; Financiamento de campanhas eleitorais; Clientelismo	✓			
	Patronagem	Obtenção de votos; Governo	✓	✓		
Elite	Elites	Candidatos; <i>office holders</i> ; representantes; porta-vozes	✓	✓	✓	✓
	Líderes	Coordenadores partidários e de campanhas; imagem pública do partido.	✓	✓	✓	✓
Organizacional	Staff profissional	Gestão da máquina; organização de campanhas; mobilização política	✓	✓	✓	
	Militantes	Eleitores; participação em campanhas eleitorais; mobilização política	✓			
	Órgãos	Plataforma física para todas as atividades partidárias	✓			
Ideacional	Expertise	Posicionamento do partido no debate público; formulação de políticas; mobilização política e eleitoral	✓	✓	✓	✓
	Ideologia	Mobilização política e eleitoral; atalho informacional; guia para decisões do partido; formulação de políticas públicas	✓	✓	✓	✓
	Marca partidária	Mobilização política e eleitoral; atalho informacional; formulação de políticas públicas	✓	✓	✓	✓

Fonte: adaptado de Cyr (2017)

O uso de recursos pelos partidos políticos não proporciona apenas benefícios. Em muitos casos seu efeito pode ser também negativo portanto, o foco de sua análise deve recair não somente na sua existência no âmbito de um partido, mas também em como eles são utilizados. Um partido que invista em ideologia pode ver seu leque de estratégias limitado por demasiada rigidez ideológica, de sorte que algum nível de

flexibilidade pode levar melhores resultados, como demonstra Levitsky (2003) em análise do Partido Justicialista argentino. De maneira análoga, uma legenda que faça uso intenso de instrumentos de patronagem pode ser enfraquecida em caso de derrotas eleitorais expressivas ou de envolvimento em escândalos políticos. O mesmo se aplica a recursos organizacionais, militantes, por exemplo, embora sejam ativos de enorme valor e capazes de dar ao partido retornos positivos em várias arenas (CYR, 2017), também podem aumentar os custos de decisão interna e constranger a margem de manobra dos líderes, levando ao dilema organizativo “liberdade de ação versus coerções organizativas” descrito por Panebianco (2005):

Se a margem de manobra for muito restrita, a posição da coalizão dominante sobre todos os problemas organizativos será, por definição, rígida. Essa rigidez, dificultando os ajustes à mudança das situações, acabará por repercutir na organização, ameaçando-a. A ameaça, por sua vez, acionará processos internos de “rejeição” e de contestação dos líderes. (PANEBIANCO, 2005:29).

A relevância dos recursos não é constante ao longo da trajetória de um partido. Tanto os processos de desenvolvimento partidário, quanto as contingências do meio no qual a legenda se insere influem na necessidade e no impacto que o uso dos recursos comporta. Recursos materiais e organizacionais são especialmente úteis nos primeiros anos de um a legenda, pois podem garantir vantagens competitivas em seus primeiros pleitos. Em partidos que já tenham se estabelecido eleitoralmente e consolidado elites políticas ocupando cargos, os recursos organizacionais tendem a perder relevância podendo ser até mesmo um custo para o partido, que os substituí com recursos de patronagem, por exemplo.

Mudanças no ambiente ao qual pertence o partido também afetam o impacto dos recursos. Com a emergência da democracia de massas, fruto da expansão do sufrágio nos países europeus, a ideologia tornou-se um recurso valioso para que os partidos políticos, que até então limitavam-se a conexões clientelistas e apelos personalistas, disputassem o voto de grandes grupos sociais politicamente incluídos. Analogamente, à medida que as classes sociais se tornaram menos uniformes, com o aumento da complexidade da estrutura produtiva e o aumento da escolaridade média da população, a adoção de um padrão ideológico muito rígido dificulta a disputa por votos em eleitorado heterogêneo. Nesse sentido, argumentos de expertise e o desenvolvimento de uma marca partidária mais abrangente são recursos mais efetivos. O advento de novas tecnologias de informação e comunicação abriu novas possibilidades de mobilização e campanha eleitoral para os partidos que passaram a



contar com equipes especializadas em mídias o que indica a importância que um staff profissional e o dinheiro têm como recursos.

Fatores institucionais também afetam a relevância dos recursos políticos. Países nos quais os detentores de cargos eletivos possuem acesso e discricionariedade sobre uma grande gama de recursos públicos, a patronagem tende a ser um fator central através do qual muitos partidos e elites estabelecem conexão eleitoral. Partidos operando em territórios muito amplos, como é o caso de muitos países latino-americanos, tendem a ganhar muito ao investir em órgãos partidários locais, que possibilitam que eles ampliem seu alcance nacional. A mesma lógica é válida para sistemas federativos, nos quais as legendas ganham em competitividade ao reforçarem sua presença física nas diversas unidades regionais.

#### **1.4 – Um modelo de análise**

Como mencionado anteriormente, os partidos desafiantes de esquerda configuram-se como um caso à parte no panorama da política partidária na América Latina. Em uma região marcada por legendas incipientes e sistemas pouco estruturados, a emergência de forças de esquerda advindas de fora do *establishment* e capazes de se tornarem atores relevantes e de mudar a dinâmica política de seus países é um acontecimento histórico de extrema relevância e ainda não totalmente compreendido. A análise, portanto, dos casos de sucesso e fracasso dessas legendas permite identificar fatores que influenciaram tais desfechos.

Todos os partidos de esquerda desafiantes incluídos neste estudo tentaram se inserir em sistemas partidários já existentes, ainda que na maioria dos casos, não consolidados. Neste sentido, seu caso é similar ao de muitos novos partidos que surgiram em outras regiões. A inserção de novos partidos políticos em sistemas democráticos é um fenômeno complexo e tem recebido importante atenção da ciência política recentemente. Em geral, os estudos realizados procuram testar hipóteses acerca dos efeitos de variáveis sociais, políticas ou estruturais nas chances de sucesso eleitoral de novas legendas.

Harmel e Robertson (1985) analisam o desempenho de 233 novos partidos surgidos em 19 democracias consolidadas entre 1960 e 1980 para testar 12 possíveis explicações para o surgimento dessas legendas e para seu grau de sucesso eleitoral. A única variável com associação significativa com o sucesso eleitoral de novos partidos, dentre as várias testadas, foi o sistema eleitoral. Nos países que adotam alguma forma de sistema proporcional as chances de sucesso dos novos partidos eram significativamente maiores do que naqueles com sistemas majoritários. Para

além da lista, outros estudos também têm apontado que a magnitude do distrito e as barreiras eleitorais (WILLEY, 1998) e a existência de múltiplas arenas subnacionais de competição (HAUSS e RAYSIDE, 1978) também são fatores importantes na determinação das chances de sucesso de novos partidos.

Um elemento tipicamente associado à emergência de novos partidos, e que guarda uma relação estreita com os partidos desafiantes de esquerda é o aumento da insatisfação de grandes parcelas do eleitorado com a performance dos partidos existentes. Tavits (2008) afirma que este é o fator que explica o grau de sucesso eleitoral de partidos em 15 países do Leste Europeu. Em seu estudo, a autora identifica uma relação positiva entre o aumento do comparecimento devido à insatisfação dos eleitores e o voto em novas legendas. Ademais, também identifica uma relação quadrática entre o sucesso dos novos partidos e o tempo, em que os melhores índices de sucesso de tais legendas ocorreram no início do período democrático e após uma certa maturação do regime, com o período intermediário registrando menor sucesso eleitoral.

Em outra abordagem, Lucardie (2000) propõe uma visão dos novos partidos dividindo-os em três grupos: “profetas”, que articulam uma nova ideologia ainda não contemplada em seu sistema político; purificadores, que são legendas formadas por grupos pertencentes a outros partidos na percepção de que estes tenham traído sua causa original; e prolocutores, legendas que representam interesses específicos negligenciados pelos partidos do *establishment*. De acordo com o autor, o sucesso eleitoral destes partidos depende de como eles usam seus recursos partidários e das estruturas de oportunidades particulares que se apresentam a eles.

Conquanto a literatura sobre a emergência de novos partidos ofereça potenciais explicações também para o caso dos partidos desafiantes de esquerda latino-americanos, ela em geral tem seu enfoque em fatores externos aos partidos e não aborda seu potencial de agência. Este tipo de abordagem é capaz de explicar o que favorece ou não o desempenho de novas legendas, mas não elucida quais delas se beneficiam e por quê. Assim, a questão colocada neste trabalho demanda um tipo diverso de abordagem que seja capaz de estabelecer relações causais específicas que permitam a identificação dos mecanismos responsáveis pelo sucesso ou fracasso das legendas analisadas.

Como mencionado anteriormente, os partidos desafiantes de esquerda se distinguem por serem não apenas novas legendas tentando se inserir no jogo político. Sua natureza como desafiantes implica que eles não apenas têm de concentrar-se na busca por votos e cargos, mas também em desafiar o *establishment* e introduzir um novo eixo de competição. Nesse sentido, uma trajetória bem sucedida não depende

apenas de condições externas à legenda, mas de suas estratégias e de seu desenvolvimento.

O dilema de ter que equilibrar adaptação e domínio, com o qual todo partido tem que lidar é especialmente importante para os partidos desafiantes de esquerda. Em última análise, a maneira como eles lidam com este dilema define sua capacidade de se institucionalizar e como se dará esta institucionalização. Um partido desafiante institucionalizado tem maiores chances de ser bem sucedido em seu duplo objetivo. Assim, o modelo de análise que será utilizado para o estudo dos partidos de esquerda desafiantes parte da premissa que os partidos que em sua trajetória lograram se institucionalizar como organizações fortes tem maiores chances de serem bem sucedidos no desafio ao *establishment*.

Conforme observado anteriormente, o processo de institucionalização está diretamente ligado ao desenvolvimento de capacidades voltadas à execução de várias funções específicas que permitem a uma legenda atuar com maior autonomia em relação ao meio. Uma legenda que domina uma gama ampla de funções partidárias tem maior capacidade para implementar estratégias de domínio e/ou adaptação conforme as conjunturas requeiram. Assim, é de se esperar que os partidos desafiantes mais institucionalizados tenham maiores chances de sucesso do que aqueles que pouco investiram nesse processo.

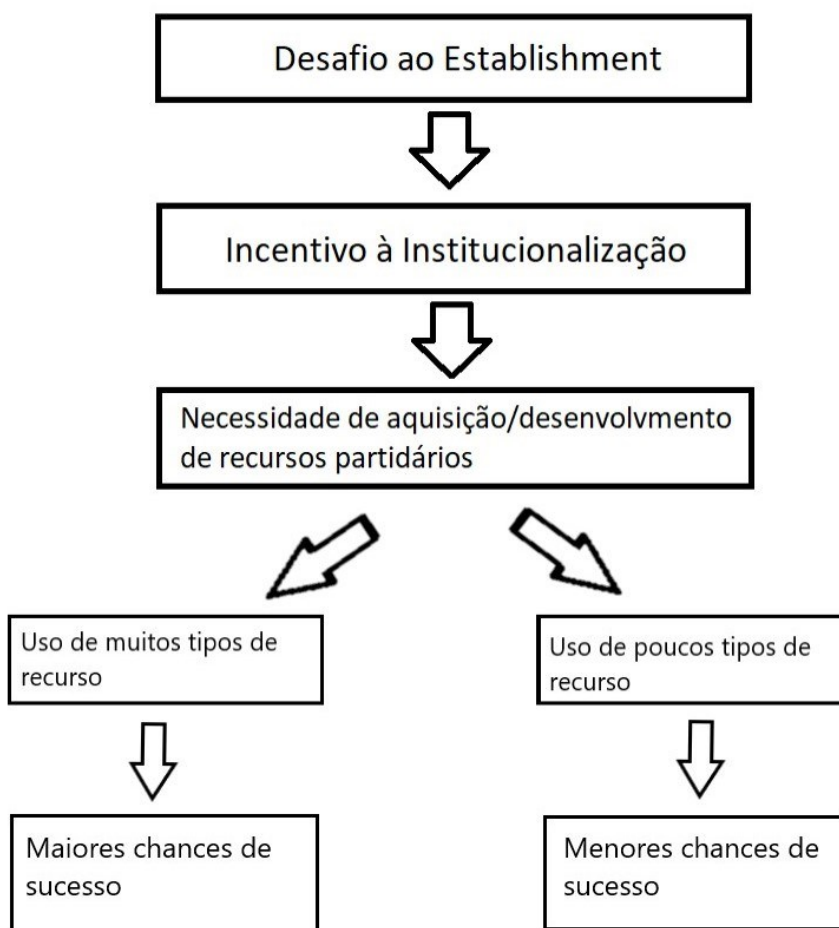
A institucionalização está diretamente ligada à posse e ao uso de recursos partidários pelas legendas. Conforme observado, os recursos partidários são instrumentos por meio dos quais as legendas exercem suas funções específicas. Conquanto a utilidade de cada recurso seja parcial e sua aplicabilidade varie de acordo com o contexto (CYR, 2017), o processo pelo qual um partido os adquire demanda que a legenda se torne mais complexa e invista na formação de capital (físico ou humano). Desta forma, um partido que adquiriu muitos recursos é, em princípio, mais institucionalizado do que seu congênere que detém poucos recursos. A posse de muitos recursos, como demonstrado por Cyr (op. cit.) é um fator crucial para que partidos enfrentem as adversidades com as quais inevitavelmente se deparam em suas trajetórias políticas.

A Figura 1 ilustra o modelo analítico proposto. O objetivo de desafiar o *establishment* político gera pressões para que os partidos políticos se institucionalizem enquanto organizações fortes, em virtude da necessidade de equilibrar estratégias de adaptação e domínio do meio. A institucionalização consiste na aquisição e desenvolvimento de recursos partidários que permitam ao partido se desenvolver organizacionalmente e desempenhar sua gama de funções necessárias. A premissa considerada no âmbito dessa tese é de que aqueles partidos que no seu processo de

institucionalização investiram na aquisição de recursos, especialmente aqueles de alto custo, têm maiores chances de obterem sucesso em se inserirem no sistema político e em estabelecerem o desafio ao *establishment*. Partidos que não investiram na aquisição de recursos e se limitaram a aqueles de baixo custo terão menos chances de ser bem sucedidos em sua inserção no sistema político e em desafiar o *status quo*.

Assim, o modelo de análise dos partidos de esquerda desafiantes tem como foco o exame da presença e do uso dos recursos partidários pelas legendas incluídas nesta tese. O objetivo é traçar um perfil dos recursos que estes partidos adquiriram ao longo de sua trajetória, bem como do uso que fizeram deles. A análise dos recursos será feita com base nas informações relativas aos partidos, identificando indicadores capazes de mensurar a dimensão dos recursos dos partidos analisados.

**Figura 1 - Modelo de Análise**



Fonte: elaborado pelo autor

A opção pela abordagem com enfoque nos recursos partidários permite identificar dois aspectos cruciais para o entendimento dos partidos desafiantes de esquerda latino-americanos. Em primeiro lugar, ela enfatiza a dimensão da agência que estes atores têm em seus respectivos sistemas políticos. Como definido anteriormente, partidos desafiantes não apenas procuram se inserir no jogo político, mas almejam alterá-lo em alguma medida. Disso decorre a necessidade de poder fazer prevalecer seus objetivos e induzir mudanças nos posicionamentos dos partidos do *status quo* relevantes no sistema político. Ao centrar a análise no uso de recursos partidários e na conseqüente institucionalização, o modelo proposto permite a identificação dos mecanismos pelos quais os desafiantes podem lograr sucesso nesse objetivo.

Em segundo lugar, a perspectiva dos recursos partidários revela uma dimensão importante de alguns dos partidos de esquerda latino-americanos, que é a sua ênfase na construção de uma alternativa programática original e focada na realidade social dos países do continente. Nascidos entre os anos 80 e 2000, os partidos incluídos nesta tese experimentaram o ocaso do modelo comunista soviético que marcou o período da Guerra Fria e estabeleceram uma relação crítica com esta tradição. Ademais, muitos dos fundadores e membros destas legendas vivenciaram as ditaduras militares e desenvolveram um apreço pela democracia. Estes dois aspectos os levaram a formular uma via de esquerda própria (LEVITSKY e ROBETS, 2011).

Nessa perspectiva, os recursos ideacionais são particularmente importantes, pois são eles que materializam os aspectos simbólicos e ideológicos das legendas. São também o tipo de recurso que tem maiores custos de aquisição, sobretudo devido ao tempo necessário para que se desenvolvam e se consolidem, além de demandarem considerável esforço de coordenação dos membros do partido. Tais aspectos têm implicações para a legenda e para os demais atores do sistema político.

Por fim, ainda que não seja o escopo deste estudo, é preciso salientar que a ocorrência de partidos desafiantes exitosos comporta efeitos também para o sistema partidário. Ao conquistarem apoio eleitoral e conseqüentemente ocuparem cargos eletivos e torarem-se referência para os eleitores e demais partidos, os desafiantes podem inserir um novo eixo de competição, alterando os termos e o conteúdo do embate político. Tal fenômeno tem um potencial efeito estruturante sob o sistema político, no sentido de reordenar as forças políticas (LOPEZ, 2005). Nesse sentido, a análise aqui empreendida poderia apontar uma possível relação entre o investimento em recursos partidários de alto custo e as dinâmicas que concernem ao sistema partidário.

## 1.5 O papel das Instituições

A visão aqui proposta pretende conjugar elementos de estrutura e agência em suas premissas. Ser um partido desafiante é uma característica de origem destes atores determinada pela sua posição em relação ao establishment quando de sua fundação. Trata-se de uma característica estrutural que condiciona fortemente o outro elemento da análise: a agência. Esta se refere às escolhas feitas pelas legendas desafiantes em face dos dilemas e das conjunturas que surgem em sua trajetória e representam a “margem de manobra” que todos partidos têm dentro do sistema institucional no qual atuam.

Há no âmbito da estrutura um elemento exógeno aos partidos políticos que merece uma análise à parte por não estar incluso no enquadramento analítico proposto. Os arcabouços institucionais nos quais os partidos operam são, juntamente com o sistema partidário, o elemento estrutural com maior influência sobre eles. O papel desempenhado pelas instituições é um objeto central das investigações em ciência política. Como salientam Hall e Taylor (1996), o estudo das instituições e de como elas determinam os fenômenos políticos tem ocupado posição de destaque na ciência política desde os anos 1980, partindo, em suas diversas vertentes, do pressuposto que instituições políticas moldam as escolhas e os comportamentos dos atores políticos.

Desde que Duverger (1951) analisou a relação entre a quantidade de partidos relevantes nas democracias e o tipo de sistema eleitoral adotado por elas, a ciência política tem identificado padrões de associação entre estes dois elementos. Variáveis como a magnitude do distrito, o tipo de lista adotada e a superposição de arenas de disputa, por exemplo, estão diretamente vinculadas ao nível de “abertura” de um sistema político. Isto é, a forma como se configuram estes dispositivos institucionais determina a quantidade de votos necessária para eleger representantes, o tipo de conexão eleitoral mais comum, a vinculação de candidaturas em diferentes níveis, o cálculo realizado por eleitores e partidos, dentre outros aspectos. Nenhuma análise que pretenda explicar as distintas performances dos partidos de esquerda desafiantes pode, portanto, prescindir de contemplar a influência dos fatores institucionais na determinação dos desfechos de sucesso ou fracasso.

Duverger (1951) afirma, em suas celebres “leis sociológicas”, que os sistemas eleitorais de tipo majoritário tendem a produzir arranjos bipartidários, com duas legendas moderadas, ao passo que sistemas eleitorais proporcionais promoveriam a emergência de sistemas partidários com mais de duas legendas relevantes. O mesmo resultado ocorreria, segundo o autor, com o sistema majoritário de duplo turno, como o

adotado pela França. De sorte que, os sistemas partidários seriam resultantes do mero funcionamento das regras eleitorais.

Conquanto o caráter nomológico rígido das leis propostas por Duverger (1951) tenha sofrido críticas e sido relativizado por ele e por diversos autores desde então (RAE, 1967; LIJPHART, 1994; COX, 1997), tais leis exprimem relações tendenciais entre sistemas eleitorais e sistemas partidários que se verificam em muitas democracias. Duverger (op.cit.) afirma que há duas formas pelas quais os sistemas eleitorais impactam a quantidade e a natureza dos partidos: os efeitos mecânicos e os efeitos psicológicos. Os primeiros consistem nas restrições que a fórmula eleitoral produz ao transformar votos em cadeiras, bem como a parcela de votos necessária para se obter uma vaga, que é determinada pela magnitude dos distritos. Os efeitos psicológicos decorrem dos incentivos gerados pelos efeitos mecânicos que induzem a coordenação das estratégias e escolhas adotadas por atores políticos, partidos e eleitores.

Em sistemas majoritários, as regras eleitorais desencorajam a emergência de mais de dois grandes partidos. Com apenas uma vaga em disputa, a competição tenderá a se centrar nas duas legendas com maiores chances de vitória no âmbito do distrito, pois tanto eleitores quanto partidos antecipam os efeitos mecânicos e tendem a votar estrategicamente, no caso dos primeiros, e a evitar competir em distritos onde não têm chance, no caso dos últimos. Tal dinâmica produz um bipartidarismo no nível do distrito, que se projetaria no nível agregado nacional, argumenta Duverger (1951). Cox (1997) ao analisar dados de 54 democracias e testar a relação entre o tipo de sistema adotado e o número efetivo de partidos relativiza esta proposição indicando que não necessariamente sistemas majoritários irão produzir bipartidarismo no plano nacional. Com efeito, ainda que muitos dos países com sistema majoritário tenham números efetivos de partidos em torno de 2, a produção de um sistema bipartidário depende de outros fatores capazes de afetar a agregação dos votos, tais como a concentração geográfica de eleitores de partidos específicos ou a existência de subsistemas regionais. Não obstante, sistemas majoritários possuem um forte efeito redutor do número de concorrentes ao limitarem a magnitude do distrito a uma só cadeira.

Sistemas proporcionais, por outro lado, são baseados na alocação de assentos aos partidos com base em uma fórmula eleitoral que define uma parcela de votos necessários para eleger candidatos em distritos de magnitude igual ou superior a 2. A competição por um número maior de cadeiras e a utilização de uma fórmula proporcional atenuam a natureza redutora dos efeitos mecânicos, pois partidos podem ganhar assentos mesmo não tendo maior votação dentro do distrito. Dessa forma, os

efeitos psicológicos descritos por Duverger (1951) a propósito de sistemas majoritários são mitigados em face do aumento das chances de obtenção de pelo menos um dos assentos em disputa o distrito. Do ponto de vista dos eleitores, o voto estratégico faz menor sentido, pois seu partido ou candidato preferido pode vencer mesmo sem obter a maior votação. Da mesma forma, o cálculo dos partidos também leva em consideração a maior facilidade de entrada, de modo que os custos de lançar candidaturas são menores e disputar em todos os distritos torna-se uma estratégia viável e potencialmente frutífera. Do ponto de vista agregado, sistemas proporcionais têm menor capacidade de reduzir o número de partidos competitivos e tal efeito redutor será tão menor quanto maior for a magnitude dos distritos. Como consequência, países que adotam sistemas proporcionais têm, em geral, um número efetivo de partidos maior que 2.

Qualquer análise sobre sucesso ou fracasso de partidos políticos em perspectiva comparada deve, portanto, considerar necessariamente o tipo de sistema eleitoral em que eles competem os efeitos que tais regras têm sob a competição por votos e cargos. Não se pode comparar trajetórias partidárias ocorridas sob sistemas radicalmente diferentes sem levar em consideração a especificidade de tais arranjos institucionais e as formas diferentes como eles impactam a atuação dos partidos. Nesse sentido, cabe avaliar quais as condições sob as quais competiam as legendas incluídas neste estudo. Para tanto, será analisada a variável de maior importância na determinação do quão aberto é um sistema para a entrada de partidos, a magnitude dos distritos. Tal dimensão é um indicador do quão “permeável” é um sistema eleitoral, uma vez que determina o número de cadeiras em disputa e, portanto, a barreira efetiva, isto é, a quantidade de votos necessários para obter uma delas.

Os países analisados aqui empregam essencialmente dois tipos de sistema eleitoral para a escolha dos representantes da Câmara Baixa. Com exceção de Bolívia e Venezuela, que adotam o sistema misto, Argentina, Brasil, Colômbia, Equador e Uruguai empregam formas específicas de representação proporcional. Tal distinção implica em lógicas diferentes de competição, pois a presença de dois tipos de lista no sistema misto institui, na prática, duas eleições simultâneas disputadas pelos mesmos partidos para ocupar vagas na mesma instituição. Adaptar-se a estas duas formas de competição concomitantes requer dos partidos estratégias e desenvolvimentos diferentes. Não obstante, para efeitos de medir a permeabilidade do sistema, isto é, do quão fácil é obter uma cadeira, a magnitude dos distritos, denominada com a letra *M*, é um indicador que permite comparar as duas famílias de sistemas eleitorais. Sendo assim, optamos por reportar os dados da magnitude média dos distritos nas listas proporcionais destes países.



Na Tabela 1 constam os dados referentes à magnitude média dos distritos dos países em análise, bem como o tamanho dos respectivos distritos com menor e maior magnitude. Os dados evidenciam a grande variação existente neste quesito tanto entre, quanto intra-países. As magnitudes máximas apresentam grande variação, com valores entre 70, verificadas na Argentina e no Brasil e 3, na Venezuela, ao passo que as magnitudes mínimas variam entre 8, no Brasil e 2 nos demais países com exceção da Argentina. As médias também variam bastante com a máxima de 19 assentos no Brasil e a mínima de 2,1 na Venezuela.

**Tabela 1 - Magnitudes média, máxima e mínima dos distritos eleitorais para a Câmara Baixa**

País	Média	Máxima	Mínima
Argentina	10,3	70	5
Bolívia	6,7	14	2
Brasil	19	70	8
Colômbia	5	18	2
Equador	4,3	17	2
Uruguai	2,5	41	2
Venezuela	2,1	3	2

Fontes: IDEA International  
 Political Database of the Americas  
 Organo Electoral Plurinacional de Bolívia  
 Camara Nacional Electoral de Argentina

Os dados apontam que há consideráveis diferenças na permeabilidade dos sistemas eleitorais adotados nos países em análise. Tomando-se como referência a magnitude média dos distritos, é possível afirmar que a entrada de legendas novas ou de menor porte requer menor quantidade de votos proporcionalmente em países como o Brasil e a Argentina se comparados aos casos de Uruguai ou Venezuela. Para estabelecer uma comparação entre os distintos sistemas é útil recorrer ao conceito de barreira eleitoral efetiva. Trata-se da quantidade mínima de votos que uma legenda precisa obter para assegurar uma vaga em um distrito eleitoral e é determinada pela magnitude destes<sup>8</sup>. Em um distrito com magnitude de 10 assentos, por exemplo, um partido garante uma cadeira com 6,6% +1 dos votos. Tal número sobe para 12,5% + 1 dos votos em distritos com  $M = 5$ . Desta forma, é consideravelmente mais fácil uma legenda obter representação no primeiro distrito do que no segundo.

O mesmo raciocínio pode ser estendido aos países em análise, considerando as magnitudes médias, mínimas e máximas. A tabela 2 relaciona as barreiras eleitorais efetivas destes países indicando os sistemas mais e menos permeáveis. O

<sup>8</sup> Utilizamos para o cálculos das barreiras eleitorais efetivas a fórmula indicada por Lijphart (2011 [1999]):  $B = \frac{75\%}{(M+1)}$ , onde  $M$  é a magnitude do distrito em questão.

Brasil destaca-se como o sistema mais aberto em todas as dimensões. Além de ter a menor barreira média, o país tem também, juntamente com a Argentina, a menor barreira em distritos com magnitude máxima ( $M = 70$  em ambos os países) e a menor barreira entre as magnitudes mínimas, em seus distritos com  $M = 8$ . No distrito de São Paulo, um partido precisa obter somente  $1,1\% + 1$  dos votos válidos para eleger um deputado federal, isto é, necessita do apoio de 359.867 eleitores<sup>9</sup> entre os mais de 32 milhões aptos a votar. Em contraste, a grande quantidade de países com distritos binominais gera barreiras consideravelmente altas, nas quais é necessário obter pelo menos  $25\% + 1$  dos votos para assegurar uma cadeira, o que, como visto é um efeito fortemente limitador da competição eleitoral partidária. A Venezuela emerge como o sistema mais restritivo, apresentando barreiras altas em todas as dimensões. Na média, um partido venezuelano precisa obter  $24,2\% + 1$  dos votos em um distrito para eleger um deputado para a Assembleia Nacional, valor não muito distante da barreira efetiva nos distritos de menor magnitude ( $25\% + 1$ ).

**Tabela 2 - Barreiras Efetivas dos Distritos - Percentual de votos + 1**

País	Barreira Efetiva Magnitude Média	Barreira Efetiva Magnitude Máxima	Barreira Efetiva Magnitude Mínima
Argentina	6,6% + 1	1,1% + 1	12,5% + 1
Bolívia	9,7% + 1	5,0% + 1	25,0% + 1
Brasil	3,8% + 1	1,1% + 1	8,3% + 1
Colômbia	12,5% + 1	3,9% + 1	25,0% + 1
Equador	14,2% + 1	4,2% + 1	25,0% + 1
Uruguai	21,4% + 1	1,8% + 1	25,0% + 1
Venezuela	24,2% + 1	18,8% + 1	25,0% + 1

Fonte: elaborado pelo autor

A variação das barreiras eleitorais permite identificar em quais países a competição é mais aberta e, portanto, onde partidos novos e/ou incipientes teriam maiores chances de entrada. Neste sentido, Brasil e Venezuela são respectivamente os polos mais permissivo e mais restritivo do conjunto de nações avaliadas. A Argentina é o segundo sistema mais permissivo, seguida pela Bolívia. Juntos os três primeiros países da tabela 2 possuem distritos com magnitude média elevada em relação aos demais e, portanto, barreiras efetivas menos restritivas. Outro grupo é formado por Colômbia, Equador e Uruguai que possuem distritos com magnitude máxima alta os quais, entretanto, são contrabalanceados por distritos de magnitude mínima baixa ( $M = 2$ ), fato que eleva sua barreira efetiva média. No caso uruguaio,

<sup>9</sup> Considerando-se um universo de 32.715.097 eleitores no estado de acordo com o TSE.  
Fonte: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo>> consultado em 24/05/2019.

entretanto, cabe ressaltar a grande disparidade entre os dois maiores distritos, Montevideu com 41 assentos e Canelones, com 14, e os demais. Juntas estas duas circunscrições representam 55% dos assentos em disputa para a Câmara Baixa uruguaia, o que, em termos práticos, significa a existência de dinâmicas distintas de disputa entre estas duas realidades.

Em que pese a grande diferença de valores nas magnitudes e barreiras eleitorais efetivas, todos os sistemas políticos em análise com exceção da Venezuela podem ser considerados como permeáveis. Mesmo países que adotam distritos de magnitude baixa os conjugam com outros de magnitude alta, de sorte que o efeito dos sistemas eleitorais tem menor relevância para os casos estudados, como será demonstrado no próximo capítulo. Em 6 dos 7 países analisados há distritos com barreiras efetivas iguais ou inferiores a 5% dos votos, o que consiste em um valor relativamente baixo. Ademais, há casos de partidos bem sucedidos em países com barreiras mais exigentes e casos de fracasso em países com sistemas em tese mais permeáveis. Para propósitos do tipo de análise aqui delineado e para os casos abordados, portanto, fatores institucionais têm menor relevância no que tange a caracterização dos desempenhos.

A única exceção é o caso venezuelano que apresenta um sistema eleitoral consideravelmente restritivo. Contudo, este não foi sempre o caso do país no período em análise. De 1958 até 1993 a Venezuela adotou um sistema proporcional de lista fechada com fórmula de distribuição de sobras d'Hondt (BENOIT, 2001). Adicionalmente, o sistema venezuelano vigente até 1983 garantia que, pelo princípio da representação proporcional de minorias, a votação total nacional dos partidos também serviria para garantir-lhes assentos nas casas legislativas. Tal dispositivo previa inclusive a atribuição de cadeiras adicionais, especialmente no Senado, para que partidos não restassem sub-representados (BENOIT, op. cit). Tratava-se, portanto, de um sistema bastante permeável com grandes incentivos à entrada de novas legendas e considerável facilidade para seu crescimento em termos eleitorais. Entretanto, durante todo o período de vigência de tais regras (1958 - 1993) somente dois partidos lograram ser consistentemente competitivos e dominar a política Venezuelana, os tradicionais AD e COPEI. Tal fato corrobora a visão de Sartori (1976), de acordo com a qual a estruturação do sistema partidário pode mitigar, ou mesmo anular, os efeitos multiplicadores de sistemas eleitorais muito permissivos.

Os fatores institucionais, conquanto sejam de grande importância, possuem um papel secundário no que se refere a determinar o sucesso ou fracasso de partidos desafiantes, pelo menos nos países em análise. A premissa é de que tais atores podem prosperar mesmo em ambientes institucionais menos favoráveis a entrada de

atores novos ou periféricos. A chave para tanto, é, como mencionado, o desenvolvimento de suas capacidades e sua institucionalização que os permite enfrentar as contingências impostas pelo meio institucional e por outros atores.

No próximo capítulo serão apresentados os partidos a serem analisados, os critérios para distinguir os casos de sucesso e de fracasso, bem como a operacionalização das dimensões de análise e a metodologia. A seleção de casos engloba partidos de países latino-americanos nos quais pelo menos uma legenda que se enquadra na definição proposta aqui teve destaque no período analisado. O capítulo conta com uma descrição da trajetória dos partidos estudados e de algumas de suas características que justifiquem sua classificação como desafiantes de esquerda.

## Capítulo 2

### 2.1 Critérios de sucesso e fracasso

A literatura que analisa o desempenho de partidos políticos mobiliza uma grande variedade de indicadores para mensurar seu fracasso ou sucesso. O critério mais comum é o eleitoral no qual o êxito de um partido é medido em termos da parcela de votos que ele obtém em eleições (HARMEL e ROBERTSON, 1985; MEGUID, 2005; TAVITS, 2008, 2012; BOLLEYER e BYTZEK, 2013). A lógica por trás desta opção é bastante clara e guarda proximidade com a já referida definição de Downs (1957/1999) segundo a qual partidos se distinguem por serem organizações voltadas para a competição eleitoral. Os partidos serão tão relevantes quanto maior for a preferência do eleitorado por eles.

Outro possível indicador que decorre da performance eleitoral é a quantidade de cargos conquistados (HARMEL e ROBERTSON, 1985) que traduz a capacidade de aceder a posições institucionais e de adquirir relevância o jogo político, bem como de exercer as funções de representação e de governo. Trata-se de uma opção mais abrangente que privilegia a face institucional do partido como indicador de seu grau de êxito. Contudo, é um indicador menos direto quando se leva em consideração que seu efeito é mediado pelo sistema eleitoral, ou seja, não se trata de uma medida direta do sucesso em obter apoio.

Outros possíveis critérios de sucesso menos utilizados incluem participação em gabinetes ministeriais e secretarias ou em coalizões de governo. Tais indicadores mensuram a relevância de um partido político no governo e traduzem parcialmente o conceito de potencial de coalizão, formulado por Sartori (1976) para identificar partidos relevantes em um determinado sistema político. O uso destes indicadores enfatiza o papel das legendas na composição de governo e na sua capacidade de exercício do poder.

Embora tais medidas tenham ampla aceitação na literatura dedicada ao tema, elas não traduzem um elemento central da definição dos partidos desafiantes, qual seja, sua ambição de alterar a dinâmica política de seu sistema a partir da introdução de um novo eixo de competição. Ainda que tal tarefa pressuponha a expansão da votação e a conquista progressiva de cargos, estes não são os indicadores principais da efetivação deste objetivo. Um partido desafiante bem sucedido é aquele que, ao longo de sua trajetória logra ocupar o centro da disputa de seu sistema político.

O conceito de estrutura da competição, formulado por Peter Mair (1996; 2006) ajuda compreender esta noção. De acordo com o autor, a estruturação de um sistema

partidário se dá a partir da competição pelo Executivo. É a forma como se processa a disputa por este cargo que define as características do sistema partidário e da competição política. Mair argumenta que a competição pelo núcleo (*core*) do sistema pode ser fechada, quando há poucos atores com chances reais de ocupar tal cargo e estes atores são previsíveis ao longo do tempo; ou pode ser aberta, situação na qual, no limite, qualquer partido tem chances reais de disputa pelo “centro” e não há regularidade temporal que permita prever quem o ocupará. No primeiro caso trata-se de um sistema estruturado e consolidado, no segundo, de um quadro incipiente e não institucionalizado.

Assim, o melhor parâmetro para definir o grau de sucesso de um partido desafiante é estabelecer se ele foi capaz de alçar-se à condição de ocupante ou de postulante consolidado do “centro” da competição em seu sistema. No caso dos países da América Latina, que são todos presidencialistas, este centro é o Executivo Nacional. A Presidência é o órgão máximo de exercício de poder político nos países da região. É a partir dela que os partidos políticos conseguem implementar políticas de amplo alcance e com impacto sistêmico. Ademais, são as Presidências que controlam o maior volume de recursos nas democracias latino-americanas. Dessa forma, para definir o sucesso ou o fracasso de uma legenda desafiante é necessário ter a Presidência como parâmetro.

Conforme sintetiza Lopez (2005), os partidos desafiantes exitosos são aqueles que conseguiram se integrar ao sistema tornando-se atores *estáveis* e *relevantes*. Ademais, como observam Kessler, Krause e Lucca (2013), grande parte do processo político e eleitoral nos países da América Latina é orientado pela disputa ao executivo nacional de modo que esta é uma dimensão importante na definição do êxito ou fracasso de partidos desafiantes.

O critério da estabilidade implica que o partido seja um ator capaz de manter uma trajetória constante e consistente de votações e de presença no poder, seja na oposição ou no governo. Em relação ao critério de relevância, convém retomar os critérios formulados por Sartori (1976) para definir quais legendas são de fato relevantes no âmbito de um sistema partidário:

- Regra 1: um partido é irrelevante sempre que continua, ao longo do tempo, a nunca ser necessário a ou integrado em qualquer coalizão majoritária.
- Regra 2: um partido tem condições de relevância sempre que sua existência, ou aparência, reflete a tática da competição partidária e particularmente quando modifica a direção da competição. (SARTORI, 1976)

Em termos da operacionalização empírica destes critérios nesta tese, um partido poderá ser considerado exitoso quando:

- Conseguir se manter no jogo político ao longo do período analisado; e
- Conseguir eleger o chefe do executivo nacional ou se converter em uma das duas principais alternativas eleitorais para o executivo nacional.

A partir destes dois critérios os partidos analisados neste estudo serão classificados como sendo casos exitosos ou fracassados.

## 2.2 Os casos

Para desenvolver a análise proposta foram selecionados 8 partidos desafiantes de países distintos do continente sul-americano, contendo tanto casos de sucesso como de fracasso tal como definidos pelos critérios enunciados. Os países nos quais os partidos atuaram possuem características institucionais variadas, guardando em comum o fato de serem todos presidencialistas e adotarem sistemas eleitorais proporcionais. A seleção engloba as principais regiões do Continente (Cone-sul, Andes e Caribe) apresentando, portanto, uma grande variação de contextos socioeconômicos e culturais. O quadro 3 lista os casos selecionados.

<b>Quadro 3 – Casos</b>		
<b>Partido</b>	<b>País</b>	<b>Desempenho</b>
Alianza Democratica M-19 - AD-M19	Colômbia	Fracasso
Frente Amplio – FA	Uruguai	Sucesso
Frente Pais Solidario – FREPASO	Argentina	Fracasso
Movimiento Indigena Pahacuti - MIP	Bolívia	Fracasso
La Causa Radical – LCR	Venezuela	Fracasso
Movimiento al Socialismo - MAS	Bolívia	Sucesso
Movimiento de Unidad Plurinacinal Patchakutik – Nuevo Pais MUPP-NP	Equador	Fracasso
Partido dos Trabalhadores – PT	Brasil	Sucesso

Fonte: elaboração própria

Com origens que remontam ao grupo guerrilheiro “Movimiento 19 de abril”, a Alianza Democrática M-19 surge em 9 de Março de 1990 liderada por Carlos Pizarro, responsável pela desmobilização do grupo. A criação da AD-M19 se deu no contexto de uma relativa abertura política ocorrida no país e que foi precipitada pelas negociações de paz entre o movimento e o governo do presidente Virgílio Barco.

Dentre as reivindicações para a deposição de armas incluía-se a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte cujos propósitos englobavam, dentre outros, a modificação das regras que impediam a criação de novos partidos diferentes dos tradicionais e a representação de minorias.

A despeito de ter elegido apenas uma representante nas eleições congressuais de 1990, o histórico eleitoral da AD-M19 é marcado por uma ascensão eleitoral expressiva em seu começo. No mesmo ano, a legenda havia sofrido uma marcante baixa com o assassinato de seu líder e candidato à presidência, Carlos Pizarro, supostamente com a colaboração do Governo Colombiano<sup>10</sup>. Tendo surgido em um contexto de duopólio partidário enraizado em torno de Liberais e Conservadores, a AD-M19 se viu desde o início de sua trajetória diante do desafio de tentar ser a terceira força na política colombiana. Em um primeiro momento, ela pareceu ser capaz de tal feito, uma vez que Antonio Navarro Wolff, que substituíra Pizarro na disputa presidencial de 1990, foi o terceiro candidato mais votado superando o concorrente do Partido Conservador. Ademais, em 1991 o partido obteve um êxito eleitoral expressivo, elegendo 19 representantes para a Assembleia Nacional Constituinte do mesmo ano, na qual elegeu Navarro como co-presidente. No mesmo ano ele seria nomeado ministro da saúde do governo Liberal de Cesar Gaviria.

O início promissor do partido não foi, entretanto, suficiente para consolidá-lo como ator relevante na política colombiana. A AD-M19 não aproveitou o sucesso inicial para fortalecer e expandir suas incipientes bases no país. Isso ocorreu, em parte, devido às divergências internas de suas lideranças quanto à melhor estratégia a ser adotada pelo partido (BOUDON, 1991). Navarro, que ocupava a presidência da legenda, optou por uma política de alianças eleitorais com outras legendas, enquanto outros líderes advogavam uma estratégia de ampliação de bases. Nos pleitos locais de 1992 o partido obteve um desempenho muito aquém do esperado, conquistando apenas uma prefeitura, 17 cadeiras em legislativos regionais e elegendo apenas 260 vereadores. Tampouco a experiência do partido à frente do ministério da saúde durante o governo Gaviria, responsável pela implementação de reformas neoliberais, ajudou o partido. Como afirmam Murillo e Mejía (1998), o desempenho da AD-M19 no comando da pasta destoou do perfil transformador esperado da legenda, pelo contrário, acabou por aproximar suas condutas daquelas clientelistas implementadas pelos partidos tradicionais. Como resultado, já em 1994 o partido vê sua votação e sua bancada diminuírem na Câmara dos deputados, além de perder representação no Senado. Nos anos seguintes, as divergências internas da legenda se acentuam e a

---

<sup>10</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/ex-chefe-da-inteligencia-colombiana-pega-30-anos-de-prisao-por-morte-de-luis-carlos-galan-20535511>



AD-M19, após tentativas frustradas de ampliar seu apoio entre o eleitorado colombiano acabou sendo dissolvida em 2000. Os remanescentes do partido chegam a disputar as eleições de 2002 retomando o nome do movimento, (M-19), mas obtém míseros 0,1% dos votos para a presidência e 0,5% para a Câmara baixa.

Como o próprio nome sugere, a Frente Ampla tem suas origens na junção de várias forças políticas uruguaias que se aglutinaram em torno de uma bandeira comum. Em 1971, os partidos Comunista, Socialista e Democrata Cristão juntamente com grupos de esquerda e dissidentes dos partidos Blanco e Colorado se uniram para criar uma frente de oposição às duas legendas tradicionais que dominavam a cena política uruguaia. A Frente Ampla tentou aproveitar, desde seu início, as conexões que seus entes fundadores mantinham com diversos setores organizados da sociedade uruguaia. Os comunistas desenvolveram uma estratégia marxista-leninista com o movimento trabalhista e os socialistas exploravam seus laços com o movimento estudantil e com a intelectuais (LUNA, 2007). O partido começa sua trajetória eleitoral no pleito de 1971 conquistando 18,3% dos votos, elegendo 18 deputados e 5 senadores. Estes, contudo, não lograram terminar seu mandato, pois, com o golpe de 1973 e a chegada dos militares ao poder, a legislatura vigente foi dissolvida e a FA foi posta na ilegalidade.

Durante todo o período da ditadura civil-militar (1973-1984), os membros da FA atuaram na ilegalidade nos vários movimentos de resistência ao regime. Muitos frenteamplistas foram detidos, torturados e presos por vários anos, ademais, o movimento trabalhista organizado foi fortemente desmobilizado pelos militares. Apesar do impacto negativo do período militar sobre a esquerda uruguaia, a FA ressurgiu no contexto da redemocratização apresentando uma votação ainda maior nas eleições de 1984. Em 1989, o partido conquista a prefeitura de Montevideú desenvolvendo uma administração bem-sucedida na capital, que se tornará nos anos seguintes um importante reduto eleitoral frenteamplista. O partido manteve desde então a prefeitura da cidade, totalizando 5 mandatos consecutivos no cargo. Na sequência, correntes mais moderadas deixam o partido para formar o Nuevo Espacio, legenda que compete pelo mesmo eleitorado da FA nas eleições nacionais de 1989, 1994 e 1999. Ainda assim, a FA conseguiu manter uma fatia semelhante do eleitorado, com a candidatura de Liber Seregni. Em 1994 o partido amplia sua votação, sinalizando seu êxito em desafiar os partidos estabelecidos, o que é reforçado pelo fato de que a votação obtida pelo Nuevo Espacio, se somada à votação da FA lhe garantiria a presidência naquele ano. O pleito de 94 marca a “virada” programática do partido, que sob a liderança de Tabaré Vasquez adota uma política mais flexível de alianças. Particularmente importante foi o vínculo estabelecido com o Partido Democrata

Cristiano (PDC) que havia saído da coligação Nuevo Espacio e forma com a FA a coalizão “Encuentro Progressista”.

Em 1996 os partidos Nacional e Colorado, ainda detentores de maiorias no legislativo, aprovam uma reforma eleitoral que adotou o segundo turno nas eleições presidenciais, acabou com o duplo voto simultâneo que possibilitava que os partidos lançassem mais de um candidato à presidência e introduziu primárias obrigatórias para que os partidos escolhessem candidato único ao executivo. A intenção da reforma era dificultar o avanço da FA, que se opôs a ela, contudo, ela apenas adia a chegada da FA ao poder, uma vez que o partido Colorado vence o pleito de 1999 apenas graças ao segundo turno. Em 2004 a FA conquista a presidência com Tabaré Vasquez, resultado que se deve também à extinção do Nuevo Espacio e o consequente retorno de muitos de seus membros para a FA. Em 2009 e em 2014 o partido permanece à frente do executivo nacional com a vitória de José Mujica e novamente Tabaré Vasquez, o que consolida a Frente Ampla como principal força da política uruguaia e marca o êxito do desafio que ela representa aos partidos tradicionais do país.

Na Argentina, a Frente País Solidário é outro caso de legenda nascida da união de partidos e grupos políticos de situados do centro à esquerda com o objetivo de se oporem a forças do *status quo*. Formada em 1993 a partir da Frente Grande<sup>11</sup>, a FREPASO representava uma tentativa de formar uma frente de opositores ao governo de Carlos Menem e à agenda de reformas neoliberais implementadas por ele.

Inicialmente, ainda como Frente Grande, o partido capitalizou o descontentamento de parte do eleitorado urbano argentino com o movimento de aproximação entre a Unión Cívica Radical e o governo Menem representado pelo “Pacto de Olivos” e pela aprovação, com a ajuda da bancada da UCR, de propostas de reforma da constituição defendidas pelo então presidente. Ainda que Raúl Afonsín, líder dos radicais, tenha expressado contrariedade à aliança com Menem, a aquiescência de seu partido acabou dando à Frente Grande uma janela de oportunidade para tentar se lançar como principal contestadora da guinada à direita do peronismo. Dessa forma, em 1994 já nas eleições para delegados constituintes que participariam da reforma constitucional convocada por Menem, a FG conquista 31 assentos<sup>12</sup>, sendo o terceiro partido nacional em termos de votos e cadeiras<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Sigla formada por dissidentes do Partido Justicialista, por egressos da Democracia Cristã e por setores da esquerda argentina.

<sup>12</sup>[http://mininterior.gov.ar/asuntos\\_politicos\\_y\\_electorales/dine/infogral/RESULTADOS%20HISTORICOS/1994.pdf](http://mininterior.gov.ar/asuntos_politicos_y_electorales/dine/infogral/RESULTADOS%20HISTORICOS/1994.pdf)

<sup>13</sup> Os partidos regionais, somados, elegeram um candidato a mais, mas não podem ser contados como uma única legenda. Fonte: Ministerio del Interior

Motivada pelo seu relativo sucesso inicial ela se converte definitivamente em FREPASO, em Agosto de 1994. No ano seguinte, a FREPASO se apresenta com candidatura própria às eleições presidenciais e sai das urnas como o segundo partido mais votado do país, atrás apenas do Partido Justicialista e relegando a UCR, pela primeira vez em sua história, ao terceiro lugar.

Apesar de seus êxitos iniciais, a FREPASO enfrentou dificuldades nos anos seguintes. O partido, que contava com forte base de apoio em Buenos Aires perde as primeiras eleições para prefeito na cidade para o candidato da UCR, Fernando De la Rúa. Dois anos após esta derrota, a FREPASO se une à UCR com o objetivo de disputar as próximas eleições presidenciais que seriam realizadas em 1999, na coligação batizada como “Alianza por el Trabajo, la Justicia y la Educación”. Aproveitando o desgaste do peronismo, acumulado durante os dois mandatos de Menem, a proposta da Alianza era unificar a oposição argentina em uma candidatura única e ampla o suficiente para obter a vitória nas eleições. Internamente, a coligação realizou primárias em 1998 nas quais a candidata frepasista Graciela Mejjide foi derrotada por Fernando de la Rúa. A líder da FREPASO seria lançada à disputa pelo governo da Província Autônoma de Buenos Aires, sendo derrotada no mesmo ano.

Com efeito, o cálculo feito pelos integrantes da Alianza provou-se correto uma vez que, no pleito de 1999, a coalizão elegeu de la Rúa presidente e vice Carlos Álvarez da FREPASO. A chegada da Alianza ao executivo nacional, conquanto tenha representado um passo muito grande para uma legenda nova como a FREPASO acabou se revelando desastrosa para o partido. O governo De la Rúa teve que lidar já em seus primeiros meses com a eclosão da grave crise econômica argentina cujo impacto na sociedade e as medidas de ajuste tomadas para enfrenta-la desestruturaram a base de apoio da Alianza e determinaram a queda do governo em 2001. Antes da renúncia do presidente De la Rúa, entretanto, a FREPASO já havia sido fortemente atingida pela crise, quando a reforma trabalhista proposta por um ministro do partido fez eclodir um escândalo de subornos no senado e determinou a renúncia de Alvarez da vice-presidência. Ademais, o partido continuou apoiando o impopular governo da Alianza até seu fim prematuro.

A FREPASO chega ao fim juntamente com a derrocada da experiência aliancista no executivo nacional. O partido não resiste ao desgaste gerado pela crise e se divide novamente, com algumas de suas facções iniciais, como a Frente Grande, retomando sua atividade. À primeira vista, a decisão de se manter em uma coalizão governante altamente impopular parece ter sido um equívoco evidente da FREPASO,

contudo, como aponta Labaqui (2005) a permanência no governo da Alianza sempre foi a opção com o *pay-off* mais alto na perspectiva do partido, dada a informação com a qual a FREPASO contava. Apostar no sucesso da Alianza era a forma aparentemente mais eficiente de tentar implementar os objetivos programáticos da legenda.

Na Bolívia, Movimiento Indígena Pachakuti foi fundado em 2000, tendo como líder o ativista indígena aymará Felipe Quispe. O MIP tentou aglutinar, desde seu início, o voto das diversas etnias indígenas bolivianas, ativando uma clivagem que se manteve dormente durante boa parte da história boliviana. O partido, como o nome sugere, é o desdobramento de um movimento indigenista prévio, que optou por atuar também pela via eleitoral. Em sua origem, o MIP esteve ligado aos movimentos de trabalhadores indígenas e particularmente à *Confederación Sindical Unica de los Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB) da qual Quispe era membro (PANNAIN, 2014). Tal organização foi importante para fornecer ao MIP as bases para a mobilização dos setores indígenas ligados à confederação. Ademais, as raízes em meio ao movimento trabalhista organizado conferiram ao MIP uma dimensão não apenas indígena, mas também operária.

A primeira eleição na qual o MIP concorreu foi o pleito para a Câmara dos Deputados em 2002. O partido elege apenas 6 deputados para a casa, que conta com 130 assentos. Quispe, candidato à presidência no mesmo pleito não se classificou para o segundo turno<sup>14</sup>. Nas eleições gerais de 2005 o partido não foi capaz de eleger nenhum representante no Congresso. Felipe Quispe concorreu novamente à presidência, mas obteve votação menor do que em sua primeira tentativa. No ano seguinte, o partido se dissolveu após outro mal desempenho da candidatura de Quispe e a ascensão de Evo Morales e do MAS como representantes das etnias indígenas. A competição com outro partido de origem indígena e o radicalismo de suas bandeiras são razões comumente apontadas para explicar a breve trajetória e o fracasso do MIP que desde o início de sua trajetória teve como concorrente o MAS de Evo Morales, cujo apelo mais plural lhe garantia apoio também entre setores não indígenas da população boliviana.

As origens do Movimiento al Socialismo (MAS) remontam ao crescimento no número de plantadores de coca na região indígena de Cochabamba ao longo da década de 80, após o desmantelamento da Corporación Minera de Bolivia (COMIBOL). A organização nasce no seio dos setores produtores de coca (cocaleros) do altiplano boliviano, em sua grande maioria de origens indígenas Quechua e

---

<sup>14</sup> De acordo com a lei eleitoral então vigente, os membros do Congresso escolhiam o presidente dentre os dois mais votados no segundo turno.

Aymar , que aderiram   central de trabalhadores boliviana (CSTUCB) para defender o cultivo da “folha sagrada”. A organiza o que daria origem ao MAS foi fundada durante o encontro “Tierra, Territorio y Instrumento Político” que reuniu diversos sindicatos e confedera es trabalhistas e campesinas da Bolívia. Com o nome de “Asamblea Soberana de los Pueblos” (ASP), a organiza o disputou as elei es de 1995, 1997 e 1999 em outras legendas de esquerda bolivianas devido   falta de registro como partido político. Em 1998 uma disputa política interna levou   saída de quadros da ASP liderados por Evo Morales e   funda o do Instrumento Político para la Soberania de los Pueblos (IPSP), mais tarde tornado MAS-IPSP quando de seu registro para as elei es. Dadas suas origens, o MAS articulava a defesa de uma bandeira identitária étnica indígena com uma plataforma socialista herdada de sua g nese na CSUTCB. Tal combina o viria a lhe garantir vantagens competitivas futuramente.

O primeiro pleito do partido enquanto tal ocorre em 1999 com a disputa das prefeituras e dos legislativos municipais. O MAS elegeu 81 conselheiros municipais e nenhum prefeito nos 23 municípios bolivianos, obtendo 3,3% dos votos em todo o país. Os anos que se seguiram   elei o são marcados por uma série de mobiliza es populares e contesta es aos partidos do *status quo* boliviano com forte participa o indígena nas revoltas Aymar  e na Guerra da água de Cochabamba. Em todas elas, o MAS buscou se consolidar junto às popula es indígenas, ao campesinato e aos trabalhadores. Tal estratégia rendeu frutos já na elei o seguinte, em 2002, quando Morales se sagra como o segundo candidato mais votado para a Presidência, obtendo 20,9% dos votos. Ademais, o partido elegeu 27 deputados e 8 senadores. A ascensão do MAS se consolidaria nas elei es de 2005, nas quais Morales conquista a Presidência com 53,7% dos votos, o partido obtém maioria na Câmara dos Deputados, com 72 cadeiras e elege 12 senadores. Nos anos que se seguem, Morales e o MAS permanecem   frente no governo do país, aumentando sua margem de votos e seu domínio no legislativo nas elei es gerais de 2009 e 2014, vencendo dois referendos importantes em 2008 e 2015, aprovando o referendo constitucional que permitiu a promulga o de uma nova constitui o em 2009 e expandindo sua base nas elei es regionais e municipais.

Também de origem indígena   o Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik Nuevo País (MUPP- NP), fundado em 1995 a partir da união de vários movimentos indigenistas do Equador. Assim com o MIP e o MAS bolivianos, o MUPP- NP alia a defesa de valores tradicionais dos povos indígenas locais com a crítica ao modelo neoliberal que foi implementado no país ao longo das décadas de 80 e 90. Diferentemente dos dois outros partidos, entretanto, o MUPP-NP não se articulou em

torno de uma liderança específica, não apresentando uma figura carismática como o são Morales e Quispe.

O primeiro pleito do partido foram as eleições presidenciais de 1996, nas quais o MUPP-NP lançou a candidatura de Freddy Zurita sendo o terceiro colocado na disputa pelo executivo nacional. No pleito para o legislativo o partido elegeu 8 representantes para a Câmara dos Deputados. Nas eleições gerais de 1998, convocadas após a interrupção do mandato presidencial de Abdalá Bucaram pelo Congresso, o MUPP-NP concorre à Presidência com o mesmo candidato, mas obtém uma votação menor à da disputa anterior, ficando em quarto lugar. Há também uma diminuição da bancada no legislativo nacional, onde o MUPP-NP conquista 5 cadeiras mesmo tendo ampliado sua votação em relação à eleição anterior. Nos anos que se seguem, o partido participará ativamente na oposição ao presidente eleito, Jamil Mahuad, que será deposto em 2000 por um movimento indígena-civil-militar, e se converte em uma importante força política no país. Em 2002, o MUPP-NP apoia a candidatura à Presidência do coronel Lucio Gutierrez, pelo Partido Sociedad Patriótica (PSP), um dos líderes da deposição de Mahuad, que se sagra vencedora no segundo turno. Nas legislativas, o partido obteve 11 assentos na Câmara dos Deputados.

Apesar de integrar a coalizão de governo de Gutierrez recebendo pastas ministeriais, o MUPP-NP passa à oposição cerca de 6 meses após o início do mandato, por discordar das condução corrupta e autoritária do presidente e por considerar que ele rompeu os acordos pré-eleitorais. Em 2006 o partido volta a concorrer com candidatura de Luis Macas à presidência ficando em sexto lugar. No legislativo, obteve apenas 6 cadeiras. Apesar de haver lançado candidatura própria, MUPP-NP apoiou Rafael Correa em seu primeiro mandato, participando da aprovação da nova Constituição em 2008. Em 2009, no entanto, após apoiar a nova candidatura presidencial de Correa, o partido rompe a aliança e passa à oposição. Na ocasião o MUPP-NP consegue apenas 4 cadeiras no legislativo. Em 2013 o partido integra a frente Unidad Nacional de las Izquierdas e obtém 6 cadeiras, tendo apoiado a candidatura à Presidência de Alberto Costa, o qual ficou em sexto na disputa.

O partido La Causa Radical (LCR) surgiu em 1971 como uma legenda socialista cujas origens se encontram nos movimentos sindicais venezuelanos e em dissidências do Partido Comunista da Venezuela (PCV). A legenda era inicialmente forte na região de Guayana, no estado de Bolívar, onde seu líder fundador Alfredo Maneiro teve forte atuação nos sindicatos locais especialmente aquele dos trabalhadores do setor têxtil. A experiência junto aos sindicatos, em particular na série de greves organizadas durante a década de 80 no país, foi crucial para que a LCR

desfiasse o domínio da Alianza Democrática (AD) sobre o movimento sindical organizado venezuelano (HELLINGER, 1996).

A decisão de privilegiar a atuação de base nos movimentos trabalhistas manteve a LCR fora das disputas eleitorais em seus primeiros anos. A estratégia do partido era tentar obter uma hegemonia na sociedade civil e, em particular, junto ao proletariado (HELLINGER, op. cit). Neste quesito, o partido se diferenciava de outro concorrente, o Movimiento Al Socialismo (MAS), também oriundo do PCV e que empregava uma estratégia mais ortodoxa inspirada nos conceitos leinistas de partido de vanguarda. A primeira participação da LCR em eleições ocorre no pleito de 1983 no qual seu presidente Andrés Velásquez, que substituíra o recém-falecido Maneiro, obteve votação baixa para a Presidência da República. O partido também concorreu no pleito para a Câmara dos Deputados, não elegendo nenhum representante. Nas eleições seguintes, em 1988, a LCR tem outro fraco desempenho no pleito para o Executivo nacional, novamente com Velásquez na chapa e conseguiu eleger 3 deputados para a câmara baixa venezuelana. Com a introdução de eleições regionais no ano seguinte, o partido elege Velásquez como governador do estado de Bolívar, sendo o primeiro partido a quebrar o duopólio AD-COPEI no comando dos estados.

A ascensão da LCR ocorre a partir da década de 90 na esteira da crise do sistema partidário Venezuelano que começa a ruir com a contestação sempre mais forte ao duopólio constituído por AD e COPEI. No pleito nacional de 1993 o partido apresenta Andrés Velásquez para disputar o executivo nacional e termina a disputa em quarto lugar, em uma campanha altamente competitiva, na qual o candidato vencedor – Rafael Caldera – pela Convergência Nacional obteve 30,5% dos votos. O bom desempenho se deu também no pleito para o legislativo nacional, onde a LCR conquista 40 cadeiras na Câmara e 09 no Senado. A aparente ascensão do partido, no entanto, não se confirmaria nas eleições seguintes. Em 1998 o contexto político era de contestação ampla e generalizada dos dois principais partidos, da classe política e do ajuste neoliberal e seus efeitos deletérios na sociedade venezuelana. A emergência de Hugo Chavez e sua proposta de refundação do sistema político venezuelano. atingiu tanto AD e COPEI, quanto as alternativas moderadas de esquerda como a LCR, que viu sua bancada diminuir para 6 deputados e apenas uma cadeira no Senado. Ademais, boa parte desta queda se deve ao esvaziamento de importantes quadros de esquerda que deixaram o partido para se juntar ao Movimiento V Republica (MVR) de Chavez.

Em 2000, nas eleições convocadas após a realização da Assembleia Constituinte o candidato radical, Francisco Cárdenas, fica em segundo lugar na disputa pela presidência, sendo derrotado por Chavez. Cárdenas se tornara a principal

alternativa de oposição ao chavismo após a desistência da candidatura da AD à presidência, de modo que sua votação refletia o amplo espectro dos eleitores não-chavistas. Não se tratava, portanto, somente de apoio à LCR, tanto que o desempenho do partido no pleito para o legislativo é muito fraco, conquistando apenas 03 assentos. Nos anos seguintes, o partido atua na oposição ao chavismo integrando coalizões que tentaram derrotar o Chavez e sua nova legenda, o PSUV, algumas das quais bastante heterogêneas do no que tange aos posicionamentos ideológicos. Em que pese a deterioração da democracia e das condições de competição eleitoral que se verificaram na Venezuela a partir de 2002, a LCR, entretanto, não consegue recuperar o bom desempenho apresentado em 1993, não elegendo nenhum de seus candidatos para o legislativo nacional em 2005, apenas 03 deputados em 2010 e 04 em 2015.

O Partido dos Trabalhadores (PT) surge em 1980 quando da abertura do sistema partidário até então mantido artificialmente bipartidário pela ditadura militar. O partido reuniu em sua gênese um conjunto bastante heterogêneo de grupos políticos, dentre os quais, expoentes do chamado “novo sindicalismo”, com destaque para as lideranças metalúrgicas do ABC paulista, movimentos sociais dos mais diversos matizes, setores da Igreja Católica vinculados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), setores da intelectualidade e da academia, além de uma série de pequenas organizações de caráter marxista. O PT defende uma vertente do socialismo democrático e buscou distanciar-se em seus primeiros anos da ortodoxia comunista em face da decadência da URSS e da posterior queda do bloco soviético.

Em 1982 o partido elege em sua primeira experiência eleitoral 8 deputados federais, 13 deputados estaduais e 2 prefeitos. Em 1985, depois de se abster no Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves, o partido conquista sua primeira prefeitura em capitais na cidade de Fortaleza. Nas eleições gerais de 1986 o partido dobra o número de deputados na Câmara, elegendo dentre eles Luiz Inácio Lula da Silva, seu principal líder histórico, como o mais votado. A bancada seria também responsável pela participação petista na Constituinte de 1988. As eleições presidenciais de 1989, as primeiras de forma direta para o cargo desde a redemocratização, são um marco na história do partido. A candidatura de Lula, naquele pleito posicionou o PT como principal alternativa competitiva de esquerda na disputa pelo executivo nacional (MELO e CÂMARA, 2012). No contexto das eleições, a legenda disputou a hegemonia do campo de esquerda com o Partido Democrático Trabalhista (PDT) fundado por Leonel Brizola, um político de trajetória consolidada e historicamente vinculado ao trabalhismo e à esquerda. Durante a campanha, o partido se viu diante do desafio de mobilizar intensamente sua base como estratégia de



competição por votos, em especial para vencer a corrida do primeiro turno contra Brizola. A chegada ao segundo turno naquela eleição abriu as portas para que o PT viesse a se tornar um dos protagonistas da política brasileira nas décadas que se seguem. Nas seguintes disputas pela presidência, em 1994 e 1998 o PT é derrotado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na concorrência pela Presidência, mas tem início um padrão de competição polarizada entre estes dois partidos pelo cargo (MELO e CÂMARA, 2012) que durará pelo menos até o pleito de 2014

As eleições de 2002 marcam a conquista do executivo nacional, com a vitória de Lula sobre José Serra do PSDB. O resultado consagra a ascensão eleitoral do PT que no arco de 20 anos de existência se tornou um dos principais partidos brasileiros. Nas mesmas eleições o partido conquista 10 cadeiras no Senado, 91 na Câmara dos Deputados, elege 3 governadores e 134 deputados estaduais. O PT se consolida como uma das experiências mais bem sucedidas de partido de esquerda no mundo vencendo mais 3 mandatos para a presidência, em 2006 com Lula e em 2010 e 2014 com Dilma Rousseff. Nesse período o partido também se fortaleceu no Legislativo nacional elegendo grandes bancadas na Câmara e no Senado, nos Estados com a conquista de governos e de bancadas expressivas nas Assembleias e nos municípios tornando-se um dos partidos com maior número de prefeituras.

Contudo, a longa experiência institucional, sobretudo no executivo nacional, acabou por legar ao partido seus maiores desgastes. O PT se envolveu em rumorosos escândalos de corrupção, viu seus índices de identificação entre o eleitorado oscilarem vertiginosamente, caindo, segundo o DataFolha, de 31% para pouco mais de 10% entre 2013 e 2015, enquanto assistiu a um progressivo crescimento de um forte sentimento de rejeição ao partido. Na eleição de 2006, em consequência do episódio do “mensalão” perdeu parcela expressiva do eleitorado de classe média, ainda que tal perda fosse compensada por novos eleitores, beneficiados pelos programas de inclusão social implementado pelo governo Lula.

Em 2016, assistiu ao impeachment de Dilma Rousseff, que tirou o partido da Presidência após 14 anos, e logo após sofreu derrotas significativas nas eleições municipais quando perdeu 60% de suas prefeituras. Atualmente o partido enfrenta a maior crise desde sua fundação. Em 2018, a manutenção da inviável candidatura presidencial de Lula e sua posterior substituição pelo ex-ministro da educação e ex-prefeito de São Paulo (2012-2016) Fernando Haddad, permitiu-lhe manter-se como um dos polos da disputa. Mesmo que o forte sentimento antipetista tenha facilitado a vitória de Jair Bolsonaro, concorrendo pelo até então nanico Partido Social Liberal, o

PT logrou manter sua relevância eleitoral e parlamentar, elegendo a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados.

### **2.3 Desempenho eleitoral dos partidos desafiantes**

Conforme argumentado anteriormente neste capítulo, a noção de sucesso e fracasso aplicada aos partidos desafiantes orienta-se fundamentalmente por sua capacidade de se inserirem no sistema partidário tornando-se atores centrais do jogo político. Tal objetivo pressupõe necessariamente um desempenho eleitoral caracterizado pela expansão de apoio nas urnas e pela transformação do partido em uma das principais alternativas ao executivo nacional. Ambos os indicadores são relacionados ao apoio que o partido consegue angariar junto à sociedade, o que, por sua vez indica sua relevância dentro do sistema partidário.

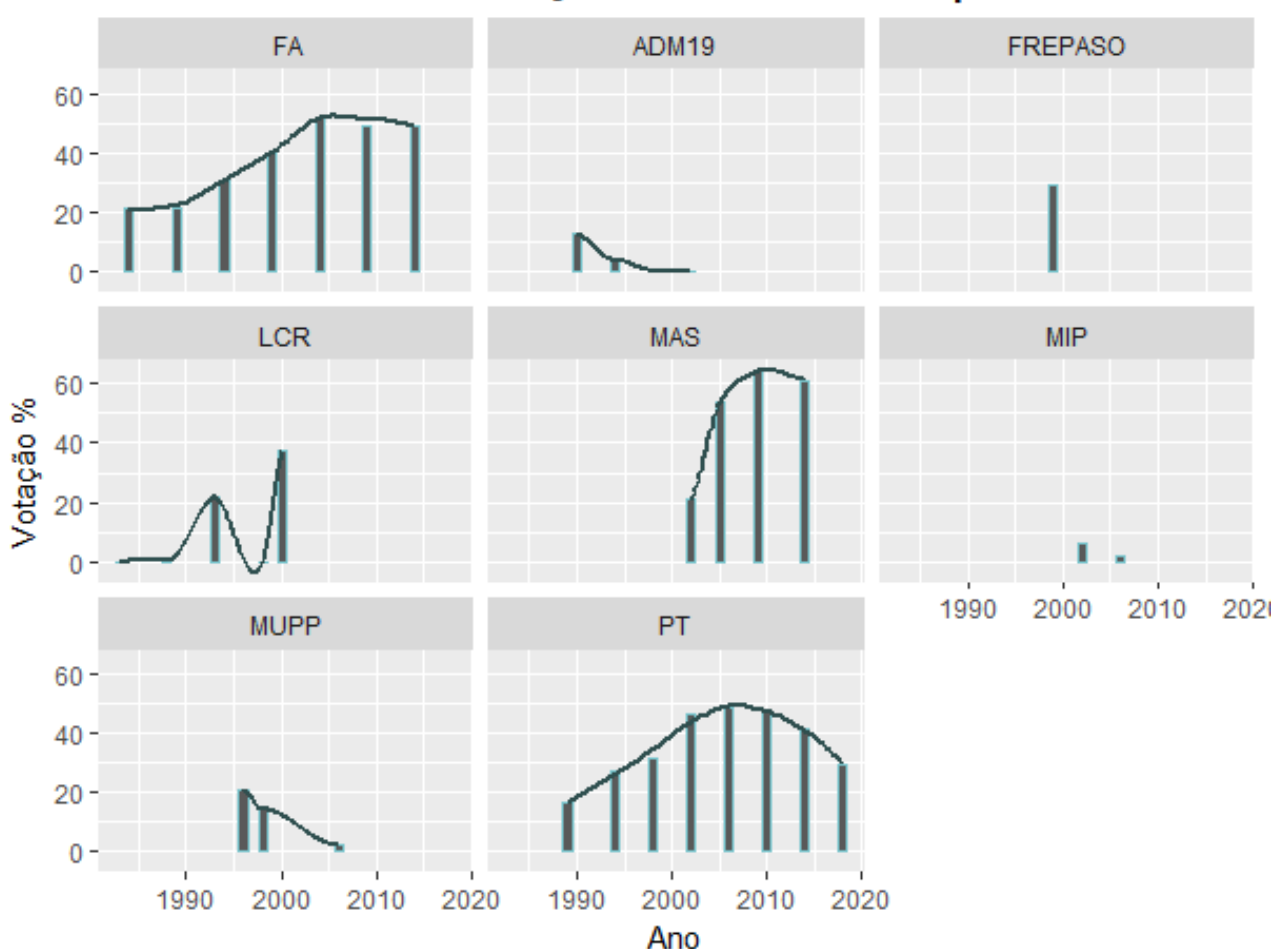
Conquanto a conquista de votos *per se* seja um objetivo comum a todos os partidos políticos, como afirma Downs (1957), ela é enquadrada aqui como um meio para os partidos desafiantes. Ela indica, portanto o grau de eficiência destes partidos em desafiar o sistema e atrair para si a adesão de militantes e eleitores. Quanto mais eficiente, maior as chances de ser bem sucedido. De maneira análoga, a ascensão do partido a uma das duas principais forças postulantes ao executivo nacional é sintomática da importância que ele adquire no sistema partidário.

Dessa forma, para classificar os desempenhos dos partidos incluídos neste estudo apresentados no quadro 3 analisa-se neste capítulo a votação que estes partidos obtiveram nas eleições para o executivo nacional ao longo de sua história, bem como a consolidação ou não deles como postulantes principais ao executivo nacional. A opção pelo foco em eleições para a Presidência se justifica em face da centralidade deste cargo tanto para os sistemas políticos dos países latino-americanos, fortemente centrados no executivo, quanto para os próprios partidos desafiantes, como argumentado no primeiro capítulo. Assim, partidos que ampliaram sua votação ao longo do tempo e que chegaram à presidência, ou que foram os segundos mais votados em mais de uma eleição seguida são considerados casos de sucesso.

O gráfico 1 reporta a votação percentual que os partidos analisados obtiveram em disputas para o Executivo Nacional de seus países ao longo de sua trajetória, tendo como ponto de partida a primeira eleição pós-redemocratização. Os dados referem-se apenas à votação obtida no primeiro turno, para os países em que há eleição em dois turnos. Conquanto o segundo turno consista no momento decisivo de

tais pleitos, a votação que os partidos recebem nele é também fruto da coordenação dos eleitores induzida pela redução das candidaturas, de modo que a votação obtida no primeiro turno é um indicador mais fiel da adesão do eleitorado a um partido. Embora o foco da análise recaia sobre o processo de inserção destes partidos no sistema político, optou-se por incluir também, no caso de partidos que lograram eleger presidentes, as eleições ocorridas após esta vitória. O gráfico foi construído a partir do banco de dados contendo a votação dos partidos políticos latino-americanos para a presidência, gentilmente cedido pelo Professor Scott Mainwaring por ocasião de meu estágio doutoral na Universidade de Harvard.

**Gráfico 1 - Votação Presidência da República**



O primeiro aspecto evidenciado pelo gráfico é a clara distinção entre partidos que foram capazes de se manter na competição para o executivo, lançando candidaturas para o cargo ao longo do período analisado. Tal é o caso da Frente Ampla, do MAS e do PT que, desde que surgiram, disputaram todos os pleitos presidenciais. Estes três partidos também são os que chegaram ao executivo nacional dentre aqueles inseridos na amostra. O primeiro a eleger um candidato à presidência

foi o partido brasileiro, com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002. Após obter 46,44% dos votos válidos para presidente no primeiro turno, o PT elege Lula no segundo turno com expressivos 61,27% dos votos no segundo. A Frente Ampla foi o segundo partido a chegar à Presidência, em 2004, quando obtém 51,7% dos votos para o cargo, elegendo Tabaré Vaquez como presidente. Assim como PT, a FA apresenta uma trajetória de votação progressivamente incremental até a sua primeira vitória, com cada pleito superando o anterior em quantidade de votos. Uma vez ocupando o executivo sua votação nos pleitos sucessivos diminuí ligeiramente, fazendo com que o partido vença os as disputas seguintes, com José Mujica em 2009 e Tabaré Vasquez novamente em 2014 apenas no segundo turno. O MAS apresenta um padrão semelhante embora seu crescimento em termos de voto e sua chegada ao poder tenham sido mais rápidos relativamente aos outros partidos. Concorrendo sempre com seu líder fundador, Evo Morales, o partido já em sua estreia, em 2002, obtém 20,9% dos votos para o cargo, o que lhe deu o segundo lugar na disputa. O pleito seguinte, em 2005, marca a chegada do partido ao executivo nacional quando obtém 53,7% dos votos. Desde então, Evo Morales obteve duas outras vitórias, em 2009 e 2014, aumentando sua votação em relação a 2005.

O segundo grupo de partidos identificável pelo gráfico é composto pelas legendas que não conseguiram lançar candidatos em todas as eleições presidenciais ocorridas durante seu período de atividade. São partidos que participaram de poucas eleições e/ou que tiveram vida curta. O caso mais evidente deste padrão é a FREPASO que concorreu com candidato próprio à Presidência Argentina apenas uma vez, em 1995, tendo na ocasião desempenho expressivo para um partido novo com 29,2% dos votos, sendo o segundo colocado atrás apenas do Partido Justicialista. Apesar do bom desempenho o partido decide se aliar no pleito seguinte à União Cívica Radical, indicando seu líder, Carlos Alvarez, como candidato à vice-presidência na chapa encabeçada pelo Radical, Fernando de la Rúa. Como mencionado, o fracasso deste governo determinou também a dissolução da FREPASO.

O MUPP-NP e a AD-M19 têm trajetórias eleitorais semelhantes, ambos participaram de poucas disputas para a presidência de seus países e tiveram um desempenho modesto em termos de votos obtidos, com cada eleição sucessiva registrando menos votos que a anterior. O partido colombiano estreia em eleições presidenciais em 1990 obtendo 12,6% dos votos com o candidato Antonio Wolff, um importante expoente do movimento guerrilheiro M-19. Nesta ocasião o partido foi o terceiro mais votado do país para o cargo. Entretanto, nas eleições seguintes 1994, 1998 e 2002 a legenda registrou uma perda vertiginosa de apoio obtendo 3,8%, 0,16% e 0,1% dos votos para o cargo. O MUPP-NP tem um início promissor em sua primeira

disputa presidencial, em 1996, com seu candidato ao cargo, Freddy Ehlers sendo o terceiro colocado, obtendo 20,6% dos votos. No pleito seguinte, em 1998 o partido recebe 14,7% dos votos concorrendo com o mesmo candidato. Nas eleições seguintes, o partido chega à vice-presidência do país ao concorrer na chapa do PSP. Após romper com o governo Gutierrez, que foi posteriormente destituído em 2005, o MUPP-NP se apresenta para o pleito de 2006 mas obtém apenas 2,2% dos votos, encerrando sua participação em eleições presidenciais. O MIP disputa pela primeira vez a presidência em 2002 tendo como candidato seu líder e fundador Felipe Quispe, obtendo apenas 6,1% dos votos, sendo o quinto colocado. No pleito seguinte, novamente com Quispe o partido angaria apenas 2,1% da preferência sendo o quinto na preferência dos eleitores.

A Causa R tem a trajetória mais peculiar dentre os partidos analisados. Em suas duas primeiras eleições para a presidência o partido tem desempenho pífio com 0,1% em 1983 e 0,3% em 1988, nas quais lançou o mesmo candidato, Andrés Velásquez. Nas eleições seguintes, em 1993, a LCR obtém 21,95% dos votos, ainda com Velásquez como cabeça de chapa, ficando em 4º lugar no pleito. Na disputa seguinte, em 1998 a LCR concorre com um novo candidato, Alfredo Ramos, e vê uma queda expressiva de votos em relação à eleição anterior, recebendo míseros 0,11%. Diferentemente de MIP e AD-M19 que, após perderem o apoio eleitoral obtido não se recuperaram, a LCR tem seu melhor desempenho justamente após seu pior revés. Nas eleições de 2000 o partido foi o segundo mais votado, obtendo 37,5% dos votos válidos. A legenda lançou Francisco Cárdenas, que havia sido governador do estado de Zulia pelo partido, aproveitando seu capital político. Contudo, a LCR não apresentou candidatos à Presidência nas eleições seguintes, em boa medida devido à deterioração das condições políticas na Venezuela que impuseram pesadas restrições aos partidos de oposição ao regime Chavista.

O quadro que emerge da análise da votação obtida pelos partidos aponta com bastante clareza a distinção entre aqueles que foram bem-sucedidos e aqueles que falharam em seu desafio ao *status quo*. A consistência com que FA, MAS e PT incrementaram suas votações ao longo do tempo, sendo capazes de alcançarem e manterem-se no executivo nacional durante vários mandatos consecutivos contrasta fortemente com a incipiência apresentada na trajetória das outras cinco legendas. Estas não estiveram presentes em todas as disputas presidências durante o período analisado. Em alguns casos, como a FREPASO e a AD-M19 porque deixaram de existir, sendo dissolvidas ou incorporadas por outro partido, já a LCR o MUPP e o MIP não foram capazes de se manter competitivos nessa esfera o que limitou sua capacidade de desafio ao sistema.

Para complementar a definição de sucesso ou fracasso das legendas desafiantes o quadro 4 apresenta os partidos que obtiveram 10% ou mais votos para o Executivo Nacional nos países em análise. Como afirmado pelo segundo critério de sucesso, um partido é considerado bem sucedido quando consegue chegar à Presidência ou caso se torne um dos dois principais postulantes ao cargo. Os dados reportados corroboram a análise da votação destas legendas apontando que a votação consistente obtida por FA, MAS e PT também redundou na sua consolidação como partidos centrais na disputa pelo cargo máximo de seus países. No caso do PT isso ocorre já na primeira eleição que disputada em 1989, ainda que o partido só eleja um presidente em 2002. A Frente Ampla tem uma trajetória mais incremental, com aumento de votação ao longo do tempo até se converter em uma das duas principais forças partidária do Uruguay em seu quarto pleito pos-deremocratização, em 1999. O partido chega à Presidência nas eleições seguintes (2004). Já o MAS tem ascensão consideravelmente mais rápida surgindo como uma força expressiva em sua primeira disputa e chegando ao executivo nacional na segunda.

Os demais partidos, por outro lado, até figuram em algumas eleições entre os mais votados, entretanto não se firmam como polos capazes de estruturar a disputa pela Presidência. A Causa Radical se destaca nesse sentido como a legenda que chegou mais próximo deste patamar nos dois episódios em que figurou entre os mais votados. Todavia, seu desempenho em pleitos para o Palácio Miraflores oscila fortemente em termos de votos, podendo ser atribuído muito mais às flutuações de preferência do eleitorado típicas de um contexto de crise política e desalinhamento, como era o caso da Venezuela entre os anos 90 e 2000, do que propriamente a esforços consistentes do partido.

Os demais partidos, por outro lado, até figuram em algumas eleições entre os mais votados, entretanto não se firmam como polos capazes de estruturar a disputa pela Presidência. A Causa Radical se destaca nesse sentido como a legenda que chegou mais próximo deste patamar nos dois episódios em que figurou entre os mais votados. Todavia, seu desempenho em pleitos para o Palácio Miraflores oscila fortemente em termos de votos, podendo ser atribuído muito mais às flutuações de preferência do eleitorado típicas de um contexto de crise política e desalinhamento, como era o caso da Venezuela entre os anos 90 e 2000, do que propriamente a esforços consistentes do partido.

Quadro 4 - Padrões de Competição para o Executivo Nacional

Argentina	1989	1995	1999	2003	2007	2011	2015				
Partidos	PJ UCR	PJ ALLEANZA UCR	UCR/ FREPASO PJ	PJ PJ2** RECREAR PJ3**	PJ Sem partido	PJ PS UCR	PRO PJ FR				
Bolívia	1985	1989	1993	1997	2002	2005	2009	2014			
Partidos	ADN MNR MIR	MNR ADN MIR	MNR ADN CONDEPA UCS	ADN MNR CONDEPA MIR UCS	MNR MAS NFR MIR	MAS PODEMOS	MAS PPB-CN	MAS UM			
Brasil	1989	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018			
Partidos	PRN* PT* PDT PSDB	PSDB* PT* PRONA	PSDB* PT*	PT* PSDB* PPS	PT* PSDB*	PT* PSDB* PV	PT* PSDB* REDE	PSL* PT* PDT			
Colômbia	1974	1978	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Partidos	PL PC	PL PC	PC PL	PL PC	PL PC AD-M19	PL PC	PC PL MSC	Primero Colômbia PL	Primero Colômbia PDA PL	PSUN PV PCR	PSUN CD PC PDA-
Equador	1984	1988	1992	1996	1998	2002	2006	2009	2013	2017	
Partidos	FRN ID-PCD CFP	ID PRE PCE UPP DP - UDC	PUR-PCE PSC PRE	PRE PSC MUPP-NP DP-UDC	DP-UDC PRE ID MCNP/MUP P-NP	PSP/MUP P-NP PRIAN RP ID PSC PRE	PAIS PRIAN PSP ID	PAIS PSP PRIAN	PAIS CREO	PAIS CREO- SUMA PSC	
Uruguai	1984	1989	1994	1999	2004	2009	2014				
Partidos	Colorado Blanco FA	PN Colorado FA	Colorado PN FA	Colorado FA PN	FA PN Colorado	FA PN Colorado	FA PN Colorado				
Venezuela	1978	1983	1988	1993	1998	2000	2006	2012	2013		
Partidos	COPEI AD	AD COPEI	AD COPEI	Convergen cia AD COPEI LCR	MVR PRVZL	MVR LCR	MVR UNT	PSUV PJ-MUD	PSUV PJ-MUD		

Fonte: elaborado pelo próprio autor

\*Partidos que foram ao segundo turno

\*\* O Partido Justicialista lançou mais de uma candidatura à Presidência

Outros casos de claro fracasso são os partidos que se aliaram a legendas do *status quo* em eleições presidenciais lançando candidatos a vice. É o que ocorreu com a FREPASO e MUPP-NP que, após estrear em pleitos nacionais com votações expressivas para partidos novos<sup>15</sup>, uniram-se a partidos tradicionais de seus países nas eleições seguintes para chegar à vice-presidência. Em ambos os casos, este êxito inicial os levou a integrar governos controversos que presidiram contextos de crise política e econômica. Tal fato foi crucial para que estes dois partidos rompessem sua aliança com os presidentes e abandonassem o governo, o que suscitou sua deslegitimação e crise, levando ao colapso da FREPASO e à perda de relevância do MUPP-NP até hoje.

<sup>15</sup> No caso da FREPASO, esta estreia se deu ainda sob o antigo nome do partido "ALLEANZA PAIZ".

O MIP pode ser classificado como o caso mais evidente de fracasso dentre os aqui analisados. Além de ter obtido votações pouco expressivas nas duas vezes em que lançou seu líder, Felipe Quispe, à disputa para o Executivo Nacional boliviano, o partido jamais figurou sequer entre aqueles com mais de 10% dos votos. Desta forma, nunca esteve próximo de ser um ator relevante na política boliviana, tampouco de impor um desafio crível ao *status quo*. Em parte, seu fracasso se deve à presença de outro partido desafiante como concorrente, o bem-sucedido MAS, que competiu com o MIP pelo mesmo eleitorado. Como não obteve 3% ou mais dos votos nas eleições de 2005 o partido perdeu o direito de acesso a fundos públicos, o que acabou determinando seu fim naquele mesmo ano.

A análise do desempenho eleitoral dos partidos desafiantes de esquerda aqui empreendida revela, portanto, que a distinção entre sucesso e fracasso é bastante evidente. Os casos pertencentes ao primeiro grupo apresentam uma trajetória consistente de votação em pleitos presidenciais, incrementando o apoio obtido em eleições sucessivas e, finalmente vencendo o cargo. Por outro lado, os partidos que fracassaram possuem trajetórias erráticas e curtas de disputa pelo executivo nacional. Alguns como a FREPASO e a LCR conseguiram, com efeito, obter apoio expressivo em algumas das eleições que participaram, mas não foram capazes de manter um padrão, o que indica seu insucesso em se converterem em referências e desafiar o *status quo*. Por fim, MIP, AD-M19 e MUPP-NP apresentam fraco desempenho no período em que estiveram ativos tendo votações baixas e declinantes ao longo do tempo.

Sintomático de sua pouca efetividade em desafiar o *status quo* é também o fato de que alguns destes partidos deixaram de existir e outros tornaram-se atores marginais. Três legendas, FREPASO, AD-M19 e MIP se dissolveram após alguns poucos anos de existência, enquanto LCR e MUPP-NP continuam ativos, porém com pouca expressão. Em ambos os desfechos, a incapacidade de ampliar seu apoio eleitoral junto à sociedade e consolidar sua posição no sistema político, somadas a fatores conjunturais,



## Capítulo 3

Este capítulo aborda a aquisição de cada tipo de recurso por parte dos partidos desafiantes bem sucedidos. O capítulo aprofunda a discussão acerca da importância e das potencialidades de cada recurso apontando sua relevância para os partidos desafiantes. São explorados dados referentes aos recursos ao longo do tempo para PT, FA e MAS para demonstrar a evolução que estas legendas tiveram na aquisição de insumos ao longo do tempo e nas adaptações que elas realizaram para seus contextos políticos.

### 3.1 Recursos de Materiais

Dentre os tipos de recurso indicados no primeiro capítulo, aqueles correspondentes à esfera material das atividades partidárias são provavelmente os mais abundantes e os que menos diferenciam as legendas desafiantes das demais. Em especial, os recursos deste tipo são necessários para possibilitar o desenvolvimento da legenda e, portanto, a aquisição dos demais tipos de recursos - elites, organizacionais e ideacionais.

Partidos, como qualquer organização social, precisam de recursos financeiros para que possam estabelecer sedes físicas, contratar profissionais e serviços necessários à sua manutenção, bem como realizar campanhas e promover sua mensagem e sua marca. Como observa Cyr (2017) quase todas as atividades desempenhadas por um partido político nas democracias contemporâneas envolvem o uso de dinheiro e a maneira como eles arrecadam e empregam este insumo é crucial para suas chances dentro do sistema político. As origens destes recursos são diversas, variando desde fundos de financiamento estatal às atividades partidárias, até doações de empresas, militantes e/ou membros da legenda.

A origem dos recursos e a forma como estes são aportados aos partidos está intimamente relacionada com as características destes (KATZ e MAIR, 1995; KROUWEL, 2006). O financiamento das organizações partidárias é tanto um forte *imput* capaz de moldar a instituição a partir dos incentivos que gera, quanto função decorrente de características organizacionais próprias da legenda. No primeiro caso, as condicionalidades inerentes à cessão de recursos ao partido determinam quem seus membros terão como referência na hora de atuarem politicamente

A forma de financiamento afeta particularmente as legendas que tenham somente uma fonte relevante de recurso. Estas tenderão a ser organizações pouco desenvolvidas ou incapazes de atuar de maneira independente dos desígnios da fonte

de onde provêm os fundos. Os casos mais evidentes dessa relação são os exemplos de partidos-empresa que dependem financeiramente de conglomerados empresariais sendo muitas das vezes apenas braços políticos de tais organizações (BARNDT, 2014) ou partidos de massa fundados por sindicatos e associações de trabalhadores, que, mesmo tendo robustez organizacional, são dependentes financeiramente das contribuições de tais organizações laborais, como é o caso do partido Trabalhista Britânico (PANEBIANCO, 2005). Outro exemplo de como o tipo de financiamento afeta os partidos políticos pode ser evidenciado pelo surgimento nas democracias contemporâneas do que Katz e Mair (1995) denominam como *cartel party* – organizações cada vez mais dependentes do financiamento de fontes públicas, e cada vez mais sujeitas à regulamentação oficial, o que os aproxima, *de fato*, de agentes estatais.

Por outro lado, as características organizacionais dos partidos também influenciam suas fontes e formas de financiamento. Legendas que se constituem como organizações de grande adesão de filiados, como os partidos de massa europeus do início do século XX, obtinham destes a quase totalidade dos recursos que utilizavam em suas funções, compensando parcialmente a falta de acesso a recursos do estado ou de grandes financiadores privados (KROUWEL, 2006). Outro exemplo é o de determinados partidos de orientação marxista-leninista, que em virtude de seu posicionamento ideológico vetam a possibilidade de doações oriundas de empresas e outros agentes privados.

Como afirmado, a importância dos recursos financeiros não se encerra, entretanto, nos efeitos que as formas de obtenção têm sobre os partidos, mas também nas possibilidades de seu uso por parte das destes. Conquanto existam grandes variações no volume e no emprego deste tipo de insumo por parte das legendas, sua capacidade de arrecadação é um componente vital para sua atuação. Conforme afirma Cyr (2017), “o dinheiro pode ter um impacto *direto* na habilidade de um partido estruturar a competição”<sup>16</sup>, sendo em muitos casos um importante indicador das chances eleitorais de uma legenda.

Partidos também têm acesso a outro tipo de recurso material tão importante para suas atividades quanto os insumos financeiros: a intermediação discricionária de posições e recursos do Estado para clientelas específicas de apoiadores ou membros. Conhecida como patronagem, a prática é comum tanto em democracias consolidadas como em regimes incipientes (FOLKE, HIRANO e SNYDER JR., 2011) e um instrumento muito importante através do qual os partidos políticos garantem sua

---

<sup>16</sup> No original: “Money can have a *direct* impact on a party’s ability to structure competition.” (CYR, 2017:34). Tradução do autor. Grifo da autora no original.

influência no aparato estatal e junto a setores da sociedade relevantes para eles. Diferentemente dos insumos financeiros, que podem ser obtidos a partir de uma ampla gama de fontes, os recursos de patronagem dependem do acesso ao estado, através da ocupação de cargos públicos eletivos ou de cargos de indicação política.

Dentre as mais variadas formas que a patronagem pode ocorrer, aquelas mais comuns são a provisão de cargos ou empregos junto à administração pública, a emissão de licenças estatais, políticas públicas seletivas direcionadas a beneficiados específicos e intervenções junto a burocracia estatal em benefício de agentes particulares (CYR, 2017). Embora seja comumente associada a um mecanismo utilizado para garantir governança por partidos/coalizões que ocupam cargos executivos, a patronagem pode ter retornos positivos em outras áreas de atuação das legendas, inclusive para aquelas com pouca presença junto ao aparato estatal. Kitschelt e Wilkinson (2007) argumentam que a patronagem pode ser um mecanismo eficiente para cultivar uma base de apoiadores. Outros estudos apontam que ela pode estar associada a ganhos eleitorais (FOLKE, HIRANO e SNYDER JR., 2011) ou ser decisiva para atrair votos de eleitores indecisos (NAZARENNO, STOKES e BRUSCO, 2006). Ademais, recursos de patronagem podem também, em casos específicos, compensar ou substituir outros tipos de recurso conforme sugere Scarrow (1996).

Um partido político será tanto mais capaz de adquirir e gerir recursos de patronagem, quanto melhor for a sua inserção no sistema político. Isto pressupõe a capacidade de eleger candidatos, mas também de dispor de quadros qualificados para desempenhar funções estratégicas dentro da estrutura do Estado. Ademais, a patronagem pressupõe o estabelecimento de relações do partido com o meio político que compreende as demais legendas e outros atores institucionais. Assim, o uso de recursos de patronagem é um importante mecanismo pelo qual um partido expande sua influência na sociedade e no estado, mas está parcialmente vinculado à capacidade da legenda em se tornar relevante eleitoralmente e junto às instituições.

Juntos, estes dois recursos materiais compõem a forma mais elementar de insumos dos quais uma legenda pode dispor. Sem dinheiro, partidos políticos não são capazes de manter a estrutura e os serviços necessários para seu funcionamento e, portanto, têm sua viabilidade e existência comprometidos. Sem recursos de patronagem, eles perdem uma importante forma de mobilização de apoio e de influência junto a setores importantes da sociedade, além de não disporem de uma ferramenta útil de governança e exercício de mandatos. Sua obtenção é, portanto, um passo necessário e decisivo para que uma legenda tenha condições tanto de se desenvolver, quanto de se inserir em um sistema político.

Tomando-se especificamente a perspectiva dos partidos desafiantes de esquerda abordados, estes dois tipos de recurso devem ser pensados à luz das especificidades da sua condição. Isto é, a aquisição de recursos materiais por parte das legendas desafiantes de esquerda é condicionada pela sua posição inicial externa e ao *establishment* político. Disso decorre que, na maioria dos casos, eles iniciam sua trajetória com pouca ou nenhuma presença em cargos públicos. Trata-se de um dado importante, uma vez que o Estado é uma das principais fontes de recursos financeiros, através dos fundos de financiamento a partidos e a única fonte de recursos de patronagem.

Dessa forma, partidos desafiantes que objetivem serem bem-sucedidos em seu desafio ao *establishment* devem desenvolver meios de compensar o menor acesso que possuem inicialmente às fontes estatais com recursos obtidos por outras vias. Tais alternativas podem ser obtidas a partir de uma ampla gama de origens, tais como doações de militantes e simpatizantes, apoio de outras organizações da sociedade ou instituições, campanhas de arrecadação de fundos, dentre outras. Um exemplo desta dinâmica é apresentado por Carles Boix (2017), que argumenta que a entrada dos partidos socialistas na Europa foi resultado de dois fatores: a expansão do sufrágio e a decisão dos sindicatos em retirar seu apoio aos liberais e transferi-lo aos socialistas. Nos países onde os sindicatos não apoiaram os socialistas, os mesmos não vingaram (EUA e Canadá).

Uma vez que logrem superar esta limitação inicial, o objetivo dos desafiantes passa a ser a ampliação de sua presença no estado de modo a garantir acesso a recursos oriundos de fundos partidários, fundos de campanha e a prerrogativas de patronagem. Assim, a análise de como estes recursos afetaram as possibilidades de sucesso ou fracasso dos partidos desafiantes deve levar estas duas etapas em consideração. Isto é, para ser bem sucedida, uma legenda desafiante tem de transitar entre uma primeira fase na qual ela não tem acesso a recursos públicos por não estar inserida no Estado para a segunda fase, na qual, em virtude de seu desempenho eleitoral ela logra receber tais recursos.

O impacto desta transição varia de acordo com a relevância que os recursos materiais têm para o funcionamento de um partido em uma democracia. Em boa medida, tais insumos são utilizados para a expansão territorial do partido, isto é, sua fixação em regiões do país e para a condução de campanhas políticas. Os custos envolvidos neste tipo de atividade são impactados pela escala de operação da legenda no território nacional e à extensão deste território. Além disso, também se relacionam com o custo médio de campanhas eleitorais e políticas nas quais as legendas têm que se engajar.

Em países de grande território, ou onde existam profundas divisões geográficas e/ou étnico-linguísticas, os custos de atuação tenderão a ser maiores. Garantir presença territorial em grandes países significa ter de criar elevado número de diretórios regionais/municipais, garantir a mobilidade de suas lideranças entre as várias regiões, realizar campanhas nacionais em larga escala, adaptar-se às diferentes realidades geográficas e socioculturais, dentre outras imposições que elevam o custo logístico de operação. Diante disso, embora sejam importantes, os recursos materiais podem não ser o fator mais relevantes para determinar o sucesso de um partido desafiante.

Conforme observado anteriormente, dados confiáveis e robustos capazes de medir e indicar as dimensões relativas aos recursos materiais não podem ser encontrados para a maioria dos casos analisados. Em grande parte dos países da América Latina, registros de arrecadação partidária, transferências de recursos estatais e alocação de insumos de patronagem não existem ou não estão acessíveis a pesquisadores. Ademais, dado o recorte temporal desta pesquisa, muitas das informações necessárias podem ter se perdido em virtude dos anos transcorridos ou mesmo, sequer terem sido coletadas. Isto impõe grandes limitações para a realização de uma análise abrangendo todos os partidos e voltada para inferências causais. Considerando-se, portanto, esta realidade, a opção feita aqui é por comparar casos de sucesso dentro das limitações dos dados disponíveis, de forma a demonstrar a relevância deste recurso para a análise dos casos.

### **3.2 Recursos Materiais: os casos PT, FA e MAS**

Obter recursos financeiros pode ser uma tarefa árdua para legendas que não tenham acesso a posições dentro do estado nas democracias contemporâneas. Como mencionado, partidos não contam comumente com um grande número de membros ocupando cargos eletivos em seus primeiros anos de existência, de modo que o acesso a fundos estatais tende a ser reduzido neste período crítico. Assim, legendas devem recorrer a fontes alternativas com as quais garantir sua existência e sua permanência no jogo político até que, eventualmente, possam expandir seu financiamento estatal. Nesse aspecto, as regras de financiamento partidário desempenham um importante papel, uma vez que geram incentivos e restrições às legendas, condicionando fortemente sua captação de recursos. Saber maximizar a arrecadação levando em consideração esta estrutura de incentivos é, portanto, um fator crucial para o sucesso de uma legenda.

Os três casos de sucesso analisados neste capítulo operam em realidades bastante distintas no que diz respeito à relevância dos recursos materiais para legendas. Os custos de se organizar um partido e disputar cargos no Brasil, com 5.570 municípios distribuídos em 26 estados ao longo de um território de mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados são significativamente maiores do que na Bolívia e no Uruguai. Este último possui uma extensão territorial menor do que muitos estados brasileiros, uma população etnicamente homogênea de cerca de 3,5 milhões de habitantes<sup>17</sup> e 112 municípios. A Bolívia, por sua vez, constitui um caso intermediário entre os dois, possui um território amplo cuja maior característica é a divisão geográfica entre os territórios altos do noroeste e os territórios baixos do leste que também definem uma importante clivagem étnica no país entre populações indígenas nas regiões altas e brancos e mestiços nas terras baixas.

Nesta perspectiva, a obtenção e o uso dos recursos materiais é um item muito mais relevante para o Partido dos Trabalhadores brasileiro do que para a Frente Ampla no Uruguai, ou para o MAS na Bolívia. A organização das atividades partidárias no Brasil envolve tipicamente emprego de somas consideráveis de dinheiro em suas mais variadas aplicações possíveis. Particularmente dispendiosas são as campanhas eleitorais realizadas para cargos nacionais e locais, nas quais os partidos atuam fornecendo financiamento para candidaturas individuais tanto para cargos executivos, como legislativos. Dentre os fatores comumente apontados como responsáveis pelo considerável alto custo das campanhas eleitorais no Brasil encontram-se a alta competitividade da disputa (SAMUELS, 2001; HEILER, VIANA e SANTOS, 2016) e a adoção de sistema de lista aberta para cargos legislativos (AMES, 1995; MAINWARING, 1999; SAMUELS, 2001), além de práticas clientelísticas (MAINWARING, 1999).

No Uruguai, por outro lado, o financiamento das legendas aparenta ser um tema menos importante na atuação das mesmas. De acordo com Chasqueti (2011), os poucos estudos que abordam o tema não indicam os impactos que a arrecadação de dinheiro pode ter na competição partidária ou na qualidade da democracia do país. Em parte, esta falta de interesse pode ser resultado do histórico predomínio de fontes públicas como principal forma de custeio dos partidos políticos, especialmente durante períodos eleitorais. Com efeito, o financiamento público de partidos no Uruguai foi adotado em 1928, sendo o país um dos pioneiros mundiais neste quesito (CASAL BÉRTOA et al., 2014). Dado o longo histórico de fomento estatal aos partidos políticos,

---

<sup>17</sup> De acordo a estimativa populacional para o ano de 2019. Fonte: FMI disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/02/weodata/weorept.aspx?pr.x=29&pr.y=16&sy=2016&ey=2023&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&c=298&s=NGDPD%2CPPPDP%2CNGDPDPC%2CPPPDC%2CLP&grp=0&a=>

as legendas uruguaias parecem ter desenvolvido um padrão de financiamento eleitoral majoritariamente fundamentado em insumos públicos. Um indício deste forte vínculo com o estado é o índice de dependência estatal calculado Casal Bértoa e colaboradores (op.cit) que aponta que 80% dos recursos de todos os partidos do país são de origem pública. Neste contexto, a Frente Ampla já inicia sua trajetória em um sistema de financiamento institucionalizado, no qual os meios de obtenção de recursos materiais já estavam definidos. Tal fato facilitou aquisição deste tipo de recurso por parte da legenda.

Desde 1954, o financiamento estatal de partidos no Uruguai possui foco na subvenção da participação eleitoral, sendo outorgado a partidos e candidatos e sem restrições, sendo proporcional ao desempenho eleitoral destes (CHASQUETTI, 2011). Ao mesmo tempo, as diversas leis *ad hoc* aprovadas antes de cada eleição conformando aspectos do financiamento de partidos no país permitiram sempre de forma bastante permissiva o aporte de recursos privados a eles.

Não obstante este caráter generoso do arcabouço de financiamento partidário, o quadro no Uruguai sempre favoreceu partidos do *staus quo* no que se refere aos montantes alocados. A maior parcela dos fundos de campanha é repassada após o pleito, mas algumas legendas podem receber adiantamentos alocados a partir da expectativa de votos calculada segundo o desempenho em eleições passadas. Por este motivo, a Frente Ampla, em vista das limitações de acesso a estes recursos, estabeleceu desde sua criação a necessidade de contribuições mensais de seus filiados e de detentores de cargo eletivo pelo partido (CHASQUETTI, 2011). Tais cotas são obrigatórias para que os membros possam se candidatar e votar no processo direto de eleição da plenária nacional do partido que ocorre a cada 4 anos. Embora não seja possível encontrar dados pormenorizados acerca da arrecadação da Frente Ampla ao longo do tempo, as declarações de contas feitas pelo partido disponíveis no site da Corte Eleitoral Uruguiaia mostram que a legenda mantém na atualidade um perfil de arrecadação profundamente centrado nas contribuições de seus membros. Os dados da Tabela 3 apontam que o percentual de contribuições advindas de membros e militantes do partido responde por mais da metade dos ingressos financeiros da legenda, com exceção do ano de 2015, no qual a maior fonte de arrecadação advém do fundo eleitoral.

Os dados da Tabela 3 mostram que a Frente Ampla possui um perfil de financiamento pouco dependente de recursos públicos, contando com contribuições de seus membros para suprir a maior parte de sua arrecadação anual. A exceção são os dois anos em que houve eleições, 2014 e 2015, nos quais o partido registra um aumento substancial na arrecadação de fundos públicos. Como o pleito de 2015 foi

para o nível departamental, a queda no volume de recursos públicos em relação a 2014 se justifica pela escala menor da disputa.

**Tabela 3 - Fontes de Financiamento da Frente Ampla (2013-2017) (%)**

Ano	Contribuições Estatutárias	Financiamento público	Outros
2013	78,9	6,6	14,5
2014	19,7	78,5	1,8
2015	57,3	27,5	15,1
2016	90,2	1,7	8,1
2017	90,4	8,0	1,6

Fonte: Corte Electoral de la Republica Oriental de Uruguay

Disponível em: <https://www.corteelectoral.gub.uy/estadisticas/rendiciones-cuentas-2018>

Diferentemente do caso do Partido dos Trabalhadores, como se verá a seguir, a FA opera com um grau relativamente baixo de recursos públicos no que se refere à sua manutenção em anos não eleitorais. Contudo, assim como as demais legendas uruguaias, a Frente Ampla depende essencialmente do fundo eleitoral para organizar campanhas e disputar eleições (CHASQUETTI, 2011). Considerando-se a centralidade que a competição por cargos tem no âmbito das atividades típicas dos partidos políticos, tal dependência é um aspecto importante nas dinâmicas da FA. Operando em um arcabouço legal que outorga fundos públicos com foco em anos eleitorais, o partido aparentemente logra suprir a redução da arrecadação nos demais anos com uma substancial participação de seus membros no aporte de recursos materiais, utilizando a força de sua mobilização e da capacidade de manter a adesão e fidelidade de seus membros.

O Partido dos Trabalhadores também soube aproveitar sua capacidade de mobilização para compensar a carência de outras fontes de financiamento, em especial durante seus primeiros anos. Fundado em 1980, ele inicia sua trajetória ainda sob a vigência do regime autoritário brasileiro e da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), promulgada em 1971. Tal arcabouço legal impunha limitações de arrecadação a um partido como o PT. Dentre os principais dispositivos da lei, estava aquele que vedava às legendas a possibilidade de receberem qualquer tipo de doação de pessoas jurídicas, bem como de sindicatos ou entidades de classe<sup>18</sup>. Ademais, de acordo com a LOPP as legendas registradas no Brasil poderiam apenas receber contribuições de pessoas físicas no montante de até 200 vezes o maior salário mínimo

<sup>18</sup> Artigo 91 da Lei Organica de Partidos Políticos. Lei 5.682/1971. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l5682.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5682.htm)



do País por pessoa<sup>19</sup>, o que ampliava, em tese, a capacidade de captação de fontes não-estatais por parte das legendas<sup>20</sup>. Por outro lado, considerando-se que a renda média da população brasileira em 1981, quando o partido completou seu primeiro ano de fundação, era de 21.002,00 Cr\$, ou cerca de R\$ 2.455,00 em valores atuais corrigidos<sup>21</sup>, resulta pouco provável que uma legenda nascente e ainda não inserida no sistema político pudesse se manter e compensar o pouco dinheiro que recebia do fundo partidário se mantivesse um número reduzido de apoiadores.

Para um partido de esquerda, fruto em boa medida do ambiente sindical e vinculado às mobilizações trabalhistas do fim da década de 70, a proibição de doações advindas de sindicatos representava um obstáculo considerável. De forma análoga, o fato de ser um partido cujas bases sociais concentravam-se majoritariamente entre os trabalhadores assalariados, também restringia as perspectivas de arrecadação advinda de filiados e simpatizantes, dada a renda média à época de criação da legenda. Ademais, o PT em seus primeiros anos ainda não dispunha de arrecadação substancial advinda de fontes estatais por ter um número pequeno de representantes eleitos. Em suma, o partido encontrava-se em uma posição pouco favorável para arrecadar quantias significativas para se expandir.

Conforme sugerem os dados da Tabela 4, uma das saídas encontradas pelo partido em seus primeiros anos foi instituir a obrigatoriedade para que membros detentores de mandato eletivo e/ou cargos de confiança na administração pública doassem mensalmente um percentual de seus salários para o partido além de contribuições obrigatórias de filiados<sup>22</sup>. Como aponta Ribeiro (2014), os dados referentes à arrecadação do Diretório Nacional (DN) da legenda indicam o peso que esta fonte de recursos tem sob o total arrecadado no período entre 1980 e 1995. De acordo com o autor, entre 1983 e 1986 pelo menos metade das quantias constantes das declarações fornecidas ao TCU sobre a rubrica de “Recursos próprios” é de doações de membros do partido detentores de cargos públicos e de filiados<sup>23</sup>. De 1989 a 1995 as contribuições compulsórias de seus membros responderam por não menos do que um terço do total arrecadado pelo DN petista. Tal dado contrasta fortemente com outras fontes identificáveis de arrecadação no período que nunca atingiram tal patamar. A exceção é o ano de 1989, em que o partido disputa a eleição para

---

<sup>19</sup> Artigo 95 da LOPP. (*ibid*).

<sup>20</sup> Para referência, o salário mínimo no mês de Novembro de 1980 era de Cr\$ 5.788,80, equivalente a R\$ 884,90 corrigido pela inflação e convertido em Reais. Fonte: IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37667&module=M>

<sup>21</sup> Fonte: IBGE. Disponível em:

[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/economia/rendimentos\\_precos/rendimentos/tabela\\_sal\\_3\\_01.xls](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/economia/rendimentos_precos/rendimentos/tabela_sal_3_01.xls)

<sup>22</sup> Estatuto do Partido dos Trabalhadores (1980) artigo 10 e 79.

<sup>23</sup> RIBEIRO (2014:95).

Presidente, chegando ao segundo turno com Luiz Inácio Lula da Silva. A exposição da legenda e o esforço de arrecadação para a campanha proporcionaram um forte incremento nos recursos advindos da rubrica “Filiados/Militantes”.

**Tabela 4- Fontes de Financiamento do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores 1983-2012 (%)**

Ano	Fundo Partidário	Contribuições Estatutárias	Filiados/Militantes	Pessoas Jurídicas	Outros
1983	9,2	-	-	-	90,8
1984	8,9	-	-	-	91,1
1985	7,4	57,0	-	-	35,6
1986	0,7	-	-	-	99,3
1989	1,2	36,9	30,4	-	31,5
1990	1,8	56,4	6,4	-	35,4
1991	1,1	47,0	-	-	51,9
1993	2,8	39,2	11,9	-	46,1
1995	12,3	60,7	-	0,1	27,0
1996	72,1	20,4	1,8	0,1	5,6
1997	71,2	25,5	2,2	-	1,1
1998	71,3	20,9	3,6	0,1	4,1
1999	67,3	24,9	5,8	-	2,0
2000	71,6	13,6	0,5	13,0	1,3
2001	78,1	14,8	1,3	4,0	1,8
2002	69,8	6,9	0,8	17,0	5,5
2003	73,9	15,9	1,2	3,0	6,0
2004	51,9	15,4	0,7	27,0	5,0
2007	59,5	16,5	0,4	21,6	2,0
2008	27,3	5,7	-	64,8	2,2
2009	61,1	11,4	-	24,2	3,3
2010	13,3	2,5	-	82,5	1,7
2011	46,6	6,4	-	44,6	2,5
2012	16,6	3,2	-	79,0	1,2
2015	80,0	18,0	0,06	0,7	1,2
2016	80,9	18,4	-	0,5	0,2
2017	84,3	11,9	-	0,03	13,7
2018	95,0*	3,0	-	0,6	1,4

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2014) com acréscimo de informações do TSE.

\*Soma dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha

Com a promulgação em 1995 da Lei 9.096 que substituiu a LOPP na regulamentação dos partidos e das atividades partidárias no Brasil, abriram-se novas perspectivas para a arrecadação das legendas, as quais serão exploradas pelo PT nos anos que se seguiram. Dentre as modificações introduzidas pela nova lei, estava a permissão para que as legendas recebessem recursos de pessoas jurídicas tanto para

seu financiamento quanto para gastos de campanha. Inicialmente, o partido não aproveitou de tal canal de financiamento. Predominava na legenda a desconfiança em relação a empresas privadas e a visão de que o recebimento de recursos advindos destas representaria um desvio da causa pela qual o PT fora fundado.

Desta feita, entre 1995 e 1999 a captação proveniente de doações de pessoas jurídicas foi irrelevante conforme apontam os dados de arrecadação do DN petista. Tal equilíbrio mudaria a partir das eleições municipais de 2000. Naquele ano, as doações advindas de empresas privadas responderiam por 13% da arrecadação total da legenda, um incremento significativo em relação ao período anterior e um marco na história do PT. A partir deste ano, recursos de empresas privadas serão presença constante na arrecadação e tenderão a ser dominantes em anos eleitorais, especialmente a partir de 2002, quando o partido disputa e vence o pleito para a Presidência. A decisão de tornar corrente a prática de aceitar doações de pessoas jurídicas não ocorreu de forma pacífica dentro da legenda. A ascensão do PT ao executivo nacional aumentou sua capacidade de arrecadação junto a pessoas jurídicas uma vez que o consolidou como um dos principais atores da política brasileira e, portanto, um destino inevitável para doações de empresas com interesses em influenciar governos e *policies*.

A segunda grande alteração no perfil de financiamento do partido também tem início em 1995, quando começa aumentar a participação dos recursos advindos do fundo partidário na arrecadação total do DN. Dois fatores explicam esta mudança, as alterações introduzidas pela lei 9096/95 que ampliaram o volume de recursos distribuídos às legendas, além de fixar critérios de distribuição que aumentavam a parcela destinada a partidos com pouca ou nenhuma representação na Câmara dos Deputados. Entretanto, o segundo fator é mais importante para essa mudança. Trata-se do desempenho crescente que o partido teve em termos de votos e cargos das disputas para a câmara baixa. Entre 1994 e 2002 o partido aumentou sua bancada a cada pleito para essa arena. Tal performance possibilitou que o PT obtivesse rendas sempre maiores advindas do fundo partidário como resultado dos critérios de distribuição vigentes. Mesmo após 2006 quando as bancadas petistas na Câmara baixa começam a diminuir, o fundo continua a ser a principal fonte de dinheiro em anos não-eleitorais.

Outro fator relacionado ao aumento das bancadas do partido é a renda advinda das contribuições obrigatórias de detentores de mandato e cargos comissionados. Conquanto elas tenham perdido espaço no total arrecadado pelo DN petista ao longo do tempo, a expansão no número filiados eleitos ou ocupando cargos de indicação também representa um aumento de arrecadação. Nesse sentido, para o PT a

ampliação de sua presença junto ao estado, além de acarretar os benefícios típicos dados a partidos políticos com o acesso aos fundos partidários públicos, também gera uma externalidade positiva em termos das finanças da organização. A manutenção de uma estratégia adotada em tempos de baixa arrecadação até os dias atuais demonstra a importância que o fluxo constante de recursos repassados pelos membros detentores de cargos públicos tem para a legenda. Tal estratégia, entretanto, não foi uniforme ao longo do tempo. O primeiro estatuto do partido já previa a contribuição de mandatários para cargos eletivos, os valores para tais repasses foram fixados e alterados diversas vezes nos Encontros Nacionais subsequentes<sup>24</sup>. Tais alterações foram sempre no sentido de reduzir o percentual dos rendimentos mensais a serem pagos pelos membros<sup>25</sup>.

A partir de 2015 e no período posterior à saída do partido do Executivo Nacional em virtude do impeachment de Dilma Roussef, em agosto de 2016, os recursos públicos passam a ser a fonte dominante de dinheiro do partido. Em parte, tal alteração se deve à interdição da possibilidade de financiamento advindo de pessoas jurídicas imposta pelo STF em 2015 e mantida pela reforma eleitoral de 2017. Outro fator que explica o aumento da parcela do fundo partidário sobre a arrecadação total do DN é a diminuição da renda advinda das contribuições estatutárias feitas por filiados detentores de mandato político e cargos de indicação. Tal diminuição se explica pelo mau desempenho do PT nas eleições municipais de 2016, nas quais o partido sofre uma derrota expressiva com uma redução de 59,4% no número de prefeituras, indo de 630 para 256. O mesmo ocorreu com o número de vereadores: em 2012 o partido elegeu 5.185 candidatos contra 2.795 em 2016. Ademais, o partido perde deputados na Câmara dos Deputados entre os pleitos de 2010 e 2014, nos quais elegeu 88 e 69 deputados respectivamente. Em 2018 a bancada petista na Câmara dos Deputados sofre mais uma redução, 54 eleitos, diminuindo ainda mais a capacidade de arrecadação do partido. As perdas decorrentes de tal piora em seu desempenho eleitoral foram, em parte, compensadas pelo aumento aprovado pelo Congresso Nacional em 2016 do volume de dinheiro do fundo partidário e pela criação do Fundo Especial de Campanha, este último atribuindo somas expressivas ao PT no pleito de 2018.

A expansão dos rendimentos obtidos pelo partido tanto de fundos públicos, quanto de doações advindas de pessoas jurídicas (em especial para fins de campanhas eleitorais) não foi, contudo, capaz de garantir a sustentabilidade da

---

<sup>24</sup> Ver Ribeiro (2008:95).

<sup>25</sup> No IV Encontro Nacional, em 1986 a obrigatoriedade de contribuições foi estendida também aos assessores parlamentares.

legenda. Como reporta Ribeiro (2014; 2010), a crescente profissionalização das campanhas políticas e a expansão e consolidação organizacional, com a criação e melhoria de diretórios em todo o país, aumentaram consideravelmente os gastos da legenda. Ademais, especialmente após a eleição para o executivo nacional em 2002, o PT se vê diante dos desafios e das pressões associadas ao exercício do governo que, como afirma Bolleyer (2008), implicam em custos adicionais de manutenção da máquina partidária.

Diante da necessidade de garantir sua capacidade de governar, o PT não apenas teve que investir mais para fortalecer sua organização, mas também para assegurar apoio político no Congresso para seu governo. Como resultado, a legenda recorreu a fontes ilegais de financiamento de campanhas (caixa 2), prática comum e generalizada no sistema político brasileiro até então.

O exemplo do MAS é mais específico em relação à obtenção de recursos materiais. Diferentemente de PT e Frente Ampla, cujas trajetórias analisadas aqui começam juntamente com a retomada democrática em seus países, o MAS surge e opera em um contexto de democracia já estabelecida, porém fortemente instável e pouco consolidada. Desde a redemocratização da Bolívia, o país experimentou crises políticas e econômicas com episódios de revolta popular e violência política estatal e civil. Entre 1982 e 2005 nada menos do que 3 presidentes não concluíram seus mandatos e partidos tradicionais que possuíam certo respaldo junto a setores da sociedade boliviana, como o MNR e o MIR colapsaram. Desta feita, o ambiente político do país não favoreceu a institucionalização duradoura de um sistema de financiamento público a partidos políticos. O sistema foi implementado em 1997 e eliminado durante o governo do MAS em 2008. A forma como o MAS adquiriu recursos materiais está diretamente vincula-se a tais modificações institucionais.

A introdução do breve financiamento público na Bolívia está ligada a agenda política pós-redemocratização. Esta é marcada pela introdução de uma série de reformas políticas que visavam promover melhores condições de disputa eleitoral e de governo do país. Várias medidas destinadas a garantir maior transparência e competitividade ao sistema político boliviano foram implementadas ao longo das décadas de 80 e 90. Os distintos governos deste período aprovaram, dentre outras medidas, a introdução de barreiras eleitorais que condicionavam o registro de partidos políticos<sup>26</sup>, a regulamentação de um processo isento de escolha dos membros do órgão eleitoral nacional, o fim da possibilidade de revisão de resultados e anulação de

---

<sup>26</sup> Um partido deveria ter obtido pelo menos 3% dos votos válidos nas últimas eleições nacionais ou municipais, considerando-se a votação em todo o território para manter seu registro. Fonte: Ley nº 1983 de los Partidos Politicos (BOLÍVIA, 1999).

votos por parte de cortes eleitorais e a aprovação do financiamento público de partidos. De acordo com o dispositivo, o financiamento público seria permanente, distribuído de forma proporcional ao desempenho eleitoral de cada legenda e o total distribuído mudaria de acordo com a natureza do ano – se eleitoral, o valor seria maior do que nos demais (BALLIVIÁN, 2011). Em anos eleitorais, metade do valor era repassado antes do pleito com base no desempenho do partido na eleição anterior e a outra metade era repassada após o pleito, calculada com base no desempenho da eleição recente. Os critérios para acesso aos insumos públicos eram os mesmos para a manutenção do registro partidário. Além dos insumos públicos, os partidos bolivianos também podiam captar recursos de outras fontes, como doações privadas e de seus membros.

O financiamento público começa a ser desmontado em 2004, com o fim do monopólio da representação dos partidos políticos aprovado durante governo de Carlos Mesa. A nova regra permitia que grupos cidadãos se organizassem e disputassem eleições sem a intermediação de legendas. Estes agrupamentos seriam submetidos às mesmas regras de financiamento público dos partidos políticos o que limitou consideravelmente a obtenção de recursos de muitos deles, pois estava condicionada a seu desempenho eleitoral e sujeita à observação do mínimo de 3% dos votos como critério de manutenção do registro. No ano seguinte uma nova lei de partidos é aprovada reduzindo substancialmente o montante a ser destinado às legendas além de limitar a capacidade de gestão que elas tinham destes recursos. Após a chegada do MAS à presidência, o partido introduziu a extinção do financiamento público no longo do processo constitucional iniciado a partir daquele ano que levou à promulgação de uma lei específica abolindo o dispositivo em 2008.

Diferentemente do PT e da Frente Ampla, o MAS não se voltou ao estado como forma de ampliar a obtenção de recursos materiais. Tal opção se deveu a dois aspectos essencialmente. Em primeiro lugar, dadas suas origens enquanto agrupamento cívico e indígena, o então IPSP não foi beneficiado pelo financiamento público. Mesmo depois de adotar a sigla MAS como veículo institucional para sua atuação, o fluxo advindo dos cofres públicos não se tornou relevante. Em 2002, o MAS teve de renunciar à segunda quota a que teria direito por não conseguir demonstrar faturas dos gastos eleitorais efetivos compatíveis com seu surpreendente bom desempenho nas urnas (BALLIVIÁN, 2011). O partido utilizou este episódio para capitalizar apoio popular, demarcando sua diferença em relação aos partidos do *status quo* cuja legitimidade declinava rapidamente à poca. Nas eleições locais de 2004 novamente o partido renunciou ao financiamento público o qual se tornara impopular no país. Tal decisão pouco afetou a sigla que teria direito a uma cifra irrisória, uma vez

que os valores eram calculados com base o pleito de 1999, quando o MAS tivera participação incipiente.

O outro motivo pelo qual o MAS pôde prescindir do financiamento público como estratégia de obtenção de recursos materiais foi fato de que a legenda logrou obter seu financiamento junto a seus membros e militantes. O IPSP e o MAS desde o início se apoiaram na intensa mobilização dos setores indígenas e camponeses do altiplano como forma estruturarem-se como forças políticas. Morales e outras lideranças massistas sempre tiveram nas populações indígenas e nas associações e sindicatos camponeses uma base informal a partir da qual atuar, fato que diminui os custos de atuação da legenda. De acordo com a senadora massista Isabel Ortega, nos primeiros anos de atuação do MAS, as comunidades camponesas foram centrais para facilitar a mobilização mesmo com poucos recursos:

Para hacer campaña nosotros nos financiamos de nuestros bolsillos. Así también en la comunidad cuando nos eligen, en las provincias, aporta cada persona. Por ejemplo, la comunidad ha aportado para mi campaña, y también nosotros debemos hacerlo. Nos ha costado harto. En el año 2000 nadie era masista. Hacer la campaña en esos lados era grave, pero ahora ya son todos masistas y es fácil hacer campaña. De las ciudades no puedo decir mucho, pero sí del área rural, nosotros mismos nos aportamos. (ORGEGA, Isabel apud. HARNEKER e FUENTES, 2008: 110)

Ademais, estas bases sociais mobilizadas também serviram como fontes de recursos materiais através de doações realizadas principalmente, mas não apenas, no período eleitoral. A prática também verificada no PT e na Frente Ampla de financiamento por parte dos militantes e dos detentores de mandato também foi adotada pelo MAS. Tal como nos outros dois partidos, esta fonte de recursos tende a ser mais relevante quanto melhor for o desempenho eleitoral da legenda. O ex-senador pelo partido, Santos Ramirez ressalta a relevância desta dimensão para o financiamento da legenda:

La segunda fuente [de recursos] es el aporte propio de los diputados, senadores. Se trata de un aporte voluntario de la militancia, que está permitido por la ley. En el momento en que a mí me eligen diputado o senador, voluntariamente yo autorizo un descuento del 10% de mi salario para el instrumento político. Ése dinero se descuenta por planilla y va directamente a la cuenta del instrumento político. (SANTOS RAMIREZ, Felix apud. HARNEKER e FUENTES, 2008: 111)

A autossuficiência material do partido era um tema importante na perspectiva do MAS e de Evo Morales. Este traço, de acordo com Santos Ramirez decorre das origens sindicais do próprio partido:

Para nosotros es un principio fundamental el tema del autosostenimiento, recuerda que venimos de una experiencia sindical y sabemos que en el momento en que el sindicato sea subvencionado por una ONG, por una fundación, eso se pierde, no hay más sindicato. En el sindicato, ¿quién da plata?, nadie; pero el afiliado aporta. (SANTOS RAMIREZ, Felix *apud*. HARNEKER e FUENTES, 2008: 112).

### 3.2 Recursos de Elite

Elites políticas constituem, em certo sentido, a personificação do partido na esfera pública e junto às instituições. Os indivíduos que a compõem são, em geral, os principais responsáveis pelo planejamento das estratégias, pela coordenação das iniciativas e pela ocupação de cargos. Como afirmado no primeiro capítulo, os recursos de elite são relevantes em todas as atividades e funções desempenhadas pelos partidos políticos, constituindo, juntamente com os recursos ideacionais, o tipo de insumo mais versátil que uma legenda pode ter. Por ocuparem posições-chave dentro da estrutura do partido e junto às instituições do Estado, as elites partidárias são responsáveis por boa parte das trocas do partido com o meio de atuação seja este, a sociedade, as instituições ou outras legendas. Ademais, com a crescente personalização da política fruto do papel preponderante que a mídia e particularmente a televisão têm no debate público hodierno, as elites políticas tornaram-se um ativo crucial para as legendas (CYR 2017).

Um efeito particularmente relevante da personalização da política e que ressalta a importância das lideranças para os partidos diz respeito ao impacto que as figuras políticas têm sobre a decisão do voto em disputas eleitorais. A discussão acerca dos efeitos de candidatos sobre o voto e as preferências partidárias têm rendido vaticínios conflitantes na produção recente sobre o tema. Como afirmam Holmberg e Oscarsson (2013), dada a dificuldade em se isolar efeitos de avaliação de líderes dos efeitos de preferências partidárias, o debate é permeado tanto por estudos que dão suporte a conclusões que minoram o efeito de elites e lideranças na decisão do voto, quanto por estudos que afirmam o contrário, identificando a importância deste fator. Os autores, analisando dados de preferência partidária e avaliação de líderes em 8 países de democracia avançada concluem que os efeitos eleitorais da liderança tendem a ser condicionados pelo tipo de sistema eleitoral vigente. Nos países com sistemas majoritários, como os Estados Unidos, líderes têm forte efeito sobre a decisão do voto, sendo muitas vezes mais relevantes do que o partido. Em sistemas proporcionais, por outro lado, o efeito das lideranças, embora relevante, é inferior ao da preferência partidária.



Para além dos fatores institucionais, a relevância das lideranças tende a ser menor em partidos baseados na mobilização de grandes contingentes de apoiadores do que em partidos de tipo *catch-all* eleitoralistas (LOBO, 2008) e a variar de acordo com o nível de polarização do sistema partidário (AARTS et al., 2013). Tal efeito é relevante não apenas em sistemas presidencialistas, tradicionalmente tidos como mais personalizados. Steward e Clarke (1992) demonstram que as avaliações que o eleitorado britânico fazia de seus líderes nas eleições de 1987 explicam parte significativa dos votos dados tanto para o partido Conservador, quanto para o Trabalhista, quando controlados outros fatores como preferência partidária, avaliação da economia e interesse por política. Os dados de painel eleitoral utilizados pelos autores demonstram que a probabilidade de voto para um partido aumentou conforme a avaliação do eleitor pelo líder do mesmo partido melhorou e que, ao mesmo tempo, a avaliação do líder opositor diminuiu afetando a probabilidade de voto por seu partido.

A emergência do fenômeno da cartelização dos partidos a partir da segunda metade do século XX, caracterizado pelo maior imbricamento das legendas junto à estrutura estatal, confere às elites políticas uma posição de maior centralidade na determinação dos rumos e do desempenho das agremiações (KATZ e MAIR, 1995). Nos partidos cartel, a face da organização que atua nas instituições estatais (*party in public office*) ganha preponderância sobre as demais tanto nas dinâmicas partidárias internas como na relação da legenda com o meio. Como consequência deste processo, a figura dos líderes partidários e candidatos torna-se o principal veículo de atuação dos partidos tanto na sociedade, como nas instituições. Em casos extremos, a legenda torna-se efetivamente secundária em relação a seus líderes que atuam com grande margem de liberdade em relação a constrangimentos organizacionais. Dessa forma, em um contexto no qual, cada vez mais, a ligação dos partidos com o aparato estatal é uma condição imprescindível para sua manutenção e sucesso, elites com grande capacidade de ocupar cargos e realizar a intermediação entre estado, legenda e sociedade são um recuso de grande importância, sobretudo quando se quer desafiar o *status quo*.

Elites políticas não são, entretanto, um recurso que aporta apenas benefícios aos partidos políticos. Nem todas as elites são capazes de desempenhar corretamente as funções que lhes competem tanto internamente ao partido quanto como representantes deste junto às instituições (CYR, 2017). Figuras envolvidas em escândalos políticos ou associadas à má performance governamental podem prejudicar a legenda que integram ao transferir para esta a imagem negativa que detém. Tal transferência incide, dentre outras questões, sobre a capacidade que um partido tem de angariar apoio em eleições não apenas para aqueles membros com má

reputação, mas para suas demais lideranças. No caso de sistemas presidencialistas, como os dos países aqui analisados, o “contágio” da má reputação individual sobre a legenda tende a ser mais forte. Lupu (2014) aponta a má performance do governo de Raúl Alfonsín (1983-1989) somada ao desgaste de sua imagem em função da realização do Pacto de Olivos em 1994 com o então Presidente da Argentina e líder do Partido Justicialista, Carlos Meném, como uma das razões para o colapso partidário (*party breakdown*) da Unión Cívica Radical na Argentina durante os anos 90<sup>27</sup>.

A forma como as legendas utilizam os recursos de elite é contingente à atuação destas elites e à conjuntura em que estas operam, especialmente no caso de líderes partidários. Estes constituem o subgrupo mais relevante dentre o conjunto das elites partidárias, pois, ao contrário de dirigentes partidários e outras figuras proeminentes nas dinâmicas internas da organização, os líderes possuem projeção externa e imagem própria. Com frequência, são indivíduos que participaram da fundação de suas legendas as quais, por sua vez, têm parte de seu capital político derivado daquele pertencente a seu(s) líder(es) mais proeminentes. Formar tais lideranças e mantê-las em evidência é, portanto, um passo crucial para que partidos aproveitem o potencial desse tipo de ativo para seu crescimento organizacional e eleitoral.

No caso dos partidos desafiantes, a aquisição e uso de recursos de elite envolve dois aspectos a serem considerados aqui. O primeiro é a consolidação de uma liderança capaz de ser referência na disputa pelo executivo nacional, dado o escopo principal já explicitado no primeiro capítulo de almejar introduzir um novo eixo de competição. O segundo é a capacidade de ampliar o número de elites relevantes em instâncias institucionais e sociais cruciais para as atividades do partido.

### **3.2.1 Recursos de Elite no PT, MAS e Frente Ampla**

Como mencionado anteriormente, o Partido dos Trabalhadores aglutinou, desde sua fundação, lideranças de relevo nacional oriundas das mais variadas origens sociais e políticas. Em particular, o movimento operário, a militância católica das comunidades eclesiais de base, a esfera acadêmica e grupos clandestinos de esquerda opositores do regime militar. Das mobilizações realizadas ao final da década de 70 pelo assim-chamado “novo sindicalismo”, concentrado sobretudo na região do

---

<sup>27</sup> O pacto de Olivos consistiu em um acordo entre as duas maiores forças políticas argentinas (PJ e UCR) para a realização de reformas constitucionais, dentre as quais a que instituía a possibilidade de reeleição para o executivo nacional argentino, possibilitando um novo mandato para Meném. A reforma não foi bem vista por partes consideráveis da população argentina, particularmente entre o eleitorado da UCR.

ABC paulista e em outros centros operários urbanos do país, emergiriam algumas das principais lideranças que comporiam elite do partido.

Em seus primeiros anos, o PT se expandiu através da adesão de lideranças e movimentos de esquerda e sindicais existentes nas distintas regiões do país. Dessa forma, vieram a integrar o partido os mais diversos grupos políticos que garantiram-lhe elites políticas capazes de organizar a legenda e disputar eleições. Assim como no caso do MAS e da Frente Ampla, a presença de sindicatos ativos e relativamente enraizados entre o proletariado foi um aspecto central para a entrada de elites políticas no PT. De acordo com Meneguello (1989), a emergência do “novo sindicalismo” possibilitou que os sindicatos desenvolvessem uma atuação independente de vínculos partidários, diferente daquela praticada no período pré-64. Esta nova forma de organizar a representação dos trabalhadores enfatizava o enfrentamento das limitações impostas pelo Estado ao movimento operário. O novo sindicalismo criticava a legislação trabalhista, o arrocho salarial, a impossibilidade de negociação salarial direta entre empresas e sindicatos, a proibição do direito à greve e a ausência de autonomia sindical. Tal movimento redundou na onda de greves ocorrida no Brasil entre 1978 e 1981 que, a despeito de seus resultados, projetou na opinião pública os sindicatos e suas lideranças em um contexto da lenta abertura do regime militar (MENEGUELLO, op.cit).

Dentre estas lideranças operárias, Lula, então presidente do sindicato dos metalúrgicos, emergiu como figura central do movimento ao encabeçar a greve dos metalúrgicos do ABC Paulista em 1979 e, posteriormente em 1980. Sob a condução de Lula, os sindicatos foram capazes de mobilizar um contingente expressivo de trabalhadores pela primeira vez em muitos anos de ditadura durante as paralizações e demais atos sindicais<sup>28</sup>. Embora as iniciativas promovidas pelo novo sindicalismo não tenham logrado os efeitos esperados, elas tiveram a importante função de projetar, ainda que de forma embrionária e até certo ponto involuntária, um novo ator político no cenário brasileiro: o movimento trabalhista. (MENEGUELLO, 1989).

A passagem da mobilização sindical para a criação de um partido se deu, em parte, pela constatação dos limites que a atuação sindical tinha em face dos desafios políticos da época. Ainda fortemente concentrado em áreas industriais do país e com pautas heterogêneas, o movimento trabalhista tinha pouca capacidade de influenciar decisões políticas profundas que fossem capazes de promover benefícios e transformações necessárias aos trabalhadores. Dada a flexibilização das regras para criação de partidos introduzida pelo governo militar em 1979, a criação de uma legenda

---

<sup>28</sup> De acordo com Guidry (2003), as diversas greves e paralizações mobilizaram cerca de 500 mil trabalhadores em 1978 e até 3 milhões em 1979.

própria tornou-se uma alternativa viável para o novo sindicalismo. Segundo Meneguello (1989), parte da opção pela fundação de um partido político visava superar os entraves da atuação setorial dos sindicatos, de sorte que, nas discussões iniciais para a criação do PT era clara a intenção de fazer dele um instrumento amplo de todos os trabalhadores entendidos enquanto classe.

Além de Lula, os sindicatos legaram ao partido importantes lideranças regionais dentre as quais destacam-se Olívio Dutra, que viria a se eleger deputado federal pelo Rio Grande do Sul, prefeito da capital gaúcha, governador do estado e também seria ministro das cidades no primeiro mandato de Lula na Presidência; João Paulo de Vasconcelos, constituinte por Minas Gerais e posteriormente deputado federal pelo mesmo estado, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, deputado federal desde 2003 por São Paulo e Chico Mendes, seringueiro, sindicalista e ativista ecológico que teve grande destaque nas lutas ambientais e foi importante para organizar o partido no Acre, estado no qual o PT obtém consistente apoio eleitoral.

Igualmente importante para agregar elites ao PT em seus primeiros anos foi a presença de lideranças emedebistas dissidentes no estado de São Paulo, berço do partido, além da aproximação de intelectuais e acadêmicos, alguns dos quais de retorno ao país após a lei da anistia. Do MDB paulista ingressam no PT já em 1980 membros da ala conhecida como “tendência popular” que, tendo perdido espaço na antiga legenda viram na nova organização um espaço promissor no qual poderiam atuar em maior consonância com seus objetivos. Fazem parte desta leva inicial nomes como o do então deputado estadual Eduardo Suplicy, o qual mais tarde se tornaria importante liderança do partido tendo sido deputado federal, senador e vereador de São Paulo pelo PT; a também deputada estadual à época e futura Deputada Federal pelo PT, Irma Passoni e Aírton Soares, deputado federal e primeiro líder do partido na Câmara dos Deputados.

A terceira fonte importante de recrutamento do PT em seus primeiros anos é constituída pelos movimentos sociais ligados à Igreja Católica, a qual, a partir da década de 70 adota uma postura contrária ao regime militar. Particularmente importante para a montagem do partido foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que forneceram um importante apoio e enraizamento social, tendo sido vitais para a consecução das assinaturas necessárias para a fundação do partido e sua difusão inicial no território. Sob inspiração da Teologia da Libertação, as CEBs fomentaram a emergência de diversas lideranças do PT. Exemplos destas lideranças são os juristas Plínio de Arruda Sampaio e Hélio Bicudo que tiveram importante papel na estruturação do partido. Plínio foi um dos autores do primeiro estatuto do partido e um dos idealizadores dos núcleos de base que seriam a principal característica

organizacional distintiva do PT em sua primeira fase (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991).

Além da influência dos setores ligados às CEBs, diversos grupos de esquerda e acadêmicos também foram decisivos para a configuração inovadora do PT no cenário político brasileiro. Eles foram responsáveis por garantir à legenda parte importante dos conteúdos ideológicos e políticos que distinguiriam a mensagem petista dos demais partidos brasileiros. Ademais, algumas lideranças oriundas destes setores tornaram-se atores fundamentais para a articulação política do PT. José Dirceu e José Genoíno, por exemplo, foram fundamentais para atuação institucional do partido. O primeiro foi deputado estadual e posteriormente federal por São Paulo, além de ocupar a Casa Civil no primeiro mandato de Lula. O segundo foi um dos mais relevantes deputados federais petistas, também por São Paulo. Ambos foram presidentes nacionais do PT. Dentre os intelectuais que tiveram participação fundamental na fundação do partido, destacam-se os sociólogos Florestan Fernandes, Francisco Weffort e José Alvaro Moisés cuja contribuição teórica e política constitui até os dias de hoje a base sob a qual se apoiam alguns dos conceitos centrais da atuação e da formação de políticas públicas do partido, embora os dois últimos tenham rompido com a sigla.

Ao longo das décadas de atuação, o PT continuou com seu perfil fortemente plural de recrutamento de membros, mantendo-se sempre relativamente próximo a movimentos sociais, associações e sindicatos de trabalhadores, setores da academia e dos movimentos estudantis. Destes variados setores sociais emergiram muitas das figuras públicas que viriam disputar e conquistar cargos nos mais distintos níveis em todo o país. Tal permeabilidade garantiu também ao PT não apenas a manutenção de um grau comparativamente maior de enraizamento social, mas também facilitou sua expansão territorial, uma vez que recursos de elite são condição necessária para a instalação de órgãos do partido em novas regiões do território nacional.

Nesse sentido, as experiências do partido em cargos executivos, especialmente no governo de estados e nas prefeituras de capitais foram centrais para o sucesso do PT em desafiar establishment. Com o sindicalista Olívio Dutra em Porto Alegre, a Assistente Social Luiza Erundina em São Paulo e o médico e sindicalista Vitor Buaziz, em Vitória, o PT conquista suas primeiras capitais nas eleições de 1988. Em comum, os primeiros prefeitos do PT possuíam atuação política e social de longa data em seus municípios, evidenciando a capacidade de recrutamento e criação de lideranças no âmbito local. Até sua chegada à Presidência da República em 2002, o partido teve candidatos que ascenderam ao comando de capitais pela primeira vez em Belo Horizonte, Rio Branco e Goiânia em 1992; em Belém do Pará em 1996; em

Aracaju e Recife em 2000. Ademais, o partido conseguiu eleger governadores pela primeira vez em 1994 com as vitórias de Cristóvam Buarque, professor da UnB no DF e Vitor Buaiz no ES. Nas eleições seguintes, em 1998, o partido conquista os governos de RS, com Olívio Dutra; do Acre com o ex-prefeito de Rio Branco, Jorge Viana e no MS com o ex-membro do sindicato dos bancários, Zeca do PT. Longe de serem êxitos isolados, o avanço do PT em governos estaduais e prefeituras refletiu a competitividade das lideranças que se integraram ou se formaram no partido. Este padrão encontra paralelos o caso da Frente Ampla, mas a escala em que o PT foi capaz de realizar tal tarefa o distingue parcialmente das duas outras legendas. O MAS, por outro lado tem um perfil diferente, no qual a arregimentação de lideranças esteve sempre à sombra da atuação de Evo Morales.

O surgimento do Movimiento al Socialismo (MAS) no cenário político boliviano representou uma inovação considerável em relação ao padrão das legendas até então existentes no país. Suas origens estão vinculadas às organizações sindicais camponesas que se fortalecem na esteira da transformação da Central Obrera Boliviana (COB), na qual os movimentos de trabalhadores das minas de cobre do altiplano Boliviano exerciam historicamente o predomínio. A crise da COB foi precipitada pelo desmantelamento da empresa estatal Corporación Mineira de Bolívia (COMIBOL), realizado no âmbito das reformas neoliberais nos anos 80 no país. A extinção das minas e a demissão de dezenas de milhares de operários e mineiros desencadeou uma profunda reestruturação na economia boliviana, especialmente na região andina do país. Grande parte da mão de obra outrora empregada no setor da mineração migrou para atividades de cultivo da planta de coca, convertendo-se em camponeses. O súbito e significativo aumento no número de “cocaleros” promoveu um aumento da afluência dos sindicatos camponeses bolivianos que, no curso de poucos anos, se tornaram dominantes no cenário das organizações trabalhistas da Bolívia a partir da sua reunião no âmbito da Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB) (DO ALTO, 2008).

Os sindicatos e associações camponesas adotaram inicialmente duas estratégias de operação entre o fim dos anos 80 e meados de 90. Em primeiro lugar, a mobilização dos camponeses e produtores de coca na defesa da produção da folha, à época altamente estigmatizada em decorrência da associação com a produção de cocaína. A segunda, a busca de aproximação com as legendas de esquerda existentes, em especial a Izquierda Unida (IU) e o Eje Pachakuti através das quais pudessem lançar candidatos que defendessem suas bandeiras. Juntos, estes dois eixos de atuação visavam fortalecer os sindicatos ampliando sua base social e

promovendo a luta em torno de uma bandeira comum e socialmente orgânica à região e aumentando a influência de suas lideranças junto à esfera institucional.

Nos primeiros anos da década de 90 as forças camponesas foram bem sucedidas quanto à primeira estratégia, pois a vinculação da atuação camponesa à produção de coca ativou, por motivos culturais e históricos ligados ao cultivo da planta, também a identidade indígena, vinculando-a à luta política camponesa. Este fator foi crucial, segundo Madrid (2016), para o sucesso da mobilização política que permitiu a criação e posterior ascensão do MAS. O segundo eixo de atuação, a aproximação com a esquerda então existente, mostrou seus limites já nos primeiros anos da década de 90. Os “cocaleros” rapidamente perceberam que tais partidos instrumentalizavam a participação de suas lideranças no plano político-institucional, ademais, tanto a IU quanto o Eje Pachacuti eram atores marginais dentro do espectro partidário boliviano e, portanto, veículos de atuação institucional pouco promissores.

Em 1997, é fundada, durante o VI Congresso da CSUTCB, a Asamblea Soberana de los Pueblos (ASP), primeira tentativa de criação de um partido que servisse de instrumento político para os sindicatos camponeses. A ASP é a primeira legenda na qual Evo Morales, já à época uma das maiores lideranças indígenas e camponesas da Bolívia, busca atuar politicamente sendo um dos 4 deputados nacionais eleitos pela ASP, ainda coligada à IU, em 1997. Entretanto, em vista das crescentes disputas internas pela direção da ASP com Alejo Véliz, outra liderança indígena e fundador do ASP, em 1998 Evo abandona a ASP e funda o Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos (IPSP), um partido/movimento que nasce com uma vinculação orgânica com muitos dos sindicatos outrora vinculados à ASP<sup>29</sup>. A IPSP, entretanto, não dispunha de registro junto ao Consejo Electoral Nacional (CSE) boliviano de modo que Morales recorreu a uma pequena legenda de esquerda, o Movimiento al Socialismo, para viabilizar politicamente seu movimento. Ocorre então a fusão entre as duas organizações dando origem ao MAS-IPSP.

Desde seu início, a atuação do MAS, sob liderança incontestada de Evo Morales, concentrou-se na aproximação da sigla com diversos movimentos sindicais e sociais do país, visando solidificar os laços de origem com os movimentos camponeses e indígenas do altiplano bem como criar novos vínculos com outros órgãos de representação de trabalhadores. Tal aproximação permitiu ao MAS recrutar lideranças de origem não-indígena, entre as populações de “mestiços” e brancos, cuja ativação

---

<sup>29</sup> Segundo Do Alto (2008), um dos líderes da ASP à época que migrou para o IPSP, na disputa entre Véliz e Evo, o primeiro reteve o nome e o registro da ASP, mas Morales levou consigo praticamente todas as bases sindicais e sociais da organização quando da fundação da IPSP.

não seria viável caso o MAS tivesse contado apenas com sua *classe gardée* originária (MADRID, 2016).

Como resultado deste esforço, o MAS atrai para si quadros políticos que seriam importantes no esforço de superar seu insulamento nas regiões andinas do país nas quais reside a maior parte da população camponesa e indígena. Exemplos do êxito na diversificação das elites que compõem o partido são Antônio Paredo e Álvaro García Linera, candidatos a vice nas chapas de Evo Morales em disputas pela Presidência, o primeiro em 2002 e o segundo em 2005, 2009 e 2014. Também exemplos da ampliação de lideranças foram Filemón Escobar e Ana Maria Romero, ambos figuras de origem mestiça com trajetórias políticas progressas. O primeiro havia sido Deputado pela IU ao final dos anos 80 e a última, uma figura proeminente da política boliviana que ocupou o cargo de Defensora del Pueblo<sup>30</sup> durante muitos anos sendo reconhecida e bem avaliada pela maioria do povo boliviano (MADRID, 2016).

A diversificação do perfil de elites recrutadas pelo MAS fez parte de um esforço de construção de plataformas abrangentes que o partido empreendeu a partir dos anos 2000. Diferentemente de outros partidos e grupos políticos que enfatizaram os apelos étnicos e regionais, como a ASP e o MIP cujo líder Felipe Quispe abandonara o MAS por julgar a postura de Evo demasiadamente moderada e conciliatória (DO ALTO, 2011), o MAS soube conjugar suas plataformas originais com bandeiras mais abrangentes. O reflexo disto no perfil de líderes do partido, como mencionado, foi a inclusão de figuras brancas e mestiças, mas também se deu quanto à origem dos novos membros. Esta foi uma estratégia deliberada do partido e conforme afirma o ex-senador pelo partido, Santos Ramirez:

Entre el período de 2002 a 2004 el proyecto del MAS es asimilado por la población urbana, por la clase media intelectual. Eso es producto, entre otras cosas, de la estrategia que despliega el propio compañero Evo: empieza a generar reuniones, encuentros, eventos, análisis, e invita públicamente a que esos sectores se sumen. (SANTOS RAMIREZ *apud* HARNEKER e FUENTES 2008: 101)

A liderança de Morales é um dos componentes centrais do sucesso alcançado pelo MAS ao longo de sua trajetória. Ele foi o principal idealizador da legenda como um veículo de ação para os movimentos e sindicatos do altiplano. Sua importância deriva não somente do fato de ser o único candidato ao executivo nacional em toda trajetória do partido, mas por seu papel como “pedra angular” da sigla. O MAS conta com uma hierarquia implícita que atribui primazia às organizações camponesas e indígenas em suas disputas internas e como principal clientela do partido. Neste

---

<sup>30</sup> Cargo análogo ao de chefe da Defensoria Pública da União no Brasil.



arranjo, Morales arbitra os principais conflitos que podem emergir entre os diversos grupos sindicais, bem como entre os distintos componentes étnicos e sociais que o compõem (DO ALTO, 2011).

Dois fatores permitem que o MAS pratique com sucesso este tipo de gestão de elites. Em primeiro lugar, o fato de o partido ser um “instrumento” dos sindicatos e movimentos camponeses e indígenas determina que, como organização, esteja sujeito às decisões, à vontade e aos objetivos destes. Isso configura o pilar de existência e organização da legenda que atua como mecanismo de coordenação política da atuação de distintos grupos sociais (DO ALTO, 2011). Em segundo lugar a liderança exercida por Evo Morales que domina as interações do partido graças à influência que exerce sobre os próprios movimentos sociais, referindo-se a eles continuamente, porém, mantendo sua autonomia decisória. Como afirma Madrid (2012) com base em entrevistas conduzidas com membros do MAS, a liderança de Morales não busca necessariamente desenvolver estruturas institucionais que possam limitar sua atuação, porém é conduzida a partir de seu vínculo carismático com as bases que, ao serem ouvidas, sentem-se contempladas. Trata-se de um arranjo muito peculiar, pois, ao mesmo tempo em que o MAS promove lideranças oriundas das mais variadas bases sociais, também conserva uma adesão férrea à figura de Evo que não tem seu papel desafiado por outros membros da elite do partido ou dos próprios sindicatos e movimentos. Tal ausência de desafio é permitida por uma estrutura fluída do partido, garantida pela já referida dependência deste em relação aos movimentos sociais e sindicais. A centralidade de Evo Morales para o partido é resumida desta forma por Santos Ramirez:

Evo Morales siempre está adelantado, va en avión mientras que el resto de los militantes del MAS estamos andando en camión, o a pie. Entonces, esa es la gran desventaja y la gran ventaja del MAS: el poder contar con esa gran luz que se presenta, ese faro que es el Presidente Evo Morales, porque permanentemente nos da la línea. Como él ya ha avanzado kilómetros de distancia, los militantes tenemos que acomodarnos para seguirlo y tratar de acomodarnos a nivel teórico y a nivel de documentación. (SANTOS RAMIREZ *apud* HARNEKER e FUENTES 2008: 83 e 84)

Nesse sentido, o MAS é hábil em potencializar a figura de Evo fornecendo-lhe ascendência sobre o partido. Isto confere lastro eleitoral à legenda, advindo do prestígio de Evo tanto junto a indígenas, quanto a setores de regiões de maioria branca e mestiça (DO ALTO, 2011). Particularmente importante para projetar nacionalmente Evo, e por consequência o MAS, foi o bom desempenho de sua chapa com Antônio Paredo em 2002, ficando dois pontos percentuais atrás do vencedor Sánchez de Lozada. Naquela eleição o partido elegeu 27 deputados e 8 senadores se

tornando o segundo em presença no Congresso Boliviano. A eleição também marca a expansão do MAS para além de sua região tradicional de origem, o departamento de Cochabamba, com bons desempenhos em La Paz, Oruro e Potosí, todos na região andina. Em todas estas, o partido foi o mais votado, superando outros concorrentes que também se posicionavam com uma plataforma de apelo étnico e camponês, como o MIP.

No pleito nacional seguinte, em 2005, o MAS chega à presidência obtendo mais de 50% dos votos eliminando a realização de segundo turno pelo Congresso. Além de ser o mais votado com uma ampla margem nos departamentos de maioria indígena do altiplano, o partido também venceu no departamento de Chuquisaca e foi o segundo colocado em departamentos nos quais as clivagens indígena e camponesa são menos relevantes como Santa Cruz e Tarija. O bom desempenho do partido também se refletiu no expressivo aumento de suas bancadas no Congresso Nacional, elegendo 76 deputados e 13 senadores. O sucesso obtido neste pleito permitiu que o governo de Evo cumprisse a promessa de convocar eleições para uma Assembleia Constituinte, tarefa na qual obteve sucesso.

Nas eleições para a Assembleia em 2006 o MAS obteve um triunfo expressivo elegendo mais da metade dos constituintes com conquista de 137 das 255 cadeiras. A nova constituição, promulgada em 2007, estabelecia a Bolívia como um Estado Plurinacional, reconhecendo, portanto, a realidade multiétnica do país e atendia a inúmeras reivindicações da base indigenista e campesina do MAS. Sua ratificação se deu por plebiscito em 2009, mesmo ano em que Evo se elege para mais um mandato com a expressiva votação. Neste ano, o partido amplia sua presença na Câmara e no Senado. Somente em três departamentos, Santa Cruz, Beni e Pando o MAS ficou em segundo no pleito para a presidência, todos na “médica luna” região que concentra o a população não-indígena do país.

Nas eleições nacionais seguintes, em 2014 o MAS reelege Evo com uma votação semelhante àquela obtida em 2009, 61,4%. A legenda mantém o número de deputados na Câmara e perde dois assentos no Senado em relação ao pleito de 2009. O fator mais significativo, entretanto, é que Evo vence em todos os departamentos com exceção de Beni, um marco em termos da nacionalização do partido e expressivo de seu domínio eleitoral.

Parte considerável do sucesso do MAS se explica pela sua capacidade de, em um primeiro momento, consolidar-se como principal referência junto à sua *core constituency*, qual seja, as populações indígenas e camponesas do altiplano organizadas em suas bases sindicais. E em um segundo momento, de expandir seu apelo para outros setores da sociedade boliviana etnicamente brancos e mestiços,

concentrados nas terras baixas. Como observa Madrid (2012 e 2016) o MAS foi o único partido boliviano a segmentar seus apelos de forma harmônica e coerente, ativando tanto a clivagem étnico-geográfica quanto clivagens econômicas.

Central para que esta estratégia fosse bem sucedida foi a gestão dos recursos de elite feita pelo partido. Em primeiro lugar, o MAS contava com uma liderança carismática forte e popular na figura de Evo Morales, o qual se destacava por suas origens indígenas e campesinas e cuja trajetória de lutas junto aos movimentos étnicos do altiplano lhe conferira credibilidade e autoridade junto a estas populações. Sua ascendência tanto sobre os sindicatos, quanto sobre o partido eram cruciais para manter a coesão e a unidade de atuação do partido. Em segundo lugar, o recrutamento e gestão de integrantes do partido foi conduzida segundo estas duas linhas de atuação: o fortalecimento do vínculo indígena e ampliação para outras bases. Em todas as eleições que participou o MAS lançou muitos candidatos de origem indígena concentrados especialmente nas áreas do altiplano e respeitando as diferentes etnias. Dessa forma, o partido lançava candidatos Aymara em territórios onde este grupo era dominante e candidatos Quéchuas em regiões onde estes fossem maioria (MADRID, 2012). Lideranças indígenas não concorreram apenas a cargos de nível local, muitos de seus deputados e senadores eram lideranças recrutadas junto aos sindicatos e movimentos “cocaleros” do altiplano (HARNECKER E FUENTES, 2008).

Além disso, o MAS, sobretudo a partir dos anos 2000 investe na atração de membros e lideranças brancas e mestiças. Estas, que nos anos 90 eram uma minoria dentro do partido adquirem maior relevo na organização compondo, por exemplo, a maioria das indicações para ministérios do segundo mandato de Evo (MADRID, 2012). O esforço de inclusão de lideranças de origem não-indígena foi acompanhado do aumento no apoio eleitoral advindo de departamentos da “média luna”. O ingresso de tais lideranças no partido foi fruto da ação deliberada de Evo e da direção do MAS de buscar interlocução com grupos organizados relevantes nesta região, em especial de sindicatos profissionais e entre quadros da esquerda boliviana que, com o ocaso das alternativas partidárias tradicionais deste campo ideológico, como o MIR, se encontravam dispersas no cenário político do país. É neste meio que o MAS seleciona seus candidatos a vice nas chapas de Evo. Tanto Antonio Peredo, quanto Álvaro Garcia eram acadêmicos ligados à esquerda boliviana quando ingressaram no partido. A nomeação deste último como candidato a vice é um dos fatores estratégicos por trás da chegada do partido à presidência, fato que é confirmado por Santos Ramirez:

El gran brinco del año 2005, evidentemente se debe a muchos factores, pero dentro de esos factores y de las muchas estrategias y tácticas políticas al interior del MAS, un factor fundamental fue esa decisión de identificar al candidato a la vicepresidencia. Todos los movimientos sociales habíamos coincidido en que había que sacar de la llamada “media luna” al candidato, sea hombre o mujer, porque en ese momento había el famoso empate catastrófico que nosotros no compartimos, pero dijimos: “Como ya tenemos del occidente al presidente, hay que sacar del oriente al candidato a vicepresidente.” (SANTOS RAMIREZ *apud* HARNEKER e FUENTES 2008: 125)

Embora bem sucedida, a inclusão de membros e pautas estranhos à sua base originária não deixou de ser fonte de potenciais conflitos dentro do MAS. Tais disputas foram dirimidas muitas das vezes com um apelo à um senso de causa comum e à liderança de Evo. O processo de definição de Garcia é um exemplo de como o líder do MAS era responsável por dar a última palavra e, graças à sua influência e respeito na condução da legenda, pacificar as tensões. Novamente, Santos Ramirez ilustra como se dava este processo:

Nosotros teníamos como 6 candidatos a la vicepresidencia, 3 mujeres y tres hombres. Inclusive llegamos a un encuentro nacional en el coliseo de Cochabamba —donde históricamente se hacen nuestros eventos— y todo el mundo postuló a uno y a otro candidato para la vicepresidencia, lo único que dijimos es que se encomiende a la dirección nacional encabezada por el compañero Evo Morales, que haga la evaluación y se tome la mejor decisión, y a nosotros nos mandaron a Santa Cruz para empezar a buscar al candidato para vicepresidente. Pero Evo, una vez más, tiene el gran tacto de volver a convocar a las bases y dice: “No, el candidato a vicepresidente no tiene que tener región, sino que tiene que tener ideología muy cercana al MAS, al instrumento político. Ésa es la condición, no es la región, no es la agenda, sino ese componente.” Y ahí vino precisamente la propuesta. Y ahí dijo: “Escuchando a los dirigentes de los movimientos sociales, a los hermanos indígenas, tenemos esta sugerencia de nombre: Álvaro García Linera”, un comentarista de uno de los canales más difundidos en Bolivia. Ese nombre junto a los que se habían ya incluido entre diputados y senadores, colocaban en el tapete esa gran idea. Eso arrastró a la clase media, a la clase intelectual, y fortaleció la dupla: “Evo Morales, presidente; Álvaro García, vicepresidente. (SANTOS RAMIREZ *apud* HARNEKER e FUENTES 2008: 125)

Assim, a aquisição e uso de recursos de elite foi um fator fundamental para que o MAS expandisse seu apoio eleitoral e desafiasse o *status quo* boliviano. É difícil imaginar como uma organização nascida no contexto em que o MAS foi criado e com o perfil originário que este tinha poderia chegar ao poder na Bolívia. Com efeito, muitas outras legendas e grupos indígenas tentaram, ao longo da história do país, empreender tal feito e falharam. É possível que a ausência ou mal uso de recursos de elite tenha sido um dos motivos para tais destinos.

A aquisição de recursos de elite por parte da Frente Ampla possui similaridades com os casos de PT e MAS guardando, contudo uma importante diferença, o fato de que ela se origina a partir de outros partidos já consolidados no Uruguai. Tal como nos dois outros partidos, os sindicatos desempenham um importante papel de aglutinação de forças e de promoção de lideranças. Particularmente importante foi a fusão das duas grandes centrais sindicais do país formando a Convención Nacional de Trabajadores (CNT) ainda nos anos 60. A CNT foi uma confederação que unificou o movimento operário uruguaio e potencializou a mobilização da classe trabalhadora do país. Os atores que dirigiram, entretanto, o processo de formação da FA e que proveram o partido com lideranças que seriam importantes durante toda sua trajetória foram os partidos e organizações da esquerda uruguaia avessos ao duopólio histórico de Blancos e Colorados tais como os partidos Comunista (PC), Socialista (PSU) e Democrata Cristão (PDC).

Ademais, a Frente Ampla também contou com a adesão de setores descontentes dos dois partidos tradicionais uruguaios que enxergaram na proposta frenteamplista uma alternativa para propor políticas mais à esquerda do que aquelas permitidas por Blancos e Colorados (YAFFÉ, 2013). Assim, a Frente Ampla já nasce contando com um contingente expressivo de lideranças políticas com algum grau de consolidação junto a setores da sociedade. Figuras como Juan Pablo Terra, deputado pela DC e José Pedro Cardoso, deputado pelo PSU são exemplos de lideranças incorporadas à FA advinda de partidos de esquerda. Dos partidos Blanco e Colorado a Frente Ampla arregimentou lideranças como Enrique Erro, que fora ministro de Estado pelo partido Blanco e se elegeria deputado pela FA em 1971 e Hugo Batalla, sindicalista e deputado pelo partido Colorado. Além destas e outras lideranças egressas de partidos políticos prévios, a Frente Ampla também contou com a adesão de figuras proeminentes na sociedade uruguaia, dentre as quais o militar reformado Liber Seregni, que se tornaria a principal referência do partido em seus primeiros anos de atividade sendo o primeiro presidente do partido (YAFFÉ, 2013).

Em 1973, após o golpe militar que instaurou um regime autoritário no país, a FA entra na clandestinidade e suas elites se dispersam. Alguns líderes deixam o país rumo ao exílio; outros distanciam-se da vida política e uma parte considerável ingressa nas fileiras da guerrilha urbana de inspiração marxista “Movimento de Libertação Nacional – Tupamaro”, em atividade desde os anos 60 no país. Durante o regime militar, os partidos que integram a FA continuaram a operar informalmente na clandestinidade. Neste contexto de reuniões secretas, algumas das lideranças centrais da FA no período pós-redemocratização, em 1984, ingressaram nas fileiras frenteamplistas. A principal delas é Tabaré Vázquez, que viria a se tornar uma das

principais figuras do partido sendo primeiro candidato eleito para o Executivo Nacional.

Vázquez ingressa na FA via Partido Socialista, devido à sua proximidade com José Pedro Cardoso, líder da legenda. Em 1989 se elege Prefeito de Montevidéu e após o fim do mandato é indicado como candidato ao Executivo Nacional, disputando o cargo pela primeira vez no pleito de 1994. Em 1996 sucede a Seregni na presidência do partido e consolida-se juntamente com este como principal referência dentro da FA. Disputa novamente a Presidência do Uruguai nas eleições de 1999 e 2004, sagrando-se vitorioso nesta última. De acordo com Yaffé (2013) a importância de Vázquez não se resume apenas ao seu potencial eleitoral. No comando da legenda, ele atuou habilmente para equilibrar as disputas e as interações entre as diversas facções internas do partido, especialmente nos períodos de pleitos nos quais as diferentes listas (lemas) eleitorais que cada facção lança competem entre si pelo voto do eleitorado frenteamplista. Vázquez se mostrou crucial quando PDC e o Partido Geral do Povo (PGP) se separaram da FA, formando a sigla Nuevo Espacio (NE), para disputar os pleitos nacionais de 1989, 1994 e 1999. Já em 1994, Vázquez consegue reintegrar a PDC e uma facção do Partido Nacional para formar a coligação Frente Amplio - Encuentro Progressista (FA-EP), que teria um desempenho destacado na disputa pela presidência. Nas eleições de 2004 o restante da NE se alia à FA-EP na disputa pela Presidência, apoiando Vázquez que se tornaria presidente. No ano seguinte os setores que integravam EP e NE se reintegram à Frente Ampla.

A outra grande liderança de destaque da Frente Ampla também se integrou ao partido durante o período autoritário. José Mujica iniciou sua militância política em uma facção nacionalista do Partido Nacional nos anos 50. Sua proximidade com Enrique Erro, levou-o a seguir o então deputado e abandonar os blancos, filiando-se ao Partido Socialista. Nos anos 60 passa a atuar na guerrilha Tupamaro tendo participado de ações insurgentes armadas contra o governo democrático e, posteriormente, a ditadura. Foi preso diversas vezes durante os anos 70 e 80 e, após sua libertação definitiva em 1985, filiou-se à FA, fundando uma facção junto com outros ex-Tupamaros, o Movimiento de Participación Popular – MPP, que viria a se tornar uma das correntes mais relevantes dentro da legenda. Mujica foi deputado por Montevidéu, ministro de pecuária, agricultura e pesca durante o primeiro governo Vázquez e, finalmente, Presidente da República. Como chefe do executivo, adquiriu grande notoriedade internacional pela imagem de líder autêntico e popular, ajudando a projetar também a imagem da FA.

O contraste entre os três casos de sucesso no que se refere à aquisição de recursos de elite evidencia que, em todos eles, a incorporação de lideranças foi uma tarefa central e importante. A maneira como eles buscaram fazer isso, contudo, variou

em função dos contextos em que operam. Um traço comum entre FA, PT e MAS é sua ligação genética com sindicatos robustos e de importante atuação histórica em seus países. Do ambiente sindical emergiram Lula e Evo Morales os dois grandes líderes de PT e MAS cuja trajetória tanto antes da legenda quanto após sua fundação garantiu-lhes forte ascendência carismática não apenas sobre seus correligionários, mas em parcelas consideráveis do eleitorado brasileiro e boliviano. Tal fato lhes possibilitou um grau de domínio e controle sobre as trocas internas de seus partidos a ponto de tornar-lhes imprescindíveis para tais organizações. No caso da Frente Ampla, os sindicatos foram importantes para proporcionar o contexto social de mobilização dos trabalhadores que permitiu a contestação institucional do duopólio Colorado e Blanco.

Igualmente, os três partidos buscaram o apoio em bases sociais variadas, das quais vieram algumas de suas principais lideranças. Os setores da esquerda acadêmica forneceram importantes quadros para PT e MAS, sendo fundamentais para que este último expandisse sua base além do movimento sindical campestre. Membros de legendas já estabelecidas agregaram aos três partidos analisados importantes quadros com trajetória política previa que facilitaram sua inserção nas instituições via cargos eletivos. Estes foram particularmente efetivos nos primeiros anos de existência destas legendas, especialmente no caso da Frente Ampla cuja formação decorreu da associação de vários partidos para criarem uma só sigla. Igualmente relevantes como fonte de lideranças foram as guerrilhas e movimentos de esquerda, particularmente no caso de PT e FA que atuaram em contextos de autoritarismo. Estes partidos foram bem sucedidos em atrair importantes membros que, abandonando a perspectiva de resistência e revolucionária, aderiram ao jogo político quando da retomada democrática.

Há, contudo, importantes diferenças entre os três partidos no que tange à forma como adquiriram recursos de elite. Tais diferenças decorrem, sobretudo, de características do meio no qual cada um opera. A distinção mais marcante se refere à presença ou não de um líder carismático dominante. No caso de PT e MAS este é um traço característico e importante. Tais legendas se beneficiaram enormemente da projeção que Lula e Evo lograram obter em suas trajetórias políticas. É possível argumentar que no caso de ambos os partidos houve certa transferência do carisma pessoal do líder para a organização nos moldes do processo descrito por Panebianco (2005). A Frente Ampla, por outro lado é marcada por uma multiplicidade de lideranças relevantes sem que ocorra, contudo, uma ascendência clara de um único personagem. Isto decorre das características da competição política no Uruguai. O país utiliza um sistema de listas múltiplas em que cada legenda pode apresentar mais de uma lista de

candidatos própria (*lemas*) com postulantes a todos os cargos. Dessa forma, há um grande estímulo para que os partidos políticos tornem-se entidades permeadas por subgrupos e facções com alto grau de independência entre si, competindo uns com os outros pelo apoio do eleitor. A Frente Ampla, por ser um partido cuja própria formação se deu através do aglutinamento de legendas já existentes, tem esta marca de pluralismo de facções exacerbada o que dificulta a emergência de uma liderança com o mesmo grau de domínio de Lula e Evo. Não obstante, algumas figuras do partido lograram exercer, em momentos delimitados, considerável influência nas dinâmicas internas da legenda, casos de Liber Seregni e Tabaré Vázquez.

### **3.3 Recursos Organizacionais**

Conquanto muitos dos partidos existentes possam se limitar à maximização de recursos de baixo custo de aquisição, ou seja, recursos financeiros e de elite, mesmo o menos institucionalizado deles terá de contar com alguma forma de aparato organizacional. O tipo de atividade que os partidos políticos desempenham nas democracias requer deles mecanismos mínimos de funcionamento e de contato com o meio em que atuam. Dentre estes mecanismos estão os que integram os recursos de tipo organizacional. Como mencionado no primeiro capítulo, este tipo de capital compõe a máquina partidária, isto é, o conjunto de ativos em que consiste a estrutura formal do partido e que o torna uma entidade material na sociedade. Como todas as instituições sociais, partidos políticos necessitam desenvolver mecanismos para efetivar de forma minimamente eficiente seus objetivos, se consolidar e rotinizar suas práticas. Ativos organizacionais são o mecanismo pelo qual eles efetivam esta necessidade.

Um dos principais eixos em torno do qual se estrutura a discussão sobre como os partidos políticos utilizam seus recursos organizacionais diz respeito à noção de desenvolvimento organizacional (SCARROW e WEBB, 2017). Tal debate redundou na formulação de tipologias partidárias utilizadas amplamente tanto em estudos de caso como em análises comparativas. Os tipos ideais condensavam características-chave de acordo com as quais os partidos se distinguiam quanto ao seu perfil organizativo e, portanto, quanto à sua atuação e força política. Há também uma tradição de estudos que enfatizam, com diferentes abordagens, a noção de força organizacional (GIBSON, COTTER e HUCKSHORN, 1983; COLEMAN, 1996 e TAVITS, 2012). Este conceito, operacionalizado de maneiras distintas, encerra em si a ideia de que é possível mensurar e comparar os partidos quanto ao seu grau de desenvolvimento organizativo



em termos quantitativos. Assim, quanto mais robustos ou desenvolvidos forem os parâmetros organizativos de uma legenda, mais forte ela tende a ser.

Dentre os critérios mais comuns para a avaliação do perfil organizacional dos partidos está o que expressa a sua dispersão territorial, traduzida no número de órgãos que o partido tem no país. Partidos se fazem fisicamente presentes através de seus órgãos, que são espaços físicos de sua propriedade nos quais podem desenvolver suas atividades (CYR, 2017). Embora partidos possam dispor de tipos diversos de estruturas físicas, o diretório costuma ser a unidade mais comum na qual eles funcionam. Tal aparelho, serve como escritório para que a burocracia partidária trabalhe, como local de reuniões tanto para as elites partidárias, quanto para os militantes, além de poder abrigar comitês eleitorais e servir de base logística para campanhas e hospedar eventos coletivos promovidos pela legenda .

A quantidade de órgãos partidários e o uso que os partidos fazem deles determinam o quão importante é este recurso para uma legenda. Em primeiro lugar, quanto mais diretórios e demais órgãos um partido tiver, maior tendencialmente será sua capacidade de angariar adesão de cidadãos à sua organização<sup>31</sup>. A proximidade física facilita o contato de agentes do partido com indivíduos que possam ser atraídos para a legenda tornando-se potenciais eleitores, militantes e mesmo líderes ou candidatos<sup>32</sup>. Em segundo lugar, a maneira como se dá a expansão territorial do partido influencia sua forma de processar conflitos internos. Como argumenta Panebianco (2005), há duas formas pelas quais um partido se expande: penetração ou difusão. No primeiro caso, a abertura de novas sedes e diretórios ao longo do território nacional é determinada pela direção central do partido que decide onde este ampliará sua presença fixando-se fisicamente. No segundo caso, o órgão local do partido é fundado a partir de forças autônomas que se organizam e, após estruturadas, se incorporam à legenda. Partidos em que predomina a penetração sobre a difusão tenderão a ter maior grau de sistemicidade, uma vez que o “centro” do partido consegue exercer maior controle sobre suas unidades locais (PANEBIANCO, 2005).

Uma outra dimensão relativa aos órgãos partidários, diz respeito a como se dá o uso destes. Embora seja um aspecto pouco analisado na literatura, o tipo e a frequência de atividades que um partido desenvolve em seus diretórios indica o quão “vivos” eles são naquela localidade e, portanto, se os diretórios de fato procuram

---

<sup>31</sup> Deve-se, entretanto, reconhecer a possibilidade de uma relação inversa entre adesão e dispersão territorial. Isto é, a quantidade de diretórios de uma legenda pode ser consequência da adesão a ela e não sua causa.

<sup>32</sup> Como será visto no capítulo 4, por exemplo, a decisão da LCR de abrir uma sede em Ciudad Guayana onde se localizava a SIDOR foi crucial para que a legenda construísse ali a sua maior base social, bem como recrutasse Andrés Velásquez, sua liderança de maior relevo depois de Alfredo Maneiro.

mobilizar a população local. Conquanto seja um aspecto de difícil mensuração e cuja efetividade possa variar imensamente – um diretório pode procurar desenvolver uma série de atividades e mobilizar a comunidade na qual se insere e ainda assim não lograr sucesso – o nível de atividade dos órgãos é um fator importante para entender o quanto a legenda está investindo na aquisição deste recurso.

Um segundo tipo de recurso organizacional consiste no corpo de funcionários especializados que trabalham para um partido. O staff partidário é corresponsável por organizar e coordenar as atividades do partido, realizar a administração legal e burocrática, mobilizar a militância, organizar campanhas eleitorais e auxiliar na produção de conteúdos que orientarão as políticas públicas propostas e o posicionamento ideológico da legenda. Scarrow e Webb (2017) afirmam que a presença de um staff de qualidade afeta, dentre outros aspectos, a probabilidade de rupturas e cisões no partido e a extensão pela qual os seus membros valorizam ganhos de curto prazo em detrimento do fortalecimento organizacional da legenda. Ademais, os autores argumentam que quanto maior for o staff de um partido, menos este dependerá do trabalho voluntário de seus militantes – em geral, mais inconstante e menos qualificado. Tavits (2012) encontra evidências que indicam uma relação positiva entre o tamanho do staff partidário e a capacidade de angariar votos de partidos políticos novos em países do Leste Europeu.

O staff desempenha também uma importante função de organização das trocas internas do partido. Tavits (2012) afirma que a existência de um staff facilita o papel de coleta e difusão de informações do centro decisório para as subunidades da legenda. Ademais, a ausência de staff profissionalizado, por sua vez, pode resultar em pouca capacidade de controle da organização central sobre braços locais e certas zonas de incerteza do partido, o que aumenta as chances de problemas de coordenação eleitoral, bem como a probabilidade de conflitos internos (MUDDE, 2007).

Órgãos partidários e staff profissional correspondem a dimensões que integram o patrimônio direto dos partidos políticos e cuja expansão depende unicamente de sua atuação. Militantes, entretanto, são um tipo de recurso cuja obtenção não é uma decorrência automática da ação da legenda. Ao contrário de órgãos e staff, eles não são fruto do estabelecimento de um mero vínculo econômico, como a aquisição de um imóvel ou a contratação de funcionários. Sua adesão ao partido é voluntária e resulta, em última análise, de sua livre decisão autônoma em relação à qual a legenda tem pouca capacidade de controle. Esta é uma das razões pelas quais a arregimentação de militantes sempre foi tarefa dispendiosa para os partidos políticos, implicando no esforço contínuo e intensivo de interlocução com os cidadãos. Com efeito, a literatura sobre partidos vem, ao longo das últimas décadas apontando para o constante

declínio nas taxas de filiação em todo o mundo (KATZ e MAIR, 1995; DALTON e WATTEMBERG, 2002; VAN BIZEN, MAIR e POGUNTKE, 2011). Em parte, tal declínio reflete a perda da capacidade de mobilização de amplos contingentes de apoiadores tal como o fizeram outrora os partidos de massa descritos por Duverger (1991).

A despeito da aparente perda de centralidade deste tipo de recurso, militantes ainda concedem aos partidos uma série de benefícios nada triviais, que fortalecem a organização em múltiplas dimensões. Seu valor mais evidente é a sua capacidade aportar votos, tanto os seus próprios quanto o de suas relações pessoais, para a legenda. Eles também operam como um contingente de apoiadores fiéis que auxiliam em atividades extra eleitorais tais como comícios, panfletagens e reuniões, difundindo os conteúdos simbólicos do partido e ajudando na tarefa de mobilizar mais apoiadores. Nesse sentido, eles têm um potencial multiplicador das bases partidárias. Eles podem servir como fonte de ideias e práticas inovadoras de campanhas, bem como tornarem-se candidatos e concorrerem a cargos pelo partido (CYR, 2017). Militantes também ajudam o partido a permanecer “enraizado” na sociedade na medida em que transitam livremente entre o ambiente interno da legenda e setores mais amplos da sociedade, contribuindo para o fluxo de troca de informações entre estes dois polos (SCARROW, 1994).

Entretanto, militantes não trazem apenas dividendos positivos para os partidos. Com frequência eles podem se tornar foco de pressão e de limites para a ação das elites políticas e para eventuais transformações estruturais da legenda. Com frequência, militantes podem ter preferências mais intensas e mais radicais do que a média do eleitorado e os próprios líderes partidários. Muitos destes líderes, por ocuparem cargos eletivos, têm de se pautar por posições mais difusas e plurais do que aquelas da militância. Como resultado eles podem limitar o grau de liberdade com o qual o partido opera para se adaptar à demanda eleitoral (CYR, 2017). Se o pressuposto da maior radicalidade dos militantes se confirma, ele pode causar sérios impasses para o partido (MAY, 1978).

### **3.3.1 Recursos Organizacionais na Frente Ampla, PT e MAS**

O quadro analítico proposto no capítulo 1 subdividiu os recursos de tipo organizacional em 3 categorias: órgãos, staff e militantes em conformidade com a proposta utilizada por Cyr (2017). Trata-se, como foi argumentado neste capítulo, de insumos de grande importância e potencial para as legendas, especialmente no que tange as atividades relacionadas à disputa por cargos em eleições. Dispor de locais

para realização de atividades, de profissionais qualificados para gerir a máquina partidária e de militantes engajados confere a qualquer legenda, uma capacidade considerável de influência sobre o meio em que esta atua. Tal importância, como argumentamos, é ainda maior e mais central no caso de partidos desafiantes de esquerda que, em virtude de sua origem fora do sistema, não contam com vantagens típicas dos partidos do *status quo*.

Mensurar estas dimensões, entretanto, não é tarefa simples. Como afirma Cyr (2017), em geral partidos latino-americanos possuem uma “memória institucional fraca” não mantendo ou disponibilizando registro de militantes ou órgãos partidários, especialmente quando tomados em perspectiva histórica. Ademais, nos poucos casos em que há fontes de dados fornecidas pelos próprios partidos, as mesmas podem não ser confiáveis. Não é raro, por exemplo, que partidos forjem assinaturas para manter seu status legal (MELENDEZ e APRIL, 2011 apud CYR, 2017) ou que deixem de atualizar o cadastro de militantes, excluindo aqueles que já não se encontram mais filiados. Ademais, sobretudo no caso de órgãos partidários e militantes, há que se considerar o grau de informalidade com que estes recursos podem existir. Legendas podem utilizar espaços físicos de organizações terceiras com as quais tenham proximidade; uma parcela dos militantes não possui filiação formal e, entretanto, podem ser muito mais atuantes do que aqueles de fato filiados. De maneira análoga, o partido pode contratar serviços terceirizados, como consultorias legislativas privadas ou empresas especializadas em marketing e campanhas, cujos funcionários não integrem o quadro formal da legenda. Ademais, alguns partidos aqui incluídos foram extintos, de forma que seus registros, caso tenham existido, desapareceram junto com eles.

As possíveis fontes governamentais também são pouco úteis no que se refere a esta dimensão. Com exceção parcial feita ao Brasil, os órgãos eleitorais dos demais países incluídos neste estudo não dispõem e/ou não disponibilizam dados sobre estas e outras dimensões de seus partidos. Com efeito, muitos não tornam acessível sequer os dados eleitorais, cujo processamento é, em tese, mais fácil. Mesmo o caso do Brasil, que possui uma justiça eleitoral bastante institucionalizada e preocupada em tornar pública uma vasta gama de dados acerca do eleitorado, partidos e eleições, a qualidade e a disponibilidade de dados organizacionais das siglas tende a piorar conforme se retrocede o tempo, havendo poucos dados para períodos anteriores à década de 2000. Diante disso, a opção feita aqui é por realizar uma análise exploratória dos dados disponíveis para os distintos casos de sucesso, buscando extrair o máximo de informações coletadas e interpretá-los dentro de seus limites.

No que se refere à dimensão organizacional, o PT é o partido que mais se destaca entre os três casos analisados neste capítulo. Por motivos análogos àqueles enumerados a propósito da relevância dos recursos materiais, o desafio de adquirir recursos organizacionais é maior e mais relevante para o partido brasileiro, quando comparado às realidades de MAS e FA na Bolívia e no Uruguai respectivamente. Construir uma organização partidária nacional é tarefa complexa no Brasil não apenas por suas dimensões territoriais, mas também pela diversidade de realidades regionais e pela organização federativa de seu Estado, que torna bastante intrincada a interação entre municípios, estados e federação no que se refere à competição eleitoral (MELO, 2010). Dessa forma, a expansão de sua presença na sociedade, em termos de estrutura física e de adesão de cidadãos é uma tarefa imperativa para uma legenda que se pretenda a desafiar o establishment.

A maior parte das análises do PT sob o ponto de vista organizacional tende a enfatizar e focar aspectos relativos às dinâmicas internas entre bases e lideranças do partido, bem como alterações ocorridas na forma e como tais recursos são adquiridos e utilizados. Na esteira de perspectivas da análise partidária que dão especial relevância à forma como os recursos organizacionais operam e quais os seus efeitos e significados para a atuação do partido, tais análises concentram-se em explorar as transformações ocorridas no perfil dos membros e lideranças, bem como na distribuição dos diretórios no território nacional e mudanças nas fontes de financiamento (RIBEIRO, 2008, 2014; AMARAL, 2011, 2010; MENEGHELLO e AMARAL, 2008, SAMUELS E ZUCCO, 2014). Tais dimensões permitem afirmar o quão eficiente, qual os sentidos e quais os efeitos da forma como o PT tem utilizado os recursos organizacionais e, portanto, quais impactos o ele consegue produzir com eles, além dos impactos que seu uso tem sobre o próprio partido. O enfoque proposto aqui é, em certo sentido, mais elementar e com menor alcance do que o dos referidos trabalhos. Do ponto de vista do quadro analítico proposto, a dimensão mais importante a ser contemplada é o aumento quantitativo no número de órgãos partidários e de militantes do partido. Dessa forma, considerações sobre a natureza destes órgãos, sua distribuição territorial ou sobre o perfil de filiados, conquanto fundamentais para o entendimento do uso destes recursos, têm menor relevância para dimensionar se houve ou não aquisição crescente de recursos organizacionais ao longo do tempo.

Quando de sua fundação em 1980, o PT contava com uma presença territorial mínima no país. O partido tinha relativamente poucos órgãos oficiais e há dados por estado apenas para São Paulo, onde ocorreu sua fundação. De acordo com os dados da tabela 4, o PT possuía oficialmente 647 órgãos partidários municipais, entretanto, como adverte Ribeiro (2008), os dados não são totalmente confiáveis, pois os registros

do partido anteriores a 2000 são incompletos e pouco precisos. Somente quando o PT implementou o Processo de Eleições Diretas (PED) é que passou contar com um registro preciso de todas as suas unidades organizacionais, inclusive distinguindo diretórios de comissões provisórias (RIBEIRO, 2008). Assim, não é possível saber quantas destas pouco mais de 600 unidades operavam de fato como diretórios funcionais. À época, essa quantidade de órgãos representava uma capilaridade de aproximadamente de 16% dos 4140 municípios brasileiros. O próximo ano para o qual há dados disponíveis é 1993 quando já é possível identificar um crescimento expressivo para um partido de 13 anos de existência. O PT estava presente em cerca de 2176 municípios brasileiros cifra que representa aproximadamente 44% do total de 4693 existentes. Em relação ao dado anterior de 1980, esta evolução no número de órgãos municipais representa um incremento de 336%. Neste ano há dados por estados e é possível constatar que a presença territorial da legenda se concentrava em estados da região sul e sudeste do país onde o partido tem 60% de seus órgãos, estando presente em 58% e 46% dos municípios de cada região respectivamente. A legenda tinha presença menor nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste tendo unidades municipais em menos de 40% dos municípios dos estados que compõem estas regiões.

Em 2000, o PT possuía 4098 órgãos municipais estando presente em 74% dos 5560 municípios do país. Nos 7 anos que se passaram entre 93 e 2000 o partido quase duplicou o número de órgãos partidários, registrando um incremento de 88% em sua presença nos municípios brasileiros. Tal evolução foi concomitante com uma distribuição mais equânime de seus órgãos partidários entre os estados e as regiões do país. A concentração no Sul e Sudeste diminuiu ligeiramente, com estas duas regiões sediando cerca de 56% do total de órgãos municipais petistas no país. Além disso, o PT estava presente em mais de 50% dos municípios em todas as 5 regiões, com maior presença proporcional na região sul (87%) e menor na região nordeste (62%). Este quadro de expansão territorial continua e mostra sua consolidação nos dados referentes ao ano de 2005. Nos registros deste ano, o PT já está presente em mais de 90% dos municípios nas regiões sul, sudeste, centro oeste e norte, conservando uma alta presença também no Nordeste, com órgãos em 86% das localidades. Tal ampliação também significou uma queda na concentração de órgãos do partido nas regiões sul e sudeste que neste ano concentra metade dos órgãos municipais. No total nacional, o PT tem órgãos em 5196 municípios, ou 93% de um total de 5563. Por fim, no último ano constante nos dados, 2009, o partido acrescenta mais 147 municípios, estando presente em 96% do total nacional. Esse aumento se deu em boa medida nos municípios da região nordeste, onde o partido ultrapassa a

marca dos 90% de municípios com órgãos próprios. A despeito disso, a concentração no sul e sudeste se mantém inalterada, com cerca de 50% dos órgãos nestas regiões.

**Tabela 5 - Capilarização do PT por Estado - 1980 - 2009**

UF	1980		1993		2000		2005		2009	
	Órgãos	% mun	Órgãos	% mun	Órgãos	% mun	Órgãos	% mun	Órgãos	% mun
AC			16	73	22	100	22	100	22	100
AM			37	60	50	81	62	100	58	93
AP			-		15	94	16	100	16	100
PA			15	12	131	92	143	100	143	100
RO			28	70	49	94	52	100	51	98
RR			-		7	47	15	100	15	100
TO			38	31	71	51	121	87	136	98
<b>Norte</b>			<b>134</b>	<b>34</b>	<b>345</b>	<b>77</b>	<b>431</b>	<b>96</b>	<b>441</b>	<b>98</b>
GO			115	52	155	63	246	100	246	100
MS			37	48	76	99	77	99	78	100
MT			ND		110	79	137	97	139	98
<b>C. Oeste</b>			<b>152</b>	<b>37</b>	<b>341</b>	<b>74</b>	<b>460</b>	<b>99</b>	<b>463</b>	<b>99</b>
AL			21	21	74	73	93	91	98	96
BA			237	57	299	72	360	86	415	99
CE			43	23	135	73	183	99	248	96
MA			35	26	102	47	143	66	198	91
PB			76	44	134	60	193	87	194	87
PE			37	21	100	54	137	74	183	99
PI			40	26	126	57	217	97	222	99
RN			54	36	78	47	144	86	135	80
SE			28	37	60	80	72	96	75	100
<b>Nordeste</b>			<b>571</b>	<b>37</b>	<b>1108</b>	<b>62</b>	<b>1542</b>	<b>86</b>	<b>1768</b>	<b>95</b>
ES			49	69	59	76	78	100	77	99
MG			319	42	645	76	827	97	802	94
RJ			ND		85	92	92	100	90	98
SP	70	12	335	54	485	75	642	97	622	98
<b>Sudeste</b>			<b>703</b>	<b>46</b>	<b>1274</b>	<b>76</b>	<b>1639</b>	<b>97</b>	<b>1591</b>	<b>97</b>
PR			152	41	319	80	390	98	378	95
RS			307	72	460	93	477	96	485	98
SC			157	60	251	86	275	94	287	98
<b>Sul</b>			<b>616</b>	<b>58</b>	<b>1030</b>	<b>87</b>	<b>1142</b>	<b>96</b>	<b>1150</b>	<b>96</b>
<b>TOTAL</b>	<b>647</b>	<b>16%</b>	<b>2176</b>	<b>44</b>	<b>4098</b>	<b>74</b>	<b>5196</b>	<b>93</b>	<b>5343</b>	<b>96</b>

Fonte: 1980-2005 dados adaptados de Ribeiro (2008). 2009: dados adaptados de Amaral (2010).

Outro aspecto da aquisição de recursos organizacionais refere-se à quantidade de militantes que o partido é capaz de atrair. Como visto, militantes desempenham papéis centrais para a legenda e quanto maior seu número, maior a capacidade que ela terá de exercer influência junto à sociedade e desafiar os partidos do *status quo*.

Dessa forma, partidos bem sucedidos terão de apresentar crescimento em seu número de apoiadores. A maneira mais direta de mensurar a aquisição deste tipo de recurso é observando a quantidade de filiados ao longo do tempo. No caso do PT, há registros com alguma confiabilidade acerca da quantidade de membros filiados desde os primeiros anos, embora haja certa tendência ao superdimensionamento das informações, pois muitos diretórios regionais não atualizam corretamente seus dados, em especial subtraindo filiações que tenham sido canceladas<sup>33</sup>. De toda forma, os dados reportados no gráfico 2 permitem avaliar aproximadamente a extensão em que o PT logrou ampliar suas bases durante sua trajetória. Os dados demonstram haver uma clara evolução no número de filiados que, exceção feita ao ano de 2001 é marcada por consistente incremento.

Ao longo dos 30 anos reportados no gráfico, o partido agregou um contingente expressivo de filiados partindo de uma base de quase 211 mil pessoas e encerrando o período com 1,3 milhões de adeptos, num crescimento de 659% se considerarmos apenas estas duas mensurações. O único ponto de inflexão na trajetória ascendente corresponde ao primeiro ano após a implantação da PED. Nos anos anteriores o partido realizou um escrutínio em seu registro de filiação e de cadastramento de filiados conforme reporta Amaral (2010). Dessa forma, tal queda pode ser explicada pela eliminação de filiações canceladas e/ou inativas, o que sugere que os dados anteriores podem não ser tão precisos. Não obstante, o PT retoma já na mensuração seguinte o processo de expansão de suas bases. Os filiados do partido representam um contingente considerável de eleitores. De acordo com os cálculos de Amaral (op.cit), o número de filiados do PT em 2010 representava 10,5 filiados por mil eleitores brasileiros.

No caso específico do PT, a trajetória de incremento no número de filiados é, em parte, corroborada pelo aumento no número de diretórios. Isto pode ser afirmado não apenas em função do elo mecânico entre o aumento de presença territorial e a arregimentação de filiados, mas também pelo fato de que o partido é particularmente hábil em converter presença física em apoio de militantes. Com base em dados de filiação partidária, presença territorial dos partidos brasileiros e densidade de organizações de ativismo social, Samuels e Zucco (2014) revelam que o PT, a diferença de outras grandes legendas brasileiras, consegue gerar não apenas filiados, mas verdadeiros partidários naqueles municípios que dispõem de maior densidade de ativismo político prévio. Os autores argumentam que o PT é a única sigla brasileira

---

<sup>33</sup> Este desvio tende a ser mais relevante para anos anteriores à 2000, uma vez que a implementação do PED demandou que o partido mantivesse uma lista mais atualizada e fidedigna de “filiados ativos” (RIBEIRO, 2008).



que apresenta este tipo de efeito de sua presença local. Dessa forma, há também razões qualitativas pelas quais o partido foi bem sucedido em expandir sua rede de militantes.



Fonte: Amaral (2010)

O processo de estruturação organizacional da Frente Ampla é, por muitos motivos, bastante distinto dos dois outros casos abordados aqui. Diferentemente de PT e MAS que emergiram a partir da mobilização de setores sociais ainda sem representação institucional, a FA é resultado da confluência em boa medida de partidos com trajetória consolidada e dotados de alguns quadros com histórico de atuação na política institucional. Disso decorre que ela já nasce com alguma estrutura herdada destas organizações fundadoras da qual pôde se valer desde seus primeiros anos. Ademais, como afirmado anteriormente, o Uruguai é um país relativamente pequeno, com sua população fortemente concentrada na capital e no qual a aquisição de recursos organizacionais, conquanto importante, é menos distintiva para os partidos, pois é relativamente fácil para eles ter presença geográfica.

No que se refere à militância e aos filiados, a Frente Ampla é caracterizada pela centralidade que estes têm relativamente ao seu funcionamento e à sua estruturação. Profundamente dividida em facções, a FA tem na participação e no engajamento dos militantes a pedra de toque do seu funcionamento e de sua força junto à sociedade uruguaia (PÉREZ, PINHEIRO e ROSENBLATT, 2019). A alta participação dos militantes e filiados da FA é em boa medida resultante de o partido ser estruturado desde sua fundação em uma pluralidade facções com relativo grau de autonomia entre si e que disputam umas com as outras as decisões do partido e as eleições em distintas listas (LANZARO, 2001). Dessa forma, a arregimentação de

novos adeptos sempre esteve no centro da atuação das distintas facções frenteamplistas. Para serem bem sucedidas nos jogos de poder internos à sigla, a qual realiza processos regulares de eleições internas para definição de seus dirigentes, as facções devem se fortalecer e garantir sua coesão e ativismo (LANZARO, op. cit).

Quando comparada ao PT neste quesito, a Frente Ampla se distingue pela manutenção da centralidade das bases sociais. Enquanto o partido brasileiro se afastou do cultivo dos núcleos de base durante sua primeira década de existência (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; RIBEIRO, 2008), a FA investiu na expansão e no cultivo de órgãos de base como forma de ampliar sua capacidade de angariar apoio. De acordo com Pérez, Pinheiro e Rosenblatt (2018), em 2015 a FA contava com 352 comitês de base em todo o país, 152 somente da capital, que concentrava 40% do total de eleitores do país à época, 75 em Canelones, onde vivem cerca de 21% do eleitorado, e 135 nos demais departamentos do país<sup>34</sup>. Segundo os autores, a maior parte destes comitês realizava encontros periódicos com razoável participação de seus membros. Além de conseguir engajar e manter seus apoiadores ativos, a FA também lhes confere significativo poder dentro de sua estrutura. Desde 1989 os comitês têm representantes no Plenário Nacional do partido e chegaram a ter o mesmo peso de setores políticos do partido nesta instância (PEDRABUENA, 2012). Na Executiva do partido (Mesa Política) os comitês de base ocupam cerca de 80% das vagas reservadas aos setores políticos (MELO, no prelo). Por contraste, o PT, ao desistir dos núcleos de base, optou por dar maior centralidade aos diretórios municipais como *locus* de atividades locais e de mobilização. A influência dos DMs no âmbito nacional do partido é mediada pela eleição de delegados para os níveis superiores e, portanto, bem menor do que os núcleos de base frenteamplistas.

Conforme afirmado anteriormente, a disponibilidade de dados de muitos dos partidos incluídos aqui é limitada, não havendo registros para muitas das dimensões mencionadas. Tal é o caso dos recursos organizacionais da FA. Nem o partido, nem o órgão eleitoral contam com dados de filiação e capilarização que possam ser utilizados aqui. Diante destas limitações, a opção feita para a análise exploratória empregada aqui é a de inferir por via indireta um indicador que possa expressar a variação neste tipo de recurso: o Índice de Nacionalização.

O índice de nacionalização (MAINWARING e JONES, 2003) é um indicador do quão dispersa é a votação de um partido entre as unidades eleitorais que compõem o território de seu país. O índice é capaz de capturar variações na dispersão dos votos

---

<sup>34</sup> Os cálculos referentes ao eleitorado uruguaio foram realizados com base em dados do órgão eleitoral do país, disponíveis em:  
[file:///C:/Users/Luiz%20Fernando/Downloads/ELECCION\\_DEPARTAMENTAL\\_2015.htm](file:///C:/Users/Luiz%20Fernando/Downloads/ELECCION_DEPARTAMENTAL_2015.htm)

apontando o quão concentrada ou não é a votação de um partido. Sua composição é simples, calcula-se o índice de Gini (G) referente às votações obtidas por um partido em todas as circunscrições eleitorais do país, subtrai-se de 1 o valor obtido e o resultado é a expressão do grau de concentração dos votos daquele partido no país. O índice de Gini isoladamente varia entre 0 e 1, sendo que 0 indica um partido que obtém a mesma votação em todos os distritos do país e 1 indica um partido que obtém todos os seus votos somente em um distrito. Ao subtrair G de um, o índice inverte seu sentido e se torna mais intuitivo, pois um valor mais alto indica um partido mais nacionalizado.

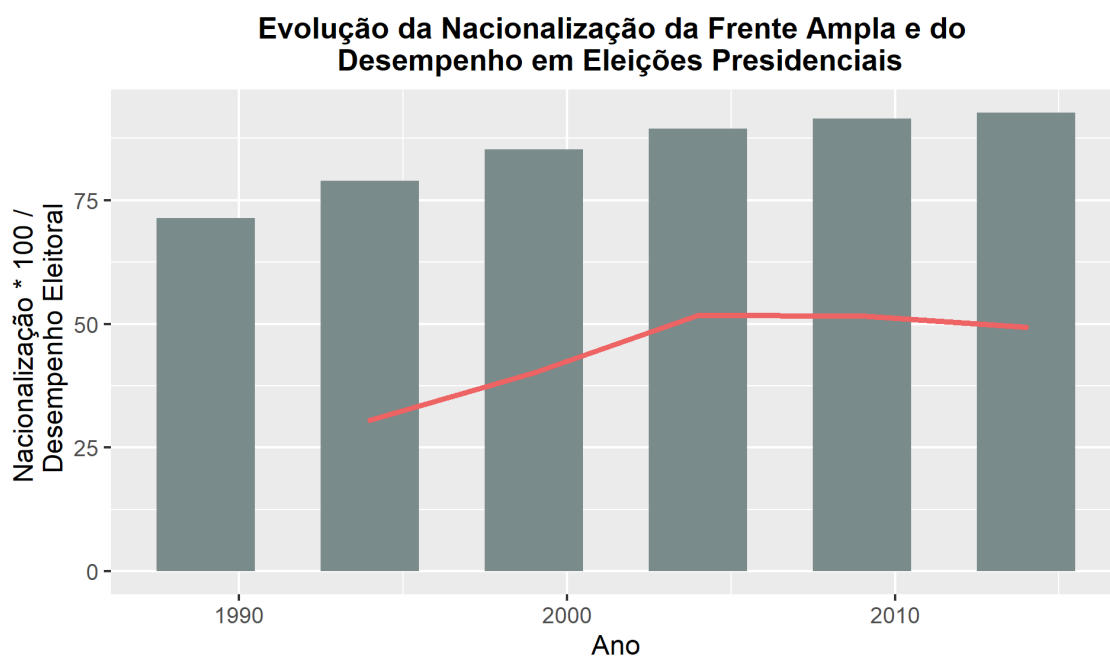
Os dados utilizados na análise foram obtidos na base de dados “Party Nationalization Measures” do projeto Constituency-Level Elections Archive (CLEA). O CLEA é um repositório de dados eleitorais aberto ao acesso público que contém bancos de dados eleitorais coletados no nível dos distritos eleitorais. Dentre as bases de dados disponibilizadas pelo repositório, aquela empregada a “Party Nationalization Measures” contém uma série de indicadores de nacionalização partidária calculados para partidos em uma ampla gama de democracias ao longo do tempo.

A lógica por trás do uso deste indicador é simples. A aquisição de recursos organizacionais por parte de um partido se relaciona com a expansão de sua presença no território nacional. Esta é uma consequência óbvia quando se pensa na dimensão dos órgãos partidários, cujo incremento depende da instalação física do partido em cidades e regiões onde este outrora não estava presente. Ter mais órgãos partidários significa, necessariamente, ampliar suas bases mesmo que isto não ocorra de forma proporcional ao incremento de diretórios. Para existir em um dado município, um partido deve contar com pelo menos um representante ou militante naquela localidade que seja capaz de representa-lo e se ocupar de suas atividades na região. Outra decorrência da expansão territorial é o aumento da complexidade da estrutura partidária. O nível de complexidade de qualquer organização é função, dentre outros fatores, da quantidade de subdivisões que esta possui. Decorre deste fato que a expansão territorial gera incentivos para que o partido desenvolva mecanismos mais refinados de coordenação e de controle das novas unidades. Isto implica muitas vezes na contratação de funcionários e ampliação do staff. Dessa forma, é possível afirmar que, mesmo que se trate de um efeito indireto, os recursos organizacionais tendem a “andar juntos”, isto é, que o incremento em um, especialmente no caso dos órgãos partidários, se reflita potencialmente no incremento em outro.

É forçoso reconhecer, que tal interpretação também comporta limites. Um partido pode ampliar sua presença territorial, sem que isso seja revertido de maneira expressiva em aumento de militantes ou do staff. Uma legenda pode aumentar

consideravelmente sua base de apoio junto à sociedade utilizando as estruturas de que já dispõe, sem ter que criar novos órgãos. Nesse caso, poderia angariar votos para pleitos nacionais mesmo em localidades onde não dispõe de órgão partidário. A contratação de novos funcionários pode não estar relacionada ao incremento no número de órgãos ou de militantes. Com efeito, fenômenos como estes também são uma possibilidade na vida partidária e lançam dúvidas em relação à ideia de que recursos organizacionais sejam correlatos em seu desenvolvimento. Entretanto, cabe ressaltar que, no caso específico dos partidos estudados aqui e, sobretudo no marco temporal em que estão enquadrados, a hipótese da correlação entre as três modalidades de recurso organizacional é mais forte.

Os partidos desafiantes de esquerda nascem como organizações comparativamente pequenas, com número reduzido de órgãos no território de seus países e quantidades relativamente pequenas de militantes e de funcionários. Para legendas com este grau de incipiência o aumento da expansão territorial tem um efeito muito mais significativo do que no caso de partidos já estabelecidos, ainda mais se consideramos que todos os desafiantes de esquerda aqui estudados representavam novidades significativas em seus contextos partidários (LÓPEZ, 2005). Assim, é razoável pressupor que para este conjunto de legendas, a relação entre os três tipos de recurso organizacional postulados aqui seja procedente, especialmente em seus primeiros ciclos eleitorais.



Fonte:

No gráfico 3, os dados do índice de nacionalização da Frente Ampla são plotados em barras, em conjunto com o percentual de votos do partido em eleições para o Executivo Nacional uruguaio representado na curva. Os valores do índice de nacionalização foram padronizados em porcentagens para facilitar a visualização. Conquanto o número de observações não permita uma análise de correlação entre os dados, a comparação da evolução nos valores do indicador e da votação do partido dá suporte ao argumento desenvolvido aqui. Tanto a votação da FA em eleições presidenciais quanto seu índice de nacionalização têm seu crescimento mais expressivo entre os anos de 1989 e 2004. A partir deste ano ambos se estabilizam com o índice de nacionalização aumentando ligeiramente e a votação para presidente oscilando moderadamente. Tal evolução é consoante com o argumento de que os recursos organizacionais têm, potencialmente, maior efeito no início da trajetória de um partido, quando este tem maior “fronteira” para se expandir do que após sua consolidação. O fato de que ambos os índices se estabilizem após a chegada da FA ao Executivo nacional em 2004 é outro elemento a fortalecer esta conjectura.

No período anterior à chegada ao executivo nacional, que é aquele de fato relevante para definir o sucesso do partido, a FA aumentou a sua nacionalização, que já partiu de parâmetros relativamente altos. Nesse período, o partido ampliou sua votação em sua base tradicional, a capital Montevideu, e expandiu sua capacidade de angariar apoio em outras cidades do país. Tal incremento foi certamente fundamental para a conquista da Presidência em 2004, sobretudo tendo-se em vista que tal vitória foi obtida com um incremento significativo de votos em relação ao que o partido obtivera no pleito anterior em 1999<sup>35</sup>. Conquanto não seja possível afirmar com certeza que esta expansão na nacionalização de votos seja fruto do aumento no número de organizações, militantes e staff é razoável supor que isto tenha ocorrido em alguma medida e se refletido nesta evolução eleitoral.

A trajetória do MAS como uma legenda nascida no âmago dos movimentos camponeses e indígenas bolivianos condicionou fortemente a forma como o partido lidou com os recursos organizacionais. Desde o início, ainda como IPSP, a legenda manteve uma vinculação organizativa muito forte com os sindicatos indígenas no altiplano. Parte considerável de suas lideranças políticas, bem como de militantes e filiados possui uma dupla vinculação a estas duas organizações, no plano social são membros de sindicatos e movimentos sociais e no plano institucional são filiados ao MAS. Tal superposição entre partido e organização social externa é apontado pelo ex-

---

<sup>35</sup> Em 1999, Vázquez obtém 981.778 votos na disputa presidencial contra Jorge Battle do Partido Colorado. No pleito seguinte vence no primeiro turno, com 1.124.671 votos. Um aumento de cerca de 15%

senador Santos Ramirez como sendo a verdadeira natureza organizativa do MAS evidenciando a dupla vinculação de seus membros, bem como a importância das estruturas sindicais:

Al crear este instrumento los dirigentes nacionales, departamentales, regionales, municipales y comunales del instrumento político, mantienen sus cargos en las respectivas organizaciones a las que pertenecen. Vale decir, la estructura política está casada con la estructura social y, por eso, es difícil visualizar un divorcio entre lo que es movimiento social y lo que es el instrumento político. Hay una relación compacta entre la estructura del movimiento social y la del instrumento político. Y las decisiones que se van tomando en esta estructura contemplan esta situación. La dirección nacional no puede sacar una convocatoria, un instructivo, una circular si no es previo consenso con las organizaciones matrices. (SANTOS RAMIREZ *apud* HARNEKER e FUENTES 2008: 78)

A simbiose entre legenda e organizações sociais opera, em certo sentido, como um redutor de custos para o MAS no tocante à aquisição de recursos organizacionais. Ao atuar em uma estrutura social já existente, com uma territorialidade definida e consistente capilaridade, o MAS contou com canais de mobilização e organização já existentes, minimizando a necessidade de construir bases e facilitando a atração de simpatizantes. Uma das consequências desta relação é a interação entre as dinâmicas organizacionais dos sindicatos e movimentos e as dinâmicas do partido. Se, por um lado, o vínculo com organizações sociais mitigou os desafios iniciais de se montar um partido político em seus aspectos organizativos, por outro, gera também limitações potenciais ao MAS. Panebianco (2005) salienta que um partido com alto grau de institucionalização é capaz de demarcar suas fronteiras organizacionais em relação a outras organizações correlatas e exercer um controle externo sobre estas. Nesse sentido, o MAS parece ser um exemplo de partido pouco institucionalizado, pois sua história e sua forma de organização revelam que organizações e agentes externos ao partido ocupam posições diretivas dentro dele, turvando as distinções entre MAS e as outras organizações camponesas e indígenas. Segundo Panebianco (op. cit.) em situações como estas é comum que o partido seja limitado em sua margem de ação junto à sociedade e que não consiga implementar estratégias de domínio ou adaptação sobre o meio. Esta relação dialética entre partido e movimentos é definida da seguinte forma por Santos Ramírez:

La estructura del MAS está bajo el mando de las organizaciones. Yo soy de la Dirección Nacional, y como dirigente nacional del MAS estoy sometido al mando de las organizaciones matrices del movimiento campesino indígena originario en Bolivia. Por ejemplo, a mí me ha tocado, como responsable de la comisión política del instrumento político, organizar reuniones cada quince días con el

presidente del instrumento, pero también cada quince días con los movimientos sociales, para evaluar el escenario, para fijar estrategias de trabajo, para planificar. En todo evento departamental, o de otro nivel, debe estar el dirigente sindical y el dirigente político. El ente nacional tiene que hacer el informe de los movimientos sociales y el informe de la dirección nacional. De esa manera empezamos a coexistir. (SANTOS RAMIREZ *apud* HARNEKER e FUENTES 2008: 78)

Assim, a aquisição de recursos organizacionais pelo MAS ocorreu por um processo bastante *sui generis*. Tendo sua lógica fundacional como um instrumento político de movimentos sociais e setores mobilizados de parte da sociedade boliviana, o partido faz uso da estrutura organizacional e obtém deles a maior parte de seus militantes e filiados. Certamente esta estratégia engendrou ganhos em seus primeiros anos e teve impacto na eleição de Morales em 2005. Os movimentos indígenas e demais movimentos sociais que se aglutinaram ao MAS possibilitaram que ele superasse os severos déficits de recursos que o partido tinha em seu início e que não seria capaz de fazê-lo em espaço tão curto de tempo, considerando sua data de formação (MADRID, 2016).

Todavía, o MAS não contou exclusivamente com os movimentos indígenas para suprir a necessidade de recursos organizacionais. A legenda fez, sobretudo em vista da possibilidade real de chegada de Evo à presidência, um esforço consciente e, até certo ponto bem sucedido, de atração de setores médios e não-indígenas da sociedade. Conquanto minoritários dentro da organização, estes setores foram importantes para que o partido obtivesse o apoio necessário para conquistar o Executivo Nacional. Para isso, a indicação de um vice oriundo da classe média urbana. A este esforço, o senador Antonio Peredo atribuí parte do êxito eleitoral em 2005:

Para las elecciones de 2005 nosotros teníamos la absoluta conciencia de que si no superábamos el 50% no íbamos a ser gobierno, y eso significaba que iban a gobernar otros [...]. Por lo tanto, nuestra apuesta era por afianzar la seguridad, la unidad de este país. Teníamos que trabajar y trabajamos en la búsqueda de un voto absolutamente mayoritario. Eso significaba contar con la participación de una clase media que estaba perdida porque el neoliberalismo no le había dado ninguna alternativa. [...]. Trabajamos sobre esa base y logramos que los resultados fueran absolutamente indiscutibles y desmintieran toda esa imagen creada por la derecha de que el MAS iba a desestabilizar al país. (ANTONIO PEREDO *apud* HARNEKER e FUENTES 2008: 101)

Assim, no caso do MAS, a aquisição de recursos organizacionais foi mediada pela sua relação intrincada com os movimentos sociais que constituem sua origem. Operar no âmbito desta simbiose organizativa foi essencial para que o partido superasse os entraves para angariar o apoio social e eleitoral que o projetou ao centro da política boliviana. Ao valer-se das estruturas e dos membros destes movimentos o

MAS evitou uma série de custos e encurtou o tempo que normalmente seria necessário para incrementar sua presença territorial e suas fileiras de militantes. Nesse aspecto, sua dinâmica contrasta fortemente com a do PT, o qual empreendeu um longo, porém progressivo, processo de expansão de sua malha organizacional e de arregimentação de filiados. Em ambos os casos, contudo, o resultado foi positivo para estas legendas que se tornaram atores centrais e moldaram a política de seus países.

### **3.4 Recursos ideacionais**

Dentre os quatro tipos de recurso que compõem o quadro analítico aqui proposto, os de tipo ideacional são os mais versáteis quanto às funções a que se destinam e ao uso que possibilitam. Eles representam noções e “percepções do partido” (CYR 2017:39) as quais podem ser exploradas por seus membros para atingir uma gama ampla de objetivos. Dada sua natureza simbólica, os recursos de tipo ideacional têm ampla difusão no meio de atuação do partido, conformando sua imagem tanto para seus membros e militantes, quanto para a opinião pública.

Conquanto muitos partidos nas democracias modernas prescindam de recursos ideacionais para desenvolverem suas atividades e sobreviverem em seus sistemas políticos, os ativos que compõem este tipo de recurso são os únicos que preenchem uma lacuna central na atuação partidária. Se os recursos materiais e organizacionais viabilizam a manutenção e a fixação do partido em seu meio e os recursos de elite possibilitam que ele atue, os recursos ideacionais respondem pelos conteúdos que o partido emite. Este traço distintivo configura-os como um requisito quase indispensável para partidos que, assim como os desafiantes, almejem se tornar atores estruturantes do jogo político.

No âmbito do quadro analítico proposto no primeiro capítulo, os recursos ideacionais são divididos em três categorias: expertise, ideologia e marca partidária. Certamente não se trata de uma divisão exaustiva, pois partidos podem utilizar outras formas para mobilizar conteúdos e se comunicarem com o meio. Entretanto, estas três modalidades constituem os veículos mais eficientes para esta função. Em comum, elas têm a propriedade de operarem como mecanismos heurísticos abrangentes, capazes de condensar ideias, valores e conteúdos variados em constructos que sejam coerentes e facilmente absorvíveis pelos cidadãos. Assim como os recursos organizacionais, os recursos ideacionais, embora tenham influência em todas as



funções partidárias, se destacam pelos dividendos eleitorais que são capazes de angariar.

Muitos partidos se valem da expertise como forma de promover sua imagem junto à opinião pública e de se posicionar em relação às demais legendas de seu meio. A expertise consiste no conhecimento detalhado sobre um ou mais temas de políticas públicas que um partido pode dominar (CYR, 2017). Ao se promoverem como referências em determinados temas, partidos delimitam parcialmente o campo de disputa político-eleitoral, demarcando posicionamentos que considerem importantes. Partidos de nicho (*niche parties*) são o melhor exemplo de legendas que se valem da expertise como forma de afirmação. Os partidos verdes europeus têm parte de seu recente crescimento eleitoral em função de terem se qualificado como referência em temas ambientais (MÜLLER-ROMMEL, 1998) que eles podem para se distinguir e competir com legendas tradicionais (MEGUID, 2005). Partidos podem reivindicar domínio sobre determinado tipo de *issues* políticos que percebam como sendo salientes para partes do eleitorado na expectativa de capitalizar apoio daqueles que se sensibilizam por tais *issues* (WALGRAVE, 2009).

Para além da arena de competição eleitoral, a expertise também ajuda os partidos a desenvolverem políticas públicas e produção legislativa uma vez que seus membros ocupem cargos eleitorais. Mesmo para partidos que não ocupem cargos junto às instituições, a expertise pode servir para que estes exerçam influência simbólica e técnica sobre o debate e a formulação de políticas públicas. Um partido que divulgue suas propostas e posições em determinados assuntos e que seja reconhecido como uma referência pode influenciar e mesmo pressionar outras legendas para que as incorporem a seus programas.

A ideologia, por sua vez, consiste em um conjunto de ideias e valores articulados que compõem uma visão de mundo que tanto confere sentido a ele, quanto aponta um *telos* normativo cuja efetivação é o escopo último de toda a ação política. Assim, ideologias são capazes de condensar mensagens complexas sobre realidade que conferem às legendas uma poderosa ferramenta de mobilização de indivíduos. Downs (1957) foi um dos pioneiros em ressaltar o caráter instrumental com o qual os partidos políticos utilizavam-se de conteúdos ideológicos. Para o autor, ideologias são atalhos informacionais que os eleitores utilizam para decidir entre as várias ofertas partidárias. As legendas, conscientes disso, adotariam posicionamentos ideológicos visando maximizar a conquista de votos (DOWNS, 1957).

A ideologia, entretanto, não gera sempre dividendos necessariamente positivos para os partidos. Muitas legendas devem seu sucesso eleitoral e político precisamente à sua baixa marca ideológica, ou ao alto grau de flexibilidade com que reproduzem

conteúdos ideológicos. Levitsky (2003) ressalta a propósito do caso do Partido Justicialista argentino que sua capacidade de transitar entre posicionamentos ideológicos variados - e, mesmo, antagônicos - permite que este se mantenha relevante como principal força partidária da história daquele país. Com efeito, a adoção de um perfil ideológico demasiadamente rígido pode prejudicar seriamente as perspectivas de um partido político nas democracias contemporâneas. Ao analisar o caso dos pequenos partidos de esquerda brasileiros, EV (2015) sustenta que seu fraco desempenho eleitoral e seu baixo desenvolvimento institucional são fruto, em boa medida, dos posicionamentos ideológicos radicais que os orientam. Não obstante, a adoção de um perfil ideológico claro e consistente é um ativo importante para que um partido se diferencie dos demais e aumente suas chances de angariar apoio, em especial junto ao eleitorado indeciso (CYR, 2017). Ademais, como afirma Panebianco (2005), a ideologia é, juntamente com as lealdades pessoais e o carisma, uma das principais fontes para a distribuição de incentivos coletivos que têm um papel importante na mobilização de membros e de eleitores.

A terceira modalidade de recurso ideacional é a marca partidária. Assim como a ideologia ela possui um importante papel heurístico, capaz de conferir ao partido um poderoso mecanismo de estruturação da competição política. Diferentemente da ideologia, porém, a marca partidária não mobiliza conteúdos substantivos, mas sim imagéticos e arquetípicos. A noção de marca partidária é muito próxima daquela de uma marca comercial, no sentido em que esta é concebida como uma série de imagens e símbolos associados a um produto ou empresa (LUPU, 2016). Ao consumir um produto, os indivíduos se associam a ele, tornando-se figurativamente parte de uma comunidade de consumidores. De forma análoga, eleitores que desenvolvem preferência por uma legenda se associam à imagem que a adesão a ela produz. Assim, as marcas partidárias “dão aos eleitores uma ideia do tipo particular de cidadão que um partido representa” (LUPU, op.cit.).

A marca partidária pode promover um vínculo duradouro entre eleitores e partidos (CYR, 2017). Ao delimitar a imagem prototípica do que seria o apoiador de uma determinada legenda, a marca partidária permite a construção de identidades partidárias que funcionam como heurísticas poderosas. Do ponto de vista dos partidos, o cultivo de uma marca partidária distintiva é um aspecto de alta saliência. A diluição da marca partidária quer seja em função de má performance no governo ou de incongruências simbólicas pode ser fatal para a viabilidade de um partido político (LUPU, 2016).

Embora ideologias sirvam muitas vezes como bases para a construção de marcas partidárias, estas podem ter variadas fontes. Legendas podem promover

identidades a partir de outros referenciais, tais como personalidades políticas, eventos históricos críticos, o pertencimento a um dado grupo social ou dada região, dentre outros. A forma como o partido potencializa estes elementos para cultivar sua marca, determina em boa medida o retorno que ela pode lhe trazer, sobretudo em termos eleitorais.

### **3.4.1 Recursos ideacionais em PT, MAS e FA**

As três modalidades de recurso ideacional encontram-se de forma correlata no conjunto de partidos bem-sucedidos deste estudo. É possível afirmar que tanto Frente Ampla, como PT e MAS foram capazes de moldar desde seus primórdios os aspectos ideológicos centrais em nome dos quais atuariam e se posicionariam junto à sociedade. Por se tratarem de partidos de esquerda formados cada qual a partir de grupos heterogêneos em seus países, há diversos pontos que partilham em comum ainda que com as devidas adaptações à suas próprias realidades.

Em primeiro lugar, há a matriz socialista/comunista que, com todas as suas variações, é um elemento presente na formação das legendas que ocupam a esquerda do espectro ideológico. Para a Frente Ampla, que tem em sua origem os partidos socialista e comunista uruguaios, esta é uma fonte importante sobretudo em seus primeiros anos. O mesmo se aplica ao PT que contou em sua formação com a adesão de inúmeros quadros oriundos de partidos e grupos de inspiração marxista os quais atuaram na clandestinidade durante a ditadura civil-militar (MENEGUELLO, 1989). Nessa perspectiva, o contexto temporal em que estes partidos foram fundados, bem como a realidade local determinaram a forma como estes partidos absorveram e elaboraram conteúdos marxistas.

Quando da fundação da FA, em 1971, o ideal revolucionário ainda orientava as concepções dos partidos comunistas de vários países da América Latina. Tal visão transparecia em muitos dos posicionamentos da Frente Ampla em sua breve atuação pré-ditadura. Como notam Garcé e Yaffé (2004) era central a noção de que os objetivos do partido eram potencializar a luta de classes no Uruguai, retirar as oligarquias tradicionais do poder e transformar as estruturas econômicas e políticas do país. Contudo, o projeto frenteamplista não contemplava abertamente a perspectiva de uma ação anti-sistêmica, ainda que muitas de suas correntes pudessem expressar posições antiliberais e fortemente críticas à democracia “burguesa” vigente no país (GARCÉ e YAFFÉ, op. cit.). Ademais, como uma coalizão composta por partidos de distintos matizes ideológicos, a FA nunca adotou um perfil claramente identificado com

conteúdos marxistas ou comunistas. Muito em função do equilíbrio com siglas moderadas, como o PDC, o partido adota formalmente uma identidade híbrida que possui elementos consoantes com a esquerda clássica, como o “anti-imperialismo”, sem, contudo, reivindicar seu conteúdo integralmente.

A absorção do pensamento marxista e das tradições comunista e socialista pelo PT ocorre de maneira distinta. Nascido nos anos 80 durante o ainda incipiente processo de abertura política da ditadura, o PT inicia sua trajetória em um contexto de menor acirramento da guerra fria no qual muitas das tentativas de revolução haviam fracassado. Alguns dos quadros de extração comunista do partido haviam tido a traumática experiência da luta armada contra o regime militar mostrando a inviabilidade de uma perspectiva revolucionária. Desta sorte, o partido absorve estas tradições elaborando-as dentro de um marco democrático, incorporando alguns de seus elementos constitutivos, tais como: a ênfase na transformação social através da organização de uma sociedade civil forte e capaz de usar o aparato estatal (KECK, 1991) e o foco na representação da classe trabalhadora (MENEGHELLO, 1989). Entretanto, não há nos documentos fundacionais do partido referência explícita ao socialismo. O centro da mensagem petista consiste em enfatizar as “lutas do povo brasileiro” tendo esta dimensão como uma concepção do que seria a própria visão de “socialismo” conforme enfatizado nas palavras de Lula durante o I encontro Nacional do partido em 1981:

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. [...] O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. (PT, 1988:114)

No MAS, devido à gênese já em fins da década de 90, após o colapso da União Soviética e durante o apogeu da implementação do consenso de Washington na Bolívia, a presença de grupos marxistas e comunistas é menos relevante. A esquerda boliviana tradicional havia se desmobilizado com a perda de legitimidade de partidos que a representaram ao longo dos anos 80 e 90 como o MNR e o MIR. A mobilização realizada pelos movimentos e sindicatos camponeses e indígenas preenche, de certa forma este vácuo na cena política do país com uma nova ideologia, baseada na identidade indígena e na representação popular e nacionalista (DO ALTO, 2011). Dessa forma, a matriz ideológica marxista é mais relevante para a Frente Ampla do que para o PT e manteve pouca influência no MAS. A adoção do termo socialismo em

sua sigla, permanece apenas como legado da antiga legenda que foi utilizada pelo IPSP como forma de adentrar à vida partidária.

Outro traço distintivo da ideologia dos três partidos é o foco na mobilização e na participação popular. No PT este elemento redundou na sua perspectiva "basista" de organização partidária que se tornou um dos pilares da organização da legenda, de seu funcionamento e de sua ideologia. Por trás deste "basismo" encontrava-se uma profunda reticência em relação à democracia representativa e seus limites (MELO, no prelo). As origens dessa visão podem ser retraçadas à experiência do novo sindicalismo de Lula e de amplos setores do partido e inspirou a organização inicial do partido em núcleos de base<sup>36</sup>. Desde seu início, a prática do basismo remete à noção de que só seria possível uma verdadeira democratização do país a partir das bases da sociedade e que sua mobilização e inclusão no processo democrático são o mecanismo para que elas se expressem na política. Em seus primeiros anos este elemento ideológico tornava o PT um partido ambíguo quanto ao papel das eleições, encarando-as como incapazes de possibilitar as transformações profundas que o partido almejava para o país. Contudo, já em 1983, o PT passa gradualmente a aderir às dinâmicas democráticas vigentes tornando-se um ator eleitoral (RIBEIRO, 2003). Em particular, as experiências com cargos eletivos conquistados nos municípios e a Câmara dos Deputados, contribuem para alterar o foco da mobilização de base, para a disputa eleitoral. Com efeito, a centralidade e a funcionalidade dos núcleos de base na operação interna do partido passará a declinar a partir de meados dos anos 80 (SECCO, 2018). Ainda assim, o "basismo" permanece um elemento importante do arcabouço ideológico petista. Com o fim dos núcleos de base, as tarefas de mobilização e de articulação são transferidas para os diretórios municipais do partido.

Para a Frente Ampla e o MAS, o recurso às bases também configura-se em um importante elemento constitutivo de suas ideologias. Diferentemente do PT, entretanto, estes dois partidos mantiveram na prática a efetivação deste princípio ideológico ao longo de toda sua história. Assim como no caso do PT, a ênfase na mobilização de bases é defendida em ambos os partidos como um mecanismo de superação dos limites da democracia liberal e como forma de fomentar as causas populares e nacionais. No âmbito da Frente Ampla o recurso às bases do partido era visto como uma forma de garantir a força da organização enquanto ator político. Mais ainda, não se limita apenas à vida interna partidária. Como afirmam Garcé e Yaffé (2004), há uma indicação ideológica para que a dinâmica de mobilização popular perpassasse também as

---

<sup>36</sup> Meneguello (1989) afirma que o novo sindicalismo se pautava, dentre outros aspectos, pela ideia de democratização da atividade sindical, entendida como a transferência de poder deliberativo e decisório para as bases do movimento trabalhista organizado.

políticas e eventuais reformas do Estado para tornar a democracia uruguaia mais participativa, nos moldes do que ocorre internamente no partido. Também para o MAS, o recurso às bases constitui um pilar sobre o qual se montou seu arcabouço ideológico. A própria concepção inicial do partido enquanto instrumento político de movimentos sociais é fruto da valorização da mobilização de bases e de sua primazia em relação aos demais aspectos do partido (DO ALTO, 2011).

Um terceiro elemento utilizado por estes partidos para a construção de uma ideologia própria foi o recurso a imagens de lideranças políticas. Este traço é mais pronunciado nos perfis ideológicos do PT e do MAS, com a força do “lulismo” e da liderança carismática de Evo, mas pode ser encontrado também na Frente Ampla a qual remete parte de suas concepções ideológicas e de suas facções internas à tradições “artiguista” e “batlista” uruguaias. O lulismo é definido por Singer (2009) como sendo uma fusão de duas ideias essencialmente: “[...] a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida” (SINGER, op. cit.:84). Trata-se de um componente ideológico de grande aceitação entre as classes médias baixas do eleitorado brasileiro e passou a ser identificado, em parte, com o próprio PT. Rennó e Cabello (2010) afirmam que o lulismo é uma expressão de uma parte substancial do eleitorado brasileiro que não possui alinhamento partidário e se pauta pela aprovação de líderes políticos, sem necessariamente desenvolver uma adesão personalista a estes. Nesse sentido, o lulismo torna-se uma faca de dois gumes para a ideologia petista, ao mesmo tempo em que opera como importante elemento de propaganda ideológica, não necessariamente leva os cidadãos a partilhar de todo o arcabouço ideológico partidário. Não obstante, é sem sombra de dúvidas um pilar importante desse recurso para a legenda. De maneira ainda mais pronunciada, a ascendência carismática da figura de Evo Morales é um aspecto central do arcabouço ideológico do MAS. Embora não se possa associar um conteúdo específico à figura de Evo, ele personifica, por suas origens aymarás e por sua trajetória política associada às lutas de resistência dos camponeses indígenas do altiplano, uma série de conteúdos imagéticos e o ideal de liderança que condensa de certa forma a missão do MAS enquanto partido desafiante disposto a mudar o *status quo* histórico boliviano. Sua contribuição ideológica para o partido é resumida da seguinte forma por Santos Ramirez:

En la ideología del movimiento, Evo ejerció una influencia importante. El decía: “los políticos tienen que ser diferentes y nuevos, ya no deben servirse del pueblo sino servir al pueblo; los políticos no pueden seguir mintiendo, tienen que actuar bajo la trilogía de no mentir, no robar, no ser flojos.” Y, lo más

elemental, que las organizaciones no se debían separar de la estructura política, que eran ellas las que debían convocar a ampliado político, a congreso político, a asamblea política. Creo que ese fue el matrimonio más importante que hasta ahora existe, hasta el día de hoy. (SANTOS RAMIREZ *apud* HARNEKER e FUENTES 2008: 81)

O artiguismo e o batlismo são menos centrais na ideologia da Frente Ampla, quando comparados ao lulismo para o PT ou a Evo para o MAS. Não obstante, representam importantes elementos ideológicos para o partido, em especial para algumas correntes internas frenteamplistas como o Movimiento de Participación Popular (MPP) uma das principais facções do partido. Baseado no resgate das idéias políticas do militar e estadista José Gervasio Artigas, herói da independência das províncias do Prata e da Banda Oriental no século XIX, o artiguismo se configurou no século XX como uma tradição nacionalista e desenvolvimentista na política Uruguiaia. O batlismo, por sua vez, retoma o legado ideário e político de José Batlle y Ordoñez, presidente uruguaio pelo partido Colorado em duas ocasiões (1903-1907 e 1911-1915). Batlle foi responsável por reformas que introduziram muitos dos aspectos do estado de bem-estar social uruguaio, tais como a legislação trabalhista e de seguridade social, a oficialização do caráter laico do Estado, a legalização do divórcio inclusive quando iniciado de forma unilateral pela mulher, a introdução do voto direto para presidente da república, dentre outros. O batllismo também é fortemente associado à condução da economia pelo estado embora, historicamente, os batllistas tenham sempre rejeitado proximidade com o marxismo e doutrinas comunistas. O uso destes elementos ilustra um fator apontado por Luna (2016) como sendo crucial para o sucesso da FA, a capacidade de emitir apelos diferentes para os distintos segmentos da sociedade uruguiaia. De acordo com a líder do MPP, Lúcia Topolansky, referenciada por Luna (2007), o artiguismo e o batllismo desempenharam papéis importantes para atrair parte do eleitorado dos partido Nacional e Colorado:

We reach the Blancos with a “ruralist” and “Artiguist” discourse. And they also like our rebellious past as “Tupamdros,” because that is the root of Blanco identity. Meanwhile, we reach the Colorados talking about the old Batlle. However, if you tell them about Marx and Lenin, forget it. But we have the common heritage of a republican and atheist society in which public education and civil and social rights are sacred, and that’s set in stone. That’s Batllismo. And today FA’S platform is Batllista, so they approach us without major prejudices. (TOPOLANSKY, Lucia *apud* LUNA, 2007).

A aquisição de ideologia enquanto recurso ideacional por parte destes três partidos também comportou outras fontes de natureza conjuntural. A principal delas foi a luta contra a implementação de políticas neoliberais. Em boa medida, desafiar o

*status quo* significou para elas contrastar frontalmente as políticas neoliberais adotadas pelos partidos de direita aos quais se opunham. Nisso constituiu parte importante do novo eixo de competição que introduziram em seus países, clivando as preferências entre aqueles que apoiavam tal modelo e aqueles que o criticavam. Nesse sentido, foram beneficiários de uma conjuntura crítica que permitiu a conformação da arena de embate político e o alinhamento de preferências partidárias (ROBERTS, 2014). O deputado por Santa Cruz, Alejandro Colanzi afirma a relevância de contraposição ao neoliberalismo como ponto a partir do qual o MAS realizou uma contraposição ideológica ao establishment:

Santos ha hablado de que el imperialismo y el neoliberalismo desideologiza a nuestros pueblos. Yo creo que más bien los ideologiza en exceso. Por eso es que nosotros planteamos en 1988 la necesidad de reflexionar para desideologizar y desconstruir ese proceso. Creo que el proceso neoliberal agudiza una ideologización que incluye los siguientes temas: la incapacidad del estado para ser un buen administrador y por eso hay que privatizar; el estado es fundamentalmente corrupto y por eso la tecnocracia debe imponerse justamente como sustituto de aquello, esa tecnocracia que viene de la sociedad civil, pero que en la realidad termina siendo una determinada élite. (ALJANDRO COLANZI *apud* HARNEKER e FUENTES 2008: 87)

A construção de um perfil ideológico é tarefa que implica em grandes custos, especialmente o tempo necessário para consolidá-lo. Os três casos de sucesso estudados foram capazes de fazê-lo absorvendo influências das mais variadas fontes e integrando-as em um construto coerente e funcional. O pluralismo que marca suas formações também transparece neste recurso e constitui uma de suas principais forças no desafio aos partidos do *status quo*, além de ser um elemento crucial para a introdução de um novo eixo de competição. Os outros dois elementos dos recursos ideacionais guardam uma íntima relação com as respectivas ideologias.

As marcas partidárias construídas por Frente Amplo, PT e MAS são bastante distintas entre si. Conquanto suas ideologias se aproximem em muitos pontos e tenham fontes em comum, a marca partidária, entendida como o conjunto de imagens que conformam a identidade de um eleitor de uma legenda é uma construção mais fluida e particular. A marca partidária construída pelo MAS é indissociável de suas origens indígenas. Embora o partido tenha se esforçado para incluir setores brancos e médios da sociedade boliviana e obtido certo sucesso em tal tarefa, a imagem prototípica de um eleitor masista é a de um indivíduo indígena campesino do altiplano boliviano. Tal imagem representa a força e o limite do partido: conseguiu mobilizar de maneira hegemônica o apoio de sua *classe gardée*, mas encontrou barreiras



importantes quando tentou obter apoio fora dela. Não obstante, o fato de ter chegado ao poder e implementado profundas transformações na política e no estado bolivianos demonstra que é possível manter uma identidade mais restritiva e ao mesmo tempo fazer apelos mais plurais e abrangentes.

A marca partidária petista é comparativamente mais complexa e envolve *grosso modo* a identificação com uma forma não-tradicional e inovadora de fazer política. Samuels (2004) argumenta que os petistas valorizam a participação dos indivíduos na política para além do voto, rechaçam o coronelismo e o clientelismo e parecem agir como se não concordassem com certas normas sociais tradicionais no país, como a visão hierárquica da sociedade. Com efeito, parte da marca partidária do PT advém da implantação de políticas calcadas na participação e mobilização de setores da sociedade quando o partido ocupou prefeituras e alguns governos estaduais nos anos 80 e 90. Medidas tais como a valorização dos conselhos municipais e regionais de políticas públicas e a criação dos Orçamentos Participativos. É importante ressaltar que tais políticas também foram responsáveis por conformar parte da terceira modalidade de recurso ideacional, a expertise. Juntamente com o que o partido denomina de inversão de prioridades, as políticas participativas conformam aquilo que será chamado denominado pelo próprio PT como “o modo petista de governar” (BITTAR, 1992). Estes elementos foram cruciais para que o partido angariasse paulatinamente apoio junto à sociedade e se projetasse na disputa contra as demais legendas brasileiras. Ademais, por sua vinculação genética com os sindicatos e movimentos sociais diversos, a imagem partidária petista também condensa muitas das lutas proletárias e de grupos excluídos.

Por fim, a questão da marca partidária na Frente Ampla é mais complexa. Por ser um partido composto por facções com alto grau de independência e diferenciação entre si, a produção de uma imagem consolidada comporta maiores custos. Assim, uma forma de identidade geral mais fluída deve conviver com as distintas identidades que conformam as marcas das facções. Garcé e Yaffé (2004) apontam que no curso de sua história pós-redemocratização, a FA experimentou um processo de progressiva moderação ideológica que foi concomitante com sua expansão eleitoral. Disso resultou a formação de uma marca frenteamplista vinculada à noção de progressivíssimo sem, contudo, elaborar o conteúdo de tal noção, vinculando-a algumas políticas sociais específicas e a um conjunto de objetivos fluidos. Nesse sentido, é possível afirmar que a marca partidária da Frente Ampla se divide em duas, aquelas cultivadas por cada corrente interna, de conteúdo mais demarcado e outra “frenteamplista” menos demarcada e genérica.

No que se refere à terceira dimensão dos recursos ideacionais, a expertise, o PT, além do já mencionado jeito petista de governar que promoveu a imagem do partido como vinculado à políticas participativas e à inversão de prioridades, aproveitou suas administrações municipais e estaduais para projetar-se como partido dotado de *know how* em políticas sociais. No caso do MAS tal dimensão é virtualmente inexistente, o partido não teve experiência administrativa relevante antes de chegar à presidência e seu vínculo com movimentos indígenas e camponeses despertava consideráveis dúvidas junto a partes expressivas do eleitorado quanto à capacidade de governo de Evo Morales e do partido.

A Frente Ampla, por outro lado, consolida-se como um partido dotado de expertise a partir da bem-sucedida gestão da capital do país. Desde 1989, quando Tabaré Vázquez se elege prefeito de Montevideo, a FA ocupa este cargo. O sucesso da legenda no principal colégio eleitoral do país é decorrente, em boa medida, de uma série de políticas sociais adotadas desde a gestão de Vázquez. Destacam-se particularmente a promoção da construção de novas moradias através de concessões de terras da prefeitura e financiamento de máquinas e materiais de construção; a promoção da descentralização de alguns serviços prestados pela prefeitura, que resultou na realocação de parte da estrutura de governo da cidade para seus diversos bairros, aproximando o governo da população; o fortalecimento de algumas políticas sociais, como a criação de conselhos da juventude e de mulheres e políticas urbanísticas, especialmente saneamento e iluminação neste último caso. Segundo Garcé (2007) estas e outras políticas implementadas pela gestão Vázquez e por gestões subsequentes ajudaram a dotar o partido de uma expertise administrativa vista de maneira positiva por parte considerável do eleitorado da capital e do resto do país.

## Capítulo 4

### 4.1 Casos de fracasso: a questão da incipiência e fatores conjunturais

Diferentemente dos casos de sucesso abordados no capítulo anterior, as legendas incluídas nesta seção que não lograram êxito em desafiar o *status quo* constituem casos de organizações incipientes e, em sua maioria tiveram vida breve em seu período de atividade. Disso decorrem importantes limitações para os fins de análise neste estudo. Em primeiro lugar, por terem tido trajetória curta, muitos destes partidos foram pouco abordados em estudos acadêmicos, que constituem uma importante fonte de dados e informações aqui utilizadas. Em segundo lugar, o fraco impacto que alguns destes partidos tiveram ao longo de sua atuação, determinou que poucos dados tenham sido gerados por eles. Em particular, os casos de FREPASO, MIP e AD-M19 que tiveram existência exígua ilustram este fato. Tendo participado de relativamente poucos pleitos e ocupando número baixo de cargos eletivos, estas legendas não produziram informações em quantidade suficiente em seu curto período de atividade para que se possa realizar acerca deles uma análise de maior fôlego nos moldes daquela empreendida no capítulo anterior. Soma-se a este fato a já referida baixa acessibilidade de dados de fontes oficiais de alguns dos países em análise.

O quadro analítico proposto no capítulo 1 confere ênfase ao uso de indicadores que expressem a evolução quantitativa, sempre que possível, da aquisição de recursos partidários por parte das legendas desafiantes. Como visto a propósito dos casos de sucesso, é possível identificar dados que sinalizam a pertinência da tese aqui proposta. Em relação aos casos de fracasso tal identificação é mais difícil dentro das limitações aqui mencionadas. Em parte, a escassez de dados e a dificuldade de exploração destes casos é, em si mesma, sintomática do fracasso destas legendas em se inserirem no sistema político e alterarem sua natureza. Entretanto, identificar os motivos do não-êxito requer um olhar mais abrangente. O fato de que os partidos contemplados neste capítulo não tenham logrado expandir seus recursos partidários não significa que não tenham tentado fazê-lo. Nesse sentido, há que se compreender o fracasso tanto em termos de escolhas dos partidos, quanto das limitações exógenas a eles. Neste último quesito, fatores conjunturais tornam-se mais relevantes e merecem maior destaque na análise.

Dessa forma, para tratar deste conjunto de legendas será necessário explorar também elementos que não estão diretamente vinculados à aquisição de recursos partidários e ao caminho de institucionalização de legendas, mas que não obstante, condicionam tal processo. Como visto nos casos abordados no capítulo anterior, as

legendas bem-sucedidas pavimentaram gradualmente sua ascensão como forças políticas centrais ao incrementarem sua gama de recursos ao longo do tempo. Certamente, não se tratou de um processo linear ou sem obstáculos. O crescimento destes partidos comportou custos e impasses que foram por eles superados com diversas estratégias. Os casos de fracasso, entretanto, não desenvolveram os mecanismos para angariar e utilizar os recursos partidários ainda que em alguns momentos tenham demonstrado potencial de crescimento semelhante aos casos de sucesso.

Particularmente relevante foi a relação que estas legendas desenvolveram com os demais partidos de seu sistema. Como definido no capítulo 1, partidos desafiantes de esquerda se caracterizam pela contestação de seus congêneres do establishment. Disso decorre que a necessidade de adquirir recursos partidários é voltada, em parte, para capacitar a legenda a se opor a tais partidos do *status quo* e disputar com eles a formatação da arena política. Nesse sentido, eventuais concessões ou aproximações com estes partidos tendem a ser deletérios para o processo de aquisição de recursos partidários, uma vez que podem não apenas deslegitimar a imagem de desafiante (LOPES, 2005), como também desestimular o próprio desenvolvimento institucional da legenda (PANEBIANCO, 2005). Outra forma pela qual outros partidos podem interferir negativamente no processo de desenvolvimento de um partido desafiante é a disputa pelos recursos em si. Nesse caso, a ameaça à aquisição de recursos partidários tende a ser maior vinda de outras forças do mesmo espectro político que competem pelos mesmos espaços e meios políticos. Há uma clara distinção entre estas duas ameaças, no primeiro caso, o alinhamento com forças do *establishment* é uma opção feita pela legenda desafiante enquanto o segundo é um fator que escapa à sua esfera de controle. Em ambos os casos, entretanto o efeito pode ser o mesmo: falha em angariar recursos e conseqüente fracasso em introduzir um novo eixo de competição.

Partidos desafiantes que operaram em contextos de forte instabilidade política e econômica ou de desestruturação do sistema político-partidário, também enfrentaram condições mais adversas para empreender o processo de aquisição de recursos partidários. Como atores que operam dentro do sistema democrático, partidos desafiantes se beneficiam da previsibilidade e da organização que um contexto estável proporciona. Em particular, a solidez de um regime democrático amplia o horizonte temporal com que os atores operam, uma vez que estabiliza o rol de possibilidades e resultados prováveis das interações políticas. Dessa forma, é consideravelmente mais fácil ampliar sua arrecadação, recrutar elites, expandir suas sedes locais, staff e militantes, bem como formular ideologias, adquirir expertise e criar uma marca em situações onde o jogo político ocorre de acordo com normas claras e

estáveis. Como afirmado no capítulo 1, tempo é um dos principais investimentos que um partido tem que realizar para ampliar seu estoque de recursos. A estabilidade do regime e, portanto, das regras e instituições, facilita o uso do tempo, pois permite aos partidos planejar melhor suas decisões e adotar prazos mais longos para obter os retornos desejados. Ademais, também facilita a operação cotidiana deles no plano institucional uma vez que torna mais claras e transparentes as ações e os resultados possíveis.

Outro fator de natureza conjuntural que também condiciona a capacidade de legendas desafiantes adquirirem recursos partidários é o arcabouço institucional que pode favorecer ou dificultar esta tarefa. Uma dimensão deste fator é aquela relativa ao nível de permeabilidade do sistema eleitoral, abordada no capítulo 1. Como discutido, os países aqui analisados possuem arranjos eleitorais que impõem poucas barreiras relativamente à entrada de novas legendas nos sistemas, com exceção parcial à Venezuela que possui um sistema eleitoral mais restritivo. Além do sistema eleitoral, elementos institucionais tais como: regras de financiamento público exigentes que podem restringir o acesso a recursos materiais; leis que induzem fidelidade partidária e podem dificultar o recrutamento de elites; regras muito rígidas de prestação de contas e fiscalização dos partidos que podem dificultar sua expansão territorial e organizacional, dentre outros. Em parte, muitas destas limitações podem ser eventualmente superadas quando o partido adapta suas estratégias à realidade em que opera tal como postulado por Panebianco (2005) a propósito do dilema adaptação *versus* domínio do meio. Entretanto, em termos relativos, uma legenda desafiante terá maiores chances de sucesso em contextos institucionais que imponham menos restrições à aquisição de recursos partidários. E, em alguns casos tais restrições podem minar de forma crítica as chances de desenvolvimento de um partido desafiante.

Por fim, há também episódios eventuais que escapam à dinâmica política propriamente dita, mas que, entretanto, também podem ter impacto sobre os desígnios de um partido político. Ocorrências como a morte de lideranças importantes, cisões e abandono de grupos internos, alterações substanciais na sociedade, dentre outras, podem também prejudicar as legendas em seu processo de desenvolvimento. Conquanto não sejam eventos que decorrem de decisões ou da ação partidária, nem tampouco sejam operacionalizáveis em termos teóricos e metodológicos, eles também têm impacto sobre os fenômenos estudados e precisam ser levados em consideração na análise

Diferentemente do capítulo anterior, no qual a aquisição de cada recurso foi analisada separadamente, optamos por descrever e analisar cada caso de partido não

exitoso no presente capítulo. Tal escolha se deve tanto à menor quantidade e disponibilidade de dados relativos a este grupo de legendas, quanto à necessidade de incorporar elementos conjunturais que ajudam na compreensão dos motivos do fracasso em desafiar o establishment.

#### **4.2 A Alianza Democratica M-19.**

No início de sua trajetória partidária, a AD-M19 reunia alguns fatores que, em tese poderiam ter sido úteis em seu processo de institucionalização e aquisição de recursos partidários. Surgida em 1990 na esteira da desmilitarização do Movimiento 19 de Abril, histórica guerrilha colombiana fundada em 1974, a Alianza Democrática M19 contava, já em seu início, com um contingente relativamente importante de elites políticas para uma legenda desafiante recém-criada. As quase duas décadas como movimento paramilitar haviam garantido ao M19 certa notoriedade e reconhecimento entre setores da sociedade colombiana e o grupo havia projetado líderes que constituiriam o seu mais importante recurso nos primeiros anos de atividade partidária.

Dentre estes, o nome mais importante era o de Carlos Pizarro Leóngomez, comandante em chefe da guerrilha e responsável por firmar o acordo de paz e desmobilização militar do grupo com o governo do presidente Virgilio Barco Vargas, em 1989. Pizarro era um dos poucos membros-fundadores ainda vivo que integrava a direção do movimento nos anos 90 e representava um vínculo com a “causa original” do M19. Ele foi o maior responsável por organizar a transição do M19 de guerrilha para partido e se lançou como candidato da legenda à Presidência, nas eleições de 1990 com certo grau de competitividade (BOUDON, 2001). Entretanto, durante a disputa presidencial Pizarro é assassinado em um avião, quando voava para um evento de campanha e seu nome teve de ser substituído às pressas por Antonio Navarro Wolff, outra figura importante do M19. A morte de Pizarro significou não apenas um duro golpe às perspectivas eleitorais da AD-M19 em seu primeiro pleito nacional, mas também a perda de sua mais importante liderança. Sua importância para o partido se estendia para além da mera competitividade eleitoral. Ele era o principal ideólogo e articulador central dentro da organização (BOUDON, op. cit). Sua morte refletia o contexto de grande violência política e instabilidade social que a Colômbia registrava nos anos 90. Apesar dos esforços de pacificação política e democratização, dos quais o desarmamento do M19 e sua conversão em partido

faziam parte, o contexto político e social do país era completamente desfavorável à emergência de uma dinâmica partidária e eleitoral estável e dinâmica.

Em que pese o considerável abalo causado pela perda de Pizarro, a AD-M19 registrou um desempenho relativamente positivo em sua primeira disputa pelo Executivo Nacional. A candidatura de Wolff obteve mais de 750 mil votos, representando 12,5% do total. Tratava-se à época de uma soma importante para uma terceira força partidária na Colômbia, tendo-se em vista o histórico duopólio protagonizado por Conservadores e Liberais. Embora tenha obtido apenas um assento na Câmara dos Deputados, considerando-se o clima político do país e o estigma associado a ser uma antiga guerrilha, tal resultado inspirava, à primeira vista, confiança aos membros da legenda em relação às perspectivas futuras, pois indicava, juntamente com a votação de Wolff, a viabilidade eleitoral da legenda. (LEONGOMEZ, 2001).

Em dezembro do mesmo ano, a AD-M19 teve um desempenho surpreendente nas eleições para a assembleia constituinte que criaria uma nova carta magna para o país. O partido elegeu a segunda maior bancada na assembleia com 19 deputados de um total de 70 graças à conquista de 27% dos votos válidos. Wolff encabeçou a lista lançada pelo partido e teve atuação destacada nos trabalhos da assembleia. O sucesso da AD-M19 no pleito para a constituinte pode ser visto como decorrendo de dois fatores, principalmente. Em primeiro lugar, o partido optou por lançar uma única lista nacionalmente, enquanto outras legendas, como o Partido Liberal lançaram várias e o partido Conservador sofrera uma dissidência, o Movimiento de Salvación Nacional, que concorreu em uma lista separada. Além disso, a necessidade de se promulgar uma nova constituição foi uma das principais bandeiras defendidas pelo M19 quando da decisão de se tornar um partido dentro da institucionalidade, de modo que a legenda detinha certa legitimidade em relação a esta pauta política (BOUDON, 2001).

Nas eleições legislativas de 1991, a AD-M19 registrou outro bom desempenho obtendo 9 assentos no Senado e 15 na Câmara dos Deputados. Em termos de percentual de votos, entretanto, o resultado foi inferior ao obtido no pleito para a constituinte, com 9,3% dos eleitores escolhendo a legenda. Ainda que o desempenho em termos de votação tenha ficado abaixo do registrado em 1990, o resultado foi o suficiente para configurar o partido como um ator relevante naquela legislatura e parecia consolidar integração dos ex-guerrilheiros à dinâmica institucional (LEONGOMEZ, 2001). Ademais, Wolff passou a integrar o gabinete do presidente César Trujillo, do Partido Liberal, como ministro da saúde. Em parte, o convite a Navarro se deveu a seu papel destacado como parlamentar constituinte. Entretanto, como observa Boudon (2001), a experiência durante a Assembleia aproximara

consideravelmente Navarro e outros quadros da AD-M19 do partido Liberal a ponto de o partido ceder em um aspecto que seria crucial para seu futuro durante a elaboração da Carata Magna. Navarro e seus correligionários concordaram em vetar a elegibilidade para o pleito legislativo de 1991 de todos os deputados constituintes. Dessa forma, embora tenha tido um desempenho razoável naquelas eleições, é possível afirmar que a legenda teria obtido isoladamente a segunda bancada da câmara, caso Navarro e outras figuras importantes tivesse concorrido.

O declínio da AD-M19 se inicia imediatamente após estes primeiros sinais de sucesso. Já em 1991, após o desempenho abaixo do esperado nas eleições legislativas, os primeiros sinais de divisões internas entre os membros do partido começaram a surgir. Em uma primeira tentativa de desenvolver a organização do partido, Navarro organizou a criação do diretório nacional, composto por 80 membros e de uma comissão executiva, formada por 19 integrantes (BOUDON, 2001). Tal iniciativa visava organizar os processos internos do partido e estabelecer uma estrutura administrativa e política a partir da qual este poderia se desenvolver e institucionalizar. Tratava-se, portanto, de um passo fundamental para que a AD-M19 pudesse começar a se fortalecer e para desafiar verdadeiramente o duopólio político colombiano. Entretanto, seu efeito foi o contrário do esperado. Ainda em 1991, um dos postulantes a candidato à disputa pela prefeitura de Bogotá, a ser realizada em 1992, Carlos Alonso Lucio criticou a burocratização do partido e pediu que a legenda retornasse a suas origens. Como resultado desta discordância a direção da AD-M19 interditou sua candidatura à prefeitura da capital e o partido deixou de concorrer por não conseguir definir um substituto a tempo. Nas demais cidades o desempenho do partido foi muito abaixo do que o esperado, em vista dos resultados que obtivera até então. A AD-M19 obteve apenas uma prefeitura e uma quantidade muito pequena de assentos em legislativos departamentais e municipais.

O mal desempenho nos pleitos municipais foi fruto, em boa medida, da baixa presença do partido no âmbito local. Quando de sua criação, a AD-M19 estava escassamente ancorada nas “Casas de la Paz”, criadas no bojo da desmobilização da guerrilha. Tais órgãos eram destinados a acolher membros guerrilheiros que queriam regressar à vida civil e se alistar no partido. As Casas de la Paz desempenharam um importante papel na transição de guerrilha para partido e chegaram a ser centenas espalhadas pelo país, entretanto, já em 1991 haviam sido quase todas extintas devido ao alto custo de manutenção (BOUDON, 2001). Incapaz de garantir presença territorial abrangente em seus primeiros anos, a AD-M19 tinha apenas uma região na qual firmar uma fortaleza eleitoral, o Departamento Atlântico, em particular a região de Barranquilla, onde tivera um grande número de adeptos em seus anos como guerrilha.



Ali o partido dispunha de uma mínima organicidade a qual fora determinante para os resultados dos pleitos de 1990 e 1991.

Para tentar contornar a fragilidade organizacional da AD-M19, Navarro adotara uma estratégia ampla de alianças eleitorais visando fortalecer o partido nas eleições municipais. Além do mau desempenho em todo o país, tal estratégia também prejudicou a já abalada coesão interna da legenda. Em particular, a aliança com o governo de Gavéria, que tinha na ocupação do ministério da saúde seu principal elemento, tornou-se problemática à medida em que seu governo implementava as reformas neoliberais na Colômbia. A ruptura ocorre no final de 1992 quando o diretório nacional do partido votou pela ruptura com Gavéria, após seu governo ter retomado ataques militares contra guerrilhas que, diferentemente da AD-M19, não aderiram ao pacto democrático e continuavam ativas (BOUDON, 2001).

Desgastada pelas divisões internas e participação no governo de Gavéria, a AD-M19 focou sua atenção nas eleições de 1994. Contudo, o partido chegou às vésperas do pleito sem ter feito um esforço substancial para desenvolver bases locais, continuando com a mesma incipiência organizacional que tinha quando de sua formação. Navarro, ainda que tivesse deixado a presidência do partido continuava no centro decisório e voltava seus esforços para a construção de alianças amplas visando sua candidatura à presidência. Nesse sentido, a AD-M19 tentou consolidar um programa e um perfil ideológico com uma nova plataforma partidária lançada em 1993. O documento reelaborava algumas das pautas históricas do M19, como a defesa da democracia, a rejeição da violência e a denúncia do clientelismo arraigado na sociedade colombiana. Também adicionou um programa social de emprego, desenvolvimento, proteção do meio-ambiente e da integração regional latino-americana. O objetivo era recompor a imagem de terceira força da política do país após a nociva aproximação com os Liberais. Entretanto, a perda de apelo da legenda já evoluía rapidamente e a estratégia de Navarro focada na dimensão eleitoral e se aproximando com forças distintas do *status quo* colombiano intensificava a percepção de que a AD-M19 não era uma opção distinta dos demais partidos.

Nas eleições legislativas de 1994 o partido desviou de sua estratégia anterior de lançar uma lista única de candidatos e adotou diversas listas, como os demais partidos colombianos, competindo entre si. Em parte, estas novas listas eram fruto das inúmeras cisões e desacordos internos do partido que, com Navarro focado exclusivamente em sua própria candidatura, se fragmentava sempre mais. Para o Senado o partido lançou 13 listas e 29 para a Câmara dos Deputados elegendo somente um candidato para a câmara baixa. O fracasso da legenda era evidente e o resultado do pleito de março reforçou as perspectivas de dissolução da AD-M19. Não

obstante, Navarro insistiu na continuidade de sua candidatura ao executivo na votação que ocorreria em maio. Ele lançou sua candidatura por uma nova chapa, a Compromisso Colombia, tendo o líder indígena Jesús Peñacué como candidato a vice. A despeito destes esforços, sua candidatura foi um fracasso, obtendo apenas 3,8% dos votos.

A AD-M19 ainda tentou se reestruturar a partir das bases, disputando as eleições municipais daquele ano, mas obteve apenas uma prefeitura e um número irrisório de cargos nos legislativos regionais e municipais. Entre 1994 e 1997 o partido permanece praticamente inativo, mas seus membros tentam se organizar para disputar as eleições municipais de 97 vendo a reestruturação do partido em nível local como única forma de reerguer a AD-M19 e torna-la competitiva novamente. A despeito de sucessos pontuais em algumas prefeituras, o desempenho foi novamente muito fraco. Dessa forma, lideranças foram deixando a legenda, muitas delas migrando para o Pólo Democrático Independiente que agregaria boa parte da esquerda colombiana. A AD-M19 nunca teve um final formal, mas desvaneceu rapidamente após menos de uma década de existência.

O fracasso da AD-M19 como partido desafiante pode ser atribuído, como visto, a uma ampla série de fatores. O principal problema da legenda foi não ter investido em recursos organizacionais que lhe permitissem adquirir presença territorial consistente no território colombiano. Boudon (2001) atribuí esta falha ao foco demasiadamente eleitoral da legenda em um momento precoce, fruto da condução do partido por Navarro. Ao desprezar a presença local como forma de mobilização o partido não apenas não adquiriu militantes que consolidassem uma base de eleitores, como perdeu competitividade por não recrutar mais elites. Embora a AD-M19 já inicie sua trajetória com importantes lideranças, a perda trágica e precoce de Pizarro, somada às divisões internas que o partido sofreu contribuíram para que a legenda enfraquecesse o recurso partidário mais desenvolvido que possuía. A participação do partido no governo do Liberal Gaviria durante a implementação das reformas neoliberais prejudicou as perspectivas de que a AD-M19 desenvolvesse uma marca partidária própria. Como legenda oriunda de uma guerrilha surgida para enfrentar do dupólio partidário, a violência política e a corrupção, nada poderia ser mais contrário ao legado do M19 do que se aliar a um governo do *status quo*. Quando, após o rompimento com os Liberais, o partido procurou explicitar sua ideologia reafirmando os pontos fundacionais da guerrilha, não obteve sucesso, uma vez que não houve aumento de votos, nem tampouco adesão de militantes. O partido também falhou em capitalizar a insatisfação que as políticas neoliberais geraram. A experiência no ministério da saúde poderia ter gerado alguma expertise importante para que a AD-M19 capitalizasse junto

ao eleitorado, mas o rompimento com o governo e a curta duração da aliança extinguiram essa possibilidade. Quanto aos recursos materiais, o rápido declínio eleitoral do partido e sua incapacidade de assentar bases na sociedade certamente minaram sua capacidade de arrecadação.

#### **4.3.O Movimiento de Unidad Plurinacional Pachacutik-Nuevo País**

Assim como o MAS boliviano, o MUPP-NP é um partido surgido das lutas indígenas no Equador. O partido é fruto da decisão de diversos grupos indígenas reunidos entorno da Confederación de Naciones Indigenas del Ecuador (CONAIE) de viabilizar sua atuação institucional. Quando de seu surgimento, o MUPP-NP contava com um contingente potencial de adeptos composto pelas diversas etnias que integravam a CONAIE e, com efeito, boa parte de seus integrantes tinha origem nos setores indígenas associados a ela. Assim como a CTUSB no caso boliviano, a CONAIE havia sido fruto da consolidação de uma extensa rede de organizações indígenas locais que, em virtude do déficit histórico de representação de suas bandeiras, haviam constituído um órgão paraestatal de ação política (SANCHEZ LOPES e FREIDENBERG, 1998). A estes, somaram-se outros setores da esquerda equatoriana, como a Cordenaroria de Movimientos Sociales (CMS), o Movimiento Ciudadanos por um Nuevo País, liderado pelo apresentador de televisão Freddy Ehlers, além de pequenos grupos de esquerda de menor expressão.

Tanto o caráter plural de sua formação, quanto a sólida base representada pela vinculação organizativa com a CONAIE garantiam, em tese, um ponto de partida importante para o MUPP-NP no que se refere à aquisição de recursos organizacionais, particularmente militantes e órgãos. De início, o partido procurou demarcar ainda que de maneira vaga, suas fronteiras organizacionais em relação aos movimentos e entidades sociais que o criaram. Assim, o primeiro estatuto estabelecia que os membros do partido podiam ser tanto filiados independentes à sigla, diretamente vinculados a ela e submetidos à suas regras, quanto indivíduos que integravam de maneira orgânica movimentos sociais e grupos sindicais associados ao MUPP-NP mediante a organização de “comitês políticos de coordenação de ação comum”<sup>37</sup>. Em que pese o fato de que a distinção organizativa entre partido e organizações correlatas é um sinal de institucionalização de uma legenda, como afirma Panebianco (2005), no caso específico do MUPP-NP, a tentativa precoce de demarcar as fronteiras pode ter

---

<sup>37</sup> MUPP-NP **Estatuto**. 1996. Disponível em: <https://reformaspoliticas.org/wp-content/uploads/2015/03/ecuadorestatutopachakutik1996.pdf>

dificultado a obtenção de militantes e órgãos. O contraste com o modelo adotado pelo MAS é significativo. Não há virtualmente distinção organizativa entre o partido boliviano e os sindicatos e movimentos sociais que o criaram. Tal hibridismo estrutural como visto no capítulo 3, foi o que permitiu ao MAS superar alguns desafios inerentes à aquisição de recursos organizacionais desde o início de sua trajetória, o que acelerou sua ascensão. Ademais, o MUPP-NP ainda contava com uma importante divisão interna entre indígenas da CONAIE e membros do movimento Nuevo País o que tornava mais complexa a mobilização de adeptos.

Não obstante, o partido obteve um desempenho expressivo em sua primeira participação em eleições presidenciais, no pleito de 1996, terminando a disputa em terceiro lugar no primeiro turno com 20,6% dos votos, tendo lançado Freddy Ehlers como candidato. Nas eleições legislativas o resultado foi mais modesto e somente um candidato foi eleito deputado nacional e mais 7 postulantes do partido se elegeram para deputados provinciais. Em parte, o bom resultado obtido pelo MUPP-NP na disputa pelo executivo nacional se deve à notoriedade de Ehlers devido à sua trajetória prévia. Ele seria novamente o candidato do MUPP-NP nas eleições presidenciais de 1998, obtendo 14,7% dos votos e terminando a disputa em quarto lugar. No mesmo ano o partido elegeu 2 deputados nacionais e 5 provinciais.

Embora seu maior recurso de elite fosse um membro não-indígena, o MUPP-NP foi relativamente bem-sucedido em recrutar elites junto aos movimentos sociais e sindicatos que o criaram, entretanto, tais lideranças tinham em sua maioria projeção local ou regional (MADRID, 2016). Além de Ehlers, somente Luis Macas, líder de origem Kichwa adquirira projeção nacional. Dessa forma, os recursos de elite fornecidos pelos movimentos associados ao MUPP-NP, conquanto importantes, tinham em sua maioria alcance eleitoral limitado. A decisão do partido em formar uma aliança para a disputa presidencial de 2002 com Lucio Gutiérrez do Partido Sociedad Patriótica (PSP), refletia esta dificuldade de projetar lideranças nacionalmente.

O PSP era uma legenda que servia de veículo para seu líder populista, o que o configurava como um parceiro problemático para o MUPP-NP. O partido desafiante havia sido fundado com uma plataforma claramente de esquerda, declarando explicitamente defender a independência e a autonomia dos partidos em relação ao sistema político, bem como a bandeira da ética na política. Embora tal aliança tenha rendido ao partido a chegada ao executivo nacional com a vitória de Gutierrez, a aproximação com ele representou um duro golpe para o desenvolvimento dos recursos ideacionais do MUPP-NP, de maneira semelhante ao ocorrido com a aliança entre AD-M19 e Partido Liberal na Colômbia, mesmo tendo rompido com Gutierrez ainda no início do mandato. Como afirma Lopez (2005), aliar-se com um partido do

*status quo* é um dos principais fatores capazes de minar as chances de um partido desafiante. Tal aproximação com frequência engendra o que Lupu (2015) chama de diluição da marca partidária (*brand dilution*) que pode prejudicar de forma irreparável as chances de consolidação de uma legenda. No caso em tela, o MUPP-NP experimentou um declínio expressivo em sua votação para o legislativo em 2006, obtendo apenas 4,1% das preferências. No mesmo ano, o partido lançou Luis Macas que obteve apenas 2,2% dos votos na disputa pela presidência.

O pleito de 2006 marcaria a ascensão de Rafael Correa e seu partido Alianza País na política equatoriana. Concorrendo com uma plataforma popular com fortes críticas ao modelo de reformas neoliberais e propondo a refundação do país com uma nova constituição, Correa venceu a disputa naquele ano. Seu sucesso em mudar a carta magna do país e em implementar uma série de políticas sociais voltadas à população mais pobre e indígena lhe garantiu um segundo mandato, sendo reeleito com apoio do próprio MUPP-NP em 2009 e novamente em 2014.

A adesão à base de Correa era sintomática da incapacidade do MUPP-NP em se institucionalizar e desafiar o establishment. Ainda que o partido tenha buscado com certo êxito incrementar alguns de seus recursos partidários com auxílio de sua base nos movimentos (MADRID, 2016), fatores como a aproximação com Gutierrez e, posteriormente, a ascensão de um concorrente de esquerda foram fatais para o partido, que não tinha os recursos necessários para evitar estas duas ameaças. A legenda ainda existe e atua no Equador, entretanto apresenta fraco desempenho eleitoral e não foi capaz de empreender o processo de aquisição de recursos partidários até o momento.

#### **4.4 A FREPASO**

O surgimento da Frente País Solidário é fruto de uma cisão ocorrida no Partido Justicialista na primeira metade da década de 90, durante o primeiro governo de Carlos Ménem. Na raiz desta cisão estava a oposição do chamado “grupo dos oito” dentro do peronismo em relação à adoção do programa neoliberal por Ménem. Liderados por Carlos Álvarez, um deputado federal de Buenos Aires, o grupo dos oito abandona o justicialismo em 1991 formando inicialmente a Fredejuso para disputar as eleições locais daquele ano. Em 1993, incorporando setores da Democracia Cristã e de legendas menores da esquerda argentina formam a Frente Grande, que disputou as eleições legislativas daquele ano obtendo 3,9% dos votos para a Câmara dos Deputados e elegendo três candidatos para esta casa dois eleitos na capital e um na

província de Buenos Aires. A performance da Frente Grande no resto do país, contudo foi modesta, menos de 1% do total de votos (KOESSL, 2009).

O pleito de 1993 representou um passo crucial para a Frente Grande, pois foi a primeira ocasião que o jovem partido teve para se apresentar ao eleitorado argentino enquanto alternativa coerente de oposição ao governo Ménem e ao crescente processo de colusão dos principais partidos do país (SCHAEFER, 2014). A primeira metade dos anos 90 é marcada por dois movimentos de PJ e UCR que teriam como consequência a diluição da marca desses dois partidos junto ao eleitorado (LUPU, 2015). Por um lado, a guinada à direita realizada por Ménem demandou um grande esforço de adaptação do PJ em justificar essa mudança de postura perante suas bases e seu eleitorado, por outro a UCR, na esteira do desgaste sofrido durante o governo Alfonsín, adota uma postura de diálogo e acordo com o PJ cujo ápice é representado pelo Pacto de Olivos, firmado entre Alfonsín e Ménem em 1994<sup>38</sup>. Álvarez e a Frente Grande aproveitam este contexto posicionando-se abertamente contra as reformas política e econômica propostas por Ménem e endossadas pela UCR. Tratava-se de uma decisão arriscada, uma vez que as políticas econômicas pareciam ter surtido efeito, controlando a inflação e lançando um período de grande otimismo e aprovação por setores amplos da população argentina. Entretanto, foi um primeiro passo fundamental na adoção de um perfil ideológico mais definido e na criação de uma possível marca partidária, dois recursos ideacionais de grande importância.

A FREPASO foi recompensada pela estratégia arriscada nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1994 e posteriormente nas eleições gerais de 1995, quando o candidato à presidência pelo partido, José Octavio Bordón, termina o pleito em segundo lugar, com 29,3% dos votos e o partido elege 25 deputados e 3 senadores. Além do posicionamento oposicionista e anti-neoliberal a FREPASO também se beneficiou da adesão de lideranças importantes oriundas sobretudo do PJ. Além de Carlos Álvarez e de Bordón, também eram ex-justicialistas Juan Pablo Cafiero, eleito deputado em duas ocasiões pelo partido e o cineasta Fernando Solanas, eleito membro da Assembléia Constituinte e posteriormente Deputado Federal. Às lideranças oriundas do peronismo somam-se também nomes de relativo destaque tais como: Eduardo Sigal oriundo do Partido Comunista, eleito Constituinte e

---

<sup>38</sup> Pelo pacto os dois partidos se comprometiam a aprovar uma série de reformas constitucionais que regulavam a dinâmica política e eleitoral do país. Seus principais pontos eram: a) a redução do mandato presidencial de 6 para 4 anos; b) a introdução do sistema de segundo turno na disputa para o executivo federal; c) adoção da reeleição para cargos executivos; d) a introdução de um terceiro senador eleito por minoria em todas as províncias; e) a atenuação da força do Presidente mediante a criação do cargo de Chefe de Gabinete de Minsistros a ser nomeado pelo chefe do executivo podendo ser destituído pelo mesmo ou pelo Congresso.

posteriormente Senador pela FREPASO; Graciela Mejjide, duas vezes Deputada pela sigla, eleita também Senadora e Constituinte e Carlos Auyero, ex-membro da Democracia Cristã e Constituinte pela FREPASO. Como observa Zícarí (2018), as lideranças que aderiram ao projeto frepasista, em boa medida recrutadas por Álvarez, que procurou sempre formar coalizões amplas com setores da oposição ao *status quo*, agregaram um grande potencial eleitoral ao partido e foram, em boa medida, responsáveis pelos bons resultados iniciais registrados pela Frente Grande e pela FREPASO. Entretanto, a despeito deste investimento inicial em recursos de elite, havia uma limitação importante, pois em sua grande maioria tais lideranças eram oriundas da capital ou da província de Buenos Aires e o partido registrava grande dificuldade em angariar apoio nas demais províncias do país (ZÍCARI, 2018).

A concentração na região de Buenos Aires era reflexo não somente do padrão de recrutamento da legenda, mas também de sua incapacidade de adquirir recursos organizacionais. O partido possuía uma estrutura muito frágil, com escassa presença territorial e número ínfimo de filiados. Koessl (2009) afirma que, para compensar esta debilidade, o partido recorreu ao manejo hábil dos meios de comunicação, graças em boa medida à atuação de seus dois principais líderes, Álvarez e Bordón, o que lhe permitiu contar com a simpatia de um contingente expressivo de argentinos. Por ocasião da definição do candidato à presidência da República nas eleições de 1995, a FREPASO decidiu proceder à votação para resolver o embate travado internamente entre Álvarez e Bordón. Como não possuía número relevante de filiados, o partido decidiu abrir a consulta a todos os eleitores independentes que simpatizassem com a legenda: o processo contou com a surpreendente participação de cerca de 500.000 votantes os quais cancelaram o nome de Bordón para a disputa (KOESSL, op. cit).

Os sinais auspiciosos da eleição de 1995, entretanto não foram capazes de garantir coesão das lideranças do partido. No ano seguinte, Bordón se desliga da FREPASO, que com isso perdia um importante quadro na província de Mendoza, agravando seu problema de concentração territorial. Os conflitos internos ao partido decorriam em boa medida da estratégia de “crescimento forçado” (ABAL MEDINA, 1998) defendida por Álvarez que determinava que o partido disputasse todos os pleitos possíveis ao invés de focar as disputas estrategicamente mais viáveis. Tal estratégia desestabilizava os já pouco consolidados processos de articulação interna entre as lideranças e ajudava a propagar a imagem de uma legenda compostas por lideranças personalistas focadas muito mais em se elegerem para cargos públicos do que em construir uma alternativa partidária coerente em seu desafio ao *status quo* (ZÍCARI, 2018).

O contexto político que antecede o pleito de 1999 era bastante favorável à FREPASO. Por um lado, os primeiros sinais de desgaste do modelo econômico de Menem começam a ser sentidos a partir de 1997, após a eclosão das crises econômicas dos tigres asiáticos e da Rússia, cujos efeitos foram sentidos com grande força nos países da América Latina. Por outro lado, a UCR não lograra se recuperar da crise de legitimidade decorrente do governo Alfonsín e de sua colaboração com o PJ. Entretanto, a FREPASO pouco avançara no desenvolvimento de sua organização. O partido contava com razoável nível de recursos de elite e ideológicos, ambos fruto do bom desempenho de suas lideranças em fazer oposição ao governo Menem. Entretanto persistia em seu raquitismo organizacional e em seu foco “eleitoreiro”. Nesse sentido, a aliança<sup>39</sup> firmada entre UCR e FREPASO para a disputa das eleições de 1997 refletia objetivos e necessidades das duas legendas. A primeira precisava recuperar sua imagem e compensar a falta de competitividade de algumas de suas lideranças desgastadas publicamente, a segunda, precisava compensar a baixa penetração territorial que lhe impedia de expandir seu alcance no país. A estratégia foi eleitoralmente exitosa e a Alianza foi o partido mais votado, obtendo 47% dos votos para a Câmara dos Deputados e elegendo 63 candidatos, 13 a mais do que o segundo colocado, PJ. O acordo com a UCR previa o lançamento de candidaturas intercaladas de cada partido nas listas lançadas e permitiu que a FREPASO ampliasse sua participação em outras províncias do país. Ao todo, as listas conjuntas foram lançadas em quinze dos vinte e quatro distritos eleitorais argentinos (ZÍCARI, 2018).

O sucesso inicial da Alianza inspirou os dois partidos a manterem tal estratégia para a disputa presidencial de 1999. A decisão sobre quem encabeçaria a chapa foi realizada através de consulta aos filiados dos partidos que compunham a Alianza. O candidato radical, Fernando de La Rúa foi escolhido com 64% dos votos, vencendo a candidata frepasista Graciela Fernandez Mejjide que obteve 36%. A disputa pela definição da chapa revelou a fragilidade organizacional da FREPASO. Com uma participação de cerca de 2,3 milhões de pessoas no processo de escolha, a tradicional máquina partidária da UCR dominou o pleito e consagrou com facilidade o nome de De la Rúa. (ZÍCARI, 2018). Na esteira do bom desempenho em 1997 e da crise o peronismo com o aprofundamento dos problemas econômicos no governo Menem, a Alianza disputou as eleições presidenciais e legislativas de 1999 como favorita à conquista do Executivo Federal. Tendo Álvarez como candidato a vice, a Alianza sagrou-se vitoriosa encerrando os dois mandatos justicialistas no primeiro turno com

---

<sup>39</sup> Oficialmente chamada de Alianza para el Trabajo, la Justicia y la Educación.



48,3% dos votos para a Presidência. A coalizão também elegeu a maior bancada na Câmara, obtendo 63 assentos com 43,7% dos votos.

Longe de representar a consolidação da FREPASO como um desafiante bem-sucedido, a chegada ao executivo nacional, ocupando a vice-presidência do governo De la Rúa, seria o capítulo final da breve história da legenda. Com oito meses de governo, Álvarez renuncia ao cargo de vice-presidente e a FREPASO adota uma postura independente no Congresso, apoiando o governo da UCR em questões pontuais e ao mesmo tempo opondo-se às medidas de ajuste que o governo propôs em face do agravamento da crise econômica. Em 2001 após uma onda de protestos violentos em todo o país, De la Rúa renuncia. Chega ao fim a breve experiência de governo da Alianza, manchada pela forte rejeição popular às medidas que resultaram em um desastre econômico e social sem precedentes na história da Argentina. Após esta data, a FREPASO deixa de existir oficialmente, com os grupos e partidos que a integravam se dispersando ou se organizando em novas legendas. Seu embrião, a Frente Grande continua a existir, mas é um ator marginal no cenário partidário argentino.

Em sua curta trajetória, a FREPASO nunca conseguiu se institucionalizar e permaneceu deficitária na maioria dos recursos partidários. Em particular, falhou em se expandir territorialmente adquirindo órgãos partidários e recrutando filiados e elites nas diversas províncias do país. Com efeito, durante sua história consistiu muito mais em um veículo eleitoral para elites oriundas em sua maioria da região de Buenos Aires do que em um partido minimamente estruturado. Decorre disso sua ênfase na competição eleitoral que minou o processo de aquisição de recursos, bem como a opção equivocada em realizar alianças com uma legenda do *status quo* fato que, além de prejudicar sua postura ideológica e sua marca partidária junto ao eleitorado, acabou lhe vinculando a um governo desastroso. Sua rápida debacle demonstra a relevância dos recursos partidários. Cyr (2017) argumenta que partidos que detém certo volume de recursos partidários são mais bem equipados para lidar com seus colapsos eleitorais, mantendo-se ativos e mesmo recuperando sua relevância após sua queda.

#### **4.5 O Movimiento Indígena Patchakutik**

Dentre as legendas que integram o grupo aqui analisado, o MIP pode ser considerado como a de vida mais efêmera. Com uma trajetória de apenas 5 anos, o partido teve pouco impacto na política boliviana, configurando o caso mais evidente de fracasso dentre os incluídos neste estudo. Sua fundação data de 2000 por iniciativa do

líder indígena Felipe Quispe, com o objetivo de concorrer à presidência nas eleições de 2002. Quispe era um líder indígena com notória projeção entre os movimentos do altiplano possuindo uma notável inserção na CTUSB como representante aymará e tendo respaldo por seu passado como membro da guerrilha indígena Tupac Katari e por suas obras sobre a história das lutas dos povos indígenas bolivianos. Sua ascendência na CTUSB é comparável à de Evo, tendo sido ele secretário executivo do órgão.

O MIP compartilha do mesmo contexto de fundação que o MAS. Ambos os partidos indígenas foram criados na esteira da falência dos principais partidos do país, dos conflitos étnicos e sindicais contra as políticas neoliberais e persecutórias do Estado Boliviano ao longo dos anos 80 e 90. Ademais, a criação de legendas centradas na clivagem indígena foi estimulada pelas reformas do estado, que criaram centenas de novos municípios, reconheceram os povos indígenas como atores políticos e com direito à autodeterminação e modificaram a legislação eleitoral (VAN COTT, 2005). Seu processo de criação, entretanto, foi distinto daquele que gerou o MAS. Se o partido de Evo Morales, conquanto centrado em sua liderança carismática, foi fruto de uma construção coletiva, o MIP representou a iniciativa e o voluntarismo de Felipe Quispe, cuja concepção política e estratégica da luta indígena destoava radicalmente daquela proposta por Evo e que orientou a criação do MAS.

Com um apelo mais radical baseado na ideia de uma identidade indígena exclusiva, Quispe molda o perfil do MIP para ser um partido étnico vinculado ao projeto de criação de um estado puramente indígena (MAIZ, 2009). A ideologia do partido é profundamente influenciada por temas das tradições indígenas bolivianas, particularmente da tradição aymará. A narrativa construída por Quispe e seus correligionários exalta a história de resistência dos povos indígenas contra os colonizadores brancos tidos como usurpadores seculares das terras e riquezas das populações originárias do território boliviano. O contraste destes posicionamentos com a abordagem pluralista e aberta adotada pelo MAS, que defendia a criação de um estado plurinacional que incluísse todas as etnias e culturas bolivianos, é evidente.

A perspectiva restritiva do MIP mais do que uma vantagem, representava uma séria limitação para o partido. Ela impedia que o MIP estendesse seu apelo para além da população indígena do país, um eleitorado que o partido tinha que disputar com o MAS. Além disso, tornava mais difícil o recrutamento de elites e a arregimentação de filiados entre os setores moderados que consistiam a maior parte dos membros ligados à CTUSB e a outros movimentos sociais indígenas (MAIZ, 2009). O MIP também foi avesso a certas práticas e procedimentos típicos da democracia de partidos. Enquanto o MAS procurou adotar estratégias para ser bem-sucedido no jogo

democrático, como utilizar as estruturas dos movimentos indígenas e sociais como fonte de recursos partidários, Quispe quis utilizar o potencial destes movimentos para fomentar um projeto próprio, radical e de cunho personalista. Santos Ramirez assim resume os erros de Quispe e do MIP:

En mi percepción entiendo que cometió tres errores. Resulta que Felipe Quispe llega a la confederación con el respaldo de los hombres y mujeres del instrumento político que somos nosotros: el movimiento indígena originario campesino y es él quien inaugura uno de nuestros congresos, creo que el tercero o cuarto. Pero paralelamente no sabíamos que él estaba trabajando para su propio proyecto político, y ése es su primer error, su deshonestidad con el movimiento campesino. Nunca iba a poder llegar a consolidarse, porque el instrumento político no lo hacen las personas y creo que él determinó hacer un instrumento político como persona, y sin respetar lo que habían hecho las organizaciones. El segundo error de Quispe es que crea el Movimiento Indígena Pachakutik (MIP), y lo lleva a un rincón de una provincia de La Paz, allá lo va a crear, muy lejos de la ciudad, muy lejos de las organizaciones, y lo crea allá al estilo tradicional, no lo hace a partir de las organizaciones del movimiento social. Y su tercer error es, que a pesar de eso, en el año 2002, cuando logra llegar al Congreso boliviano junto con nosotros —su grupo saca 7 diputados—, luego de un tiempo acaba renunciando. Cuando él llega todos estábamos expectantes. No tenía ninguna experiencia legislativa ni política, porque por primera vez iba como diputado mientras que el compañero Evo iba por segunda vez. Todos esperábamos que Felipe Quispe hiciera propuestas pero yo no lo escuché ni una sola vez. En realidad se perdió, no sé si fue su incapacidad, no entiendo, y acabó renunciando al Congreso boliviano. Y la gente decía: “¿para qué nos hacen votar y luego renuncian a la representación?” (SANTOS RAMIREZ *apud* HARNEKER e FUENTES 2008: 75-76)

O desempenho do partido nas duas eleições presidenciais que disputou foi marginal, obtendo 6% e 2,1% dos votos em 2002 e 2005 respectivamente. Em 2002 o partido elege 7 deputados para a Câmara baixa, mas estes renunciam ainda nos primeiros meses de mandato. A sigla perderia o registro naquele mesmo ano por não ter cumprido a quota mínima de 3% dos votos vindo a se extinguir. Quispe continuou sua atuação junto à CTUSB e aos movimentos indígenas sendo uma voz crítica e opositora ao MAS e a Evo Morales.

O fracasso do MIP se deve em boa medida ao seu perfil ideológico demasiadamente restritivo e sectário que restringiu sua capacidade de angariar apoio tanto junto à sua *classe gardée* indígena, quanto entre outros setores da sociedade. Ademais, Quispe parece ter feito o MIP muito mais como um veículo partidário próprio,

do que como instrumento de luta política. Ter o MAS, com seu apelo plural e sua interpenetração organizacional com os sindicatos e movimentos indígenas, como concorrente pelo mesma clivagem política também foi outro fator que limitou as perspectivas do MIP. Seu desfecho mostra como recursos partidários podem também ter efeitos indesejados aos partidos. A adoção de um perfil ideológico bastante definido e radical isolou a legenda do seu meio político, inviabilizando a aquisição de outros recursos partidários e fragilizou o partido para disputar espaço com um forte concorrente.

#### **4.6 A Causa Radical**

A Causa Radical nasce em 1971, fruto da iniciativa de um líder que já acumulava uma trajetória junto às forças de esquerda radicais da Venezuela. Alfredo Maneiro tinha, quando da criação do partido, uma extensa trajetória em círculos da esquerda venezuelana não alinhados à Alianza Democrática (AD), alternativa à esquerda no duopólio partidário existente desde 1958 naquele país. Antes de fundar a LCR, Maneiro militara em grupos comunistas estudantis nos anos 60 e integrara o braço armado de guerrilhas da esquerda revolucionária. Foi integrante do Partido Comunista Venezuelano (PCV) até a cisão que ocorre em 1971 e que dá origem ao Movimiento al Socialismo (MAS), de cuja criação Maneiro participa inicialmente.

Ainda em 1971 ele abandona o MAS com um pequeno grupo de seguidores para criar uma nova legenda, a La Causa Radical. No centro dos embates que marcaram a cisão do PCV e a consequente desvinculação de Maneiro do MAS estão as disputas em torno das estratégias de atuação da esquerda radical na Venezuela. Maneiro e os dissidentes do MAS rejeitavam a insistência na tática da luta armada e a vinculação do PCV com a União Soviética e discordavam da estratégia de mobilização política proposta pelo partido e de sua excessiva burocratização (LÓPEZ MAYA, 1994). Este último ponto também consistiu no foco de contrariedade por parte de Maneiro em relação ao recém-criado MAS. De acordo com Nogueira-Budny (2014), a decisão de deixar o MAS e fundar a LCR foi motivada pela rejeição por parte de Maneiro de compor com quadros egressos do PCV que poderiam repetir os mesmos padrões de rigidez burocrática que levaram à cisão original<sup>40</sup>.

A criação do partido orientava-se por um corpo de ideias propostas por Maneiro denominadas genericamente como “democracia radical”. O aspecto central do movimento radical que propunha o líder da LCR era a noção de que a mobilização de

---

<sup>40</sup> Em particular, a ida do ex-líder do PCV, Pompeyo Márquez, para o MAS foi decisiva para a saída de Maneiro, que o considerava um “apologista da URSS” (NOGUEIRA-BUNDY, 2014)

massas não deveria ser fruto de uma ação dirigida a partir do topo da burocracia de um partido, mas sim, que deveria emergir da capacidade de organização autônoma dos cidadãos (LÓPEZ MAYA, 1994). A ambição que norteia os ideais do radicalismo proposto por Maneiro é a de que os movimentos de luta da sociedade venezuelana em sua ação política seriam capazes de moldar a organização e a estrutura partidária através da qual agiriam politicamente para promover e efetivar suas bandeiras.

Em seu início, portanto, a LCR se desenvolveu a imagem e semelhança dos ideais propostos por Maneiro e consolidados em seu manifesto *Notas sobre Organización y Política* divulgado no mesmo ano da criação do partido. De acordo com a visão de Maneiro, as organizações políticas erigidas sob o molde tradicional da esquerda soviética não teriam sido capazes de promover avanços nas lutas sociais da Venezuela em virtude de sua ortodoxia e de sua rigidez em aplicar princípios e dogmas de organizações comunistas clássicas. Isto, segundo Maneiro teria prejudicado sua eficácia, uma vez que não permitia a natural emergência e atuação de “vanguardas” políticas a partir da prática das lutas sociais (MANEIRO, 2017 [1971]). Tais posicionamentos garantiam ao partido um importante conteúdo ideológico inicial, bem como elementos para a formação de uma marca partidária distintiva.

A LCR era a proposta de Maneiro de uma nova forma de ação política e a organização da nova legenda refletia tais princípios, sendo um partido que funcionasse como uma espécie de “movimento dos movimentos” (CRISP & LEVINE, 1998). De acordo com López Maya (1997), a ênfase dada por Maneiro à atuação de vanguardas determinou que a LCR em seus momentos iniciais se concentrasse na identificação de tais vanguardas e, portanto, de potenciais lideranças políticas em diversas organizações sociais venezuelanas, dentre as quais três foram o principal foco da LCR – a *Universidad Central de Venezuela (UCV)*; o movimento independente dos operários da *Síderurgica do Orinoco (SIDOR)*, a maior e mais importante siderúrgica do país; e o movimento popular do distrito de Cátia, em Caracas (LOPEZ MAYA, 1994). Foi a partir do trabalho de base da LCR entre os empregados da SIDOR, que o partido recrutou em 1973 uma de suas principais lideranças, Andrés Velásquez, o qual viria a se eleger governador do estado de Bolívar em 1989. Velásquez era visto como um opositor da corrupção dentro do sindicato, uma liderança próxima aos trabalhadores e preocupada com questões práticas destes, como a segurança no trabalho e a saúde dos operários. (NOGUEIRA-BUDNY 2014) Como consequência da atividade de prospecção de lideranças, a LCR também adquire progressivamente entrada junto ao movimento operário da SIDOR, elegendo em 1979 sua chapa para o comando da entidade.

O sucesso dos radicais junto ao sindicato dos siderúrgicos da SIDOR deveu-se, em boa medida, à oposição que seus membros fizeram às lideranças sindicais tradicionais daquela organização, tidas como muito distantes e pouco responsivas aos trabalhadores (LÓPEZ MAYA, 1994). Nesse sentido, a abordagem de valorizar o contato próximo com as bases e advogar um modelo institucional pouco hierárquico, que compõe o cerne da ideia de radicalismo proposta por Maneiro, foram cruciais para o sucesso inicial da Causa R tanto em sua atuação junto a movimentos sociais e sindicais, quanto em sua atuação institucional. A partir da experiência junto ao sindicato da SIDOR a Causa R lançou as bases do “novo sindicalismo” na Venezuela sendo relativamente bem-sucedida em utilizar esta “marca” para alcançar outras organizações de representação trabalhista. Ao final dos anos 80 e início dos anos 90, o partido já estava inserido na direção de cerca de 40 outros sindicatos e associações operárias no país (LÓPEZ MAYA, 1994).

Paralelamente à sua atuação nos movimentos operários e de trabalhadores, a LCR também logrou associar-se ao movimento do distrito de Cátia, um dos mais pobres e mais populosos de Caracas. Ali, membros da Causa R ajudam a fundar associação do bairro denominada ProCatia a qual tinha como objetivo inicial a modificação da lei que instituíra conselhos municipais na cidade, visando assegurar que a eleição de conselheiros municipais se desse por circunscrição municipal o que asseguraria a representação do bairro junto ao legislativo municipal. A atuação do movimento se expandiu para outras questões como tais como reivindicações sanitárias e de coleta de lixo, urbanização e construção de parques, além de se engajar na promoção de atividades esportivas e de lazer no distrito. Em 1984 ele se constituiu oficialmente em Movimento Civil organizado solidificando sua influência política e, com isso, permitindo à LCR uma plataforma de atuação e mobilização em uma importante área da capital Venezuelana.

A Causa Radical experimentava um crescimento inicial expressivo quando Alfredo Maneiro morre em 1983 de ataque cardíaco aos 45 anos. Sua morte deixa um espaço a ser preenchido dentro da legenda, pois, conquanto nunca houvesse disputado eleições, ele sempre exerceu a liderança da organização e serviu de referência e símbolo dos ideais Radicais. À época de seu falecimento, a LCR já ambicionava uma atuação institucional e eleitoral de maior vulto. O partido procurou se aproximar de figuras moderadas e de destaque na sociedade venezuelana para expandir sua atuação para além dos movimentos de base. Dessa forma, em 1982 propõe lançar Jorge Olavarria, o editor de uma revista de grande popularidade no país como candidato à presidência nas eleições do ano seguinte. Olavarria pretendeu ocupar o lugar de Maneiro dentro do partido, demandando dentre outras coisas, sua

nomeação como secretário nacional antes do registro de sua candidatura (LÓPEZ MAYA, 1994). A direção do partido - composta em boa medida pelo grupo saído do MAS que seguira Maneiro para fundar a LCR - negou tais reivindicações e Olavarria abandonou o acordo com a legenda. Às vésperas da eleição de 1983 o partido se viu subitamente sem seu líder histórico e sem a figura de capital político que pretendia lançar como candidato ao Executivo Nacional.

Ao fracasso da iniciativa Olavarria, segue-se outra ruptura no partido, desta vez com o movimento ProCatia cujos líderes propuseram que a legenda apoiasse a candidatura de Rafael Caldera pela COPEI no pleito de 1983. Diante da resposta negativa por parte da direção da LCR, os membros vinculados ao ProCatia deixaram o partido, que perdeu assim seu braço junto a uma importante comunidade da capital venezuelana. Dessa forma, a Causa Radical encontrou-se reduzida à sua base sindical, em especial junto aos siderúrgicos da SIDOR e aos seus membros originais, egressos do PCV e de outros grupos da esquerda tradicional. O partido tinha poucos órgãos e militantes em outras regiões do país relativamente à sua presença em Caracas e em Ciudad Guayana, onde se localizava a SIDOR.

Em vista deste processo de perda de quadros a LCR, que neste contexto ainda era uma organização incipiente se comparada ao duopólio AD e COPEI, recorreu à única figura de destaque e projeção política que dispunha, Andrés Velásquez. Gozando de uma boa imagem junto aos movimentos operários venezuelanos, Velásquez se transforma no principal líder do partido após concorrer ao pleito de 1983, ainda que obtendo fraca votação com somente 0,09% dos votos válidos. Ele será o candidato ao Executivo Nacional nos pleitos de 88 e 93, tendo um desempenho destacado neste último, com a obtenção de 21,95% dos votos válidos.

A projeção de Velásquez se consolida em 1989 quando este logra se eleger governador do estado de Bolívar, derrotando a candidatura da AD que tradicionalmente sempre governou o estado. A vitória de Velásquez representou um importante marco para a LCR. O partido deixou de ser um ator limitado aos círculos sindicalistas para se tornar um desafiante crível ao *status quo*. Um ano antes, a LCR havia eleito seus primeiros três representantes para a Câmara dos Deputados e em 1992 consegue eleger prefeitos nos três maiores municípios do estado de Bolívar e, de forma surpreendente, vence a disputa para a prefeitura de Caracas. A ascensão da LCR parece se consolidar no pleito de 1993, quando, além do bom desempenho de Velásquez na disputa para Presidente, o partido elege 40 deputados e 9 senadores. Entretanto, a partir de então a LCR perde espaço e força na esteira da grave crise econômica e política que se inicia na Venezuela e que teve como desfecho a ascensão de Hugo Chávez ao poder em 1999. Desse ano em diante, a implementação

de profundas reformas que, na prática, impediriam a emergência de outras forças políticas não chavistas, praticamente selou o destino do partido como uma força marginal na política Venezuelana até os dias atuais.

Como afirma Nogueira Budny (2014) a raiz do declínio da LCR reside na dificuldade do partido em transitar de uma dinâmica de maior horizontalidade das discussões e decisões internas e estrutura fraca para um padrão centralizado com maior poder nas mãos de líderes e dirigentes e rotinização de processos decisórios. Em boa medida, isso resultou da aplicação dos ideais de Maneiro à conformação da organização como tendo um caráter permanente de movimento. Isto se tornou uma vulnerabilidade para o partido uma vez que tal estratégia confere poucos mecanismos de incentivo à adesão permanente de membros à instituição. Sintomática desta dinâmica foi a cisão que o partido sofre quando vários de seus membros participam dos grupos clandestinos chavistas na organização dos protestos violentos do *caracazo* em 1989 e na tentativa fracassada de golpe liderada por Chávez em 1992. O grupo de líderes “causaeristas”<sup>41</sup> que aderiu aos movimentos incluía membros do alto escalão do partido, como o secretário-geral, Pablo Medina. Alguns membros da LCR envolvidos com grupos revolucionários que buscavam derrubar o regime venezuelano foram presos à época e acusados de envolvimento em atos subversivos e criminosos. Sua prisão manchava a imagem institucional da Causa R, que até então era vista como um partido comprometido com a atuação nos limites da democracia. O contraste com os ideais fundadores de Maneiro, que havia abandonado o PCV justamente por discordar das estratégias revolucionárias do partido, era evidente e provocava a diluição da marca partidária que a LCR vinha construindo.

Entre o final dos anos 80 e início dos noventa, especialmente no período que antecede as conturbadas eleições nacionais de 1993, os conflitos entre a ala moderada e legalista do partido, encabeçada por Velásquez e a ala revolucionária ligada aos movimentos violentos encabeçada por Medina se acirram. Em 1992 a ala revolucionária conta com a adesão de outra liderança de grande porte do partido, o então prefeito de Caracas, Aristóbulo Istúriz. Com a aproximação do pleito e o partido organizando a campanha de Velásquez à presidência, as tensões entre os dois grupos dentro do partido se acirraram, culminando na intervenção de Velásquez, com aval legal do órgão máximo da justiça eleitoral Venezuelana, para assegurar controle sobre o partido. Não obstante, os membros ligados a grupos chavistas continuaram no partido até 1997 quando saíram para fundar a legenda Pátria para Todos (PPT), que se tornaria aliada ao Movimiento Quinta República (MVR) fundado por Chávez.

---

<sup>41</sup> Termo utilizado informalmente para designar os membros e militantes do partido.



A trajetória da Causa Radical ilustra como o cultivo dos recursos de elite envolve muito mais do que o simples recrutamento e, sobretudo, como tal cultivo deve ser uma atividade perene de legendas que pretendam desafiar o *establishment* partidário de seu sistema político. Como visto, a LCR nasce com uma clara liderança dotada de carisma e capaz de projetar o partido. Maneiro, em virtude de sua trajetória prévia junto a movimentos de esquerda e como membro do PCV era uma referência importante no cenário político da esquerda venezuelana. Seus ideais de mobilização não-hierárquica e atuação autônoma, centrada em questões pertinentes aos movimentos sociais, constituíam o centro do programa de democracia radical em razão do qual a LCR foi fundada. Nesse sentido, o partido parecia dispor de um capital pouco comum à maior parte das legendas contemporâneas do continente. Em sua primeira década, a estratégia foi de aproximação com movimentos autônomos com vistas a identificar e se associar às “vanguardas” às quais Maneiro se referia como devendo ser o motor da atuação da esquerda institucional. Tal esforço rendeu à LCR importantes lideranças, como Velásquez, o qual segue até os dias de hoje como principal figura do partido, além da introdução nos meios sindicais e de movimentos sociais.

Entretanto, sobretudo após o aprofundamento da crise econômica e política pela qual a Venezuela passa entre final da década de 1980 e a década de 1990, as diferenças internas entre as lideranças partidárias e movimentos vinculados à LCR se intensificam levando a rupturas e à desidratação da legenda. Neste processo, o partido perdeu lideranças e, com elas, competitividade e força para enfrentar um competidor que o desfiou no campo da esquerda e que foi capaz de subtrair-lhe importantes quadros e influência junto ao eleitorado. A baixa capacidade que a LCR apresentou de reter as lideranças que recrutou ao longo do tempo se deve, como salienta Nogueira-Bundy (2014) à opção por um modelo demasiadamente fluido e pouco institucionalizado de organização. Tal opção na prática privou a legenda de mecanismos de distribuição de poder entre suas lideranças e de resolução institucional dos conflitos programáticos e estratégicos entre elas que são inerentes às dinâmicas internas dos partidos políticos.

Ademais, embora tenha feito esforços para se expandir territorialmente, a LCR permaneceu um partido com presença significativa apenas em duas regiões do país. Embora tenha tido razoável penetração junto aos movimentos sindicais, tal aceitação não garantiu a disseminação mais ampla de seus ideais e a formação de preferências, atraindo mais adeptos. Mesmo tendo uma ideologia e uma marca partidária razoáveis, o partido enfrentou problemas para consolidá-las e extrair delas benefícios. No primeiro caso, a ideologia proposta por Maneiro gerava modos de articulação interna

entre elites menos eficientes para o partido; no segundo a associação de alguns de seus membros aos protestos violentos da década de 90 provocou a diluição da marca partidária. O fator conjuntural Hugo Chavez também não pode ser subestimado. A forma como ele e seu MVR dominaram a esquerda Venezuelana, bem como a instabilidade política causada por eles dificultaram a atuação e aquisição de recursos por parte da LCR.

## Conclusão

A redemocratização dos países da América Latina no contexto da terceira onda foi marcada pela profusão de novas forças políticas que emergem à legalidade com o fim dos regimes autoritários. Fruto tanto das transformações que os países da região vivenciaram durante as ditaduras, quanto dos desdobramentos políticos, econômicos e sociais ocorridos nas jovens democracias, algumas destas novas legendas teriam grande relevância na vida política de seus países. Dentre este conjunto de partidos estavam uma série de novas organizações de esquerda que pretenderam desafiar o *status quo* operando dentro dos limites da institucionalidade, mas visando alterar os termos do embate político.

Alguns destes novos partidos desafiantes de esquerda lograriam se desenvolver e serem bem-sucedidos em seu desafio ao *status quo*, chegando ao Executivo Nacional de seus países e introduzindo um novo eixo de competição política. A ascensão destas legendas de maneira relativamente sincrônica entre o final dos anos 90 e a primeira metade dos anos 2000 foi denominada como “maré rosa” por parte da literatura que se dedicou a estudar o fenômeno. Diversas perspectivas foram propostas para explicar a ascensão das esquerdas na América Latina corridas no âmbito da maré rosa e a presente tese se insere no bojo destas propostas.

Seguindo esta agenda de estudos, buscou-se aqui introduzir uma nova perspectiva para explicar alguns dos casos que compõem a “maré rosa”. Duas constatações preliminares são cruciais para a tese aqui proposta. Em primeiro lugar o fato de que muitas das legendas que compuseram a maré rosa eram partidos desafiantes, isto é, atores externos ao establishment político que visavam contestá-lo alterando os termos do embate político com a introdução de um novo eixo de competição. Em segundo lugar, a constatação de que no contexto da maré rosa há um conjunto de partidos que tentaram desafiar o *status quo*, mas não obtiveram sucesso e terminaram por desaparecer ou tornarem-se atores marginais.

Trata-se de duas dimensões não contempladas a fundo pelas análises realizadas sobre a maré rosa. A maioria dos estudos sobre o tema concentra-se em explicar os motivos pelos quais os partidos bem-sucedidos lograram chegar à Presidência e no impacto que eles tiveram durante seus períodos no governo. Ao propor a comparação entre partidos desafiantes de esquerda bem-sucedidos e seus congêneres fracassados, este estudo procurou acrescentar uma nova perspectiva ao rol de explicações da maré rosa.

Nesse sentido, o quadro analítico proposto confere centralidade à institucionalização dos partidos como elemento crucial que diferenciou os casos de

sucesso daqueles de fracasso. A hipótese que norteia este estudo é a de que foram bem-sucedidas em desafiar o *status quo* aquelas legendas de esquerda que procuraram se institucionalizar e se fortalecer para lidar com os dilemas e os obstáculos que sua tentativa de modificação da arena política comporta. Em particular, a noção de institucionalização é aqui operacionalizada como consistindo na aquisição de recursos partidários de maneira consistente ao longo do tempo. Tais recursos são elementos cruciais para que qualquer legenda opere de maneira relativamente autônoma e eficiente dentro de seu sistema político. Seguindo a proposta de Cyr (2017), dividimos estes recursos em quatro dimensões: material, elites, organizacional e ideacional. Cada uma destas dimensões se relaciona a atividades específicas que os partidos desempenham em democracias modernas. A premissa é de que quanto mais recursos um partido tiver, mais institucionalizado e, portanto, mais capacitado a lidar com os desafios e obstáculos inerentes à sua atividade ele será.

Desta feita, a tese empreende um estudo comparativo entre os casos de sucesso e de fracasso para identificar se e como aquisição de recursos influenciou de maneira determinante os destinos destes dois grupos de partidos. O objetivo foi o de demonstrar que a aquisição de recursos partidários foi um elemento crucial para que os casos de sucesso atingissem o objetivo de desafiar o *status quo* ao passo que o baixo nível de recursos dos casos de fracasso comprometeu sua capacidade de atuação e tornou-os mais frágeis aos contratemplos da vida partidária. Como em todo desenho de pesquisa comparada, este estudo procurou equilibrar a tensão existente entre as dimensões analíticas entre casos (*cross-case*) e particulares de cada caso (*case specific*). Este é um desafio inerente a estudos comparados de forma que, longe de negar a importância de fatores conjunturais na determinação dos casos analisados, procurou-se entender como tais fatores se relacionavam com a perspectiva analítica adotada. Isto é, os como os fatores conjunturais influenciaram a capacidade de obter recursos por parte das legendas analisadas. Tais elementos foram particularmente relevantes para a explicação dos casos de fracasso, que demonstram como o processo aquisição de recursos não depende apenas da vontade e da estratégia partidária.

Um segundo desafio deste trabalho deriva da escassez de dados empíricos robustos acerca da quantidade de recursos partidários das siglas estudadas ao longo do tempo. Em boa medida as limitações desta tese derivam desse frágil ancoramento empírico. Cientes desta restrição, procuramos tanto quanto possível contorná-la utilizando os dados disponíveis em diversas fontes e, sobretudo, recorrendo à literatura sempre que necessário para embasar as análises feitas. Infelizmente, a baixa quantidade e qualidade dos dados não permitiu uma exploração de maior

profundidade dos casos, de modo que não foi possível desenvolver aqui uma análise de tipo inferencial que pudesse testar a hipótese de fundo desta tese. Entretanto, as evidências coletadas e a forma como foram elaboradas aqui permitem fornecer corroborações para a explicação proposta, indicando sua plausibilidade e viabilidade inclusive para a realização de estudos futuros visando testar a relação entre recursos partidários e o sucesso/fracasso destas e de outras legendas. Nesse sentido, a contribuição que esta tese pretende dar refere-se à afirmação não apenas da plausibilidade do quadro analítico proposto, mas também da validade da hipótese aventada. Conquanto esta não tenha sido devidamente testada, foi reforçada pelas evidências aqui reportadas e pela comparação dentro e entre os dois grupos de casos.

Assim, a análise dos casos de sucesso empreendida no capítulo 3 reportou a evolução que as três legendas incluídas nessa categoria (PT, MAS e FA) tiveram em relação a cada tipo de recurso ao longo do tempo. A comparação entre estes casos indicou que todos eles procuraram e conseguiram obter os recursos partidários necessários para poderem se inserir em seus sistemas partidários e desafiar seus oponentes do *status quo*. O contraste entre a evolução de cada tipo de recurso para PT, MAS e Frente Ampla permitiu compreender como a relevância de cada tipo de recurso varia conforme a conjuntura e também que há diversas formas e estratégias pelas quais um partido pode adquiri-los. Embora os três partidos tenham ampliado todos os tipos de recurso, a saliência que cada tipo teve variou conforme as necessidades específicas destes partidos.

Assim, embora recursos de tipo organizacional tenham sido importantes para FA e MAS, eles foram cruciais para o PT, que opera em um sistema institucional federativo, em um país de dimensões continentais e com grande diversidade entre as regiões. Sem a expansão territorial empreendida ao longo de sua trajetória e o esforço de ampliação da base de militantes e de *staff* dificilmente o partido brasileiro teria tido condições de se tornar uma das principais forças políticas do país. De maneira análoga, recursos de elite foram muito relevantes para PT e FA, mas cruciais para o MAS, cuja ascensão seria impensável sem a figura de Evo Morales que, ao dominar completamente as dinâmicas internas do partido, garantiu a coesão necessária a uma legenda marcada pelo pluralismo de vertentes e componentes. Também relevante para lidar com o pluralismo de suas várias correntes internas foi a marca partidária para a Frente Ampla. Conquanto PT e MAS também se utilizaram de uma marca para se promoverem, esta foi central na manutenção de unidade por parte da FA e de suas várias facções internas. Os recursos materiais ainda que explorados com menor quantidade de dados foram relevantes sobretudo para o PT que opera em um contexto onde a competição política e a manutenção do partido comportam altos custos.

As particularidades quanto à relevância dos recursos decorrem dos contextos de operação dos partidos estudados. Embora todos estes recursos sejam relevantes, PT, MAS e FA os utilizaram de maneira distinta segundo suas necessidades. Este potencial de adaptação também está presente na forma como estes partidos procuraram adquirir tais recursos. Assim, o PT e o MAS adotaram formas distintas de adquirir recursos organizacionais. O primeiro se apoiou em organizações externas em seu momento inicial (sindicatos, CEBs e movimentos sociais) e progressivamente construiu sua própria estrutura organizacional, tornando-se capaz de recrutar elites, atrair membros e se expandir de maneira autônoma ao longo do tempo, ao passo que segundo optou por manter-se organicamente vinculado aos sindicatos e movimentos indígenas que o criaram. Ambos, entretanto, lograram o objetivo de contar com tais recursos. De maneira análoga, a Frente Ampla manteve seus núcleos de base como forma de mobilizar de maneira permanente o partido na sociedade uruguaia ao passo que o PT adotou um modelo mais institucionalizado de comunicação com suas bases e o MAS, por sua vez, utilizou as organizações correlatas e a comunicação direta de Evo para a mesma finalidade.

Há também pontos em comum em relação à obtenção de alguns recursos entre os três partidos. Em especial no que se refere aos recursos ideacionais, estas legendas possuem fontes semelhantes a partir das quais formularam sua ideologia e construíram suas marcas partidárias. A articulação de uma pluralidade de referenciais ideológicos tão distintos quanto o trabalhismo e o sindicalismo; as tradições do marxismo, os conteúdos do ativismo político católico, elementos de personalismo político e a oposição a reformas neoliberais é uma marca bastante evidente dessas legendas. Ainda que assumindo contornos particulares em cada caso, o efeito final foi a consolidação de recursos ideacionais que os distinguiram das demais legendas de seus países e de uma capacidade de aglutinar distintos setores da sociedade e sob suas respectivas bandeiras políticas.

A exploração dos casos de fracasso no capítulo 4 revela as consequências de não se obter recursos partidários e as limitações que os contextos impõem aos partidos na consecução dos mesmos. O fato de que tais legendas não tenham logrado obter recursos partidários e tenham fracassado, não significa que eles não tenham tentado fazê-lo. Com efeito, os casos de AD-M19, MUPP-NP, FREPASO, MIP e LCR ilustram a dificuldade que tal tarefa comporta para qualquer legenda. O capítulo aponta alguns dos motivos pelos quais partidos podem ser impedidos de expandir seu arsenal de insumos e incapazes de se institucionalizar. Em particular três dinâmicas foram consideravelmente deletérias para os casos analisados: a aproximação com

legendas do *status quo*, a competição com outros partidos desafiantes pela mesma clivagem e contextos de instabilidade política e democrática.

A primeira modalidade revelou-se particularmente prejudicial para os casos de AD-M19, MUPP-NP e FREPASO. A associação com forças políticas do establishment comporta duas consequências práticas para partidos desafiantes. Em primeiro lugar, diminuí os incentivos para que ela busque arrecadar recursos, na medida em que passa a se apoiar na estrutura e nos recursos da legenda do *status quo*. Em segundo lugar, a associação com tais legendas enfraquece a credibilidade do partido desafiante perante a opinião pública dado que contraria o próprio princípio que norteia sua contestação ao *status quo*. A opção que estas três legendas fizeram por estabelecer tais alianças se deveu, em boa medida, à adoção de uma estratégia focada somente na disputa por cargos que privilegiava a obtenção de retornos eleitorais altos em um curto espaço de tempo por parte de suas elites dirigentes. Na ânsia por incrementar sua presença no estado elas acabaram relegando a custosa tarefa de construção partidária a um segundo plano. Como resultado, não foram capazes de superar os primeiros revezes políticos que sofreram.

A segunda modalidade refere-se a um elemento que escapa ao controle das legendas desafiantes estudadas. A presença de outro partido contestando o establishment e competindo pela mesma clivagem. Tal foi o caso de MIP e LCR que não dispuseram de recursos para enfrentar a competição com MAS e MVR (em que pese o fato de este último ser um partido anti-sistema e não desafiante). Em ambos os casos as legendas estudadas não lograram moldar a competição política segundo seus parâmetros e tiveram suas perspectivas de obtenção de apoio social e eleitoral tolhidas por concorrentes mais capacitados e com desafios ao *status quo* mais críveis e consistentes.

A terceira modalidade é uma condição imprescindível para a própria atuação de um partido desafiante. Sem um mínimo de estabilidade política e institucional a aquisição de recursos e o desenvolvimento de estratégias políticas tornam-se mais custosas e, no limite, impraticáveis em situações extremas. Além disso, contextos de perturbação democrática e institucional são marcados pelo clima disseminado e generalizado de insatisfação em relação ao *status quo*. Canalizar tal frustração exige um alto grau de capacitação por parte de uma legenda desafiante que tem de apresentar uma alternativa coerente e demonstrar sua viabilidade enquanto força política. Partidos como a FREPASO, o MUPP-NP e a LCR foram incapazes de fazê-lo no contexto de suas respectivas crises políticas.

Ainda que a incapacidade de obter recursos partidários e se institucionalizar não possa ser totalmente creditada a fatores que estavam sob controle destes

partidos, para os efeitos da análise proposta tal fato é menos relevante, pois o fator decisivo é a aquisição ou não de tais recursos. Nesse sentido, mesmo quando confrontadas com fatores que escapavam à sua agência, como crises políticas e econômicas ou mesmo fatalidades como a morte de uma liderança importante, tais partidos poderiam ter adotado medidas que mitigassem tais efeitos e não prejudicassem sua institucionalização. Como visto a propósito dos casos de sucesso, a aquisição de recursos partidários é realizada também com certo grau de adaptação às condições do meio.

Duas conclusões potencialmente relevantes do ponto de vista teórico resultam da análise empreendida nesta tese. Em primeiro lugar, a constatação de que a perspectiva teórica e o quadro analítico propostos são pertinentes para o estudo deste fenômeno. Em que pese as limitações empíricas, a aplicação do construto analítico aos casos selecionados em perspectiva comparada indica a plausibilidade da hipótese apresentada. Isto é, a ascensão dos partidos de esquerda no contexto da maré rosa pode ser entendida também como fruto da capacidade e do esforço de algumas legendas em se institucionalizarem e dotarem-se de capacidades robustas de atuação em seus sistemas políticos. Isto é especialmente verdade no que se refere a contrastar o establishment partidário e moldar a competição política. Com efeito, os casos de sucesso mantiveram sempre este horizonte de atuação, o qual orientou seu esforço de aquisição de recursos. Em segundo lugar, a análise também aponta a viabilidade da construção de partidos robustos e institucionalizados nos países da América Latina, frequentemente considerada como uma região inóspita para a emergência de organizações partidárias fortes. Nesse sentido, o caminho da aquisição de recursos partidários pode ser uma receita a ser seguida por grupos políticos interessados em construir partidos capazes de implementar mudanças profundas em seus países.



## REFERÊNCIAS

ABAL MEDINA, Juan. Viejos e Nuevos Actores en Escenario Posmenemista: De Evita a Graciela, la experiencia del Frente Grande-FREPASO. Trabalho apresentado na **Latin American Studies Association, XXI International Congress**, Chicago, 24-26 de Setembro. 1998.

ALDRICH, John H. **Why parties?: The origin and transformation of political parties in America**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

AMARAL, Oswaldo E. Adaptação e resistência: o PT no governo Lula entre 2003 e 2008. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 4: 105-134. 2010

\_\_\_\_\_. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Opinião Pública**, 17 (1): 1-44. 2011

AMES, Barry, Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. **American Journal of Political Science**, vol. 39, no 2, pp. 406-433. 1995.

BALLIVIÁN, Salvador R. La Corta y Sobresaltada Historia del Financiamiento Publico a los Partidos Políticos en Bolívia. **Revista Elecciones**. V. 10, n. 11, p. 195-219. 2011.

BARNDT, W. T. Corporation-based Parties: The Present and Future of Business Politics in Latin America. **Latin American Politics and Society**, v. 56, n), p. 1–22. 2014.

BITTAR, Jorge. **O Modo Petista de Governar**. São Paulo: Teoria e Debate. 1992.

BLANCO, Luisa; GRIER, Robin. Explaining the rise of the left in Latin America. **Latin American Research Review**, p. 68-90, 2013.

BOCHSLER, Daniel. Measuring party nationalisation: A new Gini-based indicator that corrects for the number of units. **Electoral Studies**, v. 29, n.1, p. 155–168. 2010

BOIX, Carles. The Emergence of Parties and Party Systems, *in* BOIX, C. & STOKES, S. **The Oxford Handbook of Comparative Politics**, Oxford: Oxford University Press. 2007.

BOLLEYER, Nicole. The organizational costs of public office. In: Deschouwer, Kris (ed.) **New Parties in Government Parties**. London: Routledge, p. 17–41. 2008

BOLLEYER, Nicole; BYTZEK, Evelyn. Origins of party formation and new party success in advanced democracies. **European Journal of Political Research**, v. 52, n. 6, p. 773-796, 2013.

BOUDON, Lawrence. Colombia's M-19 Democratic Alliance: A Case Study in New-Party Self-Destruction. **Latin American Perspectives**, v. 28, n. 1, p. 73-92, 2001.

CASAL BÉRTOA, Fernando; MOLENAAR, Fransje; PICCIO, Daniela R.; RASHKOVA, Ekaterina R. The World Upside Down: Delegitimizing Political Finance Regulation. **International Political Science Review**. v.31, n.3, p. 355-375. 2014.

CAMERON, Maxwell A. Peru: The left turn that wasn't. In: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (eds.). **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011. Cap. 16, p. 375-398.

CAMERON, Maxwell A.; HERSHBERG, Eric (Ed.). **Latin America's left turns: Politics, policies, and trajectories of change**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2010.

CASTAÑEDA, Jorge G. Latin America's left turn. **Foreign Affairs**, v. 85, p. 28, 2006.

CHASQUETTI, Daniel, El secreto del Exito: Presidentes y Cártelos Legislativos en Uruguay (1995-2010). **Revista Uruguaya de Ciencia Política**. V. 20, n.1, 9-32.

COLEMAN, John J. Party Organizational Strength and Public Support for Parties. **American Journal of Political Science**. v.40, n. 3, p. 805-824. 1996.

COSTA LOBO, Maria. Parties and Leader Effects: Impact of Leaders in the Vote for Different Types of Parties. **Party Politics**, v. 14, n.3, p 281–298. 2008.

COPPEDGE, Michael. Prospects for democratic governability in Venezuela. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 36, n. 2, p. 39-64, 1994.

COX, Gary. **Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CRISP, Brian F.; LEVINE, Daniel H. Democratizing the Democracy? Crisis and Reform in Venezuela. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. v.40, n.2, p.27-61. 1998.

CYR, Jennifer. **The Fates of Political Parties: Institutional Crisis, Continuity, and Change in Latin America**. Cambridge University Press, 2017.

DALTON, Russel J.; WATTEMBERG, Martin P. **Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DO ALTO, Hervé, El MAS-IPSP Entre Movimiento Social y Partido Político. **Análisis Político**. n. 68, jan-abr, p. 25-43. 2008

\_\_\_\_\_. Um Partido Campesino en el Poder: uma Mirada Sociológica del MAS Boliviano. **Nueva Sociedad**. n.234, jul-ago, 95-111. 2011.

DOWNS, Anthony (1957). Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Les partis politiques**. Paris: A. Colin, 1991.

EV, Leonardo S. **Quem são e pelo que competem os pequenos partidos brasileiros**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, 2015.

FOLKE, Olle; HIRANO, Shigeo.; SNYDER JR., James. M. Patronage, and Elections in U.S. States. **American Political Science Review**, 105, aug., p.567-785.

GARCÉ, Adolfo. Una interface Estrecha y Inestable. Think Thanks y Partidos Políticos en Uruguay. in. GARCÉ, Adolfo; UÑA, Gerardo. (orgs.)**Think Thanks y Políticas**

**Publicas en Latinoamérica: Dinámicas Globales y Realidades Regionales.** 293-316. Buneos Aires: Prometeo Libros. 2007

GARCÉ, Adolfo YAFFÉ, Jaime. **La Era Progresista.** Montevideo: Fin de Siglo 2004

GIBSON, James L.; COTTER, Cornelius P.; HUCKSHORN, Robert J. Assessing Party Organizational Strength. **American Journal of Political Science.** n 2., p.193-222. 1983.

GUIDRY, J. A. Not Just Another Labor Party: The Workers' Party and Democracy in Brazil. **Labor Studies Journal,** 28(1), 83–108. 2003.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova,** São Paulo, n.58, p.193-223, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=en&nrm=iso). Acessado em: 14 Junho de 2019

HARMEL, Robert; ROBERTSON, John D. Formation and success of new parties: A cross-national analysis. **International Political Science Review,** v. 6, n. 4, p. 501-523, 1985.

HAUSS, Charles; RAYSIDE, David. The development of new parties in western democracies since 1945. In: MAISEL, Louis; COOPER, Joseph. **Political Parties: Development and Decay,** Beverly Hills: SAGE Publications, 1978. Cap. 2, p. 31-57.

HEILER, Jeison Giovani; VIANA, João Paulo Saraiva Leão; SANTOS, Rodrigo Dolandeli dos. O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. **Opin. Publica,** Campinas, v. 22, n. 1, p. 56-92, Apr. 2016.

HELLINGER, D. The Causa R and the Nuevo Sindicalismo in Venezuela”, **Latin American Perspectives,** vol. 23, n. 3, p. 110-131, 1996.

HOLMBERG, Sören; OSCARSSON, Henrik. Party Leader Effects on the Vote. in AARTS, Kees; BLAIS, André; SCHMITT, Hermann (orgs) **Political Leaders and Democratic Elections.** Oxford: Oxford University Press. p .35-51. 2013.

HUNTINGTON, Samuel P. **Social order in changing societies.** New Haven: Yale University Press. 1968.

\_\_\_\_\_. Democracy's third wave. **Journal of democracy,** v. 2, n. 2, p. 12-34, 1991.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party politics,** v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KATZ, Peter; MAIR, Richard S. The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón; LINZ, Juan J. **Political Parties: Old Concepts and New Challenges,** 2002. Cap. 5, p. 113-135.

KECK, Margaret E, **PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.** São Paulo, Ática. 1991

KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana; LUCCA, Juan Bautista. Los Break-in parties en América Latina: ¿ éxito o fracaso?. **Revista Debates**, v.7, n.2, p.159-171, maio-ago, 2013.

KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of the Western European party systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (eds.), **Political Parties and Political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

KITSCHOLT, Herbert. Movement parties. In: KATZ, Richard. S.; CROTTY, William. **Handbook of Party Politics**, Londres: SAGE Publications,. Cap. 23, p. 278-290. 2006

KITSCHOLT, Herbert; WILKINSON, Steven I., **Patrons, Clients and Policies: Patterns of Democratic Accountability and Political Competition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

KOESSL, Manfredo. Apogeo y Derrumbe del FrePaSo. Algunas Consideraciones. **Revista del CESLA**. n.12. 2009.

LABAQUI, Juan. ¿Atrapado sin salida? El FREPASO en el gobierno de la Alianza. **Colección**, n. 16, p. 123-145, 2005.

LANZARO, Jorge. El Frente Amplio: un partido de coalición, entre la lógica de oposición y la lógica de gobierno. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, nº 12, pp.35-66. 2001

LEHOUCQ, Fabrice Edouard. Costa Rica: Paradise in Doubt. **Journal of Democracy**, v. 16, n. 3, p. 140-154, 2005.

LEONGOMEZ, Eduardo P. Colombia: Renovación o Colapso del Sistema de Partidos?. in. ALCÁNTARA SAENZ, Manuel; MIGUEL, Juan M. I (orgs.) **Colombia: Ante los Retos del Siglo XXI: Desarrollo, Democracia y Paz**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. 2001.

LEVITSKY, Steven. **Transforming labor-based parties in Latin America: Argentine Peronism in comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. Peru: The Institutionalization of Politics without Parties. In: MAINWARING, Scott (ed.). **Party Systems in Latin America: Institutionalization, decay and Collapse**. Cambridge - RU / Nova Iorque - EUA: Cambridge University Press, 2018.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. (Ed.). **The resurgence of the Latin American left**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.

LEVITSKY, Steven; ZAVALETA, Mauricio. Why No Party-Building in Peru?. In: LEVITSKY, Steven; LOXTON, James; VAN DYCK, Brandon; DOMÍNGUEZ, Jorge I (eds.). **Challenges of party-building in Latin America**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2016. Cap. 15, p. 412-439.

LEVITSKY, Steven; LOXTON, James; VAN DYCK, Brandon. Introduction: Challenges of Party-Building in Latin America. in. LEVITSKY, Steven; LOXTON, James; VAN DYCK, Brandon; DOMÍNGUEZ, Jorge I (eds.). **Challenges of party-building in Latin America**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2016. Introdução, p. 1-48.

LIJPHART, Arend. **Electoral Systems and Party Systems: A Study of Twenty-Seven Democracies, 1945–1990**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

LOPEZ, Santiago. Partidos desafiantes en América Latina: representación política y estrategias de competencia de las nuevas oposiciones. **Revista de ciencia política (Santiago)**, v. 25, n. 2, p. 37-64, 2005.

LOPEZ MAYA, Margarita. The Rise of Causa R. **NACLA Report on the Americas**, mar-abr, p. 29-34. 1994.

\_\_\_\_\_. La política y los partidos políticos en la Venezuela actual. **Revista América Latina**. n.1, mar., p. 59-67. 1997

LUCARDIE, Paul. Prophets, purifiers and prolocutors: Towards a theory on the emergence of new parties. **Party Politics**, v. 6, n. 2, p. 175-185, 2000.

LUNA, Juan Pablo. Frente Amplio and the crafting of a social democratic alternative in Uruguay. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n. 4, p. 1-30, 2007.

\_\_\_\_\_. Segmented Party-Voter Linkages: The Success of Chile's Independent Democratic Union and Uruguay's Broad Front. in: LEVITSKY, Steven; LOXTON, James; VAN DYCK, Brandon; DOMÍNGUEZ, Jorge I (orgs.). **Challenges of party-building in Latin America**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2016.

LUNA, Juan Pablo; ALTMAN, David. Uprooted but stable: Chilean parties and the concept of party system institutionalization. **Latin American Politics and Society**, v. 53, n. 2, p. 1-28, 2011.

LUPU, Noam. Party brands and partisanship: Theory with evidence from a survey experiment in Argentina. **American Journal of Political Science**, v. 57, n. 1, p. 49-64, 2013.

\_\_\_\_\_. Brand dilution and the breakdown of political parties in Latin America. **World Politics**, v. 66, n. 4, p. 561-602, 2014.

\_\_\_\_\_. **Party brands in crisis: partisanship, brand dilution, and the breakdown of political parties in Latin America**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2016.

MADRID, Raúl. Bolivia: Origins and Policies of the Movimiento al Socialismo. In: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (eds). **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011. Cap. 10, p. 239-259.

\_\_\_\_\_. **The Rise of Ethnic Politics in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press. 2012

\_\_\_\_\_. Obstacles to Ethnic Parties in Latin America." In: LEVITSKY, Steven; LOXTON, James; VAN DYCK, Brandon; DOMÍNGUEZ, Jorge. (orgs). **Challenges of Party-Building in Latin America**, New York: Cambridge University Press, 2016.

MAINWARING, S. **Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil**. Stanford, CA: Stanford University Press. 1999.

\_\_\_\_\_. **The crisis of democratic representation in the Andes**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

MAINWARING, Scott; JONES, Mark P. The Nationalization of Parties and Party Systems **Party Politics**. v. 9 n. 2. 139 -166. 2003.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy (Eds). **Building democratic institutions: party systems in Latin America**, Stanford: Stanford University Press, 1995.

MAIR, Peter. Party systems and structures of competition. In: LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard G. e NORRIS, Pippa (eds.). **Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1996. Cap. 5, p. 83-106.

\_\_\_\_\_. Party System Change. In: KATZ, Richard. S.; CROTTY, William. **Handbook of Party Politics**, Londres: SAGE Publications, 2006. Cap. 7, p. 63-73.

MAIZ, Ramón. Indianismo e Etnonacionalismo na Bolívia. **Tensões Mundiais**. v.5, n.8, p.11-38. 2009.

MANEIRO, Alfredo G., Notas sobre Organización y Política, In: MANEIRO, Alfredo G. **Notas Políticas**, Caracas: Funcación Editorial El Perro y la Rana. 2017. Cap. 2 p. 29-51.

MAY, John. Opinon Structure of Political Parties: The Special Law of Curvilinear Disparity. **Political Studies**. v.21, n. 2, p. 135-151. 1973.

MEGUID, Bonnie M. Competition between Unequal. **American Political Science Review**, v. 99, n, 3, p. 347-359, 2005.

MELÉNDEZ, Carlos. Partidos y Sistemas de Partidos en Perú. in: RONCAGLIOLO, Rafael; MELÉNDEZ, Carlos **La Política por Dentro: Cambios y Continuidades em las Organizaciones Políticas de los Países Andinos**. Lima: International IDEA and Transparencia, p. 213-272. 2011.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 13-41, jul./dez. 2010

\_\_\_\_\_. Participação, Pluralismo e Autonomia de Lideranças: Partido dos Trabalhadores, Frente Ampla e Partido Socialista do Chile em perspectiva comparada. No Prelo.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido 1979-1982**. São Paulo, Paz e Terra. 1989.

MENEGUELLO, Rachel; AMARAL, Oswaldo E., Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **BSP Occasional Papers**, 2: 1-25. 2008.

MICHELS, Robert. **Os Partidos Políticos**. São Paulo: Senzala, 1978.

MORGAN, Jana. Deterioration and polarization of party politics in Venezuela. **Party Systems in Latin America: Institutionalization, Decay, and Collapse**, p. 291-325, 2018.

MORLINO, Leonardo. **Democracy Between Consolidation and Crisis: Parties, Groups, and Citizens in Southern Europe**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1998.

MUDDE, Cas. **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press. 2007.

MÜLLER-ROMMEL, Ferdinand. The New Challengers: greens and right-wing populists in western Europe. **European Review**. v.6, n.2, p. 191-202. 1998.

MURILLO, Gabriel; MEJIA, Juliana. Elecciones en Colombia (1992-1996). In: RIAL, Juan; ZOVATTO, Daniel G. (orgs.). **Elecciones y democracia en América Latina 1992-1996: Urnas y desencanto político**. San José: Instituto Iberoamericano de Derechos Humanos, 1998. Cap. 16, p. 373-387.

MURILLO, María Victoria; OLIVEROS, Virginia; VAISHNAV, Milan. Electoral revolution or democratic alternation?. **Latin American Research Review**, p. 87-114, 2010.

NAZARENO, Marcelo; STOKES, Suzan; BRUSCO, Valeria. Réditos y Peligros Electorales del Gasto Público en la Argentina. **Desarrollo Económico**, n. 46 (abr/jun), p. 63-88. 2006.

NOGUEIRA-BUDNY, Daniel. Great Promise but Poor Performance: Understanding the collapse of Venezuela's Causa Radical. **Journal of Politics in Latin America**. v.6, n.1, p. 109-136. 2014.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Partido dos Trabalhadores. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1988**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 1988.

PEDRABUENA, Bruno Vera. Sistema electoral, reglas de decisión y fraccionalización en el Frente Amplio: análisis de la estructura de oportunidades para las fracciones. Apresentado em: Cuarto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, 14-16 de novembro. 2012.

PÉREZ, Verónica; PIÑEIRO, Rafael; ROSENBLATT, Fernando. (2019), **The Broad Front: a mass-based leftist party in Latin America**. Inédito.

PUIG, Salvador Martí i. The adaptation of the FSLN: Daniel Ortega's leadership and democracy in Nicaragua. **Latin American Politics and Society**, v. 52, n. 4, p. 79-106, 2010.

RAE, Douglas. **The Political Consequences of Electoral Laws**. New Haven : Yale University Press, 1967.

RANDALL, Vicky; SVÅSAND, Lars. Party institutionalization in new democracies. **Party politics**, v. 8, n. 1, p. 5-29, 2002.

RIBEIRO, P. F. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Unifersidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

\_\_\_\_\_. **Dos Sindicatos ao Governo: a Organização Nacional do PT de 1980 a 2005.** São Carlos: Edufscar. 2010.

\_\_\_\_\_. An Amphibian Party? Organizational Change and Adaptation in the Brazilian Worker's Party, 1980-2012. **Journal of Latin American Studies**, v.46, n. 1, p. 87-119. Nova Iorque: Cambridge University Press. 2014.

ROBERTS, Kenneth M. Latin America's populist revival. **SAIS Review of International Affairs**, v. 27, n. 1, p. 3-15, 2007.

\_\_\_\_\_. **Changing Course in Latin America.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014.

ROBERTS, Kenneth M.; WIBBELS, Erik. Party systems and electoral volatility in Latin America: a test of economic, institutional, and structural explanations. **American Political Science Review**, v. 93, n. 3, p. 575-590, 1999.

RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. As Bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.25, n.74, 39-60. 2010.

SAMUELS, David. Money, Elections and Democracy in Brazil . **Latin American Politics and Society**. V.43, n. 2, p. 27-48. 2001.

\_\_\_\_\_, From socialism to social democracy: Party organization and the transformation of the workers' party in Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 37, n. 9, p. 999-1024, 2004.

SAMUELS, David; ZUCCO, César. Crafting Mass Partisanship at the Grass Roots. **British Journal of Political Science**, n. 45, v. 4, p.755-775. 2014.

SANCHEZ, Omar. Party non-systems: a conceptual innovation. **Party Politics**, v. 15, n. 4, p. 487-520, 2009.

SÁNCHEZ LÓPEZ, Francisco; FREIDENBERG, Flavia. El proceso de incorporación política de los sectores indígenas en el Ecuador. Pachakutik, un caso de estudio. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 19, nov. 2009.

SARTORI, Giovanni. **Party and party systems: A Framework for Analysis.** Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

SCARROW, Susan E. The Paradox of Enrollment: Assessing the Costs and Benefits of Party Memberships. **European Journal of Political Research**, n.25, jan. p. 41-60. 1994.

\_\_\_\_\_. **Parties and their Members: Organizing for Victory in Britain and Germany** Oxford: Oxford University Press. 1996.

SCARROW, Susan E.; WEBB, Paul D. Investigating Party Organization: Structures, Resources and Representative Strategies. In: SCARROW, S.; WEBB, P.; POGUNTKE, T. **Organizing Political Parties: representation, participation and power.** Oxford: Oxford University Press. 2017.



SCHAEFER, B. M. **Distintos Destinos: Fracasso e Sucesso da Frente País Solidário (FREPASO) e do Partido dos Trabalhadores (PT)**. Trabalho apresentado no XXVI Salão De Iniciação Científica Da Ufrgs. Porto Alegre. 2014.

SCHATTSCHEIDER, Elmer Eric. **Political Parties**. New York: Holt, Riehart and Winston, 1942.

SEAWRIGHT, Jason. **Party-system collapse: the roots of crisis in Peru and Venezuela**. Stanford: Stanford University Press, 2012.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Ateliê. 2018

SINGER, André. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos – CEBRAP**. n. 85, p. 83-102. 2009.

STOKES, Susan. Globalization and the left in Latin America. 2009. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.464.4640&rep=rep1&type=pdf>> Acessado em 15 fev 2018.

STEWART M. C., CLARKE, H. D. The (Un)Importance of Party Leaders: Leader Images and Party Choice in the 1987 British Election. **Journal of Politics**, v. 54 n.2. p.447-470. 1992.

TANAKA, Martín. **Los espejismos de la democracia: el colapso de un sistema de partidos en el Perú, 1980-1995, en perspectiva comparada**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1998.

TAVITS, Margit. Party systems in the making: The emergence and success of new parties in new democracies. **British journal of political science**, v. 38, n. 1, p. 113-133, 2008.

\_\_\_\_\_. Organizing for success: party organizational strength and electoral performance in postcommunist Europe. **The Journal of Politics**, v. 74, n. 1, p. 83-97, 2012.

VAN BISEN, Ingrid; MAIR, Peter; POGUNTKE, Thomas. Going, going, gone? The Decline of Party Membership in Contemporary Europe. **European Journal of Political Research**, v. 51, n.1, p. 24-56. 2011.

VAN COTT, Donna Lee. Building inclusive democracies: Indigenous peoples and ethnic minorities in Latin America. **Democratisation**, v. 12, n. 5, p. 820-837, 2005.

WALLGRAVE, Stefaan; LEFEVERE, Jonas; NUYTEMANS, Michael. Issue Ownership Stability and Change: How Political Parties Claim and Maintain Issues Through Media Appearances. **Political Communication**. v.26, n.2, p. 153-172. 2009.

WILLEY, Joseph. Institutional arrangements and the success of new parties in old democracies. **Political Studies**, v. 46, n. 3, p. 651-668, 1998.

YAFEÉ, Jaime. Competencia interna y adaptación partidaria en el frente amplio de Uruguay. **Perfiles Latinoamericanos**, n. 41, pp. 71-94. 2013.

ZÍCARI, Julián. Liderazgo Fuerte, Partido Débil. Ascenso y Rápida Desaparición política de Chacho Álvarez y del Frepaso em la Argentina. **Naveg@mérica**. n.21. 2018.